UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Em nome da região, a serviço do capital:
o regionalismo político norte-mineiro

Laurindo Mékie Pereira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Em nome da região, a serviço do capital:
o regionalismo político norte-mineiro

Laurindo Mékie Pereira

São Paulo
2007

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e senhor da vida. Aos meus familiares e a Taiz, fontes seguras de afeto e proteção. Aos colegas da "pelada da vila", descontração garantida aos sábados.

Várias pessoas me auxiliaram ao longo do doutorado. Destaco e agradeço aos professores Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU), Paulo Roberto de Almeida (UFU), Carmo Alvanir, Ana Márcia e Max César, aos acadêmicos Magda Rita e Igor que trabalharam comigo no levantamento e transcrição de fontes, a Vítor, pelo empréstimo de material, a Alessandra Leal, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unimontes, ao professor Irineu, pela sugestão quanto ao "garimpo" de fontes, ao professor José Maria, pelo empréstimo de materiais e diálogos instrutivos, a Dalva Souto, pelo atendimento sempre educado e prestativo no Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, a Claudenor "do Xerox", Rildo e Márcio Prates.

Diversas instituições contribuíram para a realização deste trabalho, abrindo suas portas para a pesquisa e fornecendo informações: CODEVASF (Cinara e Jorge Silveira), CPT (Alvimar), Centro Cultural Hermes de Paula, Conservatório de Música Lorenzo Fernândez e DPDOR/Unimontes (Filomena e sua equipe).

Gostaria de registrar meu reconhecimento especial a quatro professores, cuja ajuda foi de inestimável valia: Alfredo Dolabela Portella Filho, Anete Marília Pereira, Marcos Fábio Martins de Oliveira e Wagner de Paulo Santiago. Ao professor Dolabela, por ter colocado à disposição seu rico arquivo sobre o movimento separatista no Norte de Minas; a Anete, pelo empréstimo de livros, sugestões criativas quanto à utilização de fontes e pela confecção dos mapas; a Marcos Fábio, pelos diálogos sempre lúcidos, pelo empréstimo de fontes e livros, especialmente relacionados com a SUDENE, e ao professor Wagner Santiago, por ter franqueado o arquivo de provas da Unimontes-COTEC.

Agradeço também ao Departamento de História da Unimontes, por ter concedido a redução de minha carga horária e, posteriormente, afastamento integral, e às Faculdades Santo Agostinho, que me auxiliaram financeiramente no início do curso.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa durante grande parte do período.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Professora Raquel Glezer, que me suportou com paciência e educação e apontou os caminhos adequados para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O tema desta tese é o regionalismo político norte-mineiro da segunda metade do século XX. O objetivo central é compreender a emergência e o desenvolvimento da ideologia das classes dirigentes, identificando os seus principais componentes, sua difusão e assimilação pelo conjunto da sociedade. Foram utilizados como fontes os documentos produzidos pelos órgãos públicos e pelas lideranças e entidades de classe, a imprensa, os trabalhos de escritores regionais e a literatura acadêmica concernente ao tema. A conclusão mais importante é a de que a burguesia regional se organizou como classe, nesse período, tendo evoluído de uma ação corporativa inicial para o exercício da hegemonia, ao final do século XX. Suas concepções, assimiladas e difundidas por intelectuais diversos e por grande parte da sociedade civil, universalizaram-se, estabelecendo os parâmetros para a compreensão da história, problemas atuais e diretrizes para o desenvolvimento do Norte de Minas, encobrindo as relações de classe sob o manto de imagens e conceitos generalizantes, expressando-se como uma ideologia regionalista.

PALAVRAS-CHAVE: Regionalismo, Hegemonia de Classe, Norte de Minas

ABSTRACT

The theme of this doctoral dissertation is the political regionalism in north of Minas Gerais in the second middle of the twentieth century. The main subject is to comprehend the emergency and the development of the ideology of the governmental classes, identifying their more important components, their diffusion and assimilation by society. We explore the documents produced by public institutions and leaders and class entities, press, works of regional writers and the academic literature about the theme. The most important conclusion is that the regional upper class was organized as a class, in that period, evolving from a corporative action to the exercise of hegemony, in the end of the twentieth century. Its conceptions, assimilated and diffused by severe intellectuals and many people of the civil society, were universalized, establishing the parameters to the comprehension of the history, the actual problems and rules for the development of north of Minas Gerais, covering the relations of classes in a veil of images and general concepts, expressing them as a regional ideology.

KEY-WORDS: Regionalism, Hegemony of Class, North of Minas

SUMÁRIO

Resumo 3

Abstract 3

Lista de Abreviaturas..... 5

Lista de Mapas, Figuras, Tabelas e Quadros 8

Introdução..... 10

Capítulo I: Unidade e diversidade em Minas Gerais..... 15
1.1 – O desenvolvimento econômico de Minas Gerais na República e a ideologia da mineiridade 16
1.2– Formação histórica do Norte de Minas 29
1.3– A Era SUDENE e a modernização regional..... 38

Capítulo 2: A face radical do regionalismo: os movimentos autonomistas 85
2.1 – Antecedentes..... 85
2.2 – O Estado de Cabrália..... 97
2.3 – O Estado de São Francisco 107
2.4 – O Estado de Minas do Norte..... 145

Capítulo 3: O regionalismo como ideologia 163
3.1 – A importância da história..... 163
3.2 – A ideologia regionalista..... 179
3.3 – Regionalismo e hegemonia de classe..... 204

Considerações Finais 224

Fontes..... 228

Referências Bibliográficas..... 233

Lista de Abreviaturas

AMS – Área Mineira da SUDENE

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACI - Associação Comercial e Industrial de Montes Claros

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste

AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE

APNORTE - Associação dos Professores do Norte de Minas

AVAMS - Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CDI – Companhia de Desenvolvimento Industrial

CDL – Câmara de Dirigentes Logistas

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESENM - Centro de Estudos Sociais e Econômicos do Norte de Minas

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNT – Confederação Nacional de Transportes

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco

COOPAGRO – Cooperativa Agropecuária de Montes Claros

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CREDINOR – Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVSF – Comissão do Vale do São do Francisco

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DPDOR – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil

EMATER-MG – Empresa de Assistência Rural Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FADEC – Faculdade de Administração e Economia do Norte de Minas

FAEMG – Federação da Agricultura de Minas Gerais

FEDERAMINAS – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FJP – Fundação João Pinheiro

FRIGONORTE – Frigorífico Norte de Minas

FUNM – Fundação Universidade Norte-Mineira

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras contra as Secas

INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais

IOCS – Inspetoria de Obras contra as Secas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEA – População Economicamente Ativa

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PIMES – Programa de Mestrado em Economia e Sociologia

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicano

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRONAP – Programa Nacional para a Pecuária

PROPEC – Programa para a Pecuária de Corte

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RMNe – Região Mineira do Nordeste

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (MG)

SUDEMINAS – Superintendência do Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das Secas

SUDEMOC – Superintendência de Desenvolvimento de Montes Claros

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

UDEIMB - União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia

UDN – União Democrática Nacional

UDET – União para o Desenvolvimento do Triângulo

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

Lista de Mapas, Figuras, Tabelas e Quadros

Mapas **Página**

01 Mesorregiões do Estado de Minas Gerais 31

02 Municípios da mesorregião Norte de Minas 32

03 Estado de Cabrália 102

04 Estado de São Francisco 132

05 Estado de Minas do Norte 159

06 Sistema de Transportes de Minas Gerais 201

Figuras

01 Diário de Montes Claros apóia Estado de São Francisco 118

02 Senador Alfredo Campos e Arlen Santiago, diretor do Diário de Montes Claros 120

03 Placa comemorativa do Estado S. Francisco afixada no CCSA-Unimontes .. 122

04 Faixa de divulgação do Estado de São Francisco 128

05 Campanha pelas assinaturas pró-Estado de São Francisco 131

06 Exemplar dos cartazes afixados por Expedicto Mendonça no Congresso Nacional, em 1987 135

07 Diário de Montes Claros satiriza oposição de Newton Cardoso aos movimentos separatistas 137

08 Divulgação do movimento separatista de 2000–2002..... 152

09 Residência de Alfredo Dolabela/Movimento pelo Estado de Minas do Norte 158

Tabelas

01 Distribuição (%), por grupo de área, do número e áreas dos estabelecimentos agropecuários da RMNe 67

02 População de Montes Claros – 1940–1980 67

03 Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado: 1960–1970–1980 68

04 Projetos aprovados pela SUDENE – 1959–1992 – Em Cr$ 1.000.000 – Preços de dez/92..... 70

05 Área Mineira do Polígono: Nº estabelecimentos, pessoal empregado e valor da prod. da indústria de transformação, em 1962/1965 70

06 Valor da Transformação Industrial 71

07 % do Produto Interno Bruto, por Classe de Atividade Econômica no Norte de Minas, em 1970, 1980 e 1989 71

08 % de arrecadação do ICMS por setor de atividade econômica, segundo municípios, na Região Mineira do Nordeste – período: janeiro a outubro de 1992 73

09 Número de Projetos Aprovados pela SUDENE, por município – 1959–1992 74

10 Estrutura percentual regional do PIB, segundo regiões de planejamento, Minas Gerais – 1999–2002 202

11 IDH-M 1991–2000 202

Quadros

01 Polivalência das elites regionais 41

02 Principais indicações dos entrevistados para as instituições de maior importância na cidade [Montes Claros-MG] 42

03 Deputados do Norte de Minas – 1946–2000 61

04 Localização da administração das principais empresas industriais em funcionamento e em implantação na cidade de Montes Claros..... 75

05 Principais rodovias pavimentadas na RMNe: 1980–1989 138

06 Respostas dos candidatos ao vestibular 1/2006 Unimontes à questão nº 6 de Geografia 217

Introdução

O objeto de estudo desta tese é o regionalismo político norte-mineiro da segunda metade do século XX. O Norte de Minas tem como especificidade o fato de pertencer, no âmbito político-administrativo, ao Estado de Minas Gerais e enquadrar-se, para fins de combate aos efeitos da seca e aplicação de políticas de desenvolvimento regional, na área de atuação da SUDENE. Esse aspecto é de fundamental importância para a compreensão do nosso objeto porque está no centro da história da região, no período.

Nesse tempo histórico, que denominamos aqui a "Era SUDENE", o Norte de Minas passou por um processo de modernização econômica, planejado e estimulado pela política nacional destinada ao Nordeste e pelo governo de Minas Gerais.

Foi no bojo desse processo que os grupos dirigentes regionais empreenderam mobilizações regionalistas, com vistas à obtenção de um tratamento privilegiado junto às instâncias estadual e nacional do Estado.

Nossa hipótese é a de que, no período que recortamos, os fazendeiros, comerciantes e industriais da região organizaram-se como *classe;* foram, também, *agentes* do processo modernizador durante o qual construíram uma *ideologia regionalista* que, compartilhada pelos mais influentes órgãos da *sociedade civil*, atraindo e agregando *intelectuais* como jornalistas, burocratas, tecnólogos, escritores e professores, permitiu a evolução de uma simples ação corporativa, nas décadas de 1940 e 1950, para o exercício da *hegemonia* nas décadas finais do século XX. O regionalismo, entendido aqui como a mobilização de um grupo social junto às instâncias do Estado,[1] expressa uma ideologia, uma concepção de mundo produzida e necessária a uma classe social que, expandida para o conjunto da sociedade, adquire a natureza de um *senso comum*.

Para verificação dessa hipótese, procuramos estudar a história do Norte de Minas na perspectiva de suas relações com a conjuntura nacional e estadual nas quais se insere. Para isso, examinamos, à luz da literatura acadêmica, as diretrizes gerais do desenvolvimento mineiro e do projeto SUDENE, contrastando com as mesmas a experiência prevalecente na região.

Em virtude do recorte que estabelecemos, os nossos personagens centrais são os órgãos do Estado e as elites regionais. Por isso, privilegiamos a consulta dos

[1] MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61–99, p. 83–84.

documentos por eles produzidos, procurando compreender, de acordo com a conjuntura, a filosofia que os orientava, os interesses que representavam e as proposições que apresentavam. Dos órgãos públicos, foram examinados estudos, projetos, informes, relatórios de atividades e leis de instituições como BDMG, SUDEMINAS/SUDENOR, INDI, SUDENE, Prefeituras e Câmaras de Vereadores de diversos municípios da região. Quanto aos grupos regionais, privilegiamos a história das suas principais entidades e os eventos em que se engajaram ao longo do período. Para tanto, estudamos um conjunto diversificado de fontes como jornais e revistas, emendas parlamentares, relatórios e correspondências da ACI, Sociedade Rural de Montes Claros, AMAMS, UDEIMB e outros materiais.

A análise crítica desses documentos *públicos* e *privados* permitiu a compreensão do processo modernizador que estava em curso e a percepção de como foi sendo construída uma ideologia regionalista como resposta e explicação para os problemas regionais e estratégia de realização dos projetos hegemônicos.

Como um dos nossos postulados é a difusão dessa ideologia, procuramos os indícios em outras fontes, como os textos de memorialistas, alunos e professores de ensino superior. Para aferir, minimamente, a eventual assimilação da mensagem dos grupos dirigentes por parte dos "populares", recorremos às provas do vestibular da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, evento que reúne alunos oriundos de praticamente todos os municípios da região. Examinamos quase duas mil respostas dadas pelos candidatos a uma questão da prova de geografia no processo seletivo de 2006, cuja temática era a concentração de renda regional em Minas Gerais.

Utilizamos também fontes mais "objetivas" como os dados estatísticos do IBGE, BDMG, SUDENOR e Fundação João Pinheiro, com o objetivo de averiguar a evolução dos indicadores econômicos e sociais da região antes, durante e após a modernização econômica, contrastando-os com a interpretação desse processo fornecida pelos órgãos públicos e pelas lideranças regionais.

Para identificar possíveis críticas e resistências à hegemonia das elites e ao modelo de desenvolvimento implantado, examinamos alguns documentos de entidades como a CPT, FETAEMG, CUT regional e Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, com especial ênfase nas resoluções do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, realizado na cidade de Montes Claros, em 1993, por aquelas entidades (exceto a Liga) em parceria com dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos.

Pensamos a região como uma fração do espaço socialmente produzido, parcelado e ordenado política e administrativamente de acordo com a dinâmica do capital e das lutas e conflitos dos grupos sociais organizados.

O modo de produção capitalista, observam Marx e Engels no **Manifesto do Partido Comunista** e na **Ideologia Alemã**, é histórica e inerentemente dinâmico e tende a generalização, aniquilando, no limite, as particularidades nacionais[2].

O otimismo quanto a mundialização das relações capitalistas e a ênfase nas categorias como classe e modo de produção levaram os autores citados a conferirem pouca atenção ao problema das nações e do nacionalismo, temáticas melhor desenvolvidas no marxismo após as reflexões de Lênin sobre o imperialismo e as chamadas questões nacional e colonial.[3] Quanto ao reconhecimento das regiões e da sua importância no processo social e político, possivelmente, a principal referência no campo marxista são os escritos de Gramsci sobre a questão meridional na Itália.[4]

No Brasil, a visão marxista mais difundida no debate da questão regional é a de Francisco de Oliveira, para o qual a região se fundamenta "(...) na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também, nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral."[5] Para Oliveira, as formas específicas de reprodução do capital e da luta de classe, elementos básicos do seu conceito de região, poderiam desaparecer à medida que o espaço nacional fosse homogeneizado pelo desenvolvimento capitalista.

Todavia, a expansão das relações capitalistas não conduz, necessariamente, à homogeneização do espaço, embora essa tendência exista. Como explica David Harvey, há, no planeta inteiro,

> (...) uma grande variedade de ambientes físicos e bióticos, muitos dos quais modificados significativamente pela ação humana ao longo dos séculos. A diversidade dessa ação produziu uma paisagem geográfica variada, em que diferenças culturais e socioestruturais se enraizaram profundamente. Essa diferença geográfica específica pode

---

[2] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 40-43, 56 e MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Fontes, 1998, p. 31, 68-73.

[3] LÊNIN, V.I. **O imperialismo**. Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002 e LÊNIN, V.I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. **Obras escolhidas**. São Paulo: São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.507-556.

[4] GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[5] OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 27.

> ser abrangida mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital.[6]

Além dessa "herança" geográfica e histórica encontrada pelo capital e que influi na formação de espaços diferenciados, a "expansão geográfica do capital" ocorre produzindo novas "configurações espaciais", como explica David Harvey.[7] Em outro trabalho, o autor coloca a questão em termos claros:

> As barreiras espaciais só podem ser reduzidas por meio da produção de espaços particulares (estradas de ferro, auto-estradas, aeroportos, centrais telefônicas, etc). Além disso, uma racionalização da produção, circulação e do consumo num dado ponto de tempo pode não ser adequada à acumulação do capital num ponto ulterior do tempo.[8]

Assim, não há uma relação necessária entre modernização capitalista e homogeneização do espaço. No caso brasileiro, especificamente, a industrialização e integração produtiva entre as regiões nas décadas de 1960-1980 não implicaram o fim de certas dinâmicas regionais específicas.[9]

Dessa forma, um conjunto de fatores – naturais, culturais, econômicos e políticos – devem ser considerados na configuração de uma região. Neste trabalho, privilegiamos o enfoque dos elementos políticos e econômicos. Daí a ênfase conferida ao regionalismo, mobilização política que expressa os interesses de grupos territorialmente localizados.

No Norte de Minas, o regionalismo é o veículo/forma de expressão da ideologia - visão de mundo[10] da fração regional da burguesia, e, um instrumento fundamental para que ela conquiste e exerça a hegemonia sobre os demais grupos sociais.

Para o exame dessas questões, estruturamos a tese em três capítulos. O primeiro trata da modernização econômica regional ocorrida a partir de 1965, considerando as

---

[6] HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 144-145.
[7] Idem, p.53, 147-150.
[8] HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006, p. 212.
[9] ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995, p. 125–156 e CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do Espaço urbano e regional no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1993, p. 35–58
[10] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 98–99 e 388.

suas relações com o Estado de Minas Gerais e com o Nordeste. Assim, procedemos a um exame sumário do desenvolvimento regional mineiro, destacando o papel nele desempenhado pelas elites estaduais e por sua ideologia – a mineiridade. As vinculações com o Nordeste também impuseram a consideração, em linhas gerais, da política de desenvolvimento regional levada a efeito na região pela SUDENE. Reconhecido esse duplo condicionamento *externo* da história da região no período selecionado, investigamos a participação das elites regionais no processo modernizador, atentando para a sua organização e seus projetos.

O segundo capítulo é dedicado à compreensão da face radical do regionalismo norte-mineiro, revelada em mobilizações de cunho separatista. Analisamos, além dos antecedentes históricos da questão, as campanhas pelo Estado de Cabrália, em 1967–1968; pelo Estado de São Francisco, em 1987–1988, e pelo Estado de Minas do Norte, em 2000–2002. Os objetivos dessa abordagem foram identificar a natureza político-ideológica desses eventos, o pensamento de seus proponentes, a quem eles representavam e perceber de que forma e com quais elementos as experiências autonomistas contribuíram para a formatação da ideologia regionalista e a hegemonia das elites.

O terceiro e último capítulo visa, tendo em vista os subsídios fornecidos pelos dois primeiros, avaliar a pertinência ou não da hipótese proposta. Para tanto, estudamos a trajetória das elites regionais, especialmente a de suas entidades mais representativas como a ACI, AMAMS e Sociedade Rural, procurando discernir a evolução dos seus projetos a partir dos anos 1950, identificando os elementos constituintes de sua leitura acerca dos problemas regionais e dos caminhos propostos para o equacionamento dos mesmos. Em sintonia com os conceitos propostos – regionalismo, ideologia e hegemonia –, investigamos a contribuição dos intelectuais orgânicos e não orgânicos, a expansão da sociedade civil no âmbito regional e a difusão da visão de mundo das elites, com vistas a observar se estas conseguiram *dirigir* os demais grupos sociais, *universalizando* a sua ideologia e logrando, portanto, não apenas a manutenção da propriedade dos meios de produção e o domínio sobre o aparelho de Estado *stricto sensu*, mas também o exercício da hegemonia.

Capítulo 1: Unidade e diversidade em Minas Gerais

"Minas são várias"
(Guimarães Rosa)

A conhecida frase em epígrafe resume um dos aspectos mais importantes da história do Estado de Minas Gerais: unidade política e heterogeneidade econômica e cultural.

O objetivo deste capítulo é discutir a formação histórica do Norte de Minas, uma das partes dessa unidade heterogênea, com ênfase na modernização econômica promovida pelo poder público e pelos grupos dirigentes regionais na segunda metade do século XX.

A atuação da SUDENE na região, combinada com as ações do governo do Estado de Minas Gerais, a partir da década de 1960, e as transformações econômicas dela resultantes foram objeto de estudo de alguns autores.[11] Nosso interesse concentra-se em um ponto pouco explorado por esses estudos: o papel desempenhado pelos grupos dirigentes regionais – lideranças políticas, empresariais e burocráticas – na implementação e execução dessas políticas de desenvolvimento.[12]

Para tanto, é necessário compreender a região em suas relações com a dinâmica histórica maior que se desenrola em âmbito estadual e nacional. Este capítulo é dividido

[11] Entre os quais destacamos três dissertações de mestrado: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996; BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE – um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985; CARDOSO, José Maria Alves. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. Dissertação (Mestrado em Economia)- PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996; duas teses de doutorado: RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba – uma interpretação:** 1970–1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998 e FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975. Outros autores estudaram a história da região, privilegiando esse recorte temporal, mas enfocando outros aspectos. Entre eles destacamos: VELOSO, Cândida Maria Santos. **Outros modos de viver**: pobreza urbana em Montes Claros – 1960–1980. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002 e FERREIRA, Marcelo Valmor. **Cidades de Porte Médio e Populismo**: Montes Claros, um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

[12] Esse aspecto foi estudado por Evelina Antunes de Oliveira. Mas, diferentemente da autora, cujo objetivo é mostrar a sobrevivência das velhas elites políticas locais (Montes Claros) em justaposição às elites emergentes, este trabalho tem o interesse de investigar a construção histórica de uma ideologia regionalista e a sua difusão pelo conjunto da sociedade. Cf. OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política**: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

em três partes. A primeira trata do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais no período republicano, com ênfase no papel das elites estaduais e na importância da emergência e consolidação da mineiridade como ideologia de classe. Na segunda parte, discutimos a história de uma das regiões que compõem o chamado mosaico mineiro, o Norte. Por fim, investigamos a modernização econômica da região na Era SUDENE, ressaltando a análise do papel desempenhado pelos grupos dirigentes regionais nesse processo.

1.1 – O desenvolvimento econômico de Minas Gerais na República e a ideologia da mineiridade

À maneira de Otávio Dulci e Ignácio Delgado[13], privilegiamos a discussão do papel desempenhado pelas lideranças políticas, empresariais e técnicas mineiras no processo de desenvolvimento do Estado, a partir da República. A escolha dessa abordagem não é arbitrária. Como assinala Dulci[14], o desenvolvimento de regiões economicamente atrasadas, caso de Minas Gerais em relação a São Paulo, é, normalmente, dirigido e marcado pelos condicionantes políticos.

Embora a tese da decadência da economia mineira[15] após o auge da mineração já tenha sido superada[16] na historiografia, a imagem de um Estado "decadente" e que "perdera a substância" era forte entre as elites de Minas Gerais nos primórdios da República, principalmente pela diferença de desempenho em relação à economia paulista.

Diante desse diagnóstico negativo, qual a conduta das elites mineiras? A quem representavam as lideranças políticas do PRM? Quais as medidas tomadas pelo Governo estadual? Qual papel caberia ao Estado e à iniciativa privada, na visão das elites estaduais? Há diferentes respostas para essas questões na historiografia.

Embora abordando períodos distintos, os autores que estudam a temática podem ser reunidos em três grupos. O primeiro pode ser denominado de a corrente

---

[13] DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997 e DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

[14] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit., p. 37. 107.

[15] Cf., por exemplo, FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

[16] Para o período 1889–1937, por exemplo, John Wirth registra crescimento da economia do Estado, embora de forma moderada e irregular. WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

"representacionista", para a qual as lideranças políticas representavam os interesses dos grandes proprietários, especialmente dos cafeicultores, derivando disso a força política das regiões cafeeiras como a Zona da Mata e o Sul, na Primeira República.[17] O segundo grupo advoga a tese da dissociação entre os interesses econômicos e a elite política em Minas Gerais. Nessa visão, a burguesia estadual era fragilmente organizada, ao passo que um Estado forte dirigia, por meio de sua burocracia e por lideranças políticas profissionais, o processo de desenvolvimento de forma quase independente em relação aos interesses privados.[18] Trata-se de duas visões polarizadas: para a primeira, há uma sintonia entre Estado e burguesia e para a segunda, o Estado é o personagem central frente a uma burguesia, se não inexistente, muito desorganizada.[19] Um terceiro conjunto de trabalhos reavalia a questão, procurando superar a dicotomia apresentada nas duas primeiras vertentes. Destacam-se, nessa corrente, as teses de Otávio Soares Dulci e Ignácio Godinho Delgado, com as quais nos identificamos e consideramos mais adequadas para entender a condução do desenvolvimento, seja em âmbito estadual, seja em âmbito regional.

Em síntese, os dois autores, apesar de apresentarem diferenças pontuais, convergem na recusa da leitura da corrente representacionista, por julgarem-na simplificadora, e criticam a segunda corrente, por ignorar ou interpretar inadequadamente as formas diversificadas e complexas de relações entre as lideranças políticas e os interesses econômicos privados.

Para Dulci, a heterogeneidade econômica do Estado, a não-hegemonia de um setor específico como o cafeicultor, em São Paulo, implica na existência de uma multiplicidade de interesses e, por isso, uma intrincada articulação entre Estado e setores produtivos, o que a tese segundo a qual o Estado era o representante direto dos interesses da grande cafeicultura não é capaz de explicar suficientemente. Além disso, a alegada dissociação entre Estado e economia, por parte da tese patrimonialista, como o autor classifica a segunda corrente, apóia-se em uma base empírico-metodológica frágil.

---

[17] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889–1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

[18] Para a Primeira República, destaca-se o trabalho de MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 1984. Para o período pós 1930, o principal representante dessa corrente é DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

[19] Há outros trabalhos importantes para a compreensão das relações políticas em Minas Gerais, difíceis de enquadrar nessa classificação arbitrária: os estudos sobre o poder local de LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 e o livro de John Wirth acerca do papel de Minas Gerais na federação. WIRTH, John. Op. cit.

Segundo os autores dessa corrente, a análise do perfil ocupacional das lideranças políticas revela que a maioria não tinha vínculos com o setor produtivo. No entanto, observa Dulci, as informações fornecidas pelos líderes políticos quanto à sua ocupação principal são incompletas e, às vezes falsas, visto que esses líderes tendem a esconder suas vinculações com o mundo dos negócios. É importante destacar uma marca característica das elites mineiras, a sua polivalência, diversidade na formação profissisonal-empresarial e atuação, tanto no setor privado quanto no público. Dulci e Delgado exploram também outras formas de interação entre o Estado e os segmentos político, econômico e técnico das elites, como a realização de congressos e mesas-redondas, reunindo burocratas, líderes políticos e empresários e influenciando concreta e ativamente, nas diretrizes adotadas para o desenvolvimento do Estado.[20]

Acompanhando Dulci e Delgado, afirmamos o papel ativo da burguesia mineira no processo de desenvolvimento de Minas Gerais, desde a Primeira República e, especialmente, após 1930.

Polivalentes, diversificadas, justapostas e articuladas, as elites mineiras tanto tradicionais – proprietários rurais e velhas lideranças do PRM e do PSD (após 1945) –, quanto modernas – industriais e tecnoburocratas–, convergiam, apesar de diferenças e conflitos específicos, sobre a percepção da "perda de substância" da economia do Estado em relação a São Paulo e sobre a necessidade de ação conjunta, tendo o Estado como o coordenador macro, para promover a recuperação econômica.[21]

Do ponto de vista partidário, a unidade das elites mineiras estava praticamente assegurada a partir da estruturação oligárquica do PRM, nos anos iniciais do século XX, conforme afirma Maria Efigênia Resende.[22] A unidade política foi fundamental, segundo John Wirth, na estratégia de desenvolvimento do Estado até 1937. Para esse autor, a fraqueza econômica relativa, bem como a heterogeneidade e desarticulação entre as diversas regiões do Estado, era compensada exatamente pela capacidade de ação unificada das elites mineiras no plano federal:

> Na distribuição do poder, os recursos mineiros eram maiores do que os de qualquer outro estado fora dos 3 grandes. Entretanto, é claro que Minas era relativamente menos notável que os outros 2 no que diz

[20] DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit**.** p. 67–74 e DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 109-115, 172.
[21] DULCI, Otávio Soares. Idem, op.cit.
[22] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**. Op. cit.

> respeito à força econômica e potencial (...), em sua força militar e habilidade para gerar receitas estaduais. Por causa dessa fraqueza *relativa* mais notadamente econômica, é lógico que Minas fosse mais dependente da União do que outros 2 líderes. Em outras palavras, a única alternativa de Minas era desempenhar um papel central nos assuntos nacionais. (Grifos nossos)[23]

Nesse raciocínio, a unidade política era uma *necessidade* e um *instrumento* para as elites estaduais em sua atuação no plano federal. No plano interno, as lideranças das regiões que compunham o "mosaico mineiro", não obstante a desarticulação econômica, mantinham-se fiéis em virtude das recompensas que poderiam obter por integrar um dos Estados mais influentes da Federação.[24]

Em termos concretos, o primeiro esforço expressivo para promover a integração das diversas regiões de Minas foi a construção de Belo Horizonte como nova capital do Estado. A escolha do local, bem ao centro do Estado, visava construir um centro de articulação e convergência econômica e política em Minas Gerais. Belo Horizonte foi planejada e erguida com o duplo objetivo de combater a desagregação econômica e promover a unidade política.[25]

O projeto de desenvolvimento e integração econômica ganhou corpo e visibilidade no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, organizado em 1903 pelo Governo do Estado em parceria com a elite econômica. Segundo Dulci, as proposições gerais do evento configuram um projeto de recuperação e desenvolvimento econômico diversificado, que deveria estimular a modernização da cafeicultura e pecuária, principais setores da economia estadual, mas também incentivar a policultura e o setor industrial. Ao Estado cabe o papel de auxiliar e coordenar, mas não concorrer e/ou tutelar a iniciativa privada. O principal formulador do projeto foi João Pinheiro, futuro governador do Estado, um dos intelectuais mais importantes das elites mineiras, em termos gramscianos. A recuperação do café a partir do Convênio de Taubaté (1906) fez arrefecer o impulso do projeto de diversificação. Porém, até os anos 1950, o Congresso

---

[23] WIRTH, John D. **op. cit.** , p. 249.
[24] WIRTH, John D. **op. cit.**
[25] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 39, 1974, p.129-161. O objetivo de promover a integração econômica, de certa forma, fracassou, uma vez que, quando Belo Horizonte começou a se tornar um centro econômico expressivo, décadas após sua inauguração, a conjuntura era de "nacionalização" dos mercados regionais e perdia sentido o projeto de uma economia regional mais ou menos autárquica. Cf. DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit., p. 41–43.

de 1903 e o nome de João Pinheiro eram lembrados como referências para o projeto de modernização regional.[26]

Outro projeto de desenvolvimento estadual, alternativo à diversificação produtiva, foi o modelo de especialização industrial, tendo como carro-chefe a indústria metalúrgica. Dulci afirma que as raízes desse modelo também estavam na Primeira República, mas foi a partir de 1930 que ganhou força e acabou sendo a opção das elites mineiras na década de 1950. Em síntese, esse modelo consistia na prioridade à industrialização, concentrada espacialmente na região Central do Estado e especializada no setor metalúrgico, aproveitando o grande potencial dessa área.

A nova conjuntura nacional após 1930 teve efeitos diretos em Minas Gerais. A própria opção pela especialização industrial está ligada ao esforço das elites estaduais em participar ativamente do processo de integração econômica nacional[27], capitaneado por São Paulo, que diminuía e mesmo ameaçava fazer desaparecer as dinâmicas econômicas regionais até então existentes.

Mas a opção por esse modelo não foi imediata. Para Dulci, há quatro fases na evolução da política de desenvolvimento em Minas Gerais entre 1930 e 1960. Até 1940, predominaram os esforços pela diversificação agrícola; de 1941 a 1946, a prioridade foi a expansão industrial; entre 1947 e 1950, na gestão Milton Campos (UDN), a busca de equilíbrio entre agricultura e indústria por meio do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção; por fim, na quarta fase, de 1951 a 1955, valoriza-se a especialização industrial.[28]

Desde a década de 1920, especialmente com a fundação da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, em 1921, a indústria siderúrgica passa a ter relevância em Minas Gerais. No final da década de 1930, o Estado produzia cerca de 90% de ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados no país.[29] Assim, o projeto de especialização industrial, centrado na siderurgia, tinha uma base razoável quando se tornou hegemônico. Desde a década de 1930, Américo René Gianetti e Euvaldo Lodi, duas das mais influentes lideranças empresariais do Estado, levantaram a bandeira da industrialização como o meio pelo

---

[26] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit., p. 45, 48–49

[27] Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Sobre a integração do Nordeste ao Centro-Sul cf. GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massagana, 1989.

[28] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 61.

[29] DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Op. cit., p. 31.

qual Minas Gerais alcançaria sua "independência econômica". [30] Nesse sentido, as elites mineiras mobilizaram-se para obter para o Estado a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, campanha frustrada porque a empresa foi construída em Volta Redonda-RJ. A partir daí, o governo do Estado adota uma postura mais agressiva no sentido da industrialização. A guinada industrializante teve início efetivo com o lançamento, apoiado por entidades empresariais como a FIEMG, da cidade industrial de Contagem, em 1940. Ainda na década de 1940, começa a operar em Minas Gerais a Vale do Rio Doce. Todavia, observa Diniz, a implantação lenta da empresa retarda os seus efeitos sobre a economia do Estado.[31]

Em 1947, o governo Milton Campos lança o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Segundo Dulci, esse plano retomava, em certa medida, as diretrizes do congresso de 1903 quanto à defesa da diversificação produtiva, diferenciando-se, entretanto, pela ênfase conferida à industrialização.[32] Diniz afirma que a prioridade do Plano era o desenvolvimento industrial, fato evidenciado pela previsão de 78% dos recursos para os transportes e apoio à industrialização. No setor de infra-estrutura, o plano previa a expansão e melhoria da produção e distribuição de energia elétrica e a construção e melhoria de estradas que articulassem as diversas regiões do Estado com a região Central; no setor industrial, além dos benefícios da infra-estrutura, concedia isenção de impostos estaduais às novas indústrias, planejava a implantação de uma nova cidade industrial em Santa Luzia e uma rede de frigoríficos em Belo Horizonte, Montes Claros, Pirapora, Ibiá, Governador Valadares e no Triângulo Mineiro. Os investimentos totais previstos estavam em torno de CR$ 2,1 bilhões. A principal fonte dos recursos deveria ser a Taxa de Serviço de Recuperação Econômica.[33]

Os resultados do Plano foram modestos pois faltaram recursos. É possível que o maior legado do Plano de Recuperação Econômica tenha sido o avanço no diagnóstico dos principais entraves à industrialização – deficiência da infra-estrutura energética e de

---

[30] DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit., p.77-79.

[31] DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Op. cit. p. 53–55.

[32] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 81. Dulci e Diniz têm posições divergentes quanto à questão do equilíbrio indústria-agricultura no Plano de Recuperação Econômica. Enquanto o primeiro defende a tese que o plano representava um modelo integrado de desenvolvimento regional, o segundo entende que o plano conferia prioridade absoluta à industrialização.

[33] DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Op. cit., p. 63–65.

transportes – e a criação de instrumentos de ação importantes como os incentivos às indústrias e a Taxa de Serviços.[34]

Na gestão Juscelino Kubistchek–Clóvis Salgado (1951-1955), a opção pela especialização produtiva e pela concentração espacial da indústria foi clara. Foi dada prioridade para o binômio energia e transportes, com vistas a prover a infra-estrutura necessária à industrialização. Além dos recursos estaduais, o desenvolvimento do "binômio" foi favorecido pelo aporte de recursos externos, com uma nova conjuntura nacional marcada pelos empréstimos externos e pela facilidade para importação de equipamentos instituída pela instrução 70 da SUMOC.[35] Os resultados foram expressivos. No setor de energia, sob a responsabilidade da CEMIG, também criada no governo JK, foram construídas quatro usinas e ampliadas as linhas de transmissão e distribuição. No setor de transportes, os investimentos concentraram-se no segmento rodoviário, sendo construídos, entre 1951 e 1955, 3.725 km de estradas.[36]

Os investimentos privados não acompanharam o ritmo do programa do governo estadual. Apenas duas empresas de maior porte entraram em operação no período: a Acesita e a Mannesmann. Contudo, o modelo implantado por JK em Minas e expandido para o plano nacional, a partir de 1956, indicava o caminho que a economia do Estado passaria a tomar desde então. Nas palavras de Diniz:

> No início dos anos de 1950, a estrutura econômica de Minas começava a ganhar certos contornos que marcariam sua tendência futura como parte do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, iniciava-se a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e integração do parque industrial, redefinindo a divisão inter-regional do trabalho a nível da indústria, no Brasil. Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Comici. Finalmente, ganhava importância a idéia da empresa pública como suporte e complemento aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista.[37]

---

[34] Idem, p. 71–72.

[35] DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Op. cit., p. 72–80.

[36] Nem todas essas estradas eram pavimentadas e, mesmo com a essa expansão rodoviária, as condições de transporte no Estado ainda permaneceram precárias.Cf. DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Op. cit., p. 80–82.

[37] Idem, p. 84–85.

Três características destacam-se no modelo que acabou prevalecendo em Minas Gerais: a especialização produtiva – bens intermediários –, a participação efetiva do capital estrangeiro e o papel central do Estado.

Entretanto, para Ignácio Delgado, não era exatamente esse o projeto original da burguesia mineira. A fração regional da burguesia acompanhava as diretrizes gerais das "classes produtoras" nacionais quanto a questões como o papel do Estado e do capital externo no desenvolvimento de Minas Gerais e do país. Do Estado, admitia-se uma ação supletiva em setores não interessantes para o capital privado. Em relação ao capital externo, os empresários eram favoráveis à sua entrada, mas com duas ressalvas: a) evitar que os mesmos contribuíssem para a redução de investimentos de empresas brasileiras em situações específicas e b) garantir que o Estado desse tratamento igualitário para o capital externo e o nacional.[38] Assim, para ele, o modelo de desenvolvimento pensado pela burguesia industrial do Estado a partir de 1930 estava centrado na especialização industrial – siderúrgica – com o apoio supletivo do Estado e do capital externo. Porém, seus grandes projetos, como a Elquisa e a Acesita, fracassaram como iniciativa privada "mineira", só se consolidando a partir do controle do capital externo e do Estado. A partir de então, passagem da década de 1940 para a de 1950, a burguesia estadual foi obrigada a alterar seu projeto:

> Sua ação passou a ser, principalmente, a de tentar defender o estado como centro siderúrgico, com o fito de atrair e polarizar outras atividades industriais. O fracasso dos dois maiores projetos privados dos anos 40 conduziria as entidades empresariais a uma aceitação ainda maior da presença do Estado, ante os riscos de que a indústria siderúrgica se consolidasse em São Paulo e no Rio de Janeiro. O projeto acalentado desde os anos 30 sofreria, pois, modificações de rota, que não alteravam seu conteúdo fundamental. A industrialização mineira deveria centrar-se na função polarizadora do setor "minério-metalúrgico". Só que, agora, com maior evidência patenteava-se a "penúria de capitais" e, nesta medida, mais que seu congênere paulista, o empresariado mineiro buscará no Estado o fator principal para a aceleração do processo de industrialização.[39]

Assim, a industrialização em Minas Gerais consolidou-se, nas décadas de 1960 e 1970, com a forte presença do Estado e dos capitais externos. Esse resultado, para o autor citado, constituiu, em certa medida, um revés para a burguesia mineira, que viu o

[38] DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit. p. 82–86.
[39] Idem, p. 94.

controle das grandes empresas pelas quais se empenhou sob domínio de capitais externos e de tecnoburocratas sem vínculos com as mesmas. Nas palavras do autor:

> (...) o peso do capital estatal, estrangeiro e de empresas com sede em outros estados, confinou o empresariado mineiro a ramos de pouca expressão econômica. A vitória da perspectiva que alimentava colocou-o, pois, como fração regional e dispersa da burguesia brasileira. É o custo do seu projeto. A estratégia de um revés.[40]

Não é nosso objetivo avaliar a existência ou a intensidade do "revés" da burguesia mineira e interessa-nos, na realidade, compreender e destacar o papel ativo desempenhado por essa classe no processo de desenvolvimento do Estado, aspecto afirmado com consistência pelo autor. Mesmo com a presença do Estado e do capital externo e que isso tenha significado um "revés", os empresários de Minas permaneceram com papel ativo no plano político e econômico na décadas de 1960, 1970 e 1980. Heloísa Starling aponta a contribuição efetiva do empresariado do Estado no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart.[41]

E para o período posterior a 1964, segundo Dulci,

> (...) sobressai a tendência inicial do empresariado a manter-se numa atitude corporativa, conferindo apoio ao Estado autoritário para preservar o regime imposto após o golpe. A abertura política, contudo, levando à rearticulação da Sociedade Civil (um de cujos elementos foi o aparecimento do "novo sindicalismo"), compele gradualmente os empresários à ação política. A politização acentuada da classe expressou-se mais ostensivamente com a eleição de grande número de empresários para a Constituinte Federal, em 1986, e com o tipo de ação que foi desenvolvido em torno da elaboração da nova Carta, dentro e fora do Parlamento. [42]

Na conclusão de seu ensaio sobre o empresariado e a política em Minas Gerais, Dulci lista cinco elementos centrais dessa relação: a) os empresários estão presentes no governo do Estado, ao longo do século XX, especialmente após 1930, b) as elites mineiras são polivalentes, transitando do setor privado para o público e deste para aquele, desempenhado papéis diversos, políticos, empresariais e técnicos, c) há uma relação estreita entre partidos políticos e empresários, d) o empresariado organizou-se

---

[40] DELGADO, Igáncio Godinho. Op. cit. p. 98.

[41] STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

[42] DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, n.8/**Revista do Departamento de História**, n. 10. Belo Horizonte, 1990 (Número conjunto), p. 93–124, p. 101.

razoavelmente bem ao longo do período e e) os centros formadores – Escola de Minas de Ouro Preto, Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Escola Superior de Agricultura de Viçosa e Faculdade de Ciências Econômicas da UMG – desempenharam papel importante na formação da elite tecno-empresarial do Estado.[43]

A polivalência das elites do Estado, bem como sua capacidade para agir de forma concertada no plano político, é um dos aspectos mais ressaltados pelos autores. Como observa Dulci, há uma razoável continuidade na política mineira que permite a sobrevivência/modernização dos velhos setores e a modernização econômica sem abalos sociais e políticos. Mesmo em momentos de disputa político-partidária, entre 1945 e 1964, por exemplo, em que as elites políticas e empresariais se dividiram em PR, PTB, UDN e PSD, a unidade das elites mineiras foi um fator determinante no desenvolvimento regional:

> (...) houve uma importante linha de continuidade no tocante ao projeto de industrialização, a despeito das imagens diferentes que se cultivaram sobre a economia regional. As administrações se encadearam uma às outras, não desfazendo o que encontraram, ainda que redefinindo prioridades. Esta linha de continuidade coloca a questão do consenso ou da convergência estratégica das elites em torno da meta do desenvolvimento.[44]

Mas o que contribui para tal convergência e continuidade? Marcado pela diversidade cultural e desarticulação econômica entre suas regiões, por que o Estado de Minas Gerais apresenta essa unidade política em sua história? Parte da resposta talvez esteja na força da mineiridade.

A mineiridade é objeto de discussão de diversos autores, entre eles Gilberto Freyre, Fernando Correia Dias, Bernardo Mata-Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Otávio Soares Dulci.[45] Parece-nos que os enfoques mais

---

[43] DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, n.8/**Revista do Departamento de História**, n. 10. Belo Horizonte, 1990 (Número conjunto), p. 93–124, p. 123–124.

[44] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit., p. 105.

[45] FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: PEREIRA, Francelino. **Gilberto Freyre**: o reinventor da história. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 26–48; DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência & Trópicos.** Recife, 13 (1), jan./jun. de 1985, p. 73–89, MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 2, n.1, janeiro/abril de 1987; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989; DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984 e DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit.

aprofundados foram feitos pelos dois últimos autores. Maria Arminda faz a reconstituição histórica da mineiridade, desde as suas fontes, nos escritos dos viajantes do século XIX, nos textos dos ensaístas e nos discursos políticos. Para autora, os viajantes teriam fundado os pilares da mineiridade; os ensaístas, a codificado e os políticos seriam seus emissários.[46] A mineiridade exprime

> (...) uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem as características do mito; estes ao identificarem-se com essa construção absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência; o mito quando politicamente instrumentalizado, adquire dimensão ideológica.[47]

Ainda segundo a autora, a mineiridade seria algo amplo que se manifesta em três dimensões: como mito, como imaginário e como ideologia.[48]

Neste trabalho, pensamos a mineiridade como ideologia da classe dominante em Minas Gerais. Nessa acepção, a referência é Otávio Soares Dulci, autor que aborda o assunto em artigo de 1983 e o retoma no livro de 1999. É a partir dessa última obra que sintetizamos as linhas gerais do tema.

Para Dulci, a mineiridade é uma ideologia de classe, a classe dominante no Estado. Essa ideologia possui uma história, ao longo da qual foi construída e enriquecida, e possui também funções razoavelmente bem definidas. O autor enumera seis grandes traços característicos da mineiridade: a) o apego à tradição e à continuidade, b) a valorização da ordem e da estabilidade, c) uma visão evolucionista da história d) o centrismo, a aversão pelas soluções radicais, e) o pragmatismo, a acomodação de interesses e f) a perspicácia e habilidade políticas.[49]

Historicamente, as raízes da mineiridade teriam surgido na colônia, quando, na mineração, a fiscalização real e a resistência da população local deram ensejo à visão segundo a qual os mineiros tinham uma cultura libertária, rebelde. A valorização da liberdade era, então, o elemento central da mineiridade em fins da fase colonial e início do período monárquico. Durante as Regências, em meio à instabilidade política, Bernardo Vasconcelos, liderança mineira, pronunciou um conhecido discurso em que apregoava a necessidade da defesa da liberdade, quando havia excesso de poder, e da

---

[46] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. cit. p. 29.
[47] Idem, p. 198.
[48] Idem, p. 257.
[49] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 195.

manutenção da ordem, quando havia excesso de liberdade. Naquele momento, Vasconcelos acrescenta um dado novo à imagem dos mineiros: o apego à ordem e o equilíbrio. Multifacetado como normalmente é um discurso regionalista, a mineiridade adquiria novos contornos conforme a conjuntura. Assim, na transição para a República, quando o novo regime vinha acompanhado de um projeto federalista, descentralizador, as lideranças mineiras enfatizavam a tradição libertária de Minas Gerais, trazendo para o proscênio da política a figura de Tiradentes, apresentado como o símbolo maior da luta pela independência e pela liberdade. Além do culto a Tiradentes e da revalorização da liberdade, sem comprometer a valorização da ordem, a mineiridade ganhou, por meio da contribuição do positivista João Pinheiro, um novo elemento: a defesa do progresso ou, na linguagem do século XX, do desenvolvimento. Os mineiros eram, pois, simultaneamente, os defensores da liberdade, da ordem e do desenvolvimento. [50]

Conforme Dulci, no início da República, momento crucial da emergência dos regionalismos estaduais, a ideologia da mineridade era forte o suficiente para ser a representação consensual das elites.

Consolidada, a mineiridade desempenha três funções centrais. Em primeiro lugar:

> (...) servir como "ideologia da classe dominante. (...) A imagem convencional das orientações e do comportamento político dos mineiros é cultivada em primeiro lugar pelas próprias elites, que se vêem como portadoras dos atributos da "mineiridade", difundem esta auto-imagem e dela se utilizam. Como concepção comum dos setores dominantes, ela se torna o código que os unifica, servindo de critério para seu modo específico de pensar e de agir.[51]

A segunda função é contribuir para a legitimação do domínio das elites. Além de promover a coesão entre os grupos dominantes, "a idealização do homem e da sociedade regionais é também construída e reproduzida pelo povo, à sua maneira." [52]

A terceira função é fortalecer e justificar os interesses e ações das elites regionais no plano nacional. Nesse aspecto, o discurso da mineiridade enfatiza a condição mediterrânea do Estado, sua posição central, que lhe concede a função de equilíbrio e síntese do país:

> O papel de Minas no Brasil seria, portanto, o de assegurar o equilíbrio e a conciliação dos interesses das várias regiões. Sua

[50] Cf. a síntese da trajetória histórica da mineiridade, em DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 196–200.
[51] Idem, ibidem.
[52] Idem, p. 200–201.

> localização central, ligando-se ao norte e ao sul do país, conferiria aos mineiros sensibilidade para os problemas de todos os estados e lhes permitiria exercer ação integradora e estabilizadora.[53]

Em termos históricos concretos, Dulci enumera exemplos e conjunturas específicas em que a mineiridade teve papel decisivo na mobilização pelo desenvolvimento regional. Segundo o autor, o argumento do equilíbrio foi importante para justificar o privilégio político do Estado na Primeira República, sendo retomado no período pós 1930, tanto pelas elites mineiras quanto pelo governo federal, para fazer frente ao regionalismo paulista. Como código unificador das elites, a mineiridade foi decisiva para que a modernização do Estado se desse com elevado grau de continuidade e também em demandas, em âmbito nacional, como a luta (perdida) pela CSN e a luta (vitoriosa) pela Usiminas, quando se formou uma frente única das elites mineiras pela empresa.[54]

Contudo, a força dessa ideologia não equivale à negação da heterogeneidade entre as regiões do Estado. Por sinal, a mineiridade até se serve dessa diversidade para afirmar que Minas Gerais é também uma síntese do Brasil, porque, assim como o país, o Estado é uma unidade construída sobre um conjunto de frações díspares. É consenso na historiografia que regiões específicas do Estado estiveram, ao longo da história, sob intensa influência de outros Estados: a Zona da Mata, sob influência do Rio de Janeiro; o Sul e o Triângulo, sob influência de São Paulo, e o Norte, sob influência da Bahia.

Por diversas vezes, as lideranças dessas regiões promoveram movimentos autonomistas, colocando em xeque a unidade mineira. Movimentos dessa natureza emergiram no Sul do Estado, no século XIX; no Triângulo, nos séculos XIX e XX, e no Norte de Minas, em 1967, 1987 e 2000. Os ensaios separatistas no Norte são o tema do segundo capítulo. Por ora, ressaltamos que as iniciativas separatistas no Sul, Triângulo e Norte, apesar de apresentarem particularidades, possuem em comum o fato de revelarem limites na decantada unidade das elites estaduais. Por outro lado, os estudos sobre esses movimentos emancipacionistas revelam que, entre outros fatores, a mineiridade foi arma decisiva na resistência dos "mineiros".

Seja como for, parece não haver dúvidas quanto à diversidade de Minas Gerais. Até mesmo a célebre frase de Guimarães Rosa – Minas são várias –, não obstante seu

---

[53] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 203.
[54] Idem, p. 203–214.

uso constante pelos defensores da mineiridade, é uma afirmação evidente da existência de especificidades regionais no interior do Estado.

Se, por um lado, o poder da mineiridade exige a reflexão sobre o conjunto estadual, o reconhecimento da diversidade indica, também, a necessidade de estudos específicos. Por isso, enfocamos a região Norte, uma das peças do mosaico mineiro.

1.2 – **Formação histórica do Norte de Minas**

Conforme divisão territorial do IBGE, de 1997, o Norte de Minas é umas das 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais (ver mapa 01). A mesorregião é um conjunto de microrregiões dentro de uma unidade federativa, e uma microrregião é um conjunto de municípios.[55]

O Norte de Minas reúne 89 municípios (ver mapa 02), distribuídos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Trata-se de uma área de "transição entre o domínio do cerrado e da caatinga. Ocorre, portanto, o predomínio do clima tropical semi-úmido, com incidência de aridez em determinados trechos."[56] Segundo o censo de 2000, cerca de 1.473.367 pessoas vivem na região, sendo mais de 300 mil em Montes Claros, seu principal centro urbano. Do ponto de vista social, o perfil da região coloca-se a meio caminho do Nordeste e do Sudeste, configurando-se, também, nesse âmbito, como uma área de transição.[57]

Uma das maiores dificuldades de realizar estudos sobre regiões em Minas é a diversidade de regionalizações adotadas ao longo da história e a existência de várias regionalizações simultâneas adotadas por cada órgão do Governo do Estado. Esse problema diminui consideravelmente quando se trata do Norte de Minas. A razão é que, desde a inclusão da região na área de atuação da SUDENE, consolidou-se a região em termos institucionais, estatísticos, políticos e econômicos. Do ponto de vista institucional, há uma área legalmente reconhecida e diferenciada das demais, para efeito

---

[55] MINAS GERAIS. **Divisões Territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

[56] PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete; PEREIRA, Anete Marília (Orgs). **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 11-32, p. 15.

[57] PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. Op. cit.**,** p. 15–25 e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

de investimentos de verbas destinadas ao combate às secas e aplicação de políticas de desenvolvimento específicas. No que tange aos dados e estatísticas, instituições como BDMG, SUDEMINAS, SUDENOR, AMAMS e SUDENE, produziram, desde 1967, estudos tendo como recorte a Área Mineira da SUDENE (usa-se, também, a nomenclatura Região Mineira do Nordeste, Região Mineira do Polígono das Secas e outras, mas o espaço referido é sempre o mesmo).

Do ponto de vista político, o regionalismo a que nos propomos investigar tem como base territorial, quase com exatidão, os municípios que compõem a Área Mineira da SUDENE, excetuando os momentos de ensaios separatistas, ocasiões em que o território em debate extrapola a referida área e mesmo o território de Minas Gerais, incluindo partes do Sul da Bahia. Por fim, sob o aspecto econômico, a política de desenvolvimento levada a efeito pela SUDENE e pelo Governo do Estado na região também contribuiu para formatar certas dinâmicas próprias na economia regional no contexto do Estado de Minas Gerais.

Assim, o recorte espacial desta pesquisa é bem delimitado. Trata-se da Área Mineira do Nordeste ou da SUDENE. Do ponto de vista temporal, a pesquisa cobre a segunda metade do século XX, exatamente quando essa região foi definida.[58]

Para a história pré-SUDENE, essa definição precisa, evidentemente, não existe. No século XIX, por exemplo, o Norte de Minas era algo muito mais amplo, integrando todos os "sertões de Minas": o sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), Paracatu, Serro Frio e Tejuco (atual Diamantina).[59] Nessa parte concentraremo-nos no estudo da formação histórica do que hoje é a mesorregião Norte de Minas.

A ocupação e a exploração coloniais desse espaço datam do século XVII, resultado da expansão da pecuária "nordestina" e das bandeiras paulistas. Há divergências quanto à primazia das correntes de ocupação paulista e baiana no espaço regional. Na historiografia, a tendência hoje é admitir que as bandeiras paulistas e baianas ocuparam o sertão praticamente de forma simultânea.[60]

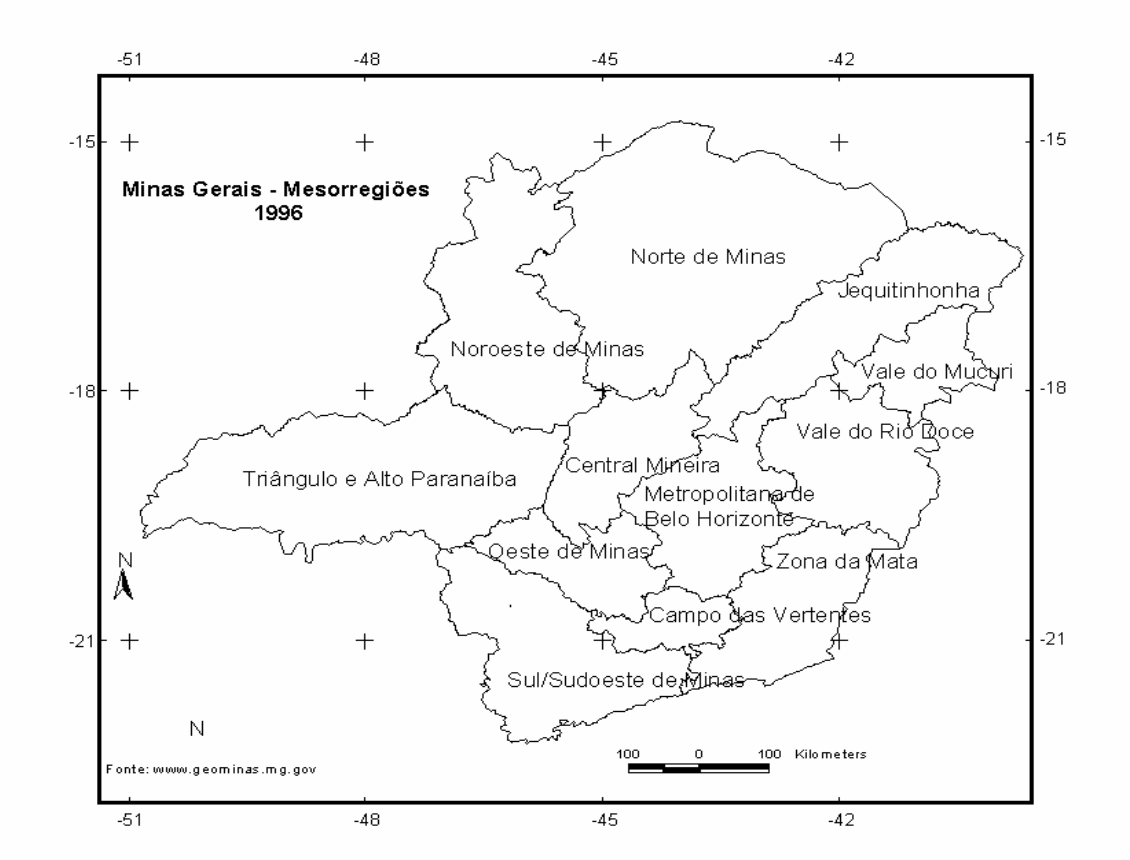
---

[58] Os municípios de São Romão, Riachinho e Santa Fé de Minas, integrantes do Norte de Minas pela divisão de 1997 do IBGE, não são da Área Mineira da SUDENE. Quando foi criada a SUDENE, a AMS totalizava 42 municípios. O aumento no número, que aparece ao longo do período, deve-se à criação de novos municípios pelo processo de desmembramento.

[59] BOTELHO, Tarcísio. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 36.

[60] CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. "De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado". 1693–1737. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Autores, como ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo

Mapa 01 – Mesorregiões do Estado de Minas Gerais



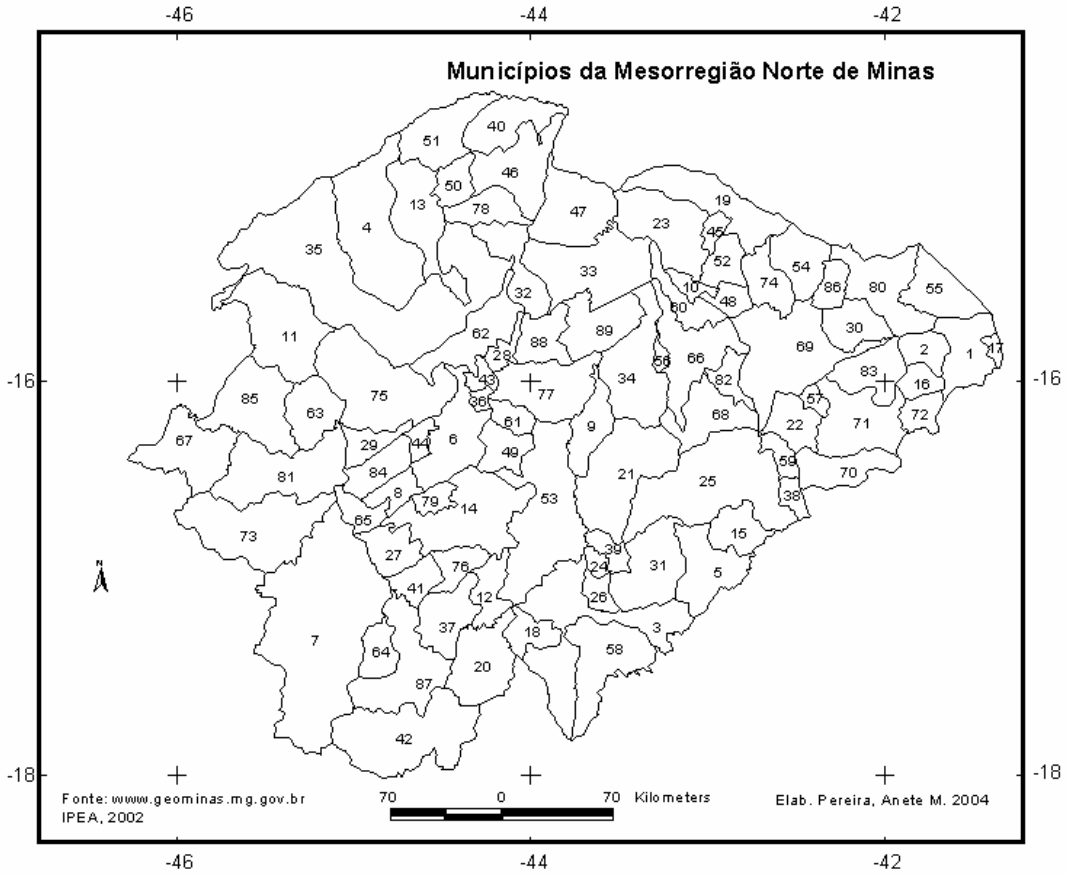
Contudo, essa discussão é secundária. O mais importante, afirma Mata Machado, é notar que ambas as correntes de povoamento/exploração produziram um mesmo conjunto de estruturas econômicas, sociais e políticas, assentado na criação de gado, na violência, nas relações de parentesco, na ordem privada, na formação de "potentados rurais".[61]

---

comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco.Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983, defendem a primazia paulista. Os trabalhos de VIANNA, Urbino de Souza. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 e PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979, defendem, com ênfase, a primazia baiana. A discussão é hoje menos importante na historiografia, contudo, no regionalismo norte-mineiro, ela é fundamental e, por isso, será retomada nos capítulos 2 e 3.

[61] MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**: 1690–1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.36–37. Acerca dos "potentados", cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736.** Op.cit.

Mapa 02: Municípios da mesorregião Norte de Minas



01	Águas Vermelhas	31	Itacambira	61	Patis
02	Berizal	32	Itacarambi	62	Pedrasde Maria da Cruz
03	Bocaiúva	33	Jaíba	63	Pintópolis
04	Bonito de Minas	34	Janaúba	64	Pirapora
05	Botumirim	35	Januária	65	Ponto Chique
06	Brasília de Minas	36	Japonvar	66	Porteirinha
07	Buritizeiro	37	Jequitaí	67	Riachinho
08	Campo Azul	38	Josenópolis	68	Riacho dos Machados
09	Capitão Enéas	39	Juramento	69	Rio Pardo de Minas
10	Catuti	40	Juvenília	70	Rubelita
11	Chapada Gaúcha	41	Lagoa Patos	71	Salinas
12	Claro Poções	42	Lassance	72	Santa Cruz de Salinas
13	Cônego Marinho	43	Lontra	73	Santa Fé Minas
14	Coração de Jesus	44	Luislândia	74	Santo Antônio do Retiro
15	Cristália	45	Mamonas	75	São Francisco
16	Curral Dentro	46	Manga	76	São João da Lagoa
17	Divisa Alegre	47	Matias Cardoso	77	São João da Ponte
18	E. Navarro	48	Mato Verde	78	São João das Missões
19	Espinosa	49	Mirabela	79	São João do Pacuí
20	Francisco Dumont	50	Miravânia	80	São João do Paraíso
21	Francisco Sá	51	Montalvânia	81	São Romão
22	Fruta de Leite	52	Monte Azul	82	Serranópolis
23	Gameleiras	53	Montes Claros	83	Taiobeiras
24	Glaucilândia	54	Montezuma	84	Ubaí
25	Grão Mogol	55	Ninheira	85	Urucuia
26	Guaraciama	56	Nova Porteirinha	86	Vargem Grande do Rio Pardo
27	Ibiaí	57	Novorizonte	87	Várzea da Palma
28	Ibiracatu	58	Olhos-d'Água	88	Varzelândia
29	Icaraí Minas	59	Padre Carvalho	89	Verdelândia
30	Indaiabira	60	Pai Pedro		

Quando as minas foram descobertas na região central da capitania, no final do século XVII, já havia se constituído uma sociedade agropastoril no Norte, observa Mata-Machado. Todavia, conforme Santos, as condições iniciais enfrentadas pelos primeiros fazendeiros, entre eles Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, eram bastante adversas. Suas instalações, em fins do século XVII e início do século XVIIII, eram precárias, quase por completo voltadas para a subsistência. Foram exatamente as demandas da área mineradora que contribuíram para dinamizar a economia do "sertão", expressão utilizada na época colonial para se referir à vasta zona ao norte da capitania.[62] Essa dinamização deveu-se, segundo Anastasia, a uma conjugação de fatores, entre os quais a posição estratégica, "centro geográfico do intercâmbio que se estabelecia, localização às margens do São Francisco, marginado por rota terrestre já existente."[63] Assim, os produtores e comerciantes da região intermediavam o fluxo de mercadorias entre o centro minerador e as capitanias da Bahia, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, além de comercializar os próprios produtos. Foi em virtude do intenso comércio com as minas que povoações ribeirinhas como Barra do Guaicuí, Januária e São Romão se tornaram "centros comerciais". Integrada às minas, a economia do "sertão" consolidou-se.

Segundo Marcos Fábio Martins de Oliveira[64], no século XVII, ocorre a doação das primeiras sesmarias na região. A margem direita do Rio São Francisco foi doada à família Garcia Ávila, conhecida como Casa da Torre; e a esquerda, a Antônio Guedes de Brito, conhecida como Casa da Ponte. "A sesmaria doada a Antônio Guedes de Brito ocupava um território de 160 léguas, iniciando-se no Morro do Chapéu, na Bahia, e findando-se nas nascentes do Rio das Velhas."[65] Os bandeirantes Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, ex-integrantes da Bandeira de Fernão Dias, tornaram-se grandes proprietários de terras na região. Pelo Alvará de 12 de Abril de 1707, Antônio Gonçalves Figueira obteve uma sesmaria de três léguas de comprimento por uma légua

---

[62] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688–1732)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 106.
[63] ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. cit., p. 37.
[64] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960–1980)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
[65] RODRIGUES, L. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba – uma interpretação:** 1970–1996. Op. cit.

e meia de largura, às margens do Rio Verde Grande, onde fundou a Fazenda Montes Claros.[66]

A pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram a base da economia regional nos séculos XVII, XVIII e XIX. A pecuária adentrou o sertão, favorecida pelas pastagens naturais e terrenos salinos. Os fazendeiros obtinham suas rendas da venda do gado – carne e força motriz – para a zona açucareira e da exportação de couros. A economia regional foi uma extensão da economia açucareira nordestina, afirma Luciene Rodrigues, inspirada em Celso Furtado.[67]

A agricultura de subsistência articulava-se com a pecuária extensiva. Ao lado das fazendas, formando pequenas povoações, viviam vaqueiros, agregados, trabalhadores livres e escravos, que cultivavam milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Os vaqueiros constituíam um caso específico. Eram remunerados com a quarta parte dos bezerros que nasciam e podiam criar animais pequenos e montar roçados nas várzeas.[68]

Até meados do século XIX, as cidades às margens do São Francisco, como Januária e São Romão, desempenharam importante papel no comércio regional. Porém, progressivamente, Montes Claros foi se firmando como o principal centro político e econômico da região, ascensão que se deveu a um conjunto de fatores que alterou o eixo econômico regional naquele período: o norte de Minas passou a ter uma maior ligação com o Centro-Sul – Zona da Mata mineira, emergente na cafeicultura, e o Rio de Janeiro, que ganhou novo impulso com a chegada da Corte Portuguesa, e, as províncias de Goiás e Bahia, parceiras tradicionais de Minas Gerais, entraram em franco declínio, no século XIX. Assim, as cidades às margens do Rio São Francisco, como São Romão, Januária e Guaicuí, perderam importância.[69] Desse processo resultou uma significativa reorientação nas relações inter-regionais. A perda de importância da Bahia no comércio do Norte de Minas, como observa Tarcísio Botelho, foi notável na década de 1840. Por

---

[66] A ocupação dos bandeirantes não foi pacífica pois a resistência indígena foi intensa, mas não vitoriosa. "Entre 1650 e 1720 aconteceu um verdadeiro genocídio nesse vale, provocado pelos colonizadores portugueses, no intuito de ocupar as terras habitadas pelos indígenas". Cf. DAYREL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Internacional de Andalúcia, 1998, p.67.

[67] RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba.** Op. cit. p. 8–9.

[68] ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p.69–70.

[69] BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Op. cit., p.52–54.

outro lado, parecia crescerem as relações comerciais com a praça do Rio de Janeiro[70], cidade que exerceu grande influência sobre a região e especificamente sobre Montes Claros até a década de 1960, conforme estudo de Márcia Valadares de Melo Franco.[71]

Como apontado, a pecuária era a atividade mais importante na economia regional. O algodão teve certa expressão comercial no século XIX, principalmente em virtude da crise na produção norte-americana na década de 1860, em conseqüência da Guerra de Secessão.[72] Porém, a atividade algodoeira não significou alterações nas relações de produção predominantes na região, funcionais à pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Conforme Stralen[73], a nova cultura adaptava-se à estrutura existente, embora tivesse uma destinação comercial. Em análise do complexo algodoeiro nordestino, que nos parece aplicável ao norte de Minas, Francisco de Oliveira explica como se estruturou essa atividade:

> A estrutura de produção dessa nova mercadoria (...) é constituída pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas "culturas de subsistência" do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas.[74]

Além de contribuir para o entendimento específico da cotonicultura, a análise de Francisco de Oliveira é útil para criticar uma tendência na historiografia regional, que pensa o Norte de Minas como uma região isolada do restante do país e do mundo até a chegada da ferrovia (1926) e mesmo da SUDENE, em 1959. Nessa leitura, a região

---

[70] BOTELHO. **Famílias e escravarias**. Op. cit. p. 59–60.
[71] FRANCO, Márcia Valadares de Melo. Op. cit.
[72] CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Mina**. Op. cit. p. 173–346, p.195–98.
[73] STRALEN, Cornelis Johannes van. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.
[74] OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Op.cit., p. 47.

disporia de dinâmica social, econômica e política próprias, "sertanejas", relativamente isoladas da cultura ocidental capitalista.[75]

Do ponto de vista econômico, a sobrevivência da estrutura "arcaica" forjada nos tempos coloniais não equivale a isolamento ou incompatibilidade com a dinâmica capitalista prevalecente nos centros da economia capitalista, como elucida Francisco de Oliveira. Com relação ao isolamento cultural e político, os estudos de Alysson Luiz de Jesus, Ednalva Gonsalves Mendes e Judy Bibier[76] mostram como os moradores de cidades e vilas como Montes Claros, Januária e Rio Pardo de Minas participavam ativamente dos debates políticos que se travavam em âmbito nacional e como a presença do Estado, apesar de ainda precária, condicionava o cotidiano da população.

A partir da República, a integração da região às demais regiões do Estado e a centros comerciais e industriais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo tornou-se muito mais efetiva. É consenso que três fatos contribuíram de forma decisiva para essa integração definitiva: a fundação de Belo Horizonte, a extensão da ferrovia pelo Norte de Minas e a inclusão da região na área de atuação da SUDENE.

Acerca dos impactos causados pela fundação de Belo Horizonte, conforme analisado, embora a integração e a polarização do Norte de Minas tenham sido um dos seus objetivos iniciais, tal processo só foi concretizado décadas após sua inauguração, ocorrida em 1897. Além da dinamização econômica do Norte, a escolha da região Central do Estado para o erguimento da nova capital visava combater, também, tendências separatistas ao sul e ao norte.[77] De fato, havia uma ameaça emancipacionista no Sul do Estado, como evidenciado no movimento em Campanha, em 1892.[78] Quanto

---

[75] Sobre o isolamento econômico, conferir CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Op. cit., p. 173–346 e MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste**. Op. cit. Sobre o isolamento cultural e político em relação ao ocidente, conferir QUERINO, Augusto José. **Montes Claros e o norte de Minas na rede urbana do centro-sul**: fábulas e metáforas do desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

[76] JESUS, Alysson Luiz de Freitas. **O sertão oitocentista**: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais – 1830–1888. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, MENDES, Ednalva Gonsalves. **"Entrando na ordem do dia"**: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004 e BIEBER, Judy. O sertão mineiro como espaço político (1831–1850). **Revista Estudos**, v. 29 (Especial), 2002, p. 373–394.

[77] Quanto ao separatismo no norte e sua relação com a nova capital, cf. MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**.op. cit. p. 104–105.

[78] Cf. MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**: a criação de novos estados no Brasil (1823–1988). Tese. Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 130.

ao Norte, como veremos no capítulo 2, se a necessidade de desenvolvê-lo vale como uma das justificativas para a localização de Belo Horizonte, o separatismo na região na conjuntura histórica de fins do século XIX sequer existia.

Se a fundação de Belo Horizonte demorou a surtir efeitos mais significativos na região, o mesmo não se pode dizer da ferrovia. Desde as últimas décadas do século XIX, essa era a reivindicação principal das elites regionais. À ausência de transportes atribuía-se grande parte do atraso da região; da chegada da ferrovia, esperava-se a promoção do "progresso". [79]

A construção da estrada de ferro atravessando o Norte de Minas no sentido centro de Minas para o Sul da Bahia estendeu-se de 1908 a 1950.[80] A transformação mais importante, do ponto de vista econômico, foi, possivelmente, o incremento do comércio de gado. Às margens da ferrovia desenvolveram-se as chamadas invernadas, fazendas destinadas à engorda e posterior comercialização dos bovinos para centros urbanos como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A interrupção da ferrovia em Montes Claros por cerca de 20 anos favoreceu o município, reforçando a sua condição de principal centro coletor e distribuidor da produção regional[81], com o desenvolvimento do comércio atacadista e a expansão de agências bancárias.[82]

Não obstante a dinamização provocada pela ligação ferroviária, bem como a maior integração econômica com as regiões Central e Sul de Minas e com o Rio de

---

[79] Cf., por exemplo, as edições de 16 mar. 1884, 03 nov. 1889, 10 nov. 1889, 24 nov. 1889 e 10 dez. 1889 do **Correio do Norte**. Cf. também BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR. Os documentos da Câmara Municipal de Montes Claros, datados de 1832 a 1980, estavam em processo de organização, microfilmagem e digitalização na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – DPDOR –, quando da realização da pesquisa. Esses documentos estão organizados sob a denominação Administração Pública de Montes Claros – APMC. Por isso, doravante nos referiremos a eles com as siglas APMC-DPDOR. Como o endereço topográfico não estava definido quando da pesquisa, informamos sempre a data e o autor dos documentos como critérios para futura localização dos mesmos.

[80] A cronologia da expansão ferroviária pelo norte de Minas é a seguinte: em 1908 foi inaugurado o terminal de Várzea da Palma; Pirapora, em 1911; Bocaiúva, em 1924; Montes Claros, em 1926; Janaúba, em 1945;. Monte Azul, em 1946 e a ligação com a Leste Brasileiro, na Bahia, foi concluída em 1950. As esperanças despertadas pela ferrovia foram grandes na população e lideranças regionais que acreditavam que as "paralelas de aço" trariam consigo o início de uma nova etapa de prosperidade para a região. Cf. LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros: Unimontes, v. 4, n.4, 1999, p. 83–110.

[81] CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**.Op. cit., p. 173–346, p. 204.

[82] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Op. cit., p. 13–103, p. 27–28.

Janeiro, a estrutura produtiva regional não se alterou de forma significativa até meados do século XX. Os estudos do BDMG, em 1967, revelam que, na economia, predominava uma estrutura fundiária caracterizada pelo binômio latifúndio–minifúndio, com pecuária extensiva e predatória, combinada com uma agricultura de subsistência rudimentar. A infra-estrutura de energia (exceto em Montes Claros) e de transportes era também precária, inexistindo qualquer rodovia pavimentada na região. Os serviços de saúde e educação careciam de investimentos imediatos, sendo altos os índices de analfabetismo.[83]

O quadro social e econômico, que tornava a região semelhante ao Nordeste mais propriamente do que a Minas Gerais, como ressaltam os documentos do governo do Estado[84], foi argumento utilizado para justificar a sua inclusão na área de atuação da SUDENE.

1.3 – **A Era SUDENE e a modernização regional**

Como parte de Minas Gerais e, a partir da SUDENE, também do Nordeste, o Norte de Minas integra-se a duas dinâmicas de desenvolvimento maiores: a mineira, que procuramos discutir em linhas gerais na primeira parte do capítulo, e a nordestina, cuja diretriz maior foi dada pela SUDENE.

É consenso que a SUDENE significou um divisor de águas na história da região. Todavia, antes de tratarmos da Era SUDENE propriamente dita, identificaremos o perfil da elite regional, suas principais entidades, demandas e experiências de mobilização nas décadas que precederam o advento da política de desenvolvimento do Nordeste.

Essa seqüência é útil para tornar mais clara a atuação efetiva das elites regionais no projeto modernizador, inclusive na inclusão do norte de Minas na área de atuação da SUDENE.

Os proprietários rurais, os comerciantes e alguns industriais da região começaram a se organizar na década de 1940, tendo o município de Montes Claros como centro principal de reunião e mobilização. Em 1944, os principais fazendeiros criaram a Sociedade Agropecuária de Montes Claros (posteriormente transformada em

---

[83] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Belo Horizonte, 1967, tomos I, II, III e IV.

[84] SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Belo Horizonte: SUDEMINAS, 1967.

Sociedade Rural de Montes Claros), sob a liderança de Geraldo Athayde. Em 1949, comerciantes e industriais fundaram a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, tendo como primeiro presidente Plínio Ribeiro dos Santos. Embora criadas formalmente para representar segmentos diferentes, as duas entidades eram integradas por um diversificado conjunto de pessoas. Da Sociedade Rural, participavam, além de proprietários rurais, médicos, advogados, farmacêuticos e comerciantes. O mesmo se repete na constituição da ACI.[85] Essa característica não se modificou com a industrialização. Escrevendo em nome da ACI, em 1975, no auge da expansão industrial, Luiz de Paula Ferreira afirma que

> (...) a pecuária e o comércio estão cedendo muitos dos seus líderes para a indústria, muitos deles acumulando atividades nas três áreas. Isso demonstra a não-existência de rivalidades, que seriam descabidas.[86]

A razão principal disso é que as elites regionais, assim como as suas congêneres em âmbito estadual, eram polivalentes. Nomes importantes da política regional eram, simultaneamente, fazendeiros, profissionais liberais e comerciantes. (Conferir quadro 01).

A polivalência das lideranças pode ser ilustrada em alguns casos específicos. Geraldo Athayde, primeiro presidente da Sociedade Rural, advogado e fazendeiro, foi também deputado estadual (1946–1950) e prefeito de Montes Claros (1957–1958). Jairo Ataide Vieira (embora a grafia do sobrenome seja diferente, esses líderes pertencem à mesma família), fazendeiro e formado em odontologia, foi vice-presidente da Sociedade Rural em 1983–1984, presidente da Coopagro por vários anos na década de 1980 e prefeito de Montes Claros em 1997–2000 e 2001–2004. Plínio Ribeiro dos Santos, médico, professor, fazendeiro e industrial foi o primeiro presidente da ACI, sendo, também, deputado federal pelo PSD (1955–1959). Ubaldino Assis foi presidente da ACI (1957–1962), vereador (1959–1962/1963–1966) e o primeiro presidente da SUDEMOC (1971–1973), órgão da prefeitura de Montes Claros destinado à promoção do desenvolvimento de Montes Claros. Jayme Crusoé Loures de Macedo, contador, advogado, empresário do ramo de imóveis urbanos, foi presidente da ACI em 1989–

---

[85] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros: 2000 e DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Montes Claros: ACI, 2003.

[86] FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros** . Belo Horizonte: Imprensa Oficial,1975, p. 19.

1992 e secretário municipal de Indústria e Comércio de Montes Claros em 1995–1996. Simeão Ribeiro Pires, fazendeiro, industrial, professor de história e engenheiro, foi prefeito de Montes Claros (1959-1963) e vereador (1963-1966/1967-1970).

O caso mais interessante de polivalência é o de José Corrêa Machado. Natural de Montes Claros, fazendeiro, formado em engenharia e arquitetura, José Corrêa Machado foi diretor de grandes empresas privadas como a Pavisan (construção civil), TV Montes Claros e Fundação Educacional de Montes Claros. Foi secretário municipal em Montes Claros na gestão de Antônio Lafetá Rebello na década de 1970, e vereador na mesma cidade (1989–1992) pelo PL, partido do qual também foi presidente. Além disso, Machado foi presidente da ACI (1977–1980) e presidente da Sociedade Rural de Montes Claros (1985–1986).[87]

Notamos, além da polivalência das elites, as estreitas relações entre as entidades e entre a iniciativa privada e o poder público. Podemos afirmar que as duas entidades em questão representavam as elites regionais.[88] Em pesquisa realizada por Evelina Antunes de Oliveira junto a lideranças políticas e empresariais em 1985–1987, a importância da ACI e da Sociedade Rural ficam evidentes, conforme o quadro 02.

Se não levarmos em conta as instituições públicas, as duas entidades em discussão aparecem exatamente nos dois primeiros lugares como instituições mais importantes. Ainda relevante, é a forte referência à Coopagro e ao Sindicato dos Produtores Rurais, empresa e entidade estreitamente ligadas à Sociedade Rural e redutos dos ruralistas, e o fato de a ACI aparecer na frente da Prefeitura que, em tese, é a instituição de maior presença na vida cotidiana de um município.

Dessa forma, parece-nos seguro investigar o papel desempenhado pela elite regional no processo de modernização econômica do Norte de Minas, a partir das suas principais entidades[89], atentando também para a atuação das lideranças políticas e suas relações com as entidades de classe.

---

[87] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit. e DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit.

[88] Em virtude do seu caráter polivalente e da integração entre políticos, empresários urbanos e ruralistas, faremos referência a todos esses segmentos, de agora em diante, por expressões genéricas como “elites”, “lideranças”, “burguesia” e “grupos dirigentes” regionais.

[89] Apesar de formalmente representarem os proprietários rurais e urbanos de Montes Claros, essas entidades envolveram-se, constantemente, em questões de âmbito regional. Além disso, a forte concentração dos investimentos públicos e privados nesse município, a partir de 1960, reforçou ainda mais o seu papel de centro regional e a representatividade de suas elites.

QUADRO 01
Polivalência das elites regionais

Nome	Profissão/ramo de atividade	Cargo na ACI (1)	Cargo na Soc. Rural (1)	Cargo político
Alfeu Gonçalves de Quadros	Fazendeiro e médico		Conselho administrativo (1951)	Prefeito de M. Claros (1942–1947, 1947–1950)
Antônio Lafetá Rebello	Fazendeiro	Conselho Consultivo (1957–1962)	Presidente (1975–1976)	Prefeito de M. Claros (1967–1970, 1978–1982)
Antonio Soares Dias	Advogado, professor e fazendeiro		2º vice-pres. (1991–1992)	Dep. Estadual (1975–1979), Dep. Federal (1979–1983, 1983–1987)
Edgar Martins Pereira	Empresário e fazendeiro	Conselho Consultivo (1957–1962)		Dep. Federal (1967–1975)
Euler de Araújo Lafetá	Empresário	Tesoureiro (1957–1962)		Dep. Estadual (1963–1967)
Geraldo Athayde	Fazendeiro e advogado		Presidente (1944–1946)	Dep. Estadual em 1946–1950, prefeito de M. Claros em 1957–1958
Humberto Souto	Advogado, contador e fazendeiro			Suplente Dep. Estadual em 1971–1975 (assumiu em 1973), Dep. Federal (1975–1995)
Jairo Ataíde Vieira	Odontólogo e fazendeiro	Vice-pres. (1977–1980)	Vice-Pres.(1983–1984/1993–1994)	Prefeito M. Claros (1997–2004)
Jayme Crusoé L. Macedo	Contador, economista, advogado e empresário	Presidente (1989–1992)		Secretário de Ind. Comércio na gestão Luiz Tadeu Leite (1983–1988)
João Alencar Athayde	Fazendeiro		Presidente (1955–1962)	Diretor da CAMIG no final da década de 1950
João Antônio P. Carvalho	Engenheiro e fazendeiro		Presidente (1951–1954)	Vereador em M. Claros
João F. Pimenta	Engenheiro e fazendeiro	2º vice-pres. (1952–1956)	Vice-Pres. Em 1944–1946	Prefeito de M. Claros em (1955–1956
José Corrêa Machado	Engenheiro e empresário	Presidente (1977–1980)	Presidente (1985–1986)	Vereador em Montes Claros (1989–1992)
Luiz de Paula Ferreira	Empresário, advogado e fazendeiro	Diretor (1957–1962)		Vice-prefeito de M. Claros (1962–1966), Dep. Federal (1967–1971)
Plínio Ribeiro dos Santos	Médico, comerciante e fazendeiro	Presidente (1949–1951)	Conselho administrativo (1951)	Dep. Federal (1955–1959)
Roberto Mauro Amaral	Engenheiro Agrônomo		Secretário (1965–1966)	Dep. Estadual 1991–1995), Diretor da CODEVASF (1977–1990)
Simeão Ribeiro Pires	Industrial, engenheiro e fazendeiro			Prefeito M.Claros (1959–1962)
Ubaldino Assis	Advogado, empresário	Presidente (1957–1962)		Vereador M. Claros (1959–1962/1963–1966) 1º presidente da SUDEMOC (1971–1973)

Fontes: SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros: 2000, DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Montes Claros: ACI, 2003; GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do Legislativo**. Montes Claros: Arapuim, 1997 e MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais** – período republicano (1889–1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v.
(1) Listamos apenas o cargo mais importante ocupado pela pessoa na entidade.

QUADRO 02
Principais indicações dos entrevistados para as instituições de maior importância na cidade [Montes Claros-MG]

Instituição	Indicações (%)
SUDENE	85,7
ACI	55,5
Prefeitura	44,4
Sindicato dos Produtores Rurais[90]	38,9
Sociedade Rural	38,9
DER	35,7
COOPAGRO	33,3
FUNM	21,4
10º BPM	21,4
Secretaria de Estado	21,4
Estrada de Ferro	21,4

Fonte: OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política**: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000, p. 195.

Antes de a SUDENE surgir, as elites regionais já se mostravam organizadas e indicavam as linhas gerais da sua atuação nas décadas seguintes. Identificamos, na década de 1950, duas experiências de mobilização que, em certa medida, lançaram as bases da ação e do pensamento regionalista que se tornariam hegemônicos até o final do século XX.

Nos dias 19 e 20 de setembro de 1953, a Associação Comercial de Minas, dentro de sua estratégia de realizar Mesas-Redondas Regionais[91], promoveu, em Montes Claros, a III Reunião Regional das Classes Produtoras. O evento foi dirigido pelo presidente da Associação Comercial de Minas, Paulo Macedo Gontijo, contando com a colaboração direta da diretoria da ACI de Montes Claros. Além de representantes estaduais da Associação, de Euclides Martins (representando a Federação das Associações Rurais de Minas), pecuaristas, comerciantes, lideranças empresariais, eclesiásticas e políticas regionais participaram ativamente da reunião. Entre elas

[90] O Sindicato Rural foi criado pelos próprios associados da Sociedade Rural, em 1968, e, além de funcionar na mesma sede, atuam de forma conjunta e comungam rigorosamente dos mesmos princípios ideológicos. SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit., p. 51.

[91] A Associação Comercial de Minas promoveu a I Reunião das Associações Comerciais do Sul de Minas, em Varginha, em maio de 1952; em março de 1953, I Mesa-Redonda das Classes Produtoras do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares; em setembro do mesmo ano, a III Reunião Regional das Classes Produtoras, em Montes Claros; em outubro, a IV Reunião Regional das Classes Produtoras, em Poços de Caldas e, por fim, a V Reunião Regional das Classes Produtoras, em Uberaba, em março de 1954. DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit., p. 147.

destacamos: Antônio Loreiro Ramos e Ubaldino Assis (comerciantes e diretores da ACI), José Esteves Rodrigues (Diretor da EFCB, Deputado Estadual em 1946–1950, Secretário de Viação e Obras Públicas na gestão JK–Clóvis Salgado em 1952–1955, Deputado Federal em 1956–1959), Plínio Ribeiro (comerciante, diretor da ACI e liderança política), Bispo Luis Sartori, João Antônio Pimenta de Carvalho (Presidente da Sociedade Rural) e Antônio Pimenta (Deputado Estadual).[92]

O evento produziu uma lista de 18 "recomendações" que representavam tanto as demandas gerais das elites mineiras como as reivindicações específicas da região. As mais importantes foram:

> 1ª) Extinção das Barreiras e Correntes Fiscais
> (...)
> 3ª) Instalação em Montes Claros de um Matodouro Frigorífico
> 4ª) Instalação em Montes Claros de uma agência de Armazéns Gerais
> 5ª) Organização de uma sociedade mista para exploração do serviço de força e luz em Montes Claros
> (...)
> 10ª) Instalação nas sedes dos municípios da região Norte-Mineira de Agências da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) para financiamento aos pequenos agricultores
> (...)
> 13ª) Instalação pelo SENAC em Montes Claros de curso de aperfeiçoamento de contadores, guarda-livros e empregados de escritório
> 14ª) Que os institutos de previdência façam aplicar as rendas auferidas na região Norte-Mineira na própria região
> 15ª) Que o SENAI instale em Montes Claros uma escola de aprendizagem industrial
> 16ª) Que seja solicitado do Congresso nova modificação da Lei de Imposto de Renda, aumentando o limite de isenção de rendimentos das pessoas físicas e das deduções para esposas e filhos
> 17ª) Que consiga dos órgãos superiores da fiscalização federal e estadual a adoção do critério da dupla visita, sendo a primeira para fins de orientação e esclarecimento ao contribuinte para maior harmonia entre fisco e contribuintes
> 18ª) Que seja aprovado pelo Congresso o projeto do Senador Melo Viana sobre a dotação de uma verba para a instalação de um patronato agrícola em Montes Claros[93]

[92] **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 27 set. 1953, p.1 e 4.
[93] **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 27 set. 1953, p.1 e 4.

Sob vários aspectos, o evento de 1953 é esclarecedor para a presente análise: 1) revela uma certa articulação entre as frações regional e estadual da elite mineira, 2) mostra a capacidade de mobilização da ACI, 3) indica as conexões entre proprietários rurais, comerciantes e lideranças políticas, bem como a harmonia ACI–Sociedade Rural) e 4) evidencia o papel do município de Montes Claros como centro aglutinador regional e a tendência da concentração de investimentos nesse município, como fica claro nas recomendações.

Quanto às reivindicações propriamente ditas, destacamos a ênfase na busca por crédito, tratamento fiscal privilegiado, treinamento de mão-de-obra e apoio para a montagem de um frigorífico, diretrizes centrais na estratégia regionalista em construção: o desenvolvimento da região dependia da isenção de impostos/concessão de incentivos fiscais/concessão de crédito facilitado aos investidores, da melhor qualificação dos trabalhadores e do estímulo ao potencial econômico da região, caso do frigorífico que possibilitaria o abate do gado na região e, portanto, um ganho maior para o setor da bovinocultura de corte.

Outra mobilização nos anos 1950 foi a comemoração do centenário da cidade de Montes Claros, em 1957. O evento foi promovido pela prefeitura do município em parceria com a Sociedade Rural que, no mesmo ano, concluiu o seu parque de exposições e realizou a primeira exposição agropecuária regional. Inserida na conjuntura desenvolvimentista, a festa em Montes Claros tinha objetivos político-econômicos bem definidos: atrair recursos públicos e privados para o município e região.

Não obstante os conflitos políticos de ordem local, foi feito um esforço conjunto para promover a festa e, como conseqüência, lograr êxito nas reivindicações. A união das lideranças políticas fica evidenciada na composição da Comissão Organizadora do Evento, nomeada pelo decreto nº 30, de 05 de março de 1956, do então Prefeito de Montes Claros João Ferreira Pimenta, a saber: Presidente: Hermes Augusto de Paula (médico e escritor); Tesoureiro: Sr. Hélio Morais; Secretário: Sr. Cândido Simões Canela; Presidentes de honra: Deputados Federais Plínio Ribeiro (PSD), José Esteves Rodrigues (PR); Deputados Estaduais Antônio Pimenta (PSD) e Teófilo Pires (PR); Presidente da Câmara Municipal, vereador Geraldo Athayde (PSD).[94]

[94] **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 05 abr. 1956, p.1. Além dessa comissão local, o prefeito nomeou uma Comissão de Honra com a seguinte composição: Juscelino Kubitschek de Oliveira – *Presidente da República;* João Marques Belchior Goulart – *Vice-Presidente da República;* Ulisses Guimarães –

Enquanto as equipes de trabalho da Sociedade Rural e da Prefeitura preparavam as comemorações, políticos, comerciantes, industriais e fazendeiros lideravam um movimento de reivindicação de investimentos mais vultosos para a região. No mês de julho de 1956, o deputado montes-clarense Plínio Ribeiro (PSD) reuniu-se com o Presidente Juscelino Kubitschek e apresentou-lhe as suas principais reivindicações: empréstimo de 30 milhões à cidade de M. Claros; erradicação da doença de Chagas; conclusão das obras da rodovia Corinto–Montes Claros com asfalto; instalação de um frigorífico em Montes Claros; melhorias da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil – com reforma nos trilhos e eliminação de curvas e, por fim, a construção da hidrelétrica de Jequitaí.[95]

Junto ao governo estadual, pleiteavam a construção de um novo sistema de abastecimento de água em Montes Claros e uma política de incentivo e proteção à cotonicultura e indústria têxtil.

Notamos que, entre as grandes reivindicações, continua em primeiro plano o frigorífico, mas agora aparece a ligação asfáltica com Corinto/Belo Horizonte e a construção da hidrelétrica de Jequitaí, localidade próxima a Montes Claros.

O presidente JK e o Governador Bias Fortes estiveram em Montes Claros no dia 03 de julho de 1957, data do início da festa. O primeiro comprometeu-se, em seu discurso, a atender a todas as reivindicações apresentadas.[96]

Apesar de todas as expectativas despertadas, as maiores demandas – frigorífico, energia elétrica e pavimentação da rodovia Montes Claros–Corinto – tiveram que esperar por alguns anos.

Todavia, o evento revelou a capacidade de mobilização conjunta das lideranças políticas, acima das diferenças partidárias, das entidades de classe e do poder público – caso da Prefeitura de Montes Claros.

Presidente da Câmara Federal;, Apolônio Sales – *Vice-Presidente do Senado Federal*; Orozimbo Nonato da Silva – *Presidente do Supremo Tribunal Federal*; José Francisco Bias Fortes – *Governador do Estado de Minas Gerais;* Artur Bernardes Filho – *Vice-Governador do Estado de Minas Gerais;* Nisio Batista de Oliveira – *Presidente do Tribunal de Justiça;* José Augusto Ferreira Filho – *Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais,* General da Brigada Américo Braga – *Comandante da 4ª Região Militar;* Assis Chateaubriand – *Representante da Imprensa Nacional;* Tenente Coronel Geraldo Batista – *Comandante do 10º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar;* D. José Alves Trindade – *Bispo Diocesano de Montes Claros;* Otávio Vieira Machado – *Juiz de Direito da Comarca;* Abílio Leite Barbosa Filho – *Juiz Municipal;* Jair Renault de Castro – *Promotor de Justiça;* Tenente Coronel José Coelho de Araújo – *Delegado Especial de Polícia.*

[95] **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 01 jul. 1956, p.1.

[96] PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

Parece-nos que as duas mobilizações, a de 1953 e 1957, independentemente de seus resultados imediatos, indicam a presença de uma razoável articulação regional. Assim, quando a SUDENE surgiu como uma alternativa, as elites regionais já tinham alguma experiência e capacidade de mobilização e identificavam, em linhas gerais, diretrizes de ação, com vistas à promoção dos seus interesses e à modernização regional.[97]

Falemos sumariamente da SUDENE. Sua implantação foi a forma mais organizada e sistemática de intervenção do estado brasileiro no Nordeste. Antes, porém, a região já recebia atenção especial do governo central. No século XIX, principalmente a partir da grande seca de 1878, a ação pública caracterizou-se pela intervenção pontual e assistencialista, visando minorar as conseqüências das secas.

Em 1909, a intervenção institucionalizou-se, com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS –, transformada em Inspetoria Federal de Obras contra as Secas – IFOCS –, em 1911, adquirindo, então, um caráter de órgão permanente[98]. A IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS –, em 1945.

A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 177, destinava 4% da receita tributária federal para o combate aos efeitos das secas no Nordeste. Esse artigo foi suprimido em 1937 e recriado na Constituição de 1946, com a redução dos recursos de 4 para 3%. Tais recursos eram empregados, de forma geral, na construção de poços artesianos e açudes, sob o argumento de que o problema principal da região era a escassez de água. Foi o tempo da "solução hidráulica" para os problemas do Nordeste.[99]

Uma nova orientação começou a ser dada na década de 1940, com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF – e da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF. A primeira visava ao aproveitamento do potencial energético do Rio São Francisco, tendo como prioridade inicial a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso. A CVFS inspirava-se na *Tennessee Valle Authority* – TVA –, órgão criado pelo

---

[97] O que não significa inalterações no discurso e ação das elites regionais. Como veremos no capítulo 3, a SUDENE implicou uma forte reorientação em pontos específicos da ideologia regionalista, especialmente nas narrativas históricas que eram produzidas com vistas a justificar a participação do norte de Minas na área de atuação da superintendência.

[98] A IOCS foi criada pelo Decreto nº 7.619, em 21 de outubro de 1909, por sugestão do Ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá (político mineiro), e transformada em IFOCS, em 20 de dezembro de 1911, pelo Decreto-lei nº 5.226. SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 1979, p. 114.

[99] COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento** (o processo de criação da SUDENE). São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 58.

Governo Franklin Roosevelt, em 1933, voltado especificamente para a exploração do potencial econômico do Vale do Tennessee, nos Estados Unidos. A CVSF propunha-se ao aproveitamento do São Francisco em setores como navegação e irrigação.[100]

A CHESF e a CVSF revelaram um importante deslocamento na abordagem dos problemas do Nordeste, superando a lógica hidráulica, pensava em explorar o potencial econômico da região.

A criação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB –, em 1952, também se inscreve nessa nova abordagem iniciada na década anterior. Os fundadores do Banco, especialmente Rômulo de Almeida, tinham uma visão ampliada dos problemas da região, compreendendo-os a partir da sua estrutura produtiva e social. No entanto, o Banco não tinha força nem se propunha a mudar essa estrutura, mas sim a fornecer crédito a agricultores e industriais da região.[101]

Assim, quando a SUDENE foi criada, em 1959, já havia, pelo menos, quatro grandes instituições federais no Nordeste: o DNOCS, a CHESF, a CVSF e o BNB, o que indica que a persistência dos problemas não se devia à ausência de instituições nem de recursos públicos. Entretanto, faltava a esses órgãos articulação, pois não havia diretrizes gerais que orientassem as suas ações. A desarticulação explica-se, também, pela ausência de uma iniciativa planejada do estado, embasada numa visão conjunta (correta ou não) do problema Nordeste. Um dos propósitos da SUDENE era atacar justamente esse ponto: centralizar, orientar, disciplinar todas as ações do Governo Federal na região.

A criação da SUDENE foi precedida de intensas mobilizações sociais e políticas no Nordeste, entre as quais podemos destacar as ações das Ligas Camponesas, a mobilização da Igreja Católica (especialmente a realização do Encontro dos Bispos no Nordeste, em Campina Grande, em 1956), a derrota dos candidatos governistas (PSD-PTB) na região, nas eleições de 1958, e a mobilização dos industriais do Nordeste e do Centro-Sul (realização do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste na cidade de Garanhuns, em 1959, com a participação do Presidente Juscelino Kubistcheck).

Tudo isso ocorreu tendo como pano de fundo a "euforia desenvolvimentista" do Centro-Sul, contraposta às calamidades ocasionadas pela seca de 1958, no Nordeste.[102]

---

[100] SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro**. Op. cit., p. 123-134.
[101] COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. Op. cit., p. 62.
[102] Idem, p. 69–102.

Foi nessa conjuntura que Juscelino Kubistcheck determinou a criação da SUDENE, sob a inspiração teórica e a direção administrativa de Celso Furtado.

O Projeto SUDENE foi enviado ao Congresso Nacional em fevereiro de 1959 e aprovado em 15 de dezembro do mesmo ano (Lei nº 3.692). Enquanto o projeto enfrentava resistências no Congresso, Celso Furtado e seus auxiliares já atuavam por meio do CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste –, criado por JK pelo decreto n. 45.445, de 20 de fevereiro de 1959[103]. O Primeiro Plano Diretor da SUDENE só foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1961, retardando, portanto, a execução dos projetos da Superintendência.

Além dos investimentos públicos diretos, a SUDENE dispunha, originalmente, de instrumentos legais importantes para estimular os investimentos privados na região, tais como a "possibilidade de obter divisas estrangeiras a câmbio preferencial para a importação de maquinaria destinada à indústria do Nordeste"[104]. Esse instrumento foi suprimido pela reforma cambial do Governo Jânio Quadros, que unificou os valores do câmbio. Cortada essa fonte de recursos, foi instituído, no artigo 34 do I Plano Diretor, outro poderoso incentivo: "qualquer empresa poderia reduzir de 50 por cento o imposto de renda, investindo uma importância igual a duas vezes essa quantia em uma indústria no Nordeste aprovada pela SUDENE"[105]. Por resistência de deputados nacionalistas, particularmente os do PTB, esses benefícios fiscais restringiram-se às empresas nacionais. Em 1963, o artigo 18 do II Plano Diretor estendeu os benefícios fiscais ao capital externo[106].

Estava formado, então, o famoso "sistema 34/18", brilhante instrumento de desenvolvimento do Nordeste, segundo João Gonçalves de Souza; mecanismo de transferência do controle da economia nordestina para as mãos das grandes empresas do Centro-Sul e do capital externo, segundo Francisco de Oliveira.[107]

As visões de João Gonçalves de Souza e Francisco Oliveira sintetizam duas vertentes interpretativas do papel da SUDENE na área de estudo. O pensamento do primeiro é compartilhado, de forma geral, pelas lideranças empresariais e políticas da

---

[103] HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965, p. 97.
[104] Idem, p. 108.
[105] Idem, p. 109.
[106] CARLI, Gileno. **Política de desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE, 1971, p. 56–58, 65–66.
[107] SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro**. Op. cit e OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Op. cit.

região; a tese do segundo é a base principal da historiografia crítica da Superintendência.

Além de levantar várias outras questões importantes, a interpretação de Francisco de Oliveira implica reconhecer que a SUDENE foi, acima de tudo, uma estratégia do grande capital do Centro-Sul do país, especialmente na conjuntura de crise dos anos 1960. Há, de fato, indicações claras do interesse da burguesia do Centro-Sul na implantação da SUDENE[108]. Além disso, os estudos de Antônio Rocha Magalhães mostram a presença dos capitais oriundos do "restante do país" na indústria incentivada no Nordeste. Para o Norte de Minas, em específico, a dissertação de Mariângela Figueiredo Braga apresenta resultados semelhantes.[109]

Admitida a relação dos capitais do Centro-Sul com a industrialização incentivada no Nordeste e no norte mineiro, a questão a que nos propomos discutir é a visão das elites norte-mineiras acerca desse processo, bem como a sua participação no mesmo.

O Norte de Minas estava incluído nas áreas de atuação das obras contra as secas, desde 1911, pelo Decreto nº 9.256, de 28 de dezembro. Em 1936, Lei nº 175/36, foi instituído o Polígono das Secas, sem o Norte de Minas. Foi em 1946 que a região foi incluída no Polígono, por interferência do deputado Vasconcelos Costa junto ao Presidente Eurico Gaspar Dutra. Conforme assinala Marcos Fábio Martins de Oliveira, Vasconcelos Costa estava atendendo a uma iniciativa de prefeitos da região, liderados pelo então prefeito de Francisco Sá, Feliciano de Oliveira. O autor afirma, ainda, que, segundo depoimento do deputado Vasconcelos Costa, prefeitos de municípios do Vale do Jequitinhonha não demonstraram nenhum interesse na medida, uma vez que os fazendeiros desses municípios temiam pela desvalorização de suas terras, caso a região adquirisse o *status* de "seca".[110]

O projeto original da SUDENE não incluía o Norte de Minas. As relações entre as lideranças regionais e a cúpula da política mineira foram decisivas na inclusão da

---

[108] Segundo texto do CIESP-FIESP, o Nordeste carecia de um impulso econômico que partiria de São Paulo ou do exterior. Além disso, os industriais paulistas se julgavam aptos, com o dever e o direito de investir no Nordeste. Cf. CIESP/FIESP. **São Paulo e a economia nordestina**. São Paulo: CIESP-FIESP, 1957. p. 18, 122–123.

[109] MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional**: a nova indústria do nordeste. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983, especialmente cap. Estrutura Industrial, p. 103-171 e BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE – um estudo de caso**. Op. cit.

[110] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros sob a orientação da SUDENE**. Op. cit., p.102.

região na área de atuação da Superintendência. O jornalista José Carlos de Lima, estreitamente ligado à elite política regional, cunhado do fazendeiro e presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, João Alencar Athayde, foi figura central nas articulações que levaram à aprovação da emenda do deputado José Bonifácio de Andrada (um deputado sem base eleitoral no Norte de Minas), beneficiando a região. Evelina Antunes de Oliveira relata o andamento das negociações:

> Negocia-se com os deputados nordestinos a inclusão por etapas: inicialmente a região só participaria do rateio de verbas, sem direito aos incentivos fiscais, o que daria tempo ao Nordeste para se adiantar na captação dos incentivos e investir na infra-estrutura industrial. Mas as negociações favoráveis à SUDENE se aceleram e entre a aprovação da lei de criação do órgão e do primeiro Plano Diretor (também submetido ao Congresso), passam-se apenas três meses e, nos termos da segunda mensagem do Presidente da República, o norte de Minas já consta como membro do Conselho Deliberativo da SUDENE.[111]

O desempenho de José Carlos de Lima foi recompensado com a sua nomeação como representante de Minas no Conselho Deliberativo da SUDENE.[112]

Por sua vez, a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros informa, em seu livro oficial de memórias, ter sido uma parceira da SUDENE desde os tempos iniciais da Superintendência.[113]

Embora as negociações no Congresso tenham evoluído aparentemente de forma rápida, os deputados e governadores do Nordeste não viam com simpatia a extensão dos benefícios da SUDENE para uma região do Sudeste como o Norte de Minas.[114] A conseqüência disso é que, no primeiro plano diretor (1961–1962), foi destinado à região apenas 0,2% do total de recursos aplicados em todo o Nordeste, e no segundo plano diretor (1963–1965), 2,33%.[115]

Além das razões políticas, havia imprecisões na legislação quanto à área de atuação da SUDENE. A Lei 3.692 que criou a SUDENE dizia, no artigo primeiro:

---

[111] OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. Op. cit., p.81.
[112] *Ibidem*, p. 80–81.
[113] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit.
[114] Ilustra bem isso o depoimento do deputado montes-clarense Artur Fagundes de Oliveira: "Conquista das mais difíceis foi (...) a inclusão deste pedaço de Minas Gerais, localizado no norte e na margem do Rio São Francisco, à esfera da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Consideraram os políticos e os homens de Governo dos Estados nordestinos, constituir mesmo uma usurpação a inclusão do Norte de Minas no chamado "Polígono das Secas". Discurso do Deputado Estadual Artur Fagundes na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 26 mar. 1963. p.1 e 6.
[115] SUDEMINAS. Op. cit., p. 29–30.

> § 1º - Para fins desta Lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
> § 2º - Á área de atuação da SUDENE abrange, além dos Estados referidos no parágrafo anterior, a zona do Estado de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.[116]

Assim, haveria uma diferença entre Nordeste e área de atuação da SUDENE. O problema que isso acarretava é que a legislação que regulava a aplicação dos recursos e a isenção de impostos (Leis 3.692 e 3.995) se referia, às vezes, a "Nordeste" e, outras vezes, à "área de atuação da SUDENE", deixando margem para dúvidas.[117]

Além da imprecisão jurídica, faltava presença política de Minas Gerais junto à SUDENE.[118] Por isso, nos anos iniciais da década de 1960, os efeitos da Superintendência na região foram pequenos.

A vitória no Congresso Nacional por ocasião da tramitação do projeto SUDENE não foi suficiente. Novas batalhas políticas tiveram que ser travadas. O depoimento de Simeão Ribeiro, prefeito de Montes Claros entre 1959 e 1963, indica que novas negociações políticas foram feitas para ajustar a legislação:

> Temos lutado muito para que o Congresso Nacional reconheça a área mineira da seca perfeitamente identificada como área nordestina, enfrentando adversidades climatéricas que impedem, há anos, o desenvolvimento dessa região. Desejamos os salutares efeitos de isenções fiscais e outros favores reconhecidos pela Lei que instituiu a SUDENE (...)[119]

A "luta" a que se refere Simeão Ribeiro deu resultado. A Lei nº 4.239, em 1963, alterou o conceito legal de Nordeste, desfazendo a ambigüidade: "Para fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do

---

[116] SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Dezembro de 1976, s/p.
[117] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**.Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13–103, p. 46.
[118] O reconhecimento da omissão do governo estadual aparece até mesmo em documentos do próprio Estado de Minas. Cf. SUDEMINAS. Op. cit., p. 28–29.
[119] PIRES, Simeão Ribeiro. Um sertanejo de lutas. **Revista Montes Claros em foco**, Montes Claros, p. 16-17, nov./dez. 1962.

Estado de Minas Gerais, situado no denominado Polígono das Secas, e o Território de Fernando de Noronha."

Removidos os obstáculos jurídicos, a mobilização das lideranças regionais e do Governo do Estado[120] que, progressivamente, parecia voltar suas atenções para as possibilidades abertas pela SUDENE[121], começou a produzir efeitos mais expressivos a partir de 1965.

Alguns fatos marcaram o ano de 1965, transformando-o, talvez, no marco cronológico do início efetivo da Era SUDENE no norte de Minas. O mais significativo foi a realização, no mês de fevereiro, da Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros.[122] A reunião contou com a participação dos prefeitos da região, do Governador de Minas, José Magalhães Pinto, seis governadores de Estados nordestinos e do Vice-Presidente da República, José Maria Alkmin.

Em 1965, com o apoio da Sociedade Rural de Montes Claros[123], começou a funcionar em Montes Claros um escritório da SUDENE, com a finalidade de fazer a interlocução entre as demandas regionais e a sede da Superintendência, localizada em Recife-PE. Também nesse ano, completou-se a rede de transmissão de energia entre Montes Claros e o sistema de Três Marias e foi inaugurado o Frigorífico Norte de Minas – FRIGONORTE.

O fornecimento de energia era precário em toda a região. Entre as reivindicações principais do movimento de 1957 estava a construção da hidrelétrica de Jequitaí que deveria fornecer energia para os municípios de Bocaiúva, Coração de Jesus, Francisco Sá, Brasília de Minas, Pirapora, Jequitaí, Várzea da Palma, Juramento e Montes Claros. O projeto, que seria desenvolvido pela CVSF, foi descartado por ser considerado inviável economicamente. Em troca, o Presidente JK assumiu o compromisso de construir linhas de transmissão de Três Marias para todos os municípios que seriam beneficiados com o "projeto Jequitaí".[124] Além dos eventos de 1957, a Sociedade Rural e ACI mantiveram-se mobilizadas para agilizar a liberação de verbas, com vistas à

---

[120] A mobilização do governo do Estado e das lideranças regionais para promover em Montes Claros uma Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE é evidenciada pelo discurso do prefeito de Montes Claros em 1965, Pedro Santos, durante o evento. Cf. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril-maio de 1965, s/p. A mesma reportagem elogia o Governador Magalhães Pinto que, segundo o jornalista, estava, em sua gestão, atuando junto à SUDENE em favor da região, diferentemente do seu antecessor.

[121] Cf. SUDEMINAS. Op. cit.

[122] SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Op. cit. s/p.

[123] SOCIEDADE RURAL. Op. cit. p. 22.

[124] PEREIRA, Laurindo Mékie. Op. cit.

construção das linha de transmissão que só se completaram em 1965, contando com o apoio financeiro da SUDENE.[125]

O FRIGONORTE foi a primeira indústria incentivada a se implantar na região, concretizando um antigo sonho dos ruralistas que, desde o Plano de Recuperação Econômica do Governo Milton Campos (1947–1950), reivindicavam a construção do frigorífico. A empresa tinha, inicialmente, como sócio majoritário, o Governo do Estado, através do BDMG, e, como sócios minoritários, 21 investidores da região, liderados por Luiz de Paula Ferreira, João Alencar Athayde, Osmane Barbosa, Simeão Ribeiro Pires e outros.[126]

A história do FRIGONORTE sintetiza parte do processo histórico em curso na região: foi um empreendimento das elites locais-regionais que, explorando o seu principal setor de atuação, a pecuária, serviram-se dos incentivos fiscais da SUDENE e dos recursos do Estado de Minas Gerais. Os capitais "de fora" tornaram-se hegemônicos ao longo do período. Todavia, o frigorífico revela a presença ativa dos grupos dirigentes regionais no processo de modernização.

Após 1965, com o fornecimento adequado de energia para Montes Claros e Pirapora, com uma maior (se comparada aos anos iniciais) atuação do Governo do Estado junto à SUDENE, a industrialização, especialmente em Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma, e a modernização do campo começavam a deslanchar.

De forma resumida, o papel principal da SUDENE na região foi a concessão de incentivos fiscais. Por sua vez, o Governo do Estado atuou através de diversos órgãos: BDMG, INDI, CDI, SUDENOR, RURALMINAS e outros. O Banco tinha como prioridades realizar estudos e financiar projetos, como foi o caso do FRIGONORTE. O INDI, criado e mantido pelo BDMG e CEMIG, com o objetivo de "consolidar e expandir o parque industrial mineiro"[127], atuava na elaboração de estudos, identificação e divulgação de oportunidades de investimento e dando assessoria aos empresários. A Companhia de Distritos Industriais – CDI – atuava, entre outras ações, na construção e administração de distritos industriais. Na região, foi responsável pela implantação dos distritos industriais de Montes Claros e Pirapora. A SUDENOR (sucessora da

[125] Acerca da mobilização da ACI e Sociedade Rural, após 1957, cf. OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Op. cit., p. 77–78. Com relação às verbas liberadas via SUDENE, ver OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. Op. cit., p. 73.
[126] OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Op. cit., p. 82–83.
[127] INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1987, p. 66.

SUDEMINAS, criada em 1966) foi criada em 1977 com duas finalidades básicas: "elaborar estudos globais e setoriais e planos e programas de desenvolvimento para a região, e acompanhar junto aos organismos federais com atuação na área a tramitação da reivindicações e proposições mineiras." [128] A RURALMINAS atuou no setor rural, estimulando e dirigindo grandes projetos de reflorestamento e irrigação.

A modernização econômica, levada a efeito na região, obedecia a imperativos maiores, estando conectada com a dinâmica do capitalismo brasileiro, especialmente do grande capital do Centro-Sul, e foi capitaneada pelo poder público em suas instâncias federal e estadual. Porém, isso não equivale a uma operação completamente externa aos interesses das elites regionais, nem a uma passividade das mesmas ante o transcorrer da história, como vimos tentando mostrar.

No decorrer do processo, as lideranças empresariais urbanas, através da ACI; as rurais, por meio da Sociedade Rural, e as políticas, por meio das Associações de Município ou mesmo de forma isolada, foram concordes com o modelo de desenvolvimento em implantação e também se beneficiaram do mesmo.

A divisão das elites entre urbanas, rurais e políticas é apenas para facilitar a exposição, uma vez que havia fortes laços que as unificavam.

Comecemos pela ACI, que, em princípio, é a entidade que mais se identifica com os empresários urbanos. O envolvimento da entidade com as ações da SUDENE e o governo de Minas Gerais era tão intenso que, além de episódios mais relevantes como a mobilização pela energia elétrica de Três Marias, a Associação ocupou-se de questões como a hospedagem dos participantes da Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em 1965. Segundo seu livro de memórias, devido à precariedade dos hotéis do município, a entidade criou uma comissão com a finalidade de providenciar, junto às famílias mais abastadas, hospedagem para os visitantes ilustres. Dessa experiência, teria nascido a idéia de a ACI construir "um moderno hotel, na cidade de Montes Claros, análogo aos existentes nas mais progressistas cidades do País, em condições compatíveis com o nível de desenvolvimento social, cultural e material que atingiu Montes Claros." [129] O ACIMC (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros)

---

[128] INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1987, p. 68. Acerca de detalhes da história da SUDENOR e de suas outras atribuições, cf. SUDENOR. **Plano de Diretrizes**. Belo Horizonte: SUDENOR, abril de 1978, p. 22–24.

[129] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 55–56. Acerca da hospedagem das autoridades, em 1965, cf. p. 54 da mesma obra.

hotel, atual hotel Monte Rey, foi construído e, por muitos anos, foi o principal da cidade.

A ACI esteve à frente de outros empreendimentos importantes para estimular os investimentos industriais. A entidade criou, em 1976, a Fundação Educacional Montes Claros, conhecida na região como "Escola Técnica", para qualificar mão-de-obra. Indústrias como a Metalúrgica Norte de Minas e a Fujinor foram diretamente beneficiadas com os recursos humanos formados por essa Escola.[130]

Outra forma de atuação dela foi a promoção e participação em eventos como congressos, jornadas e mesas-redondas em que se reuniam investidores potenciais, lideranças políticas e empresariais e representantes dos órgãos públicos. Das reuniões saía um conjunto de recomendações e de encaminhamentos políticos a serem feitos, com vistas a atrair investimentos públicos e privados para a região.

Exemplo disso foi a I Jornada do Polígono, em 1966, promovida, ao que tudo indica, pelo Governo do Estado em parceria com a FIEMG e ACI. O evento foi realizado em Belo Horizonte e teve sua sessão de encerramento na sede da ACI, em Montes Claros, no dia 17 de setembro de 1966. A Jornada tinha como objetivo divulgar, junto aos empresários, as oportunidades de investimentos na região, suas matérias-primas e especialmente os incentivos fiscais.[131]

Encontros similares foram realizados ao longo dos anos 1960 e nas décadas seguintes, ora promovidos pela Associação, ora com a sua ativa participação. Entre os promovidos pela entidade, os mais expressivos foram os Encontros das Estradas, em 1984 e em 2002, e o I Fórum Norte de Minas Integrado, que serão analisados neste capítulo.[132]

---

[130] SANTOS, Stela Daiane Ramires dos. **Desmistificação das causas do fechamento das indústrias incentivadas em Montes Claros**. Monografia (Graduação em História) – CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006, p. 25–26.

[131] Cf. DAVID, Zoraide Guerra. Op.cit.

[132] No livro de memórias da entidade, encontramos referência a uma longa lista desses eventos: IV Encontro Regional das Associações Comerciais, em 09 de julho de 1966; II Encontro dos Investidores, promovido pelo BDMG, em 04 julho de 1968; III Encontro Regional de Associações Comerciais, em 21 de março de 1970; Encontro Regional das Indústrias, em 02 outubro de 1970; I Exposição Industrial da Área Mineira da SUDENE, promovida pela ACI, em Montes Claros, em 1981; Encontro Regional das Associações Comerciais do Norte de Minas, em 17 outubro de 1981; I Encontro das Estradas, promovido pela ACI, em Montes Claros, em 1985; Fórum Região Norte de Minas – Agenda 2000, promovido pela Fundação João Pinheiro, em Montes Claros, em 1994; I Fórum Norte de Minas Integrado, promovido pela ACI, em Montes Claros, em 2001, e 2º Encontro das Estradas, promovido pela ACI, em Montes Claros, em 2002. Cf. DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 62, 67, 99–105, 152, 181, 203, 205–209, 216–220 e 373.

A divulgação dos incentivos fiscais e das opções de financiamentos para o empresário que investisse na região, bem como das outras vantagens tais como disponibilidade de matéria-prima e localização privilegiada – proximidade dos grandes centros como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro –, foi uma constante em sua história. Possivelmente, o esforço mais significativo nesse sentido tenha sido a realização do evento "Norte de Minas, oportunidade de negócios", realizado na FIESP, na cidade de São Paulo, em setembro de 1994, e, em uma segunda edição, com o mesmo título, em Belo Horizonte, no dia 19 de outubro de 1995, na sede da FIEMG.

Além dessas atividades, a instituição participou de um amplo leque de ações, extrapolando a esfera específica dos seus interesses de classe, inserindo-se no cotidiano social, político e cultural da cidade e da região. No terceiro capítulo, na discussão da construção da hegemonia das elites regionais, retomaremos esse aspecto.

Quanto às elites rurais, a Sociedade Rural, além das ações desenvolvidas por ela até 1965 e já discutidas, permaneceu como um ator efetivo do processo de modernização, orientando seus filiados a usufruírem das oportunidades de financiamento e incentivos, bem como se envolvendo em questões outras que iam além do campo específico de atuação dos ruralistas. Como analisa Georgino de Souza Júnior, de sua fundação em 1944 até o início da década de 1960, o objetivo principal da entidade foi o de reunir esforços para facilitar o escoamento da carne bovina. Com a instalação do FRIGONORTE e as novas possibilidades abertas pela SUDENE, a Sociedade Rural ampliou seu leque de ações pelas décadas seguintes.[133] O próprio perfil dos filiados diversificou-se, a partir de 1960:

> Nota-se, a partir da década de 60, o aumento nos quadros da Sociedade Rural de filiados originários do meio urbano, destacando-se os profissionais liberais, os empresários, os comerciantes, os funcionários públicos e de carreira graduados, etc. Com agentes econômicos que acumulam capital, essas pessoas, ao adquirem terras na região Norte de Minas, para complementação de sua atividade principal, tornaram-se sócios efetivos da entidade. Observa-se que são sócios com atividades profissionais eminentemente urbanas e que as propriedades rurais que detêm servem, em grande parte, para explorações econômicas secundárias.[134]

[133] SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. **Sociedade Rural de Montes Claros**: conseqüências do processo de centralização administrativa nas estruturas do poder local. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996.
[134] SOCIEDADE RURAL. Op. cit. p. 23.

Estava em curso um processo de valorização das terras e modernização das fazendas. Crescia, também, a especulação imobiliária, como registra o autor citado, e a Sociedade Rural tornava-se a representante de um grupo social mais complexo. Para tanto, a entidade também se modernizou: "(...) adaptando-se à racionalidade técnica da burocracia estatal, inicia a adoção de critérios 'técnicos' para suas intermediações anteriormente apenas 'políticas'". Reconhecida a nova conjuntura histórica, "(...) a elite agrária local revigora-se financeiramente, ao apropriar-se dos recursos que são destinados à época, para a 'modernização' do semi-árido do Estado de Minas Gerais (...)."[135] Para isso, a Sociedade Rural intensificou suas relações com órgãos financiadores como Banco do Brasil, ACAR, BNB, BDMG e Minas-Caixa, orientando seus filiados sobre como captar recursos de programas como o PRONAP – Programa Nacional para a Pecuária – e o PROPEC – Programa para a Pecuária de Corte. O que se pode depreender desse processo é que, conforme palavras de Souza Júnior, "(...) a elite agrária regional também torna-se beneficiária dos programas de desenvolvimento planejados pela burocracia do Estado nas décadas de 1960 e 1970, não obstante a assunção de novos agentes industriais e urbanos que se incorporaram, a partir daquelas décadas, nas estruturas de dominação local." [136]

Um exemplo concreto de atuação efetiva da Sociedade Rural junto às instâncias do poder público e o seu empenho na modernização da atividade pecuária foi a participação da entidade no Encontro de Planejamento Regional promovido em Montes Claros, nos dias 12 e 13 de agosto de 1975, pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. Esse evento, precedido de um estudo preliminar feito pela Fundação João Pinheiro acerca da região[137], contou com a participação de lideranças empresariais, rurais e políticas. Ao final, foi produzido um documento com as principais reivindicações dos presentes. Como observa o próprio texto, as reivindicações de maior monta partiram do setor pecuário, cujo representante mais influente no Encontro era a Sociedade Rural:

> 1) estudo, pelo setor agrícola, da viabilidade econômica de implantação de aviação agrícola na área; 2) ampliação do trabalho de inseminação artificial, através da criação de uma central para este fim, em Montes Claros; 3) melhoria do esquema de comercialização dos produtos agropecuários, sobretudo carne e leite 4) apoio às entidades

[135] SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. Op. cit. p. 54.
[136] Idem, p. 56–57.
[137] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Área Mineira da SUDENE**: 1º Encontro de Planejamento Regional – Pré-Diagnóstico. Belo Horizonte, SEPLAN, 1975.

> ligadas ao setor, principalmente a Sociedade Rural de Montes Claros, para promoção do concurso leiteiro; 5) programas educacionais para melhoria do consumo de produtos pecuários; 6) incentivo à implantação de um frigorífico para bovinos na região de predominância pecuária, especificamente Janaúba e Capitão Enéas, e à implantação de um frigorífico para suínos e pequenos animais; 7) estudo da viabilidade econômica e incentivo à instalação de uma fábrica de ração.[138]

Quase vinte anos depois, em 1994, a Fundação João Pinheiro organizou o Fórum Agenda 2000, na cidade de Montes Claros, com vistas à elaboração do Plano Mineiro Desenvolvimento Integrado – PMDI. Diferentemente do Encontro de 1975, esse evento reuniu, além das entidades dos grupos dirigentes, representantes de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Por isso, tanto os problemas diagnosticados quanto as soluções propostas foram amplos, às vezes quase contraditórios. É o caso, por exemplo, do item "Mão-de-Obra na Agricultura, Pecuária e Agroindústria". Na lista de "estrangulamentos", aparece como tanto "Não cumprimento da legislação trabalhista no meio rural" que, possivelmente, era uma reclamação dos sindicatos dos trabalhadores rurais presentes, como "Inadequação da legislação trabalhista para o meio rural", uma reclamação própria dos proprietários rurais. Os ruralistas estavam bem representados no Fórum: além da Sociedade e Sindicato Rural de Montes Claros, participaram também seus congêneres de Janaúba, Pirapora e Salinas.

A lista de problemas e reivindicações era extensa. Porém, o mais interessante para a discussão em pauta é notar como no item *soluções para o setor rural* eram onipresentes as expressões: "financiamento permanente", "subsídios", "fundo especial", "linhas de crédito", "incentivos fiscais" e "taxa de juros diferenciado".[139]

A referência ao Fórum de 1994 tem o objetivo de salientar a linha de continuidade nas ações e pensamento da elite rural desde 1953. A análise das suas demandas nas três ocasiões, III Reunião Regional das Classes Produtoras, em 1953, Encontro de 1975 e Fórum de 1994, indica que a agropecuária se modernizou, como evidenciado nas demandas de 1975. Mas, além disso, os três eventos revelam que a lógica da modernização pretendida pelos ruralistas permanecia praticamente a mesma: a identificação de um quadro problemático, inclusive com ênfase nas secas, o necessário

---

[138] SEPLAN. **Área Mineira da SUDENE**: Resultados do I Encontro de Planejamento Regional. Belo Horizonte: SEPLAN, 1975, s.p.

[139] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fórum da Região Norte de Minas – Agenda 2000**. Montes Claros, Dezembro de 2004.

apoio do Estado e o tratamento fiscal e creditício privilegiado. Em síntese, a apropriação privada dos recursos públicos em nome do desenvolvimento regional.

A Sociedade Rural também teve vida ativa na política partidária. Como afirma Evelina Antunes de Oliveira, a entidade "(...) esteve presente em todas as eleições para a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e Câmara Federal, apoiando candidatos, garantindo sua representação."[140] As boas relações com as lideranças políticas produziram efeitos práticos, como, por exemplo, a prorrogação dos prazos para pagamento das dívidas dos produtores rurais durante as secas de 1976 e 1978, benefício que foi estendido também para os Vales do Mucuri, Jequitinhonha e Rio Doce.[141]

Outro segmento das elites, ativo no período, foi o das lideranças políticas, especialmente os deputados federais e estaduais. Embora pertencendo a partidos distintos, esses deputados tinham em comum, o pertencimento pessoal, ou uma estreita relação com as elites econômicas regionais (ver quadro 03). Por sinal, o primeiro deputado eleito na região, filiado a um partido de esquerda, foi Paulo Guedes, eleito deputado estadual pelo PT, em 2006. Sintomaticamente, Guedes foi eleito quando o PT já era governo e ele, presidente do DNOCS, poderoso instrumento de ação política em uma região marcada pela carência e irregularidade das chuvas.

Mas os deputados, normalmente, agiam de forma isolada. Partiram dos prefeitos as ações organizadas com um caráter mais regional. Em 1965, a imprensa registra a existência de uma Associação dos Municípios Mineiros do Polígono das Secas, integrada por 39 municípios. Possivelmente, a primeira ação dessa entidade tenha se dado durante a Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em 1965. Nessa ocasião, Pedro Santos, Presidente da Associação, discursou em nome dos prefeitos, afirmando haver uma forte unidade dos mesmos: "Uma reivindicação de qualquer município, seja ele grande ou pequeno, levando-se em conta suas possibilidades econômicas, terá o apoio incondicional e firme dos demais associados, numa demonstração convincente de unidade, visando o bem comum do povo e do Norte de Minas."[142]

No ano seguinte, 1966, também sob a liderança de Pedro Santos, foi realizado o I Congresso dos Municípios do Polígono das Secas. Do evento, que ocorreu em Montes

---

[140] OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Op. cit. p. 150.
[141] Idem, p. 150.
[142] SANTOS, Pedro. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril-maio de 1965, s.p.

Claros entre 29 de abril e 01 de maio, saiu um memorial, enviado ao Presidente da República, Castelo Branco, com as principais "decisões" do Congresso. As "decisões" (a palavra utilizada na carta é essa mesmo) dividiam-se em:

I – Posição contrária a qualquer projeto de ampliação da área do polígono das secas, proposta que, ao que tudo indica, era discutida no Congresso Nacional de então;

II – Investimentos em rodovias e ferrovias, com destaque principal para a ligação asfáltica entre Montes Claros e Curvelo;

III – Energia: construção e/ou ampliação das linhas de transmissão do sistema de Três Marias para várias cidades da região;

IV – Saúde: construção de hospitais em Monte Azul, Porteirinha e Taiobeiras;

V – Ensino: diz que há uma numerosa população desassistida e indica a "conveniência" de criar escolas técnicas em agricultura nos municípios de Rio Pardo de Minas, Porteirinha, Riacho dos Machados e Taiobeiras;

VI – Outros temas: destacam-se dois pontos: 1) a reivindicação para que se nomeasse como representante do Governo (o texto não diz, mas certamente se referia ao representante do Governo de Minas Gerais), junto à SUDENE, um "elemento da região, melhor conhecedor de suas particularidades" e 2) ampliação dos incentivos fiscais, tanto em termos percentuais para as áreas já beneficiadas, como sua extensão para os projetos de transmissão de energia entre municípios.

É perceptível a convergência das reivindicações dos prefeitos com as demandas dos ruralistas e empresários urbanos, como evidencia a ênfase na necessidade de investimento em infra-estrutura (energia e transportes), atração de recursos públicos e privados "de fora", ampliação dos incentivos fiscais e das opções de financiamento e crédito. A diferença que encontramos entre eles, foi a maior preocupação das lideranças políticas com questões relacionadas à saúde e à educação.

QUADRO 03
Deputados do Norte de Minas – 1946-2000

Nome	**Formação/ramo de atividade**	**Cargos/ partidos**
Aldimar Rodrigues	Empresário e fazendeiro	Dep. Estadual 1995–1999/1999–2003
Antônio Pimenta	Médico	Dep. Estadual (1947–1959) – PSD
Antonio Soares Dias	Advogado, professor e fazendeiro	Dep. Estadual (1975–1979), Pres. ALMG (1977–1979), Dep. Federal (1979–1983/1983–1987) – ARENA e PDS
Arlen Santiago	Médico, advogado e empresário	1999-2003/2003–2007 – PTB
Artur Fagundes de Oliveira	Advogado, professor e fazendeiro.	Dep. Estadual (1963–1987) – PR, ARENA, PDS
Carlos E. Antunes Pereira	Fazendeiro e empresário	Séc. Desenv. Econômico de M. Claros (1985–1986), Dep. Estadual (1987–1991) –PMDB
Carlos Pimenta	Médico	Dep. Estadual (1995–1999/1999–2003/2003-2007) – PDT
Cícero Dumont	Advogado e professor	Dep. Estadual (1951–1955/1967–1971/1975–1979/1979–1983) – PR, ARENA e PDS
Cleuber Brandão Carneiro	Comerciante e fazendeiro	Dep. Estadual (1979–1987/1987–1991/1991–1994) – ARENA, PDS e PFL
Edgar Martins Pereira	Empresário e fazendeiro	Dep. Federal (1967–1975) – ARENA
Elbe Brandão	Economista e professora	Dep. Estadual (1995–1999/1999–2003/2003–2007) – PSDB
Euler de Araújo Lafetá	Empresário	Dep. Estadual (1963–1967) – UDN
Geraldo Ataíde	Fazendeiro e advogado.	Dep. Estadual (1947–1951) – PSD independente (Grupo de Carlos Luz) elege-se deputado pela UDN
Geraldo Paulino Santana	Pecuarista e func. público	Prefeito de Salinas (1959–1963) Dep. Estadual (1967–1971/1991–1995) –- PR, ARENA e PMDB
Gilberto Pereira	Adm. Empresas	Dep. Estadal 1995–1999/1999–2003/2003–2007) – PP
Humberto Souto	Advogado, contador e fazendeiro	Suplente Dep. estadual em 1971–1975 (assumiu em 1973), Dep. Federal (1975–1995) – PSD, ARENA, PDS, e PFL
Jairo Ataíde	Odontólogo e fazendeiro	Dep. Estadual (1995–1997) – PFL
José Castro Braga	Médico	Dep. Estadual (1991–1995/1995–1999) – ARENA, PDS , MDB e PMDB, PDT
José da Conceição Santos	Advogado, professor	Vereador em M.Claros (1967–1976), Dep. Estadual (1983–1987), Dep. Federal (1987–1991) Sec. Transp. MG, em 1987 (apenas nesse ano) – MDB, PMDB
José Esteves Rodrigues	Advogado e professor	Dep. Federal (1946–1963) – PR
Luis Milton Prates	Jornalista	Dep. Federal (1946–1951) – PSD
Luiz de Paula Ferreira	Empresário, advogado e fazendeiro	Vice-prefeito de M. Claros (1962–1966) Dep Federal (1967–1971) – ARENA, PSD
Luiz Tadeu Leite	Radialista e advogado	Vereador em M.Claros (1977–1982), Prefeito M. Claros (1983–1988/1993–1996) Dep. Federal (1991–1992), Dep. Estadual (1999–2003) – MDB, PMDB
Mário Genival Tourinho	Func. Público, advogado e fazendeiro	Suplente de Dep. Estadual (1967–1971) (exerceu o mandato entre 10/04 e 30/10 de 1969), Dep. Federal (1975–1987) – MDB, PMDB, PTB e PDT
Milton Cruz	Biólogo	Dep. Estadual (1987–1991) – PTB, PDC e PP
Moacir Lopes	Médico e fazendeiro	Dep. Estadual (1971–1975), Prefeito de M. Claros (1973–1976), Suplente de Dep. Federal (1979–1983, exercendo o mandato em períodos alternados) – PSD, Arena e PDS
Pedro Narciso	Comerciante e fazendeiro.	Dep. Estadual (1975–1987) MDB, PP (Partido Popular) e PMDB
Péricles Ferreira dos Anjos	Médico	Dep. Estadual (1987–1997/1991–1994) – ARENA, PDS e PSDB
Plínio Ribeiro dos Santos	Médico, comerciante e fazendeiro	Dep. Federal (1955–1959) – PSD
Roberto Mauro Amaral	Engenheiro Agrônomo	Dep. Estadual (1991–1995) – PTB, PFL
Teófilo Pires	Médico, jornalista	Dep. Estadual (1955–1963) – Dep. Federal (1963–1967/1967–

		1971) – PR e ARENA
Wanderley Geraldo de Ávila	Professor	Prefeito de Pirapora (1983–1988), Dep. Estadual (1991–1995/1995–1999/1999–2003/2003–2007) – MDB, PMDB e PSDB
Wilson José da Cunha	Empresário	Pref. de Porteirinha (1983–1988), Dep. Federal (1991–1995) – PDS, PTB, PDS

Fonte: MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais** – período republicano (1889–1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v. e www.almg.gov.br

Os prefeitos compareceram também ao I Encontro de Planejamento Regional de 1975. Na lista de reivindicações, destacamos o fato que a grande maioria dos prefeitos e/ou seus representantes solicitaram a instalação de indústrias em seus municípios, aspecto que se relaciona com a concentração dos projetos industriais em Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma, como veremos adiante, bem como com a força da tese, em voga na época, segundo a qual a industrialização era sinônimo de desenvolvimento.

A liderança dos prefeitos de Montes Claros na organização dos prefeitos da região parece evidente nas décadas de 1960 e 1970. Em 1969, a Associação dos Municípios Mineiros do Polígono das Secas era presidida por Antônio Lafetá Rebello, chefe do executivo montes-clarense.[143] Parece que essa entidade foi extinta posteriormente porque, em 1977, Rebello, novamente prefeito de Montes Claros, liderou os seus colegas na criação da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS –, permanecendo na presidência até 1982. Há indícios de que a entidade ficou inativa entre 1983 e 1987. Neste ano, ela reapareceu sob a presidência de João Ferreira Lima, prefeito de Januária.[144] O objetivo da AMAMS era, quando da sua criação, "(...) unir forças para aumentar o poder de reivindicação dos municípios da região junto aos governos estadual e federal." [145]

Em 1987, a entidade realizou o estudo Perfil dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, levantamento dos principais dados sociais e econômicos dos municípios e

[143] MIRANDA, Avay. **Desenvolvimento, política e folclore**. Montes Claros, 1986, p. 38.

[144] A compreensão da história e ações da AMAMS ficou prejudicada porque, conforme sua diretoria atual (2006), quando assumiu, não encontrou nenhum material em seu arquivo que possibilitasse a reconstituição da sua história. As informações que apresentamos foram extraídas do sítio eletrônico www.amams.org.br. Há uma certa confusão quanto às diretorias porque o estudo AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, 1987, feito pela entidade, apresenta como presidente, em 1987, o prefeito de Francisco Sá, José Maria Pena. A desativação da AMAMS entre 1982 e 1987 é provável porque, além de não constar as diretorias desse período no histórico da entidade disponível no sítio eletrônico, ela também não aparece na lista de Associações de Municípios presente no documento MINAS GERAIS. **VI Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 1983, p. 333. Outra fonte que dá conta, resumidamente, da história da AMAMS é o relatório AMAMS. **Relatório de Atividades 2003**. Montes Claros, 2004, além da revista **Circuito Minas**. Montes Claros, outubro de 2003, p. 88–94.

[145] www.amams.org.br. Acesso em 08 de janeiro de 2007.

das reivindicações de seus prefeitos. A análise desse último item revela uma certa semelhança com as demandas de 1966 e 1975, sobressaindo, além dos investimentos para saúde e educação, a reivindicação de crédito para os produtores, instalação de indústrias e asfaltamento de rodovias.[146]

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a AMAMS se fez presente nos grandes debates regionais. Como informa seu sítio eletrônico,

> A AMAMS preencheu em pouco mais de 2 décadas de existência um espaço vago verificado no Norte de Minas, pois as reivindicações da região eram encaminhadas apenas pelas classes Rural e Empresarial. Foram grandes as transformações ocorridas com destaque para as obras rodoviárias como as BRs 251, 135, 122, e outras estradas principais que saíram do papel, assim como outros projetos; a ponte sobre o Rio São Francisco em Pedras de Maria da Cruz, projetos de irrigação, telefonia, eletrificação urbana e rural, e segurança dentre outras conquistas. A força do associativismo na AMAMS mudou o perfil da região e suscitou novas parcerias duradouras, quer sejam com o Governo Federal através da ADENE e da CODEVASF e com o Governo do Estado pela CEDEC, DER e SUDENOR. Estão presentes na história da entidade o suporte financeiro dos agentes Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal.[147]

Os registros das outras entidades também reclamam a paternidade dessas conquistas listadas pela AMAMS, indicando que é provável que tenham atuado juntas nessas mobilizações. O melhor exemplo disso é o movimento, encabeçado pela AMAMS, em 1993, para inclusão de toda a região no semi-árido nordestino, área que receberia, preferencialmente, os recursos do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. O movimento contou com o apoio da ACI, CDL, Coopagro, CREDINOR, FAEMG, Sociedade Rural de Montes Claros, Unimontes, SUDENOR e outros órgãos, sendo parcialmente vitorioso.[148] Esse foi um dos movimentos mais emblemáticos do regionalismo norte-mineiro, como veremos no capítulo 3.

O exame da organização e das ações dos três segmentos das elites – urbana, rural e política – no período da modernização regional, entre 1960 e 2000, permite-nos, pelo menos, cinco conclusões: 1) as elites estavam razoavelmente organizadas, 2) agiram de forma convergente em demandas como investimentos para infra-estrutura, manutenção

---

[146] AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Op. cit..
[147] www.amams.org.br. Acesso em 08 de janeiro de 2007.
[148] AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993.

e extensão de incentivos fiscais e creditícios, 3) reconheciam no Estado, em suas instâncias estadual e federal, um agente importante no desenvolvimento, 4) esforçaram-se para atrair "capitais de fora", entendendo que, auxiliados pelo Estado, os investimentos privados arrancariam a região do atraso e da condição "colonial" e 5) foram ativas no processo de modernização, beneficiárias dele e concordes, em linhas gerais, com a forma que o mesmo tomou.

Identificada a participação das elites regionais na política de desenvolvimento regional, passamos às características gerais e aos resultados desse processo, dividindo a análise, para facilitar a exposição, em modernização do campo e industrialização incentivada.

A principal atividade no setor agropecuário, nos anos 1960, era a criação de gado, uma atividade classificada como extensiva e predatória pelo BDMG. Na agricultura, predominava a subsistência e os produtos com finalidade comercial restringiam-se à cana-de-açucar, algodão e mamona.[149]

Do ponto de vista fundiário, como assinalado anteriormente, o binômio latifúndio–minifundio, forjado em séculos anteriores, permanecia hegemônico.[150] Os grandes proprietários cediam pequenas frações de terras para os agregados que, em troca, prestavam serviços em suas fazendas, isto é, estabeleciam relações de trabalho em que o trabalho assalariado era pouco freqüente, predominando a parceria, meia e terça, formas de trabalho que eximiam os grandes proprietários do custo da reprodução da mão-de-obra e se ajustavam ao caráter sazonal das atividades rurais. Essas relações que poderiam ser denominadas arcaicas não eram incompatíveis com o sistema capitalista, nem estavam desarticuladas do mesmo. A esse respeito, é instrutiva a seguinte passagem de Stralen:

> A presença de pequenos produtores no interior ou nos interstícios das fazendas garantia a presença de mão-de-obra necessária, ao mesmo tempo, pela forma de pagamento em trabalho, viabilizava-se um baixo custo de reprodução da força de trabalho. Na medida em que a grande propriedade constituía uma unidade de exploração nos momentos favoráveis da conjuntura do mercado, os pequenos produtores dependentes constituíam uma mão-de-obra não-capitalista (não-assalariados puros) dentro de um processo de acumulação capitalista, ou, nos momentos de maior expansão do mercado, poderiam até tornar-se assalariados. Em outros momentos, quando havia pouco estímulo do mercado, os pequenos produtores

[149] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit., p. 58–59.
[150] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit.

> voltaram à condição de parceiro ou obtiveram uma aparente independência.[151]

Esse "modelo" foi progressivamente desestruturado, a partir de 1960, em três formas principais: pela modernização das fazendas/constituição de invernadas, pelo reflorestamento e pela implantação de grandes projetos de irrigação.

As invernadas desenvolveram-se desde a chegada da ferrovia. Com a SUDENE, a pecuária como um todo torna-se, progressivamente, mais moderna, com a participação direta da Sociedade Rural de Montes Claros, com adoção de técnicas de alimentação e reprodução do gado melhores, bem como nas maiores facilidades de escoamento do produto, com a construção do Frigonorte e melhoria da infra-estruura de transportes.

Quanto ao reflorestamento, a expansão deveu-se ao crescimento da demanda por carvão vegetal da indústria mineira na região Central do Estado. Os investimentos nessa atividade, observava o INDI em 1977, são "(...) extremamente beneficiados com incentivos fiscais e creditícios, especialmente aqueles alocados na Área Mineira da SUDENE." Além disso, na região citada, havia

> (...) disponibilidade de terras livres e prontamente utilizáveis, em áreas com características ecológicas favoráveis ao rápido desenvolvimento de florestas, mão-de-obra disponível e de baixo custo, excelente suprimento de energia elétrica, bons serviços de transportes e comunicações.[152]

Do ponto de vista do capital, que era o mesmo do INDI, esse era o lugar ideal para se investir. O preço desse paraíso para o investidor privado foi pago pelo meio ambiente e pelos pequenos proprietários coagidos a migrarem para as cidades e/ou empregarem-se por salários baixos, como informa o próprio texto do INDI.

Contando com amplas vantagens, o reflorestamento expandiu-se de forma rápida. Segundo dados de Marcos Fábio Martins de Oliveira, a área reflorestada passou de 70.898 ha., em 1975, para 868.075 ha., em 1985, crescimento de 1.124% em 10 anos.[153]

---

[151] STRALEN, Cornelis Johannes van. Op. cit. p. 11.

[152] INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977, p.79.

[153] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Op. cit., p. 55–56.

A irrigação também foi uma forma de modernização do campo e expulsão para o meio urbano dos trabalhadores rurais. Financiados pelo poder público, desenvolveram-se grandes projetos de fruticultura nos vales do São Francisco e do Rio Gorutuba, com destaque para o Projeto Gorutuba, em Janaúba, e Projetos Pirapora e Jaíba, nas cidades de mesmo nome.

No conjunto, operou-se uma transformação do campo, concentrando ainda mais a propriedade da terra (ver tabela 01), disseminando o trabalho assalariado e ocasionando uma expressiva migração em direção a Montes Claros (ver tabela 02), cujo processo de industrialização também funcionava como atrativo para os trabalhadores rurais. Os fatores que geraram a migração foram, contudo, mais de expulsão do que de atração, como observa Mariângela Braga:

> com efeito, estas pessoas são obrigadas a sair de seu lugar de origem ao longo dos anos, com o estrangulamento da pequena agricultura devido principalmente, à concentração da propriedade da terra; à extensão das pastagens, ao aparecimento das empresas rurais, medidas de crédito e incentivos fiscais que beneficiam os grandes, falta de escoamento da produção e o preço irrisório do fruto de seu trabalho.[154]

A relação modernização do campo/desocupação de mão-de-obra pode ser vista com mais nitidez nos dados da tabela 03. É fácil perceber a distância entre os números da expulsão de trabalhadores do meio rural e a capacidade de geração de emprego dos empreendimentos incentivados. Enquanto o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos diminuiu em mais de 170 mil entre 1960 e 1980, todos os projetos incentivados pela SUDENE, reunindo os industriais e agropecuários, geraram, entre 1959 e 1992, 41.172 empregos, conforme mostra a tabela 04.

Os grandes proprietários do Norte de Minas foram os mais beneficiados com os incentivos da SUDENE para o setor agropecuário. Conforme dados de Márcia Valadares de Melo Franco, dos 55 projetos aprovados até 1974, 39 eram de capitais originários da região. Quanto aos valores liberados pela Superintendência, do total de CR$ 122.797.000,00, mais de 70% foram destinados aos projetos "regionais".[155]

---

[154] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit., p. 63.

[155] FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. Op. cit., p. 32.

TABELA 01
Distribuição (%), por grupo de área, do número e áreas dos estabelecimentos agropecuários da RMNe

Discriminação	Grupos de áreas (ha.) até 10	10 a 100	100 a 1000	Mais de 1000
1970				
Estabelecimentos	19,0	59,4	19,7	1,9
Área	0,8	15,9	39,4	43,9
1975				
Estabelecimentos	23,8	56,5	12,8	1,9
Área	1,0	15,8	38,8	44,4
1980				
Estabelecimentos	23,8	56,8	17,3	2,1
Área	0,9	13,4	33,1	52,6
1985				
Estabelecimentos	30,9	52,9	14,1	1,6
Área	1,3	15,3	34,3	49,1
1996				
Estabelecimentos	40,34	45,96	12,24	1,45
Área	1,6	15,18	32,88	50,34

Fonte: Dados de 1970–1985 de OLIVEIRA. O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE, p. 112; Dados de 1996 de IBGE. Censo Agropecuário de 1996. www.ibge.,gov.br.

TABELA 02
População de Montes Claros – 1940–1980

	1940 (1)	%	1950 (2)	%	1960 (2)	%	1970 (2)	%	1980 (2)	%
Rural	46.216	75,11	30.424	58,09	62.885	59,33	31.332	26,89	25.427	14,34
Suburbana	7.509	12,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbana	7.807	12,68	21.943	41,90	43.097	40,66	85.174	73,11	151.881	85,66
Total	61.532	100	*52.367	100	105.982	100	116.486	100	177.308	100

1 - Censo Demográfico de 1940 e Censo Demográfico de 1980.
2 - Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1980.
* Já descontadas as populações de Mirabela, emancipada em 1962, e Juramento, emancipado em 1953.

Não obstante a importância do setor agropecuário, considerando-se o montante de recursos liberados foi o industrial que mais usufruiu dos incentivos fiscais, como mostra a tabela 04.

Quanto ao setor industrial na era pré-SUDENE, ele era inexpressivo. Na indústria regional, predominava a de transformação, que respondia por 82,0% do valor da produção. Entre as indústrias de transformação, destacavam-se o beneficiamento do algodão, com 50,0% do valor da produção, os óleos vegetais e derivados, com 15,5%,

os alimentos, com 11,3%, e os produtos de origem pecuária como carne, leite e derivados, com 9,1%.[156]

A pequena relevância da indústria regional é verificável na tabela 05, que mostra os dados agregados da região em 1962. Esse setor ocupava 1.217 pessoas em 1962, em uma população total de 808.962 habitantes.[157]

Apesar do diagnóstico desanimador, o BDMG concluiu sua análise acerca do setor industrial da região, em 1967, de forma otimista, salientando que, com os incentivos fiscais e a crise vigente no Centro-Sul, conjugados ao despertar de uma "consciência empresarial" no Norte de Minas, as perspectivas eram "promissoras" para a região.[158] A previsão do Banco era bastante lúcida, como mostrou o decurso do tempo.

TABELA 03
Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado
1960–1970–1980

Municípios	Nº Estabelecimentos			Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Brasília de Minas	2.169	2095	1790	18870	13199	4353
Bocaiúva	1.907	2993	1828	15065	19155	1495
Coração de Jesus	2.049	1869	1784	21310	10653	2620
Espinosa	2.939	2953	2938	10874	11874	1286
Francisco Sá	1.342	1380	1384	12078	11040	1348
Grão-Mogol	2.203	2825	1705	18285	19210	9999
Janaúba	1.636	1619	1378	8671	6314	10502
Januária	1.077	3252	3668	10232	17236	2801
Jequitaí	641	657	377	9038	4993	3251
Juramento	312	373	546	1810	2536	3224
Lassance	400	283	271	2200	1500	2779
Manga	1.371	3539	1818	9871	18757	3197
Mato Verde	821	1093	1214	4105	1202	1286
Monte Azul	2.263	2244	2757	8373	8303	1067
Montes Claros	6.284	3528	2424	20393	17993	13087
Pirapora	293	401	91	2198	3008	319
Porteirinha	3.344	3114	3671	19395	2241	4532
Rio Pardo de Minas	4.029	2876	5436	20145	20132	3494
Salinas	3.568	3612	2700	23192	19866	2410
São Francisco	2.251	3000	3782	14181	28200	8741
São João da Ponte	3.593	3958	2848	26588	19394	19119
São João Paraíso	1.888	2019	2583	9440	8682	2362
Taiobeiras	809	667	723	2670	4336	1712
Várzea da Palma	174	267	493	1009	2.83	5581
Total	**47.363**	**50.617**	**48.209**	**289.993**	**270.107**	**110.565**
Minas Gerais	371.859	453.998	480.631	2.802.410	1.997.591	482.121

Fonte: IBGE e Incra/Montes Claros; Dados tabulados por BRAGA. **Industrialização da área mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p.59.

Podemos dizer que na década de 1960 foi preparado o terreno para a industrialização. Além de superadas as ambigüidades jurídicas, que dificultavam o uso

[156] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit., tomo III, p. 64–65.
[157] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit., tomo II, p. 21.
[158] Idem, p. 68.

dos incentivos fiscais na região, naquela década foi construída a infra-estrutura básica que deu suporte aos projetos industriais de maior monta. Em 1965, foi concluída a ligação elétrica das cidades de Montes Claros e Pirapora com o sistema Três Marias, e em 1972, foi inaugurada a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Corinto, interligando a região com a BR 040 e com Belo Horizonte. Também, na segunda metade dos anos 1960, foi implantado o distrito industrial de Montes Claros e iniciado o de Pirapora.

O principal fator na atração de investimentos foram os incentivos fiscais, segundo 80% dos empresários. [159] Havia incentivos nas três esferas do Estado, com destaque para isenção do Imposto de Renda por até 15 anos (Federal), Reembolso de 60% do ICMS por cinco anos (Estadual) e isenção de todos os impostos municipais (casos de Montes Claros e Pirapora)[160].

No interior da área beneficiada com os incentivos, o Norte de Minas era preferido em relação ao Nordeste, pela política de descentralização industrial da SUDENE que estimulava os investimentos em áreas como o Norte de Minas e a Paraíba, pela disponibilidade de matéria-prima e pela proximidade dos grandes mercados do Centro-Sul.[161] Este último item é particularmente interessante, uma vez que, como previam os deputados nordestinos desde a criação da Superintendência, configurava uma vantagem relativa da região no interior da área da SUDENE. As próprias campanhas de atração de capitais promovidas pela ACI e pelo Governo do Estado enfatizavam esse ponto, como evidenciado nos estudos-cartilhas do INDI destinados a empresários. [162]

---

[159] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. Op. cit., p. 73-75.

[160] INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1970, p. V-1-V-3.

[161] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. Op. cit., p. 73–75.

[162] Cf. INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1970; INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977, p. 17, e, INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1987, p.16.

TABELA 04
Projetos aprovados pela SUDENE – 1959–1992
Em Cr$ 1.000.000 – Preços de dez/92

Tipo	Industriais (1)				Agropecuários (2)				Total			
Situação	Qtd.	Investimento	FINOR	Empregos	Qtd.	Investimento	FINOR	Empregos	Qtd.	Investimento	FINOR	Empregos
Operação	36	11.338.586,00	3.937.939,00	13.987	68	707.745,00	395.096,00	3.518	104	12.046.331,00	4.333.035,00	17.505
Implantação	13	3.064.314,00	1.278.472,00	4.999	17	404.698,00	206.923,00	1.160	30	3.469.012,00	1.485.395,00	6.159
Paralisados	8	239.115,00	124.749,00	3.223	7	77.492,00	44.642,00	536	15	316.607,00	169.391,00	3.759
Caducos	35	2.748.659,00	988.560,00	12.916	28	102.556,00	67.101,00	13.987	63	2,851.215,00	1.055.661,00	13.749
Total	92	17.390.674,00	6.329.720,00	35.125	120	1.292.491,00	713.762,00	6.047	212	18.683.165,00	7.043.482,00	41.172

Fonte: SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1993, p. 62; (1) Incluem os projetos de pesca, turismo e telecomunicações.; (2) Incluem os projetos agroindustriais e de irrigação.

TABELA 05
Área Mineira do Polígono: Nº estabelecimentos, pessoal empregado e valor da prod. da indústria de transformação, em 1962/1965

Município	1962			1965		
	Nº de estabelecimentos.	Pessoal ocupado	Vr. Prod. NCR$ 1.000	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Vr. Prod. NCR$ 1.000
Bocaiúva	21	216	284,8	29	213	2.788,4
Francisco Sá	11	52	32,4	17	42	146,1
Januária	22	90	171,2	34	154	2.015,2
Montes Claros	65	647	2.350,7	73	847	77.179,8
Pirapora	36	152	111,5	27	143	602,1
Salinas	11	60	-	21	92	115,9
Total	166	1.217	2.969,4	201	1.491	82.847,5
Minas Gerais	14.297	152.066	205.892,5	15.530	172.617	985.627,9 (x)
% sobre o total do Estado	1,2	8,8	1,4	1,3	0,9	8,4

Fonte: BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Belo Horizonte, 1967, tomo III, Anexo 3 XXIII. (x) Valor estimado.

O crescimento da indústria na região, entre 1960 e 1990, é evidenciado pelas tabelas 06, 07 e 08. Os dados tabulados por Marcos Fábio Martins de Oliveira acerca da industrialização em Montes Claros revelam o salto dado pelo setor na década de 1970. A tabela 06, com os valores do ICMS, também indica o predomínio dos setores industrial e de serviços (comércio) na economia regional.

Especificamente em Montes Claros, o marco da transição na economia foi o ano de 1973, quando, pela primeira vez, segundo a ACI, o faturamento das indústrias (360 milhões de cruzeiros) ultrapassou o faturamento da pecuária (300 milhões de cruzeiros).[163]

[163] FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975, p. 19. Apesar de escrito por Luiz de Paula Ferreira, o trabalho foi

TABELA 06
Valor da Transformação Industrial

	Montes Claros - Mil CR$ (valores correntes)	Minas Gerais - Mil CR$ (valores correntes)	Montes Claros/ Minas Gerais (%)
VTI 1970	41.744	3.898.996	1,07
VTI 1980	4.499.169	328.195.956	1,37

Fonte: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13–103, p.66.

TABELA 07
% do Produto Interno Bruto, por Classe de Atividade Econômica no Norte de Minas, em1970, 1980 e 1989

Especialização / setores	%		
	1970	1980	1989
Setor primário	27,22	16,17	18,98
- Agropecuária, silvicultura, caça e pesca	24,25	12,10	15,33
- Extração mineral	2,97	4,07	3,65
Setor secundário	30,92	40,73	35,90
- Indústria de transformação	23,24	27,23	27,32
- Eletricidade, gás e água	2,31	3,93	4,16
- Construção	5,37	9,57	4,42
Setor terciário	41,87	43,11	45,11
- Comércio, restaurantes e hotéis	21,48	18,09	17,25
- Transp., armazenamento e comunicações	3,99	7,24	7,63
- Estab. Financ., seguros, serviços a empresas e bens imóveis	10,62	11,32	11,68
- Serviços sociais, pessoais e comunitários	5,78	6,46	8,55
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SEPLAN. Dados compilados por CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 173–346, p.195–198, p. 307.

A indústria incentivada concentrou-se em Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Bocaiúva, como mostram as tabelas 08 e 09. Em 1985, Montes Claros concentrava 74,1% do PIB industrial da região e Pirapora 21,7%.[164] O motivo apontado para a concentração é a melhor infra-estrutura existente nessas cidades. Porém, não se deve ignorar os fatores políticos presentes nesse processo. Como vimos anteriormente, Montes Claros era, antes da SUDENE, não apenas o centro urbano mais importante da região, mas também um centro aglutinador das elites, como evidenciado nos eventos de 1953, 1957 e após a SUDENE, em 1965.

A infra-estrurura não é um dado natural e/ou objetivo e a análise da pauta de reivindicações produzidas nos diversos eventos regionais mostra a prioridade dada à

"encomendado" pela ACI como parte das comemorações do seu jubileu de prata, conforme consta no próprio livro.

[164] CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. Op. cit., p. 302.

ligação asfáltica Montes Claros–Belo Horizonte e à ligação de Montes Claros com o sistema elétrico de Três Marias. Podemos mesmo afirmar que a concentração intra-regional foi admitida, prevista e estimulada pelo próprio poder público, como destaca o documento da SUDEMINAS, de 1967, que justifica a construção (planejada) dos distritos industriais em Montes Claros e Pirapora, sob o argumento de que

> (...) as variáveis que condicionam a eleição de dois distritos industriais na área mineira do Polígono não são as mesmas que tiveram validade para o resto do Nordeste. Os distritos industriais instalados ou em instalação nas capitais do Nordeste se justificaram, preponderantemente, em termos de soluções urbanísticas destinadas a cidades que cresceram sem qualquer disciplina e nas quais a implantação de indústrias acrescentava novos problemas ao quadro de dificuldades existentes. No caso do Norte de Minas Gerais, essa decisão se prende mais de perto à deficiência generalizada de infra-estrutura, evidenciando-se a necessidade de promover imediatamente a concentração dos serviços básicos em algumas áreas suscetíveis de receberem, com maior rapidez, os investimentos estaduais já projetados ou em vias de terem concluído o seu projetamento.[165]

A concentração espacial foi percebida, na década de 1960, pelas lideranças de outros municípios. Segundo Avay Miranda, em texto de 1966, os prefeitos de outras cidades estavam até mesmo dispostos a boicotarem reuniões promovidas em Montes Claros, sob a alegação que o município abocanhava grande parte dos investimentos destinados à região.[166]

O estudo de Maria Ângela Braga sobre a industrialização norte-mineira ajuda a responder algumas questões como: qual a origem dos capitais investidos com incentivos? qual o grau de integração da nova indústria com as estruturas produtivas regionais? Ela analisa especificamente os dados de Montes Claros, o que nos parece não comprometer a visão do conjunto, visto a forte concentração intra-regional que apontamos.

Conforme o estudo acima citado, 76,8% dos recursos de incentivos fiscais concedidos entre 1960–1977 foram destinados aos ramos "dinâmicos" (com destaque para Química: 3,9%, Metalurgia: 38,4%, Minerais não metálicos: 11,5%, Material

[165] SUDEMINAS. Op. cit. p. 118–119.

[166] MIRANDA, Avay. Op. cit. p. 11-13 . O livro de Avay Miranda foi publicado em 1986, reunindo artigos diversos do autor. O artigo que trata especificamente desse assunto foi publicado pela primeira vez na imprensa local em 15 de setembro de 1966. Ainda acerca da concentração intra-regional dos projetos incentivados e do seu impacto nos indicadores sociais da região, cf. REIS, Geraldo Antônio dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 37–76.

elétrico e de comunicações : 7,6%, Papel e papelão: 3,9%, Mecânica: 3,9%), e, os restantes 23,2% aos segmentos tradicionais (Têxtil: 15,4%, Alimentar: 3,9% e Vestuário e Calçados: 3,9%).[167] O predomínio dos "setores dinâmicos" resultou na pouca absorção de mão-de-obra e no pequeno aproveitamento de matéria-prima regional. Outro dado importante apontado pela autora é a origem dos capitais investidos nos projetos de industrialização: do total, somente 25% eram de origem regional.

TABELA 08

% de arrecadação do ICMS por setor de atividade econômica, segundo municípios, na Região Mineira do Nordeste – período: janeiro a outubro de 1992

Município	Lavoura	Pecuária	Indústria	Comércio
Águas Vermelhas	25,60	3,68	8,07	62,65
Bocaiúva	34,78	0,47	55,25	9,50
Botumirim	60,27	0	0	39,73
Brasília de Minas	30,76	14,74	1,04	53,47
Buritizeiro	65,34	19,00	4,38	11,29
Capitão Enéas	14,705	28,63	19,32	37,99
Claro dos Poções	85,08	6,36	2,55	6,01
Coração de Jesus	46,40	11,18	3,42	39,00
Cristália	32,98	3,35	0	63,68
Engenheiro Navarro	4,47	30,52	42,29	22,72
Espinosa	18,99	1,52	55,98	23,51
Francisco Dumont	37,39	46,84	0	15,77
Francisco Sá	45,45	31,84	2,46	20,25
Grão Mogol	36,88	7,74	0	55,39
Ibiaí	4,59	72,66	0,12	22,63
Itacambira	67,82	2,06	19,38	10,75
Itacarambi	33,39	3,22	53,25	10,14
Janaúba	11,87	8,29	24,51	55,34
Januária	20,84	10,57	5,30	63,29
Jequitaí	86,65	3,50	0,25	9,60
Juramento	14,50	72,50	0	13,00
Lagoa dos Patos	9,02	86,47	0,24	4,27
Lassance	27,65	33,58	26,19	12,58
Manga	52,04	6,18	21,93	19,85
Mato Verde	32,75	9,98	48,93	8,34
Mirabela	25,05	36,77	0	38,19
Montalvânia	32,89	38,62	0,46	28,03
Monte Azul	30,28	9,98	29,35	30,39
Montes Claros	1,26	6,44	56,47	35,83
Pirapora	0,41	0,11	41,41	58,07
Porteirinha	9,34	4,71	73,06	12,89
Riacho dos Machados	30,83	8,12	23,67	37,39
Rio Pardo de Minas	80,49	0,05	0,91	18,55
Rubelita	12,95	70,29	6,74	9,52
Salinas	4,62	13,54	38,35	43,49
São Francisco	22,49	7,11	0,36	70,07
São João da Ponte	6,97	82,58	0	10,45
São João do Paraíso	76,07	2,99	0,62	20,32
Taiobeiras	12,11	2,24	23,20	62,45
Ubaí	37,78	29,70	15,31	17,21
Várzea da Palma	6,49	1,29	65,82	26,40
Varzelândia	62,38	24,61	0	13,01
Total	**5,01**	**4,99**	**50,27**	**39,73**

Fonte: SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1993, p. 111.

[167] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit., p.39.

TABELA 09

Número de Projetos Aprovados pela SUDENE, por município – 1959–1992

Situação/ Tipo	Agropecuários (1)				Industriais (2)				
Município (3)	Caducos (4)	Implantação	Operação	Paralisados	Caducos (4)	Implantação	Operação	Paralisados	Total
Bocaiúva	-	1	1	-	2	1	1	-	6
Botumirim	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Brasília de Minas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Buritizeiro	1	1	1	1	1	-	-	-	12
Capitão Enéas	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Coração de Jesus	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Engenheiro Navarro	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Espinosa	-	1	1		-	-	-		2
Fco. Dumont	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Francisco Sá	-	1	2	-	-	-	-	-	3
Grão-Mogol	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Ibiaí	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Itacarambi	6	1	3	-	-	-	-	-	10
Janaúba	1	-	11	-	1	-	-	1	15
Januária	-	2	6	1	-	-		-	8
Jequitaí	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Lassance	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Manga	2	5	7	-	1	-	-	-	15
Montalvânia	2	1	-	-	-	-	1	-	4
Monte Azul	2	1	5	-	-	-	-	-	8
Montes Claros	1	-	3	2	18	4	18	5	51
Pirapora	2	-	2	3	9	5	8	1	30
Porteirinha	2	2	4	-	-	1	1	1	11
Rio Pardo de Minas	-	1	-	-	-	-	-	-	1
S. J.da Ponte	1	-	2	-	-	-	-	-	3
Várzea da Palma	1	-	1	-	2	2	4	-	8
Varzelândia	1	-	7	-	-	-	-	-	8
Outros municípios	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	28	17	68	7	35	13	36	8	212

Fonte: SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1993, p. 60; (1) Incluem projetos agroindustriais e de irrigação; (2) Incluem os projetos de pesca e turismo, (3) Relacionados municípios onde não há projetos aprovados pela SUDENE e (4) Projetos que perderam direito de usufruir dos incentivos do FINOR, não estando necessariamente paralisados.

Quanto ao destino da produção industrial, a constatação de Braga é significativa: 60% destinavam-se aos mercados consumidores do Sudeste; 33%, à exportação; 23%, para "todo o país"; 20%, para o Nordeste; 16,6%, para o Sul; 16,6% para o Centro-Oeste, 13,3%, para o Norte e apenas 6,6% eram destinados ao mercado local.[168] Além disso, segundo a autora, as indústrias adquiriam quase todos os seus insumos fora da região e grande parte dos equipamentos foram adquiridos fora do Brasil.

[168] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit., p. 44.

QUADRO 04
Localização da administração das principais empresas industriais em funcionamento e em implantação na cidade de Montes Claros

EMPRESA	LOCAL
ALMEC	Belo Horizonte
AGAPRESS	São Paulo
BIOBRÁS	Belo Horizonte
GLYCENORTE	Belo Horizonte
COTEMINAS	Belo Horizonte
MATSULFUR	Belo Horizonte
CORTNORTE	Belo Horizonte
DENVER	Belo Horizonte
FUJINOR	Belo Horizonte
ITASA	Rio de Janeiro
MECA	Belo Horizonte
SION	Belo Horizonte
TOK	Belo Horizonte
TRANSIT	Belo Horizonte
ALPARGATAS	São Paulo
FRIGONORTE	Montes Claros
CORTNORTE	Montes Claros
PASSONORTE	Montes Claros
IRAMASA	Montes Claros
SOMAI	Montes Claros

Fonte: BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p.41. Dados da ACI-Montes Claros.

Delineado esse quadro, a conclusão de Braga é clara: a industrialização proporcionada pela SUDENE no Norte de Minas foi um

> (...) 'esticamento' do parque [industrial] do Centro-Sul e obviamente das empresas aí localizadas, que como um 'enclave', adentram a economia Norte-Mineira, no processo de expansão do capitalismo industrial da economia brasileira.[169]

Em síntese, a industrialização incentivada pela SUDENE não se vinculava às características da região e sua efetivação obedecia à dinâmica geral do sistema capitalista no país. Daí derivam as características gerais da industrialização: origem exógena dos capitais, pouco aproveitamento de matéria-prima regional, pequena absorção de mão-de-obra e comercialização da produção fora das "fronteiras" regionais.

A análise da autora é instrutiva e, no que tange às características gerais da indústria incentivada, suas teses parecem sólidas. O que não significa que concordamos com todas as suas conclusões. Diz ela:

> A idéia central é que tanto o progresso como a miséria, [são] produtos do mesmo processo, que resulta da expansão do capitalismo numa área em que prevalecia outra estrutura produtiva. Estamos diante de um processo que se repete ou desenvolve ao longo dos anos – o processo de transformação estrutural. Uma região como a AMS, eminentemente agro-pecuária, contendo todas as características para crescer e se desenvolver neste sentido, transformando-se assim num

[169] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit., p. 103.

> grande centro de gado de corte e leiteiro, ao mesmo tempo produtor de algumas culturas como o algodão, mandioca e cana-de-açúcar, destacando também a suinocultura como a avicultura, e que poderia, aproveitando de seu potencial natural, se industrializar neste sentido ou seja, encetar a sua industrialização visando o aproveitamento regional local, se vê invadida por um novo tipo de produção: os ramos ditos "dinâmicos". Desta forma o capital adentra em diversos setores que acredita ter primazia a despeito do modo de produção predominante, desordenando as formas de produção fazendo penetrar outras.[170] (Grifos nossos)

A visão de Maria Ângela Braga, como será visto no capítulo 3, não é isolada, mas integra uma vertente da historiografia regional que, no intuito de realizar uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento levado a efeito pela SUDENE, termina por assimilar o discurso da vitimização, de forma mais sofisticada do que o faziam as lideranças regionais. Ao invés de utilizar a miséria para justificar o pedido de verbas, incentivos fiscais e financiamentos, como as elites, os pesquisadores condenam o caráter exógeno e invasor do modelo SUDENE e/ou idealizam uma sociedade pré-capitalista que foi "corrompida" pelo capital, a partir de 1960. O ponto em comum entre elites e pesquisadores é claro: havia uma comunidade regional que foi vítima da seca e da pobreza (discurso das elites) ou foi vítima da sanha do capital "de fora", que ignora as especificidades regionais (discurso dos pesquisadores).

Como estamos procurando mostrar, as elites regionais, em seus diversos segmentos e ao longo de todo o período, tiveram uma participação ativa na implementação do "modelo SUDENE". Assim, a idéia de uma "invasão" do Norte de Minas parece-nos, se não equivocada, desaconselhável, porque não leva em conta os interesses das classes dirigentes regionais no projeto modernizador.

Ressaltamos que, conforme os dados da autora, cerca de 25% dos capitais investidos nas indústrias eram de origem regional. Além disso, como afirma, a modernização não implicou a eliminação completa dos setores mais tradicionais. Em suas palavras:

> Forma-se assim, um dinâmico movimento entre a economia capitalista moderna e os outros setores de produção que, digamos, são colocados a serviço do capital. Alguns se convertem em base financeira do modo de produção capitalista, outros em fornecedores de bens ou serviços auxiliares à produção capitalista, ou ainda, em reservatório de mão-de-obra.[171]

[170] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit,. p. 109–110.
[171] BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Op. cit., p. 110.

Devemos considerar, também, as oportunidades que os investimentos "externos" proporcionaram aos capitais regionais, conforme previsão do INDI, em 1970:

> Deve-se levar em conta também os empreendimentos que adicionem alto valor agregado, utilizando matérias primas externas à região, mas que, face aos incentivos oferecidos na área, aliados à um baixo custo de transporte em relação ao valor do produto, os tornem economicamente rentáveis.
>
> À medida que novos empreendimentos se instalam na região, novas oportunidades industriais surgem, sejam oportunidades de suprimento de matérias primas e componentes, sejam oportunidades de transformação e complementação dos produtos finais do empreendimento.[172]

Dessa forma, seja se beneficiando, de forma direta, dos incentivos, seja participando, de forma complementar, dos investimentos modernos, o capital de origem regional foi beneficiário do processo de modernização dirigido pela SUDENE e complementado pelo Governo de Minas Gerais.

O reconhecimento do papel ativo das elites regionais não equivale à desconsideração das implicações de ordem nacional presentes na industrialização do Nordeste e Norte de Minas.

A esse respeito, a análise de Leonardo Guimarães Neto acerca das relações econômicas estabelecidas entre o Nordeste e o Centro-Sul é instrutiva e, parece-nos, aplicável ao norte de Minas. Segundo o autor, a integração das regiões passou por três fases: a primeira, ocorrida basicamente no século XIX, foi a fase do *isolamento relativo*. Nesse período, a exportação de bens primários era a atividade principal. Predominavam as relações da região com o exterior em detrimento das relações inter-regionais no Brasil. A segunda fase, que corresponde à primeira metade do século XX, é denominada de *articulação comercial*, na qual ocorreu a ascensão de São Paulo como centro industrial e a construção de um sistema de transportes e comunicação que deram a "base física", conforme expressão do autor, para a constituição do mercado interno, no qual as diversas regiões se esforçavam para colocar a sua produção. Nessa fase, a articulação comercial entre as regiões prevaleceu sobre o comércio internacional. A terceira fase foi a da *integração produtiva* que ocorreu a partir de 1960, momento de consolidação da

[172] INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1970, p. VIII-2.

indústria pesada e de oligopolização da economia brasileira. Nessa fase, o capital *produtivo* do Centro-Sul, estimulado pelo Estado via SUDENE, transfere-se para o Nordeste, superando a articulação apenas *comercial*. [173]

A transferência de capital no sentido Sudeste-Nordeste, observa ainda o autor, não se restringiu à conjuntura de crise dos anos 1960, uma vez que, durante o chamado "milagre" e na década de 1970 como um todo, a indústria continuou a se expandir no Nordeste. Assim, a integração era algo estrutural que, embora estimulada pelas injunções conjunturais, conforme afirma Francisco de Oliveira em sua tese sobre o papel dos incentivos fiscais[174], ocorria tanto no momento de crise (1962–1967) como nos períodos de expansão (1968–1973). Nas palavras de Guimarães Neto:

> A explicação para a continuidade da expansão industrial do Nordeste, à base do aporte significativo do capital produtivo extra-regional, reside, pois no que se poderia chamar de duas **pré-condições** e dois conjuntos de determinantes do processo de transferência do capital produtivo: (i) a maior rentabilidade do capital próprio que viesse a ser investido na indústria do Nordeste, face aos incentivos que o Estado, em suas diversas esferas, oferecia ao investidor; (ii) a presença, no país, de uma estrutura produtiva montada na década de 50, na qual predominavam a concentração do capital e relações oligopólicas, com tendência à sobreacumulação ou alto potencial de acumulação. Entre os chamados determinantes do processo de transferência podem ser mencionados:
>
> a) a tentativa de preservação e de garantia das posições oligopolistas e monopolistas no mercado nacional; e
>
> b) a exploração de recursos naturais existentes no Nordeste na produção de bens intermediários que passam a ser exigidos pela economia nacional, notadamente a industrial.[175]

Assim, nos termos em que propõe o autor, a modernização que se processou no Nordeste (e no Norte de Minas), a partir de 1960, foi, acima de tudo, determinada por razões *nacionais* e *internacionais*, pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país e em suas relações com o capital internacional. O que não elimina o fato que as elites regionalmente situadas tenham contribuído para esse processo e se beneficiado dele, ainda que de forma secundária.

---

[173] GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Op. cit., p. 25-26.
[174] OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Op. cit., OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Op. cit., p. 47.
[175] GUIMARÃES NETO, Leonardo. Op. cit., p. 154.

No bojo desse processo de integração produtiva, especialmente entre 1970 e 1990, ocorreu uma desconcentração relativa da industrialização do país, com uma diminuição relativa do PIB industrial de São Paulo e a decadência da indústria do Rio de Janeiro.[176] Uma das regiões beneficiadas com a desconcentração foi o Norte de Minas. Os fatores principais da desconcentração foram:

> - aumento progressivo dos custos de concentração, associados às deseconomias de aglomeração (...). Houve elevação do preço das terras, dos aluguéis e dos salários relativos (...) além da crescente pressão sindical na área metropolitana de São Paulo;
> - avanço da infra-estrutura em direção a outros estados e regiões;
> - políticas públicas e incentivos fiscais regionais. (...) destaca-se (...) [o II PND] (...) na medida em que as demais regiões, com exceção do Sudeste, passaram a ser o principal destino da maior parte dos novos investimentos (...)
> - ampliação das fronteiras agrícola e mineral;
> - unificação do mercado, que veio ampliar o movimento da concorrência interempresarial para a ocupação do mercado nacional.[177]

Dos fatores citados pelos autores, pelo menos dois se aplicam diretamente ao caso do norte de Minas: a construção da infra-estrutura e a aplicação de políticas públicas e incentivos fiscais.

Mas a desconcentração tinha limites. Analisando o tema posteriormente, Diniz afirma que, ao invés de uma desconcentração que atingia ampla extensão do território nacional, o que ocorre é um "desenvolvimento poligonal", caracterizado pela

> (...) perda relativa da área metropolitana de São Paulo ao mesmo tempo que cresce a participação relativa da macrorregião que vai do centro do estado de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, incluído o interior do estado de São Paulo, no que o autor denominou de desenvolvimento poligonal no Brasil, caracterizado pela macrorregião contida dentro do polígono formado pelos vértices Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte.[178]

---

[176] DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana Borges Texeira dos. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995, p. 195–223.
[177] Idem, p. 195–223, p. 196.
[178] DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as questões governamentais no Brasil. Texto para discussão n. 159. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE//UFMG, 2001. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br.

É perceptível que o Norte de Minas está fora desse polígono de desenvolvimento identificado por Diniz. Apesar disso, consumada a integração produtiva da qual fala Guimarães Neto e tendo sido a região uma das áreas receptoras de investimentos industriais dentro do processo de desconcentração, a dinâmica da economia regional está constantemente condicionada pela conjuntura nacional. Assim, as regiões participam dos movimentos cíclicos da economia capitalista, vigente em escala nacional, sendo atingida tanto na baixa quanto na alta dos ciclos, como observa Tânia Bacelar de Araújo.[179]

Embora a autora esteja tratando do caso nordestino, sua interpretação aplica-se também, ao Norte de Minas. Uma indicação empírica disso é mostrada pelo trabalho de Stela Daiane Santos sobre o fechamento de indústrias em Montes Claros na década de 1980. Investigando a história individualizada das grandes empresas, ela mostra uma estreita relação entre o encerramento das atividades das mesmas com a conjuntura nacional de crise, especialmente na passagem da década de 1980 para a de 1990.[180]

O reconhecimento da integração produtiva coloca uma questão crucial para as pesquisas que enfocam as regiões: a integração produtiva, ou a *nacionalização* da economia brasileira, para usar uma expressão de Francisco de Oliveira, não teria aniquilado as regiões e, por conseqüência, a relevância de estudá-las?

Possivelmente, a discussão mais conhecida no Brasil a esse respeito é a de Francisco de Oliveira. Para o autor, após longo processo iniciado em 1930, ocorreu a "substituição de uma economia nacional, *formada por várias economias regionais*, para uma economia nacional, *localizada em diversas partes do território nacional*." E não se trata de uma simples mudança semântica, observa, "significa precisamente que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do País." A diferença fundamental entre uma situação e outra é que, na "economia nacional, formada por várias economias regionais", "as ligações *externas, para fora do País*, determinavam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional (...)"[181].

---

[179] ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. Op. cit., p.128.
[180] SANTOS, Stela Daiane Ramires dos. **Desmistificação das causas do fechamento das indústrias incentivadas em Montes Claros**. Op. cit.
[181] OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Op. cit., p. 55.

Em **Elegia para uma Re(li)gião**, Francisco de Oliveira coloca, em termos mais claros, as conseqüências do processo de industrialização em curso desde o primeiro Governo Vargas e, especialmente, da industrialização incentivada no Nordeste: "(...) é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar em 'economias regionais' no Brasil (...)", por conseguinte, "a insistência da burocracia da SUDENE (...) em continuar a colocar os problemas do Nordeste como 'regionais' é, agora, historicamente, reacionária; apenas serve para azeitar os eixos dos mecanismos do capital monopopulista." A expansão do capital monopolista, completa o autor, "aponta, no limite, para a dissolução das 'regiões', enquanto espaços de produção e apropriação do valor especiais e diferenciados (...)"[182].

Essa é a tese que, na expressão de Milton Santos, "intoxicou a maior parte dos economistas[183] e, desgraçadamente, também dos geógrafos, com a idéia de que a região havia soçobrado com a modernidade"[184].

Embora Francisco de Oliveira tenha sido criticado[185], se observamos o seu conceito de região, percebemos que ele é coerente com a tese que a modernização capitalista gera uma crescente homogeneização do espaço e até mesmo o desaparecimento das regiões. Diz o autor: "Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também, nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral."[186]

---

[182] OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Op. cit., p. 125, 132, 133.

[183] O seminário "Nordeste – Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos", realizado em 1982 pelo Programa de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES – da Universidade Federal de Pernambuco, é um exemplo da difusão da tese de Francisco de Oliveira. Cf. MARANHÃO, Silvio (org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

[184] SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (Orgs.). **Era da esperança***:* teoria e política no pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 99-107, p. 101.

[185] Ver críticas à tese da homogeneização e fim das regiões, por exemplo, em CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do Espaço urbano e regional no Brasil**. Op. cit., ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste?. In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. Op. cit., p. 125–156, CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 e MARTINS, Paulo H. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 52-66. Uma crítica não dirigida a Francisco de Oliveira, mas à tese da homogeneização do espaço de forma geral, é encontrada também em HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Op. cit.

[186] OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Op. cit., p. 27.

De fato, com base nesse conceito, podemos dizer que as regiões, se não desapareceram, ficaram quase imperceptíveis após a integração produtiva. No caso do Norte de Minas, a modernização do campo, juntamente com a industrialização no meio urbano, tornou o trabalho assalariado hegemônico, integrou a economia regional à dinâmica maior, prevalecente em âmbito nacional, e revelou uma fração regional da burguesia articulada às suas congêneres estadual e mesmo nacional. Assim, onde estaria a especificidade na reprodução do capital e na estrutura de classe, elementos fundamentais para se caracterizar uma região?

A dificuldade com o conceito de região apresentado por Francisco de Oliveira surge quando nos deparamos, no estudo da história do Norte de Minas, com a emergência de movimentos regionalistas exatamente durante o processo de modernização. Como explicar a forte recorrência da escala regional nos discursos e ações das elites organizadas ao longo dos últimos 30 ou 40 anos? Para utilizar o conceito de região do autor, teríamos que pensar o regionalismo como pura manipulação, uma vez que a base concreta, a região, não mais existiria.

Um autor marxista está em seara estranha quando trata de região, afirma Ann Markusen. Por isso, privilegiamos a investigação do regionalismo entendido nos termos propostos por essa autora: "Regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado." Essa definição é coerente com o método marxista e apresenta três virtudes:

> Primeiramente, ela apresenta o regionalismo através de suas relações sociais entre um grupo e outro de pessoas, não especificadas na definição, que é objetivamente antagônico a alguns fins do primeiro grupo e cuja luta ocorre dentro do setor estatal. Em segundo lugar, ela usa uma qualificação territorial que distingue grupos regionais de outros grupos sociais envolvidos em luta, e liga o território com a existência de instituições estatais, de tal maneira que ele claramente identifica uma "arena" de luta – uma arena política – mesmo que o conteúdo da luta seja econômico ou cultural. Em terceiro lugar, a definição permite um delineamento particular do grupo regional, baseado em experiências históricas e subjetivas, sem a tentativa de reduzir as pessoas a um padrão não histórico de regiões através do globo ou de assumir as formas correntes do Estado (por exemplo, nação) como base das regiões mundiais.[187]

[187] MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61–99, p. 83–84.

Definido o regionalismo dessa forma e constatada a sua manifestação histórica, pode-se reconhecer o espaço onde ele ocorre, ou seja, a região. Assim, a região é, nas palavras de Iná Elias de Castro, "a base territorial para a expressão do regionalismo".[188]

A importância conferida ao Estado nesses conceitos é compatível com a história do Norte de Minas na segunda metade do século XX. O regionalismo, nesse espaço e nesse período, foi fortemente condicionado pelo Estado, fato evidenciado nas implicações sociais, econômicas e políticas que a inclusão na área de abrangência da SUDENE acarretou. Em termos concretos, a SUDENE facilitou a identificação entre região e regionalismo no Norte de Minas, fazendo coincidir, razoavelmente bem, as fronteiras administrativas, políticas e econômicas. Como observa Vera Alice Cardoso Silva:

> A região pode coincidir ou não com as fronteiras politicamente estabelecidas (...).
>
> Por outro lado, a divisão política, que cria estados nacionais, departamentos, províncias e municípios, representa *uma* das variáveis relevantes para a compreensão da dinâmica econômica e social de cada região que se pode recortar como objeto de estudo. É relevante (...) porque delimita o espaço *legal* de ação política de elites, grupos de interesses e classes sociais.[189] (Grifos nossos)

Ao final deste capítulo, retomamos os pontos principais que indicamos no seu início: a heterogeneidade das regiões que compõem o Estado de Minas Gerais, o seu processo de desenvolvimento, com ênfase no papel nele desempenhado pelos grupos dirigentes, em escala estadual e regional, e a força da mineiridade.

Na construção de sua tese sobre o modelo de desenvolvimento de Minas Gerais, Otávio Soares Dulci contempla praticamente todos esses pontos e propõe um tipologia para o estudo do desenvolvimento regional. Para ele, esse desenvolvimento ocorre sob algum tipo de impulso principal que pode ser de ordem econômica – razões de mercado – e/ou de ordem política – intervenção do Estado, mobilização das elites regionais. Em

---

[188] CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.) **Integração, região e regionalismo**. Op. cit., p. 155-169, p. 164–165. Embora seja crítica de Ann Markusen, Iná Elias de Castro propõe um conceito de regionalismo semelhante ao daquela autora: regionalismo é "a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial." CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. Op .cit. p. 164–165.

[189] SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 45–49.

ambos os tipos, o estímulo pode ser de natureza externa ou interna. Em termos históricos, a "via paulista", segundo o autor, é caracterizada pela existência de impulsos econômicos internos; o Nordeste e a Amazônia constituem casos de desenvolvimento impulsionados pela ação política exterior à região. O Estado de Minas Gerais constitui-se em um caso intermediário: a conjugação de considerável potencial econômico (razões de mercado) com uma mobilização política regional capaz de arregimentar força e implementar seus projetos.[190]

Em Minas Gerais, segundo Dulci, coexistiriam três modelos: o mineiro propriamente dito; o paulista, na região de Juiz de Fora, e o modelo Nordeste/Amazônia, impulsionado de fora, que foi implantado no norte de Minas. Não obstante a lucidez da análise de Dulci e todas as considerações que fizemos acerca das injunções de caráter nacional presentes na modernização do Norte de Minas, pensamos que a história da região na segunda metade do século XX, especialmente a organização e mobilização das suas elites, revela a necessidade de aprimoramento da tipologia de Dulci e, mais uma vez, coloca em evidência a diversidade de Minas Gerais.

Quanto à mineiridade, ela era compartilhada, também, na região que analisamos. Contudo, como veremos no capítulo seguinte, a sua assimilação tinha limites e, em algumas oportunidades, foi frontalmente negada.

[190] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op.cit.

Capítulo 2: A face radical do regionalismo: os movimentos autonomistas

2.1 – Antecedentes

A reforma da divisão político-administrativa do Brasil é um tema constante na história do país. Vários Estados foram criados desde 1822: Amazonas (1850), Paraná (1854), Mato Grosso do Sul (1977) e Tocantins (1988). Na década de 1980, três territórios federais foram emancipados: Rondônia (1981), Amapá e Roraima, em 1988. Em 2003, havia mais de uma dezena de projetos separatistas. Entre eles, o do Estado de Minas do Norte.[191]

À medida que procedíamos à pesquisa acerca da história do Norte de Minas, o tema do separatismo foi se colocando, impondo-se como uma das estratégias regionalistas, revelando-se como uma das faces da ideologia das classes hegemônicas.

Os projetos autonomistas[192] e os movimentos que lhes deram suporte foram momentos ricos na configuração do pensamento regionalista. Além da sua relevância em si, esses movimentos foram decisivos na construção de imagens, na difusão de idéias e no reforço de uma certa narrativa histórica que "conta" a história regional, dando-lhe as cores que a conjuntura exige.

O objetivo deste capítulo é descrever a trajetória do movimento separatista norte-mineiro, identificando suas características principais e salientando os seus aspectos mais importantes na construção da ideologia regionalista.

Identificamos três tentativas de criação de um novo Estado na região. A primeira foi em 1967–1968; a segunda, em 1986–1988, e a terceira, em 2000–2002. Em alguma medida, o assunto sempre esteve em voga na região, mas foi nessas oportunidades que se constituíram movimentos efetivos e que se apresentam um projeto com esse intuito no Congresso Nacional.

A tentativa de 1986–1987 foi, parece-nos, a mais incisiva. Esse movimento foi também o que mais explorou a história da região, com vistas a justificar seus objetivos. Na Emenda Constitucional 2B0022-8, elaborada, ao que tudo indica, pelo economista

---

[191] MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**. Op.cit., p. 15.
[192] Usaremos as expressões autonomistas e separatistas como sinônimas.

Expedicto Mendonça e assinada pelo Deputado Federal Humberto Souto (PFL), afirma-se, na "justificativa histórica", que

> (...) o primeiro passo objetivo para a criação do Estado de São Francisco ocorreu na fase colonial do Brasil, quando D. João VI, visando a preservar a influência do domínio da Fazenda Real Portuguesa, promulgou, em 1809, o alvará de criação da Comarca de São Francisco, vinculada à Capitania de Pernambuco, que se estendia pelo Oeste da Bahia, alcançando o Norte e Nordeste de Minas (...)
>
> Daí, as origens e vínculos históricos e culturais do Estado de São Francisco com a região Nordeste.
>
> Em 1840, o Senado do Império aprovou Emenda Constitucional, criando o Estado de São Francisco, que visava a unificar o Território da antiga Capitania de Porto Seguro, tendo sido posteriormente vetada.
>
> Em 1842 o grande estadista Teófilo Otoni (...) colocou-se à frente de um movimento separatista que tinha por objetivo lutar pela autodeterminação política, econômica e administrativa do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha.
>
> Em 1946, (...) Milton Campos e seu colega da Bahia, Otávio Mangabeira, reconheceram válida a alternativa de desmembramento de parte do território do Noroeste, Norte e Nordeste de Minas Gerais, anexando parte do Sul da Bahia (...)
>
> A criação do Estado de São Francisco, abrangendo a região mineira acima do paralelo 18º e o Sul da Bahia (...) irá unificar essa extensa região (antiga Capitania de Porto Seguro) que, por casuísmo político, no início do século XIX, teve suas fronteiras violadas e perdeu o acesso ao Atlântico, mas que permanece uma, indivisível nas suas tradições, na sua História e na sua cultura. [193]

Alfredo Dolabela, um dos coordenadores do movimento, apresenta argumentos semelhantes:

> A Capitania de Porto Seguro se caracteriza como a primeira unidade administrativa situada entre os referidos paralelos. (...)
>
> No ano de 1759 o Marquês de Pombal, envolvido na reorganização administrativa territorial da Colônia, confiscou a capitania (...) (transferindo-a) para a jurisdição da Capitania da Bahia de Todos os Santos. (...)
>
> Em 31 de janeiro de 1968 surge, na ACI de Montes Claros, a UDEIMB – União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia – sociedade civil com o objetivo de dar apoio ao movimento pró-emancipação da área. [194]

---

[193] BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emenda 2B0022-8**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p.2–3.

[194] PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998, p. 54–56.

É perceptível o esforço para conferir ao movimento uma antiguidade e, por essa via, legitimá-lo. Isso será objeto de investigação posteriormente. Por enquanto o interesse maior dessas citações é nos servir delas como um roteiro, privilegiando, obviamente, o recorte temporal da nossa pesquisa.

Relacionar o Estado de São Francisco (projeto) com a Capitania de Porto Seguro parece-nos fora de qualquer sentido. Assim, vamos nos ater aos eventos posteriores. Foi no século XIX que surgiram os primeiros movimentos com vistas à criação do Estado de São Francisco.

Em 1810, foi criada, na Província de Pernambuco, a Comarca do Sertão do Pernambuco, abrangendo as vilas de Cimbres e Barra do Rio Grande, Julgados de Garanhus, Flores na Ribeira de Pajaú, Tacaratu, Cabrobó e as povoações de Campo Largo, Pilão Arcado e Carinhanha. Em 1820, essa Comarca foi desmembrada, criando-se a Comarca do Rio São Francisco que compreendia as vilas da Barra do Rio Grande e de Pilão Arcado e as povoações de Campo Largo e Carinhanha.[195] Salientamos que nenhuma dessas localidades pertenciam ao território de Minas Gerais.

A primeira tentativa de se transformar a Comarca do São Francisco em uma província foi durante a Assembléia Constituinte de 1823, segundo Herbert Toledo Martins. Em vez de partir dos deputados eleitos na Comarca, a proposta foi apresentada por Tomás Antônio da Costa Alcami Ferreira, eleito procurador pela população da Comarca e do Norte de Minas, os "povos do sertão das Gerais e Rio de São Francisco". A nova província seria constituída por frações do território de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, tendo Carinhanha como capital.[196]

Para Herbert Martins, o projeto de 1823 expressava o pensamento e a união das elites e da população em geral da Comarca de São Francisco e do Norte de Minas que, apesar de derrotadas em 1823, lançaram as bases para a retomada da proposta em 1830. Essas experiências, ainda segundo o autor, teriam contribuído para "(...) estreitar os laços de dependência entre os indivíduos (...) [tornando] os mesmos mais solidários e contribuindo, dessa maneira, com a formação de uma identidade regional."[197]

Não temos a mesma segurança que Martins quanto a esses aspectos. Em primeiro lugar, parece-nos difícil identificar de forma direta o pensamento da população

---

[195] MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875, p. 15–16.
[196] MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**: a criação de novos estados no Brasil (1823–1988). Op. cit., p. 73–74.
[197] Idem, p. 74.

ao discurso e projeto apresentados pelo procurador. Em segundo, as pretensões da Comarca de São Francisco não necessariamente incluem o norte de Minas. Não há, por exemplo, dados para afirmar que a retomada do projeto, em 1830, proposto por um deputado pernambucano e, em 1850, apresentado por um grupo de deputados baianos, tenha recebido o apoio da população e/ou elites das vilas de Minas Gerais que seriam desmembradas. Por fim, parece-nos pouco provável que, dessa experiência de 1823 e 1830, tenha emergido uma "identidade regional" comum à Comarca de São Francisco e ao Norte de Minas e que isso tenha fundamentado movimentos conjuntos pela separação.

De qualquer forma, o tema da criação "novas províncias" parecia estar em discussão na década de 1830 porque, em julho de 1836, o Presidente da Província solicitou à Câmara Municipal de Montes Claros informações acerca das fronteiras com outras províncias. O que mais nos interessa é a resposta dos vereadores:

> Quanto à portaria de v. exc. Sr. Presidente da Província, data de 25 de junho vertente, que determina em virtude do aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império que esta Câmara informe, na parte que lhe toca, se os limites desta província e as demais do Império são suscceptíveis de alteração é de parecer que se responda que responda a s. exc. que a Câmara só é reconhecedora dos limites desta província com a da Bahia; e, nestes, não reconhece necessidade alguma de alteração, já pelas proporcionadas distâncias, costumes e hábitos dos povos daquella, diametralmente oppostos aos desta, já finalmente pelo contentamento que mostram todos estes comprovincianos de pertencerem a Minas Geraes, se conservando divididos e interdictos da maneira que se acham.[198] (Grifos nossos)

Assim, os indícios são que as lideranças políticas do Norte de Minas, além de ausentes na luta pela nova Província, recusavam-se a deixar de pertencer a Minas Gerais e identificavam-se como "diametralmente opostas", nos hábitos e costumes, aos "povos" da Bahia.

Outro antecedente histórico reclamado pela Emenda Constitucional de 1987 para o Estado de São Francisco é a Revolta Liberal de 1842, que tinha entre os seus líderes

[198] Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas. Reunião de 23 de julho de 1836. Apud VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros**: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p. 65.

Teófilo Otoni. Não vamos discutir esse tema aqui. Apenas registramos que as Câmaras Municipais do Norte de Minas se posicionaram contra o movimento.[199]

Os movimentos autonomistas avolumaram-se na década de 1850. Segundo Herbert Martins, a criação da Província do Amazonas, em 1850, e do Paraná, em 1853, estimulou as demandas separatistas em várias partes do país, tendo sido enviadas ao Congresso, somente no ano de 1854, mais de 20 representações com esse objetivo.[200]

Foi também nessa conjuntura que surgiu o que, parece-nos, foi o primeiro ensaio autonomista das elites regionais. Em 1854, a Câmara Municipal de Diamantina propôs a criação de uma nova província, reunindo, genericamente, o "Norte", o "Jequitinhonha" e o Mucuri, além de porções do Sul da Bahia, Pernambuco e Goiás. O projeto era justificado sob o argumento de que a Província de Minas era muito extensa e que, por isso, seu governo era, "por maior illustração, e boa vontade q. tenha", incapaz de "cuidar de muitas necessidades urgentes e altamente reclamadas por muitos lugares da Província, mormente aquelles, q. estão mais affastados de suas vistas, q. disto se ressentem em alto grau"[201].

Na correspondência citada, os vereadores de Diamantina pediam o apoio da Câmara de Montes Claros, bem como o envio dessa reivindicação "aos Supremos Poderes do Estado". Os vereadores de Montes Claros discutiram o assunto na sessão do dia 7 de abril de 1854 e aderiram à causa, aprovando a seguinte "representação" dirigida aos "Augustos e Dignos Representantes da Nação":

> A C.M. da V. de M.C. de F. da Com. de S.F., da Província de M.G., julga do seu dever levar à vossa augusta presença a expressão da urgente necessidade, q há, de crear-se uma nova Província, composta desta comarca, das do Gequitinhonha e Paracatu destq a Provª., e das q. lhe ficam limitrofes, pertencentes às Prov.ª da Bahia, Pernambuco e Goias, com Capital nesta Vª ou na Vª Janoária, por ser qualquer destes pontos o mais central e por conseguinte o mais proprio, q. p.ª o referido fim se possa imaginar.[202]

A justificativa usada pelos montes-clarenses assemelhava-se bastante à dos diamantinenses, embora em tom mais agressivo. "As Comarcas acima referidas ficam

---

[199] MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara de Montes Claros e Formigas, 15-06-1842. APMC-DPDOR; VILA RISONHA DE SÃO ROMÃO. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 17-12-1842. APMC-DPDOR; MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 07-11-1842. APMC-DPDOR e MENDES, Ednalva Gonsalves. **"Entrando na ordem do dia"**: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX. 2004. Op. cit., p.32.
[200] MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**. Op. cit., p.86.
[201] DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854, p. 1.
[202] MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5, APMC-DPDOR.

mui distantes das capitais de suas respectivas Províncias e, por isso, a ação da administração é nellas frouxa, e quase nulla."

A preocupação com a possível resistência por parte do Governo da Província de Minas fica implícita na observação de que os problemas que afligem as comarcas em questão não eram devidos à "falta de zelo" dos "diversos administradores provinciais; a raiz do problema, dizia o texto, era o "enorme trabalho do expediente da Secretaria, o qual lhes rouba o tempo necessário a concepção e execução de transcendente utilidade para estes lugares longinquos." Assim, "a consideração de ficar Minas Gerais, como semelhante mutilação, menos importante, não deve servir de embaraço a adopção de semelhante medida, cuja utilidade e incontestável."[203]

A representação foi recebida pelo "Ministério do Império" ainda em maio de 1854, e remetida pelo mesmo para a Assembléia Geral, conforme correspondência do Governo da Província de Minas Gerais a Montes Claros, em 10 de junho do mesmo ano[204]. O movimento parece ter durado cerca de três anos. O último registro que temos do mesmo data de 1857, quando foram solicitadas à Câmara de Montes Claros dados gerais acerca de suas relações econômicas com a "região" de Diamantina, Minas Novas, Grão-Mogol e Rio Pardo[205].

A nova província era um amplo projeto, pois sua efetivação envolvia o "norte" e o "noroeste" de Minas (Paracatu), o Jequitinhonha e partes da Bahia, Pernambuco e Goiás. Talvez o seu fracasso esteja relacionado exatamente com a sua abrangência, porque qualquer movimento separatista comporta e atinge interesses muito diversificados. Além disso, como observa Herbert Toledo, o poder da bancada mineira no Parlamento era suficiente para impedir praticamente todos os projetos que envolvessem territórios da Província de Minas Gerais.[206]

Destacam-se, também, como elementos constitutivos desse movimento, o seu discurso "pragmático" e o seu "caráter governista". Explica-se: os vereadores de Diamantina e Montes Claros utilizaram argumentos "técnicos", "administrativos", para

---

[203] MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5-7, APMC-DPDOR.

[204] MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.

[205] Correspondência recebida pela Câmara de Montes Claros. 1857. A deterioração do documento não nos permitiu averiguar a data nem o emissor. Acerca desse movimento de 1854, cf. também MARTINS, Herbert; MARCANDIER, Andrea Passos L.; SOARES, Deidre de Cássia. A unidade na diversidade: a integridade do território de Minas Gerais. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Orgs.). **Iniciação Científica Newton Paiva**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2003, p. 70–98.

[206] MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**. Op.cit

justificar seu projeto. A extensão da Província de Minas Gerais, a distância da capital Ouro Preto, a impossibilidade material são colocadas como os dados centrais do "abandono" das zonas que queriam se separar. Não havia, pois, apelo para as origens remotas de uma possível unidade política das regiões, nem se afirmava qualquer unidade histórica ou cultural entre as mesmas.

Quanto ao caráter "governista", o que se quer destacar é como um movimento dessa envergadura era tratado com "naturalidade" pelas instâncias provinciais e imperiais do Estado. O próprio documento de Diamantina diz que as áreas a serem separadas poderiam ser aquelas referentes ao Bispado de Diamantina que, naquela época, tinha jurisdição sobre o norte de Minas ou "d´aquelles que os mesmos Poderes em sua Alta Sabedoria julgarem mais conveniente". Não se registram, também, represálias à iniciativa. Como observa John Wirth[207], os movimentos separatistas eram muito comuns no Império e não eram tidos como "traição" ou rebeldia. Foi na República, observa o autor, que o separatismo foi elevado à condição de grave traição e submetido às mais duras repressões, inclusive armada, como ocorreu em Campanha, no sul de Minas Gerais, no final do século XIX.

Possivelmente, esse movimento de 1854 assinala o início do regionalismo político norte-mineiro. O regionalismo, tal como o pensamos neste trabalho, pressupõe a existência do Estado. Nesse sentido, não há regionalismo no período colonial.

Paradoxalmente, é esse movimento que, apesar de ignorado pelos discursos separatistas da segunda metade do século XX, guarda com esses alguma similitude. Além do governismo e pragmatismo, as imagens de uma região “distante” da capital e “abandonada” seriam elementos constantes nas estratégias regionalistas dali em diante.

O tema Província do São Francisco voltou à cena em 1873. O projeto foi apresentado pela bancada baiana e contava com o apoio do Imperador. Na abertura da Assembléia Geral, em maio de 1873, a "fala do trono" recomendava a criação da nova Província, sob o argumento de que: "Uma nova circunscrição administrativa, que compreenda as férteis margens do rio S. Francisco, é um centro de vida e de progresso para aquela extensa e afastada zona do território nacional, até hoje privada, em grande parte, dos influxos e vantagens da civilização"[208].

A nova Província compreenderia territórios de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. A capital seria Vila da Barra (BA). O projeto enfrentou resistências, mas

[207] WIRTH, John. Op. cit.
[208] BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977, p. 416.

terminou aprovado na Assembléia Geral[209]. No Senado, as discussões arrastaram-se por dois anos. Os senadores contrários à proposta alegaram falta de informações e clareza suficientes quanto a questões importantes como as novas fronteiras entre as Províncias. Procurando, possivelmente, adiar, ao máximo, a votação do Projeto, o senador alagoano Cansanção de Sinimbú apresentou, na sessão de 30 de julho de 1873, um requerimento exigindo amplas e detalhadas informações adicionais ao projeto, a saber:

> 1º Qual a linha precisa de limites que deve extremar a nova Província do S. Francisco daquelas de que é desmembrada, com suas dimensões e superfícies.
> 2º Qual a despesa provável, geral e provincial, com o novo funcionamento legislativo, administrativo, judiciário e eclesiástico.
> 3º Quantos e quais os municípios e freguesias são separados de cada província limítrofe: com declaração de sua população livre e escrava, qualificação de votantes, eleitores e deputados gerais e provinciais (se forma algum distrito) ou de que distritos fazem parte.
> 4º Qual a quota com que cada um desses municípios ou freguesias concorre para o tesouro geral, provincial e municipal.
> 5º Que sejam ouvidas as respectivas câmaras municipais sobre a conveniência dessa medida, bem como sobre o comércio e indústria do município, quanto a seu objeto e valor.[210] (Grifos nossos)

A discussão do requerimento prosseguiu na sessão seguinte, de 31 de julho, à qual compareceu o Ministro da Guerra, Sr. Junqueira, que reafirmou o apoio do Imperador ao projeto, sob o argumento de que o

> Valle do S. Francisco esta destinado a ser um grande emporio de riqueza, de industria, de civilização, se por ventura com o tempo, com o discernimento preciso, formos lançando os fundamentos desta futura grandeza. Quando se considera que ao Oeste do Império existe aquelle valle magnífico, intermedio entre o littoral e outras regiões mais longinquas do occidente, um rio que tem um curso navegável de centenas de léguas, que é por assim dizer nosso Mediterrâneo, que pode formar o elo pra ligarmos províncias, todos concordarão que é necessário lançar ali os fundamentos de um importante centro administrativo.[211]

Além de aproveitar esse potencial econômico, o ministro revela outro objetivo do projeto:

> Estas razões, e o conhecimento que tem o governo, como os nobres senadores igualmente teem, da falta de maiores luzes e instrução naquellas paragens que se teem tornado celebres algumas vezes nos

[209] MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste**. Op. cit. p. 102–105.
[210] BRASIL. Anais do Senado – 1873. Vol.4, p. 193. Disponível em www.senado.gov.br.
[211] BRASIL. Anais do Senado – 1873. Vol.4, p. 204. Disponível em www.senado.gov.br.

> annaes do crime, porque o braço da administração não pode chegar vigoroso ate la e a sua ação é muito lenta e retardada, é que determina a creação desta província.[212]

Apesar dos esforços do ministro Junqueira, a discussão do projeto foi deixada para o ano seguinte. Enquanto o assunto se arrastava no Senado, o governo realizou a consulta às câmaras dos municípios atingidos pelo projeto, cumprindo, assim, umas das exigências do "requerimento Sinimbú". As câmaras municipais de Minas Gerais e a Assembléia Provincial posicionaram-se contrárias, enquanto os baianos e pernambucanos foram favoráveis[213]. Em 1874, o projeto foi reformulado, retirando os municípios mineiros da nova província.

Em síntese, segundo os defensores do Projeto, a nova Província atenderia a dois tipos de interesses básicos: a promoção do desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco e a necessidade de se estender o controle do Estado sobre aquela vasta região.

Já os contrários, defendiam que a efetivação do projeto apenas acarretaria maiores despesas ao erário e que o desenvolvimento das regiões a serem separadas dependia de outras ações, como a construção de ferrovias e o uso da navegação pelas águas do São Francisco.

A discussão prolongou-se ao longo de 1874 e chegou, sem resolução, ao ano de 1875, quando o projeto foi arquivado.

Em verdade, observa Mata-Machado, por trás da argumentação dos governistas e dos opositores, residiam interesses político-partidários muito bem definidos:

> Os conservadores desejavam aumentar sua força na Câmara e no Senado, pois o projeto previa que a nova província daria dois senadores e quatro deputados, sem prejuízo do número de representantes da Bahia e de Pernambuco. Os liberais, por seu turno, tudo faziam para retardar a aprovação do projeto atacando-a em seus detalhes.[214]

O malogro desse projeto revela, em primeiro lugar, que os interesses dos partidos Liberal e Conservador, em âmbito nacional, sobrepunham-se aos interesses provinciais; em segundo lugar, demonstra que baianos e pernambucanos, cuja maioria era conservadora, e mineiros, cuja maioria era liberal, estavam em posições opostas;

---

[212] BRASIL. Anais do Senado – 1873. Vol.4, p. 204. Disponível em www.senado.gov.br.
[213] MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste**. Op. cit., p. 111.
[214] Idem, p. 111.

por fim, e o que é mais importante, significa que, acima do ideal separatista, colocavam-se outras demandas para as elites norte-mineiras.

Lembramos que, menos de vinte anos antes, em 1854, lideranças de Montes Claros e Diamantina lançaram um apelo pela criação de uma província com dimensões, de certa forma, semelhantes. Quais as razões da posição das Câmaras do Norte de Minas em 1873? Os argumentos dos deputados e senadores liberais de que, mais importante que criar nova unidade administrativa, era construir ferrovias paras as regiões do São Francisco, não era um discurso de todo desprovido de verdade. Para as elites norte-mineiras de então, a ligação ferroviária com as regiões centrais de Minas e com o Rio de Janeiro era, nas últimas décadas do século XIX, a grande prioridade, e a perspectiva de alcançá-la pode ter influenciado, de forma direta, em sua posição contrária ao projeto separatista.

Os esforços em prol da ligação ferroviária são evidenciados em março de 1883, quando os vereadores de Montes Claros reivindicaram, junto à Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a extensão da ferrovia até o São Francisco. Na sua resposta, a Superintendência lamenta não poder atender, a curto prazo, ao pedido da Câmara de Montes Claros, mas promete trabalhar para o "engradecimento dessa grande e uberrima zona conhecida por Norte de Minas, que como bem dizem v.sas. parecia jazer em completo esquecimento e atrazo". (Grifos nossos). Se a terra é fértil e seus filhos "inteligentes e laboriosos", o que lhes falta? "Um favor dos poderes publicos, para tornar-se grande para ahi germinar a mais adiantada industria, para os productos de sua agricultura disputarem a preferência em todas as exposições internacionais"[215]. Esse favor era, naquele momento, a ligação ferroviária.

Do conjunto, considerando-se a conduta das elites regionais no movimento de 1873 e sua mobilização pela ferrovia, podemos depreender que permanecem o pragmatismo, o governismo, o discurso do “abandono” e da ausência do Governo da Província na região, já presentes em 1854. A esses elementos, somavam-se, na época, mais três aspectos importantes: 1) o destaque conferido ao potencial econômico da região, exemplificado pela prodigalidade dos seus recursos naturais, 2) o louvor a seus habitantes como laboriosos e 3) a reivindicação do “favor” do Estado, especialmente para a melhoria do setor de transportes.

[215] BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR. (Grifos nossos)

Assim, ao final do século XIX, não havia, por parte das lideranças norte-mineiras, qualquer iniciativa separatista. Conforme salientamos no capítulo 1, se era real a ameaça separatista ao sul do Estado, no Norte, ela inexistia naquele momento histórico. Assim, se a localização de Belo Horizonte visava, além de polarizar economicamente, inibir um possível separatismo no Norte, ela foi, nesse último aspecto, um esforço desnecessário.

A partir de 1889, e especialmente após a Constituição de 1891, os movimentos separatistas refluíram. Diferentemente do período imperial, a Constituição republicana considerava o separatismo como "alta traição"[216].

Condenado em âmbito federal, o separatismo era também combatido no interior do Estado de Minas Gerais porque, se efetivado, comprometeria a estratégia política, das elites estaduais, cuja unidade era, como vimos no capítulo 1, seu mais poderoso recurso nas disputas em âmbito nacional.

A contrapartida da unidade, para as elites regionais, era real. Como Minas era o segundo estado mais influente da Federação, destaca John Wirth, dificilmente seria preterido pelas elites regionais em favor de outros Estados:

> A Bahia tinha pouco a oferecer a suas áreas atrasadas, que estiveram comercialmente isoladas da capital até a década de 30. O Norte de Minas, ao contrário, esperava ligações mais eficazes de transporte com os mercados do Sul, proporcionando um estímulo para cooperar com o Governador e o PRM.[217] (Grifos nossos)

Além da ferrovia, benefício concreto obtido, as lideranças norte-mineiras tinham outros motivos para estarem estreitamente afinadas com o governo estadual. Assim como no Império, o governismo era uma marca indelével da política regional. Essa conduta, comum em todo o país, em virtude da lógica coronelista-oligárquica[218] que ordenava as relações políticas em todas as esferas de poder, era reforçada, na região, pelos estreitos laços familiares que uniam líderes políticos estaduais e regionais. As duas principais lideranças políticas de Montes Claros, durante a Primeira República, foram os deputados Camilo Filinto Prates e Honoratto Alves. Os dois estavam à frente dos grupos que disputavam, inclusive nas armas, a política local.

[216] WIRTH, John. Op. cit., p.67–68.
[217] Idem, p. 175–176.
[218] Cf. LEAL, Victor Nunes. Op. cit.

Camilo Prates era cunhado de Antônio Gonçalves Chaves, maior expressão política da região durante o império, que chegou a ser presidente da Província de Minas Gerais, entre 1883 e 1884. Chaves, por sua vez, era muito ligado a Cesário Alvim, líder liberal. Camilo Prates era também ligado a Francisco Sá que, na Primeira República, chegou ao cargo de ministro da Viação. Foram essas boas relações que garantiram a Camilo Prates a nomeação como Intendente Municipal, quando da proclamação da República[219].

Honorato e seu irmão João Alves (também liderança importante, só que restrita ao âmbito municipal) estudaram no Colégio Caraça antes de se formarem em medicina, no Rio de Janeiro. No Caraça, foram colegas de Artur Bernardes, Fernando Melo Viana e Raul Soares, todos futuros governadores. Honorato casou-se com a filha do senador Virgílio de Melo Franco e "ligou-se ao círculo dos fundadores da Escola de Direito de Ouro Preto e aos clãs do Oeste e Norte"[220].

Assim, as lideranças de Montes Claros, que àquela altura já era o principal centro regional, estavam estreitamente relacionadas com os grandes nomes da política mineira, contribuindo, dessa forma, para reforçar o tradicional governismo norte-mineiro e aplacar qualquer iniciativa política mais agressiva.

Integradas às elites estaduais, as lideranças do Norte de Minas compartilhavam também da ideologia da mineiridade, difundindo-a em seus jornais. Contudo, o discurso do abandono, articulado a reivindicações, permanecia, como se vê em texto de 1916: "Sob todos os pontos, atravez de todos os primas, a zona norte-mineira é mal cuidada, é mal observada! Falta-lhe tudo: desde a instrucção rudimentar suficientemente difusa até o mais gigantesco elemento de progresso!"[221] O elemento de progresso a que se refere o texto era a ferrovia. Mas as demonstrações de governismo e louvor ao "grande Estado de Minas Gerais" eram abundantes e saltam aos olhos quando examinamos periódicos da época como **Montes Claros** e **Folha do Norte**.[222] Em matéria referente ao aniversário da gestão Delfim Moreira, no Governo do Estado, o **Montes Claros** diz: "Como mineiros que somos, amantes dessa grande terra onde tivemos o berço, identificados com o seu progresso, façamos nossos votos calorosos para que Deus

[219] PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 43–44.
[220] WIRTH, John. Op. cit., p. 224.
[221] A situação da zona norte-mineira. **Montes Claros**, Montes Claros, 13 jul.1616, p.1.
[222] O primeiro circulou de 11 de maio de 1916 a 20 de outubro de 1918, com algumas interrupções. O segundo circulou de 06 de abril a 28 de dezembro de 1930.

inspire o Presidente (...)"[223]. Parece que, nos momentos de crise, a mineiridade era mais aflorada, como se percebe no jornal **Folha do Norte**, concitando as pessoas a votarem nas eleições estaduais, em 1930:

> O povo mineiro vae, mais uma vez, mostrar sua altivez e patriotismo (...). Esse dia será, para o povo mineiro, a reafirmação inconcussa dói seu valor nunca desmentido no scenario nacional (...). Afastar-se delle [do dever de votar], nesse dia, furtar-se ao seu cumprimento, será trahir a confiança de Minas, que espera de cada um de seus filhos o quinhão de patriotismo que há de engradecel-a mais e mais no actual momento. (...) O mineiro que se excusar de comparecer ao prélio de honra do dia 11 (...) cometterá a mesma falta daquelle que abandonasse sua mãe amantíssima, no momento em que ella precisasse ter em torno de si, toda reunida, a sua dilecta prole.[224]

Esse jornal tinha uma circulação restrita, talvez se limitasse a Montes Claros. Assim, os mineiros aos quais se refere é a população desse município e, no máximo, de alguns locais vizinhos. Assim, se não há dúvidas quanto ao compartilhar da mineiridade pelas lideranças políticas, parece que essa ideologia era, em alguma medida, transmitida a população letrada, pela forma como o jornal apela para os sentimentos mineiro-"patrióticos", comparando, no limite, a relação entre os habitantes e seu Estado à relação entre mães e filhos.

O separatismo foi um assunto, se não ausente, sem influência nos meios políticos regionais entre 1930 e 1960. Foi nesta década, nos anos de 1967 e 1968, que emergiu um movimento razoavelmente organizado, apoiado abertamente por uma parte da elite regional, com vistas à criação de um novo Estado, o Estado de Cabrália.

2.2 – O Estado de Cabrália

O tema separatismo estava em debate na região desde o início da década de 1960. Em 1962, o então prefeito de Monte Azul, um dos mais tradicionais chefes políticos da região, tendo sido a liderança política principal do seu município de 1930 a

[223] **Montes Claros**, Montes Claros, 6 set. 1917, p. 1.
[224] A sucessão presidencial de Minas. **Folha do Norte**, Montes Claros, 4 maio 1930, p. 1.

1963[225], Levy Souza e Silva, propôs a autonomia do Norte de Minas sob o argumento de que:

> É preferível libertarmos para dirigirmos a nós mesmos, com nossos próprios esforços, que pertencermos a um grande Estado, numa situação de inferioridade que nos causa mal. Separados, dividiremos nossas responsabilidades e benefícios eqüitativamente. (...) Observe como os erros são evidentes: no imenso Estado de Minas, vivemos sob uma única legislação, mesmos impostos, mas as condições são totalmente diferentes. Onde estará aí a justiça política, social e econômica?[226]

A proposta de Levy Souza e Silva surgiu em meio a uma crise social na região.[227] A **Revista Encontro** ouviu, além do prefeito de Monte Azul, os prefeitos de Salinas, Geraldo Santana, de Januária, Sílvio Brasileiro de Azevedo, e de Montes Claros, Simeão Ribeiro Pires, que, de forma unânime, traçaram um quadro de carências generalizadas: faltavam hospitais, escolas, preservação das estradas, os orçamentos municipais eram minguados e o governo estadual, insensível às suas reivindicações. Diante desse quadro, concluía Levy Souza e Silva: "Sou político calejado e carrego decepções de vinte anos de lutas contra a inércia dos governos. Agora, creio, atingimos o ponto crítico do subdesenvolvimento e as nossas esperanças se esvaíram. (...) No meu entender, repito, só a separação resolverá." [228]

É interessante que, embora unânimes quanto ao diagnóstico da crise, os prefeitos dividem-se quanto à separação. Geraldo Santana, prefeito de Salinas, dizia que "(...) se se efetivasse, o separatismo traria bons resultados. Entretanto, há compromissos políticos a serem cumpridos antes de assumir qualquer posição." [229]

É possível que as esperanças despertadas pela SUDENE tenham contribuído para arrefecer o ânimo separatista revelado em 1962. Além disso, como se percebe no depoimento de Geraldo Santana, entre a concordância teórica com a emancipação e o engajamento real na mesma, existia uma grande distância.

---

[225] GOMES, Gislaine Wanelle Batista Silva. **Coronelismo: mandonismo, paternalismo e violência no cenário político de Monte Azul/MG**. Monografia (Graduação em História) – CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.

[226] Norte de Minas caminha para a revolução. **Revista Encontro**, Montes Claros, fevereiro de 1962, p. 12.

[227] Segundo matérias diversas publicadas na imprensa de Montes Claros, além da crítica infra-estrutura de transporte e energia elétrica, os serviços de saúde e educação eram muito precários em quase todos os municípios da região no início da década de 1960. Cf. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 24 mar. 1963, 24 mar. 1963, 02 abr. 1963 e 16 maio 1963 e **Revista Encontro**, Montes Claros, fevereiro de 1962.

[228] Norte de Minas caminha para a revolução. **Revista Encontro**, Montes Claros, fevereiro de 1962, p. 12–13.

[229] Norte de Minas caminha para a revolução. **Revista Encontro**, Montes Claros, p. 8–13, fev. 1962, p. 13.

Iniciativa sem maior repercussão, o ensaio de 1962 e a posição dos prefeitos, revela um dos traços do regionalismo norte-mineiro, especialmente na Era SUDENE que estava se iniciando: há uma razoável unidade no diagnóstico de uma situação de crise e nas reivindicações junto ao Governo do Estado, porém, quando o separatismo emerge como uma alternativa, ele divide mais do que articula as elites regionais.

De qualquer forma, as discussões de 1962 indicam que, quando o movimento pelo Estado de Cabrália surgiu, em 1967, o separatismo era um tema conhecido entre as lideranças regionais. Nesse ano, discutiu-se, no Congresso Nacional, uma ampla redivisão político-administrativa do território nacional.

A proposta de criação do Estado de Cabrália, reunindo o Norte, Noroeste de Minas, vale do Jequitinhonha e o Sul da Bahia (ver mapa 03), surgiu no bojo dessa discussão. No dia 18 de outubro de 1967, o deputado Teófilo Pires, de Montes Claros, fez um longo discurso na Câmara, defendendo uma ampla redivisão territorial do país, sendo apoiado pelo deputado capixaba Floriano Rubin, que, já vinha estudando o assunto. Os dois deputados argumentavam que a velha organização territorial estava obstruindo o desenvolvimento e colocando em risco a segurança do país[230].

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara recebeu o projeto de Floriano Rubin no dia 15 de novembro de 1967. O projeto propunha a criação de cinco novos estados: Mato Grosso Meridional, Goiás Setentrional, Minas Gerais Ocidental, Maranhão Ocidental e Cabrália.[231] A discussão do projeto no Plenário começou no dia 28 de novembro do mesmo ano. [232]

Enquanto o projeto tramitava e os debates se desenrolavam no Congresso Nacional, as elites norte-mineiras organizavam-se para "emancipar a região".

O Estado de Cabrália foi discutido na Câmara Municipal de Montes Claros, no dia 10 de janeiro de 1968. O projeto recebeu o apoio unânime dos vereadores. Nessa

---

[230] BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Teófilo Pires. **Divisão Territorial do Brasil**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

[231] A escolha do nome Cabrália, referência a Pedro Álvares Cabral, visava, ao que parece, estabelecer uma antiguidade histórica para a região (Sul da Bahia + Norte de Minas) que se queria separar. Não há, no projeto, uma explicação para o nome. Porém, um texto da época deixa explícita essa intenção: "E, tomem nota, seremos um Estado pra lá de importante. Todo escolar saberá que o Brasil foi descoberto em um ponto geográfico situado no Estado de Cabrália, o Porto Seguro, onde o Almirante Pedro Álvares Cabral fundeou suas caravelas. (...) Nossa história pátria conta que, quando da divisão da Terra de Santa Cruz (...) em capitanias hereditárias, a sesmaria que corresponde, com ligeiras modificações, ao futuro Estado de Cabrália, recebeu o nome de Capitania do Porto Seguro." O texto foi publicado, pela primeira vez, na imprensa local, em 02 de novembro de 1967, e reunido depois no livro LÍVIO, Haroldo. **Nelson Vianna**: o personagem (Matéria de Jornal). Belo Horizonte: Cuatiara, 1995, p. 61–63.

[232] BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Floriano Rubin. Disponível em www.camara.gov.br.

sessão, foi nomeada uma comissão para redigir uma "declaração de princípios", a ser divulgada como a moção de apoio dos edis.

A moção "de aplausos e irrestrita solidariedade aos idealizadores do novo Estado de Cabrália" foi fundamentada nos seguintes motivos:

> 1º) Constitui um grande vazio a região norte-mineira – área mais subdesenvolvida de Minas – situada nos mesmos paralelos entre a nova capital, Brasília e o Atlântico, (...) razão pela qual há motivos de imperiosa necessidade desenvolvimentista decorrente da própria segurança nacional
>
> 2º) Somente a área abrangida pelos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas apresenta os seguintes dados:
>
> Área dos 42 municípios: 120.692 km
>
> População dos 42 municípios: 951.577 habitantes
>
> Habitantes por km2: 7,8
>
> Que só a aludida área (120.692 km2) é superior à área de 9 Estados da Federação (...)
>
> Que só a área dos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas apresenta grandes reservas de minérios (...) que devem ser aproveitadas na industrialização local e exportação – exigindo como necessidade elementar a remodelação da Estrada de Ferro Bahia-Minas (....)
>
> 4º) A existência na região norte-mineira da Jaíba – grande zona de terras devolutas de 310.000 ha (...) inteiramente abandonada pelo poder público estadual. (...)
>
> Urge dinamizar a Jaíba, principalmente, com os apreciáveis recursos da SUDENE.
>
> 5º) Imperiosa necessidade de um governo autêntico para com as nossas características regionais capaz de propiciar um dinâmico e inteligente entrosamento com órgãos federais visando o estabelecimento de estruturas básicas de desenvolvimento. (...)
>
> 6º) Louva enfim a Câmara Municipal de Montes Claros a feliz oportunidade de uma nova divisão político-administrativa (...) para o equacionamento e soluções de problemas que se eternizam, trazendo para o espírito do povo a esperança, já quase perdida, de melhores dias em um futuro próximo.
>
> 7º) Ressalta, finalmente que decide aprovar o presente movimento separatista, por consultar a um imperativo nacional e cristão, e por considerar que a própria <u>paz</u> mundial, segundo a Encíclica de S.S. Paulo VI, é o <u>desenvolvimento dos povos</u>.[233] (Grifos no original)

A moção foi assinada pelos vereadores Aroldo Tourinho, Francisco Sá Pereira, José da Conceição Santos, José Sidney Figueiredo Chaves, João Lopes, João Henriques Dutra, Jonas Alves Almeida, Manoel Messias Machado, Nivaldo Maciel, Pedro Narciso, Simeão Ribeiro Pires e Valdemiro Fagundes de Oliveira.

[233] MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. APMC-DPDOR, p. 2–4.

Os argumentos dos vereadores estavam afinados com o conteúdo e justificativa do projeto do deputado Floriano Rubin, principalmente no que se referia à ênfase no item "segurança nacional". Tratava-se, ao que tudo indica, de algo calculado. É sabido que a "segurança nacional" era um tema recorrente durante o regime militar. Assim, se conseguissem provar que a redivisão politico-administrativa contribuiria, de alguma forma, para a resolução daquele problema, os signatários do projeto veriam aumentadas suas chances de êxito.

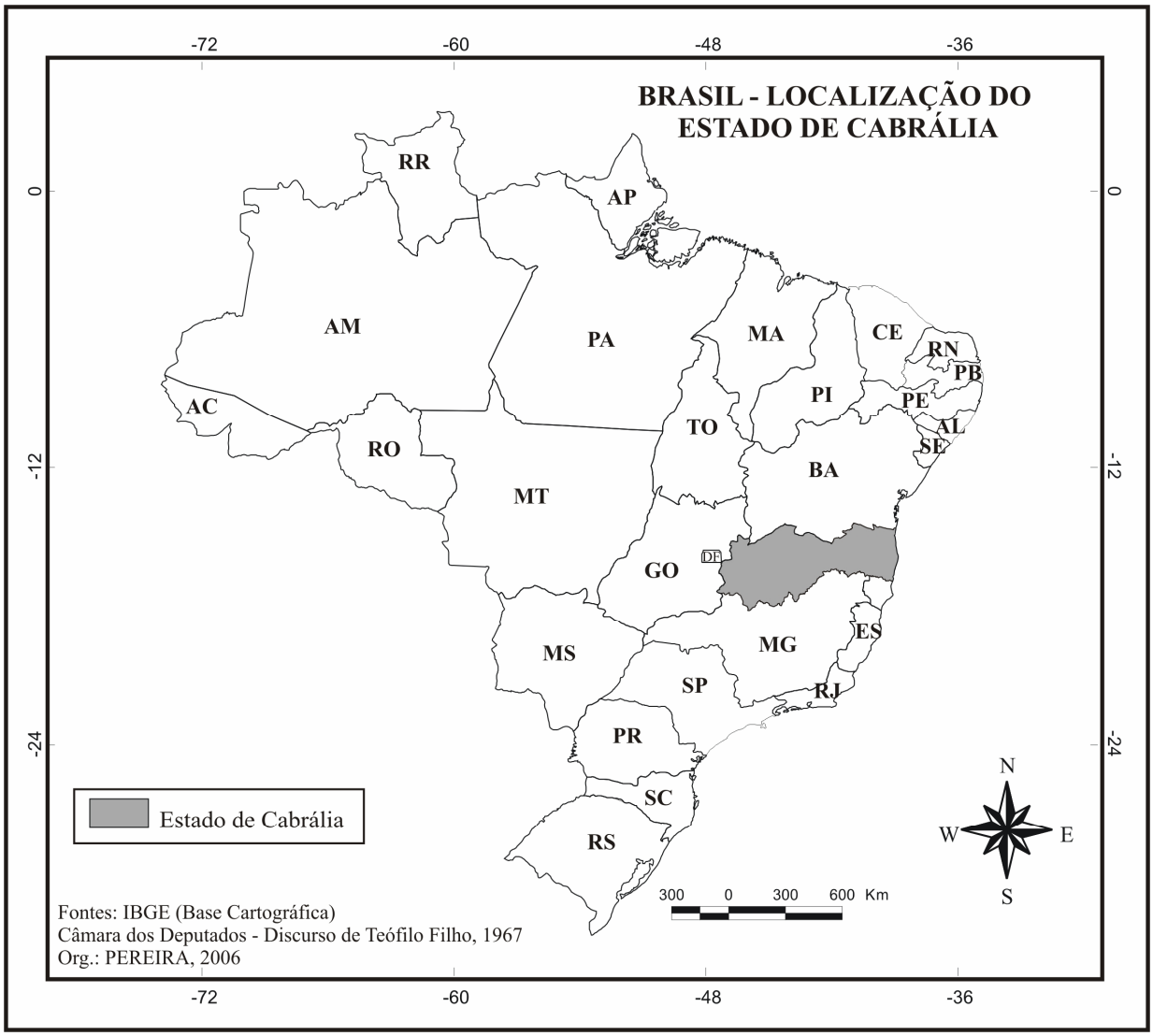
Além da segurança nacional, os vereadores ressaltavam a extensão, a demografia e a abundância de recursos subaproveitados da região. Apesar de seu potencial, os edis identificam o norte de Minas como a "mais subdesenvolvida região de Minas".

Ora, uma vez afirmado o potencial existente e a realidade subdesenvolvida, a culpa recai sobre o governo estadual e a solução, por conseguinte, só pode ser encontrada na separação. É notável também a crítica forte que os vereadores faziam ao governo de Minas Gerais. Isso é significativo porque as boas relações com Belo Horizonte e a capacidade de tirar proveito dessas relações foram uma constante na história regional.

Esse manifesto da Câmara de Montes Claros foi importante porque se tratava do posicionamento da mais importante cidade do novo estado, do qual, como se propunha, seria a Capital. Mas foi dentro da Associação Comercial e Industrial que surgiu um movimento organizado para dar sustentação ao Projeto Cabrália. No dia 31 de janeiro de 1968, foi fundada a União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia – UDEIMB –, uma sociedade civil registrada no Registro de Pessoas Jurídicas de Montes Claros, nas folhas 416–421 do livro A-1, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no dia 14 de maio de 1968[234].

[234] MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, Belo Horizonte, 14 maio 1968, p. 26.

Mapa 03: Estado de Cabrália[235]



A UDEIMB era inspirada na UDET – União para o Desenvolvimento do Triângulo –, entidade criada em Uberlândia para apoiar o movimento de criação do Estado do Triângulo.[236] Segundo os seus Estatutos, a UDEIMB representava as "forças vivas da região", tendo como objetivos o "desenvolvimento econômico-financeiro e social do norte de Minas, bem como o do sul da Bahia". Para tanto, a entidade pretendia "coordenar, promover, planejar, controlar e orientar as atividades que visem ao

[235] A imprensa regional e as correspondências da UDEIMB afirmavam que o "Sul da Bahia" faria parte do Estado de Cabrália. Porém, de acordo com o projeto de redivisão territorial do país, apresentado no texto do discurso do Deputado Teófilo Pires, o extremo sul da Bahia faria parte do Estado de Minas Ocidental. Esse mapa é confeccionado a partir do mapa atual do Brasil, por isso aparece nele estados como o de Tocantins, inexistente em 1967-1968.

[236] Acerca do movimento separatista no Triângulo Mineiro, cf. LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. **Unidade e fragmentação**: o movimento separatista do Triângulo Mineiro. Dissertação (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1997.

desenvolvimento (...) das regiões do norte de Minas e sul da Bahia (...) estabelecendo contato com todos os prefeitos, câmaras municipais, associações, clubes de serviço e entidades representativas (...)"[237].

A entidade propunha-se a atuar em parceria com o poder público, por isso teria, como associados, as prefeituras e câmaras e municipais, além de entidades de classe, clubes de serviço, sindicatos, imprensa, lojas maçônicas e instituições religiosas.

Os Estatutos não falavam em separatismo. Esse objetivo só aparece em suas correspondências. Quais seriam as "forças vivas" que a UDEIMB dizia representar? Conforme logotipo da entidade, sua sede localizava-se na Rua Carlos Gomes, 110, no centro de Montes Claros, justamente na ACI, entidade que reunia a elite comercial e industrial da cidade. A comissão provisória da UDEIMB tinha a seguinte composição: Presidente: Corbiniano Rodrigues de Aquino; 1º Vice: Simeão Ribeiro Pires; 2º Vice: José Prudêncio de Macedo; 3º Vice: Otoni José da Cunha; Secretário-Geral: Francisco José Pereira, 1º Secretário: Ubaldino Assis; 2º Secretário: José Luiz Caser; 1º Tesoureiro: Romeu Silva Soares e 2º Tesoureiro: Zeferino de Oliveira Guedes. Corbiniano de Aquino e Ubaldino Assis eram grandes comerciantes e líderes da ACI. Assis foi presidente da ACI no período de 1958–1963, e Aquino, no período de 1969–1973. Simeão Ribeiro era fazendeiro, vereador e industrial, já tendo sido prefeito do município; Francisco José Pereira, vereador à época, era advogado e fazendeiro.

Parece claro que a UDEIMB era dirigida pelas elites locais/regionais, organizadas em uma tríade institucional formada pela UDEIMB, Câmara de Vereadores e ACI.

A documentação acerca da entidade é escassa. Não sabemos ainda até quando ela existiu. As fontes de que dispomos registram sua atuação até agosto–setembro de 1968.

Embora tenha ficado mais conhecida pelo seu empenho no movimento separatista, a UDEIMB participou de outras atividades políticas. De forma simultânea ao movimento separatista, as elites regionais travaram, em 1968, uma batalha contra a inclusão do município de Barreiro Grande, próximo a Belo Horizonte, na área de atuação da SUDENE.[238] Além da entidade, a Câmara de Montes Claros e deputados da região como Teófilo Pires, Edgar Pereira e Luiz de Paula, organizaram-se para impedir, no Congresso Nacional, a emenda pró-inclusão do Barreiro Grande. A campanha contra

[237] UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968, Título I, Art. 1º e 2º.
[238] UDEIMB. Telegramas, 1968.

o Barreiro Grande baseava-se no fato de que, se o projeto fosse aprovado, o Norte de Minas perderia a condição de área da SUDENE mais próxima do Centro-Sul e, portanto, potencialmente, de área mais atrativa para o capital dessa região. Um dos líderes do movimento foi o vereador Simeão Ribeiro Pires. A estratégia foi reunir os prefeitos da região e arregimentar apoio das lideranças do Nordeste contra a Emenda. Foram realizados encontros em Montes Claros, na sede da ACI, enviados manifestos e radiogramas aos congressistas e ao Presidente Costa e Silva e um houve esforço de articulação política com as bancadas nordestinas.

A UDEIMB foi um dos braços da resistência contra o projeto Barreiro. Falando em nome do desenvolvimento do norte de Minas, a entidade dirigiu o seguinte telegrama-protesto ao presidente Artur da Costa e Silva, ao ministro Albuquerque Lima, ao general Jaime Portela e a 16 senadores:

> INCLUSÃO BARREIRO GRANDE ÁREA SUDENE JOGA POR TERRA ESPERANÇAS NORTE DE MINAS INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO VG ALÉM DE SER CONTRÁRIA INTERESSES NORDESTE PT NORTE MINAS REPUDIA DANOSA EMENDA PT SAUDAÇÕES
> UNIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR DE MINAS E BAHIA (UDEIMB)[239].

O telegrama dirigido ao superintendente da SUDENE, Euler Bentes Monteiro, é mais extenso e instrutivo. Nele, a UDEIMB mostrava-se preocupada com a possibilidade de a bancada mineira apoiar o benefício para o município de Barreiro Grande. Conforme o texto, isso significaria um "profundo golpe na nossa industrialização", uma "calamidade", daí o clamor para que a iniciativa não se efetivasse.

Após meses de intensa negociação política, o projeto Barreiro Grande foi derrotado no Congresso Nacional.[240]

Ainda acerca da UDEIMB, é interessante notar que, na sua participação no movimento contra o Projeto Barreiro, a entidade, que se dizia em defesa do *Norte de Minas* e *Sul da Bahia*, está empenhada numa luta específica da região *mineira*. Muito provavelmente a entidade, de fato, não representasse os baianos do Sul. Parece-nos que não havia baianos na diretoria. Tudo indica que eles sequer participaram da fundação da

---

[239] UDEIMB. Telegramas, 1968.
[240] "A batalha contra o Barreiro Grande" foi o tema principal do **Diário de Montes Claros** entre os meses de julho e setembro de 1968.

entidade. Em correspondência dirigida a UDET, em 05 de setembro, o presidente Corbiniano Aquino, após afirmar que a UDEIMB pretendia "libertar o esquecido norte de Minas e o sul da Bahia, que formam um só bloco geoeconômico, dos grilhões que até agora vem entravando o seu desenvolvimento, em conseqüência de uma política discricionária dos dois Estados", dizia: "O sul do Estado da Bahia ao que nos parece, tem os mesmos ideais, daí a nossa pretensão"[241]. (Grifos nossos)

A entidade parece não ter tido vida longa. A sua última ação de que temos documentos foi o convite dirigido aos jornais **Diário de Montes Claros** e **O Jornal de Montes Claros**, à Rádio Sociedade Norte de Minas e aos deputados federais da região, Edgar Martins Pereira, Luiz de Paula e Teófilo Pires, para uma Assembléia Geral no dia 28 de setembro de 1968 para a eleição da diretoria para o ano seguinte.

As duas maiores lutas travadas pelas elites regionais em 1968 tiveram resultados distintos. Enquanto se saíram vitoriosas no caso Barreiro, o Estado de Cabrália fracassou. O projeto do deputado Floriano Rubin foi discutido no plenário da Câmara Federal pela última vez, ao que tudo indica, no dia 10 de outubro de 1968 e foi arquivado no dia 01 de abril de 1971.[242]

Alguns aspectos desses dois movimentos, "luta contra Barreiro" e Projeto Cabrália, devem ser destacados. Em primeiro lugar, as principais lideranças regionais, entre elas o vereador Simeão Ribeiro Pires e os deputados Teófilo Pires, Edgar Pereira e Luiz de Paula (este último com menos vigor), faziam duras críticas ao Governador Israel Pinheiro e radicalizaram ainda mais quando o governador apoiou abertamente o "Projeto Barreiro". Assim, os dois movimentos tinham, no governo mineiro, seu inimigo comum. Em momentos de maior exaltação, Simeão Ribeiro chegou a afirmar que "resta ainda a esperança de um estado de Cabrália (...) ou mesmo a anexação à Bahia para a região se ver livre deste governo."[243]

Em segundo lugar, a aliança das lideranças norte-mineiras com as nordestinas[244], apoiada pela imprensa regional contra o restante (grande maioria) da bancada mineira, ligada ao governador Israel Pinheiro e apoiada pela imprensa de Belo Horizonte, é expressiva porque evidencia a construção de um dos pilares da ideologia regionalista, a

---

[241] UDEIMB. Correspondência dirigida a UDET. 5-9-1968.
[242] BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Floriano Rubin. Disponível em www.camara.gov.br.
[243] **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 20 ago. 1968, p.1.
[244] Era uma aliança circunstancial. As relações entre lideranças norte-mineiras e nordestinas, via de regra, no que concerne à SUDENE, não eram muito boas. Exemplo disso foi a oposição dos nordestinos à inclusão do norte de Minas na SUDENE em 1959–1960, como vimos no capítulo 1.

saber, a tese de que, historicamente, havia uma aliança entre norte-mineiros e nordestinos, especialmente os baianos do Sul, fundada na identidade histórica, cultural e econômica comum às duas regiões e que, em virtude disso, o Norte de Minas tinha direito, de forma semelhante ao Nordeste, a todos os recursos da SUDENE. Para fundamentar seus argumentos, Simeão Ribeiro diz que

> a emenda incluindo o município de Barreiro Grande na área de atuação da SUDENE é altamente lesiva à região, principalmente para Montes Claros e Pirapora, pois proporcionará o esvasiamento completo do Norte de Minas levando para Três Marias todo complexo industrial que normalmente teria que se instalar naquelas duas cidades norte mineiras (...) esta emenda aprovada vai roubar todas as possibilidades desse Nordeste faminto e abandonado (...).[245] (Grifos nossos)

Em terceiro lugar, a luta contra o Barreiro foi muito intensa e contou com o apoio de quase todas as lideranças regionais. Já o projeto Cabrália, ao que parece, dividia as lideranças regionais. Como mostrou a experiência de 1962, uma característica central do regionalismo norte-mineiro insinuava-se naquele momento: os grupos dirigentes possuíam uma razoável capacidade de ação conjunta quando a reivindicação era por verbas/investimentos para a região e dividiam-se quando a mobilização era de caráter autonomista. No entanto, como veremos no capítulo 3, a ideologia era versátil o suficiente para ser útil às duas vertentes do regionalismo: servia para mobilizar e justificar as reivindicações junto ao governo federal e estadual, em nome da pobreza, do abandono, da seca e da "condição de nordestinos", no primeiro caso; e era imprescindível para justificar os projetos separatistas, apelando para as origens não mineiras da região, no segundo caso.

Destacamos, ainda, a atuação de Simeão Ribeiro Pires. Pertencente a uma das mais tradicionais e influentes família da região – *os Ribeiros* –, Simeão, formado em engenharia e história, era também fazendeiro, industrial e liderança política. Foi prefeito de Montes Claros entre 1959 e 1963 e vereador nas gestões 1963–1966 e 1967–1970. Entendemos que ele foi um dos principais formuladores da ideologia regionalista, desempenhando o papel de *intelectual* das classes dirigentes, organizando-as, contribuindo para lhes dar homogeneidade e exprimirem-se política e economicamente,

[245] **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 30 jul. 1968, p.1.

conforme propõe Gramsci.[246] Simeão Ribeiro foi a "esperança de uma geração", como dizia Avay Miranda.[247] Além de liderança política ativa nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ele foi voz ativa no movimento de 1987–1988, fornecendo a esse movimento um dos seus argumentos mais fortes: a tese da primazia baiana na colonização do Norte de Minas e a similitude dessa região com o restante do Nordeste. Já em 1962 e 1965[248], ele publicou artigos defendendo suas idéias e as apresentou, de forma organizada e "completa", em 1979, com o livro **Raízes de Minas**[249].

2.3 – O Estado de São Francisco

Além de Simeão Ribeiro, o regionalismo norte-mineiro, em sua faceta separatista, teve a contribuição decisiva de outros intelectuais. Entre eles destacamos os economistas Expedicto Mendonça e Alfredo Dolabela e o Coronel da reserva João Antônio Barros de Lima. Eles estiveram à frente do movimento em 1987–1988 e em 2000–2002, com exceção de Simeão Ribeiro, que faleceu antes da organização do movimento pelo Estado de Minas do Norte. O papel deles foi decisivo, mesmo porque, como ensina Gramsci, "(...) não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria–prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica." [250]

Outras pessoas foram importantes nas mobilizações separatistas. Todavia, privilegiamos a análise de alguns dados biográficos e, principalmente, do pensamento desses quatro personagens porque, ao que nos parece, deles partiram as idéias mais importantes que deram vida ao movimento.

---

[246] GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 3.
[247] MRANDA, Avay. Op. cit. p. 67–68.
[248] PIRES, Simeão Ribeiro. Antônio Guedes de Brito – o regente do S. Francisco. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, dezembro de 1964, s.n.p. e PIRES, Simeão Ribeiro. Dos Guedes de Brito aos domínios da Casa da Ponte. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril–maio de 1965, s/p.
[249] PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979
[250] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 104.

Assim, antes de tratarmos da mobilização separatista propriamente dita, examinemos o pensamento de seus líderes intelectuais, procedimento que facilitará a compreensão do projeto Estado de São Francisco.

Já indicamos alguns dados sobre a trajetória de Simeão Ribeiro Pires. Aqui, apenas acrescentaremos alguns comentários acerca do seu livro **Raízes de Minas**, publicado em 1979, trabalho que, embora não tratasse de problemas contemporâneos nem propusesse a criação de novos Estados, foi um dos fundamentos do separatismo. A principal tese da obra **Raízes de Minas** é apontar a primazia baiana e pernambucana na colonização do Norte de Minas. Essa tese era sempre lembrada na tentativa de combater os argumentos dos opositores ao separatismo, os quais sempre apelavam para a "mineridade", para a "indivisibilidade de Minas". Contra a "mineiridade" e a "indivisibilidade", os separatistas apresentavam a "autoridade da história": quando as minas foram descobertas, alardeavam, a região dos currais já existia; o Norte não era Minas, foi anexado a ela pela força do Conde de Assumar.

A contribuição de Expedicto Mendonça foi diferente, mas não menos importante. Mendonça foi assessor parlamentar em Brasília, nos anos 1960, tendo participado ativamente da elaboração da Constituição de 1967 e conhecia os procedimentos legais, burocráticos e políticos de tramitação de um projeto no Congresso Nacional. Em 1970, defendeu sua tese de doutorado em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, intitulada **O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região**.[251]

A tese de Mendonça foi escrita em forma de um projeto de criação do novo Estado. Após fazer um levantamento geral das condições infra-estruturais da região, dos seus recursos naturais inexplorados e das principais atividades econômicas, o autor apresenta a proposta do novo Estado. Este compreenderia uma área de 282.000 quilômetros quadrados, sendo 36.000 do Estado da Bahia, região Sul, a chamada "bota" do território baiano, e 247.000 quilômetros quadrados de Minas Gerais, a saber as "zonas" de Paracatu, Alto e Médio São Francisco, Montes Claros, Alto Jequitinhonha, Mucuri, Médio Jequitinhonha, Itacambira e Alto São Francisco. A capital seria Montes

[251] A cópia do trabalho de Mendonça a que tivemos acesso está em estado precário, tornando impossível fazer uma referência segura a seu respeito. A informação de que seu trabalho foi aprovado em forma de tese de doutorado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto em 1970 é fornecida pelo próprio autor, conforme correspondência encaminhada ao professor Alfredo Dolabela em 1984. Em virtude da insegurança quanto a estas informações faremos referência ao texto como MENDONÇA, Expedicto Roberto de. **O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região**. Ribeirão Preto, 1970.

Claros, a mais bem estruturada cidade de todas as regiões que formariam o novo Estado, além de se situar no centro geográfico das mesmas. Para estimular o desenvolvimento do Estado de São Francisco, a tese propunha dois grandes projetos a serem implementados de imediato: a criação de uma zona franca nas cidades litorâneas, especialmente Porto Seguro, e a ligação ferroviária Montes-Claros–Araçuaí–Caravelas. Essa estrada de ferro ligaria a Capital do São Francisco ao porto de Caravelas, na Bahia e o novo Estado teria uma saída para o mar. A importância disso era facilitar o escoamento da grande produção que o novo Estado teria. O entusiasmo do autor é evidente nessa passagem:

> Uma zona franca que abrisse nesta região seria o maior estímulo à efetivação desta perspectiva, a transformação das cidades litorâneas do futuro Estado de São Francisco em zonas de livre comércio, em portos livres, seria o caminho mais curto para o seu progresso. O franqueamento desta zona traria o desenvolvimento industrial capaz de suprir todas as necessidades da população e criar riquezas por meio das exportações para o exterior e outras regiões do país.[252]

Se a solução de "todas as necessidades" estava tão clara, porque ainda não tinha sido efetivada? O problema é que a economia regional estava estruturada em dois setores, um "antiquado, ultrapassado e obsoleto", em "estágio feudal", e outro "aparentemente moderno", com uma economia "tipo pré-capitalista". Coexistem, nessa área, diz Mendonça, "duas épocas. Uma, obedecendo aos ditames econômicos do século XIX, cronologicamente, embora ainda mais recuado historicamente; outra, esforçando-se para ingressar nos domínios dos modernos postulados econômicos". "É óbvio que a correção da crise ou inanição econômica do norte de Minas se encontra na industrialização"[253], afirmava o autor. Mas a região tinha especificidades que exigiam um planejamento particular porque "toda e qualquer medida de política econômica a ser posta em prática deve, porém, vir acompanhada de certos cuidados, para que os efeitos negativos que possam ocorrer no setor tradicional sejam compensados pelos que foram obtidos com as inovações"[254].

Por que o Governo de Minas Gerais não implementaria essas medidas?

---

[252] MENDONÇA, Expedicto. **O Estado de São Francisco**: solução para as crises que afligem a região. Op. cit., paginação ilegível.
[253] Idem.
[254] Idem.

> Ora, um planejamento de tal vulto, não só pelo seu pioneirismo em região até aqui desassistida, como pela superioridade que se lhe deve dar, tendo em vista a importância de seus objetivos para a própria economia nacional (...) não poderia ficar na dependência de uma Estado cujo "defícit" financeiro não lhe permite sequer cogitar da sua viabilidade.[255]

Em páginas anteriores, o autor já havia denunciado o abandono do Norte de Minas pelo governo estadual. Assim, somadas as especificidades regionais, o abandono e o "déficit" do governo de Minas Gerais, ele conclui: "Daí por que propugnamos pela autonomia administrativa da região, a fim de que ela, ao assumir a responsabilidade pelo seu destino, não tenha de arcar com os ônus de um passado do qual só pôde usufruir um crônico desamparo"[256].

A tese de Mendonça foi influenciada pelas teses dualistas, em voga nos anos 1950 e 1960.[257] O autor também salientava o papel decisivo do Estado no desenvolvimento econômico, no caso, na construção da infra-estrutura de transportes e energia e na concessão de incentivos fiscais aos investidores privados. A criação do Estado de São Francisco não seria um fim em si mesmo, mas um meio para se lograr o desenvolvimento da região, o que, por sua vez, interessaria à própria "economia nacional". O ideário de Expedicto Mendonça, à parte o separatismo, aproximava-se do que pensava e propunha a CEPAL e Celso Furtado. No entanto, subsiste uma diferença importante: enquanto os últimos tinham a manutenção da democracia como uma condição para o desenvolvimento e acreditavam na ação do Estado como um fator de distribuição da renda[258], Mendonça, ligado ao regime militar, passava ao largo das questões sociais e políticas, acreditando que o desenvolvimento industrial sanaria os problemas, "suprindo todas as necessidades da população".

Em 1984, alunos e professores da Faculdade de Economia e Finanças do Norte de Minas – antiga FADEC – cogitavam da criação de um grupo de trabalho para estudar a criação de um novo Estado na região. Ao tomar conhecimento do fato, Expedicto Mendonça, residindo em Brasília, escreveu ao líder do grupo, Professor Alfredo

---

[255] Idem.
[256] Idem.
[257] Acerca do dualismo e da crítica ao mesmo cf. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
[258] A importância da democracia e da distribuição de renda, no pensamento da CEPAL, pode ser vista especialmente em PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Quanto a Celso Furtado, cf. FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962 e FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

Dolabela, colocando-se à disposição do mesmo e lhe remeteu sua tese.[259] Estava aberto o caminho para a parceria Mendonça-Dolabela, os dois coordenadores principais da mobilização de 1986–1988.

Alfredo Dolabela Portella Filho nasceu no Rio de Janeiro, mas já estava, em 1984, enraizado na região. Seu pai adquirira, entre 1910 e 1930, 33 mil alqueires de terra na microrregião de Bocaiúva. Nessas terras, Alfredo Dolabela, o pai, organizou uma grande plantação de cana e produção de açúcar. Em 1944, a Cia. Agroindustrial Dolabela Portella foi vendida para as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Mas por que Dolabela resolveu investir tanto em uma região àquela época sem maiores perspectivas de desenvolvimento e sem incentivo governamental? Segundo Alfredo Dolabela, o filho, seu pai era amigo e companheiro político de Fernando Mello Viana, governador de Minas Gerais em 1925 e vice-presidente da República entre 1926–1930. Mello Viana seria candidato ao governo de Minas, em 1930, e teria, entre suas propostas, o projeto de criação de um novo Estado na região, cuja capital seria construída exatamente na microrregião em que Dolabela adquiriu os 33 mil alqueires de terra. Concretizado o projeto, os lucros do empresário seriam fabulosos. Porém, "com a revolução de trinta, o grupo ligado ao governo deposto perdeu sua força. O sonho de um estado no norte de Minas ficou afastado, pelo menos temporariamente."[260]

Não encontramos dados que sustentem a hipótese de Alfredo Dolabela Filho. De qualquer forma, para ele, a simples possibilidade que tal história tenha se dado contribui para reforçar os "antecedentes históricos" do Estado de São Francisco.

Professor do curso de economia da FUNM/Unimontes e proprietário de terras, Alfredo Dolabela Filho esteve à frente de praticamente todos os debates que foram feitos no âmbito universitário sobre o projeto separatista. Além de artigos em jornais e dos três volumes do seu livro **Por que o Estado de São Francisco**[261], ele realizou um levantamento de dados econômicos e financeiros para "demonstrar" a viabilidade do

---

[259] Correspondência entre Expedicto Mendonça e Alfredo Dolabela. 02-06-1984.

[260] A hipótese é aventada por PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco II**: Fundamentos econômicos, políticos e geográficos que justificam a emancipação da região. Montes Claros, 2001, p.21–23. (Grifos nossos)

[261] Esses "livros" são uma reunião de artigos escritos pelo autor e publicados na imprensa local desde a década de 1980. A inspiração para os "livros" parece ser as cartilhas do movimento separatista do Triângulo Mineiro de 1986–1988 que Alfredo Dolabela conheceu de perto. O título e o caráter didático dos textos de Dolabela assemelham-se muito com os das cartilhas "Por que o Estado do Triângulo?" Acerca das cartilhas do movimento no Triângulo cf. LONGUI, Rogata Soares del Gáudio.Op. cit Em 2006, parte dos artigos de Alfredo Dolabela foram publicados em forma de livro pela Editora da Unimontes. PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Estado de Minas do Norte já na década de 30**. Montes Claros: Unimontes, 2006.

novo Estado. Tabulando dados bancários de 1984–1985, arrecadação de impostos federais e estaduais, dados demográficos e do PIB dos Estados brasileiros, Dolabela argumenta que o Estado de São Francisco já nasceria em condições melhores do que Estados há muito existentes, como Acre, Rondônia, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte.[262]

O Coronel da reserva, João Antônio Barros de Lima, possivelmente não exerceu a mesma influência que os três primeiros intelectuais, mas deve ser estudado até com mais cuidado do que aqueles. Além de artigos diversos para a imprensa, Barros de Lima escreveu o trabalho **O Estado de São Francisco**: 400 anos de colônia. Esse texto não publicado, constitui um resumo de toda a argumentação separatista utilizada desde 1962, ano em que registramos o início do separatismo na Era SUDENE.

O livro é apresentado como um romance. Sua finalidade é "pedagógica" e seu estilo, como sugere o título, é agressivo. O livro não tem notas de rodapé, nem dados estatísticos. Suas fontes são, nitidamente, os escritos de Expedicto Mendonça, Simeão Ribeiro e Alfredo Dolabela. Significativamente, a capa já anuncia ao leitor que o volume contém anexos daqueles três autores.

Comecemos pela dedicatória. O autor dedica o trabalho, entre outros, aos seus ancestrais da Capitania de Pernambuco que "subiram o Velho Chico e foram até as cabeceiras do Paracatu, fundando a Comarca de São Francisco", aos "pioneiros baianos (...) que abriram picadas no sertão e fundaram os famosos currais de gado", aos fundadores da Capitania de Porto Seguro e, por fim, aos "jovens que se entusiasmaram com os ensinamentos de Simeão Ribeiro em seu livro **Raízes de Minas** e com a tese de mestrado (sic) de Expedicto Mendonça, que norteou a sétima tentativa de autonomia político-administrativa para o sofredor habitante dos Gerais." [263]

O autor narra a história de Luís Viana, prefeito de Pedra Negra, município imaginário. Ao mesmo tempo em que relembra sua história pessoal, o prefeito denuncia o quadro desolador da região e aponta a solução separatista.

Enquanto pensa em como administrar o município com recursos escassos, Luís Viana relembra sua infância, quando ouviu de pessoas mais velhas o relato das origens da região: "no início do século dezessete chegara da corte um moço forte e disposto, era

---

[262] PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o o Estado de São Francisco**. Uma sucinta análise histórica, sócio-econômica e geográfica do polêmico tema. Montes Claros. Montes Claros, 1998.
[263] LIMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco**: 400 anos de colônia. S.n.t. e sem numeração nas páginas.

um fazendeiro em Portugal, chamava-se Antônio Guedes de Brito (...) Progrediu muito rápido, fundando inúmeros currais de gado até as margens do Rio das Velhas." Daí se segue a história de Manuel Nunes Viana e a conclusão: "Não existia o estado de Minas e os paulistas que subiram procurando ouro, encontraram isso coalhado de baiano".

Em seguida, o prefeito Luís Viana viaja a Belo Horizonte. Na viagem de trem, encontra-se com mais três prefeitos que, semelhantemente, iam à capital em busca de recursos para os seus municípios. No diálogo, os prefeitos disputam para ver quem melhor conhecia a história da região. Um dizia que assistiu ao tiroteio de 1930, em Montes Claros, episódio que, segundo ele, deflagrou a revolução que levou Vargas ao poder; outro falava sobre as guerras do século XVIII, nas quais "Manoel Nunes Viana e o Padre Curvelo já defendia(m) nossos direitos". E o papo prosseguia: "Nós temos que tomar uma atitude. Em nossa terra, a não ser Dona Mariana, minha mulher, que é do centro-oeste, ninguém fala 'uai gente', 'faz isso comigo não, sô.' O povo fala é 'ochente', 'Viche Bichinho' e 'troço em lugar de 'trem'." Nesse momento, o autor toma a palavra dos personagens: "Os quatro prefeitos estavam pensativos, refletindo. Eles sabiam que, apesar de terem uma bela e heróica história de quatrocentos anos, não eram ninguém politicamente". (Grifos nossos)

No mesmo trem, viajavam os médicos Dr. Maurício e Dr. Mário e o engenheiro e professor de história Simeão Ribeiro. "Eles iam ao Conselho de Educação resolver problemas da FUNM". Como a viagem era longa, os professores universitários acabaram se juntando aos prefeitos e a prosa ficou mais animada. "As coisas vão melhorar", dizia Dr. Maurício: "A SUDENE e o ensino superior vão desenvolver nossa região, não podemos perder o espírito de mineiridade". Simeão, menos otimista, ensinava:

> O assunto não é tão simples nem tão novo como se pensa. A revisão territorial do Brasil está prevista há muito tempo. (...) Nós continuamos, efetivamente, com as capitanias hereditárias do Brasil Colônia que dependiam da corte. As capitanias cresceram, e dividiram, mas o que existe hoje, o que se vê é a parte mais pobre de um estado sendo colônia da parte rica. É praticamente impossível administrar um estado como um todo, se uma parte está no estágio do asfalto e viaduto e a outra está na fase da estrada encascalhada e do mata-burro.

Os prefeitos animaram-se. "Vocês querem saber de uma cousa, disse um deles, deixe a gente administrar nossa pobreza que nós saímos lá." Simeão, cauteloso e com a

autoridade de historiador, completava: "como disse, o assunto é velho. Já houve vários movimentos. O Senado do Império chegou a aprovar o Estado de São Francisco. Teófilo Otoni, Plínio Ribeiro, Juarez Távora, em épocas diferentes, trataram do assunto".

Além de "buscar recursos", o personagem Luís Viana visitaria seu filho Eustáquio, que estudava "Minas e Energia", em Belo Horizonte.

Os anos se passaram. Eustáquio Viana, filho de Luis Viana, prefeito da imaginária Pedra Negra, concluiu a faculdade e voltou para o "Geraes". Foi recebido com enorme festa em Pedra Negra. Tornou-se secretário de planejamento do sucessor de seu pai. Na eleição seguinte, foi eleito prefeito. Eram novos tempos. Eustáquio era formado na capital e conhecia de perto as relações que se estabeleciam entre as regiões do Estado. Ao chegar ao poder, sua primeira providência foi reunir os prefeitos dos Gerais e fundar uma associação. Na reunião com os colegas, Eustáquio denunciou o problema do reflorestamento que, para alimentar as siderúrgicas do centro do Estado, estava transformando a "sua terra" em deserto.

Quando Eustáquio Viana foi empossado, a prefeitura de Pedra Negra já contava com uma funcionária especial: a professora Arlete. Ela era formada em história pela FUNM, onde fora aluna de Simeão Ribeiro. Com essas credenciais, Arlete se transformou em peça-chave da gestão do novo prefeito e se empenhou numa cruzada pela formação de um novo Estado no Gerais.

Eustáquio convocou uma grande reunião em Pedra Negra, reunindo os prefeitos do Norte, Noroeste e do Nordeste de Minas, "bem como alguns prefeitos do sul da Bahia, entre Santa Cruz de Cabrália e Mucuri.” Reunidos, os prefeitos só enxergavam duas alternativas: "o Estado de São Francisco ou candidato dos Gerais e Jequitinhonha para governador do Estado".

O encontro foi aberto com uma palestra da professora Arlete, que o prefeito Eustáquio anunciou: "foi aluna do historiador Simeão Ribeiro e vai fazer um relato dos acontecimentos dos Gerais nos últimos quatrocentos anos".

Apoiada nos ensinamentos do mestre, Arlete relatou a história de Antônio Guedes de Brito, Manuel Nunes Viana e da Guerra dos Emboabas. "Começou aí nossa maldição histórica – os paulistas que povoaram as Minas ficaram ricos com o ouro e diamante e depois a indústria e os baianos e pernambucanos que povoaram os Gerais continuaram pobres como produtores de grãos e criadores de gado". Em decorrência disso, surgiram vários movimentos para "resgatar a autonomia político-administrativa

dos Gerais". Nesse momento, a professora Arlete enumera todas as "tentativas de separação", desde os episódios de 1842, quando "Teófilo Otoni pegou em armas visando à autonomia", até 1987, quando "calcado na tese de Expedicto Mendonça, o deputado Humberto Souto entrou com a Emenda 2B0022-8, que visava à criação do Estado de São Francisco com adesão de mais de 47.000 assinaturas".

Arlete foi impecável em sua "aula de história". Ao final, ouviu de um dos prefeitos: "Muito bem, professora. Do ponto de vista histórico, a senhora está coberta de razão". Mas "o povo não vai comer história, não queremos ser um Piauí do sul, não temos condições de virar estado, nós somos pobres". Arlete, então, corrigiu:

> Nós não somos pobres, senhor prefeito. O professor Dolabela, diretor da Faculdade de Economia da FUNM, fez estudo estatístico, com base em dados oficiais e demonstrou que se o Fundo de Participação dos Municípios, o Imposto de Circulação de Mercadorias e as verbas federais destinados especificamente para nossa área realmente chegassem direto às nossas mãos, teríamos uma renda *per capita* próxima a do Estado do Maranhão, seríamos a 17ª unidade da federação.

Estabelecida a legitimidade histórica e comprovada a viabilidade econômica, restava saber o que pensavam os baianos. "Eles vão concordar em nos ceder uma saída para o mar?", perguntou angustiado um prefeito dos Gerais. Nesse momento, o autor Barros Lima se antecipa aos seus personagens e informa: "De Santa Cruz de Cabrália até o Mucuri, os prefeitos baianos eram unânimes em concordar com o projeto, tinham inclusive remetido assinaturas de adesão no movimento de 1987, encabeçado pelo economista Expedicto Mendonça." Mas, voltemos à reunião de Pedra Negra. Um prefeito baiano tomou a palavra e respondeu ao colega mineiro:

> Devo lembrar ao nobre colega que não se trata de ceder uma saída para o mar. Esta saída existe em <u>nossa Capitania de Porto Seguro há mais de quatrocentos anos. O movimento não é separatista, é de reintegração de posse</u>. Nosso movimento visa recuperar a pobre região do Jequitinhonha que é nossa, bem como atender os companheiros dos Gerais, legítimos herdeiros do morgado de Antônio Guedes de Brito e dos companheiros da margem esquerda do velho Chico, antiga Comarca de São Francisco da Capitania de Pernambuco que por casuísmo de D. Pedro I, em 1824, foi rateada entre Minas e a Bahia. Nossa região também é pobre, é discriminada pela Bahia, eles nos usam como santuário ecológico no turismo. Nós não vamos a Salvador, nossas fazendas, nossos negócios estão na região de Teófilo Otoni. (Grifos nossos)

No encerramento do "congresso" de Pedra Negra, os prefeitos reuniram-se à noite para um grande coquetel de confraternização. No dia seguinte, a Professora Arlete viajaria para o sul baiano para divulgar o Estado de São Francisco.

Esse é o resumo do livro de João Antônio de Barros Lima, romance-panfleto são-franciscano que o nosso esforço de sintetização certamente empobreceu.

Juntas, as idéias desses quatro intelectuais, Simeão Ribeiro, Expedicto Mendonça, Alfredo Dolabela e Barros Lima, constituem o fundamento ideológico do movimento regionalista separatista de 1986 a 2002. Sabemos pouco acerca da história pessoal de João Antônio de Barros Lima e Expedicto Mendonça. No que se refere a Dolabela e Ribeiro, em virtude de fazerem parte e terem vínculo histórico com elites econômicas regionais, podemos classificá-los como os intelectuais orgânicos da sua classe. Quanto a Barros Lima e Mendonça, talvez estejam mais próximos do intelectual do tipo tradicional. Esse tipo, normalmente, pertence a instituições como a Igreja Católica e "preexiste" em relação à conjuntura história nova e parece menos vinculado às classes sociais. Os intelectuais desse tipo, observa Gramsci, "(...) consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante."[264] Acreditamos que intelectuais vinculados a instituições como a Universidade e o Exército, aproximam-se, por sua relativa autonomia, dos intelectuais tradicionais ligados à Igreja, de que fala Gramsci. Porém, apesar de gozar de uma certa autonomia e de não se relacionarem de forma direta com o mundo da produção, os intelectuais não formam uma outra classe, como explica o autor italiano. Todos eles integram alguma classe social, seja por vinculação orgânica, seja pelo fato de compartilhar dos mesmos ideais. No caso que estamos examinando, Alfredo Dolabela, Expedicto Mendonça, João Antônio de Barros Lima e Simeão Ribeiro comungavam dos mesmos princípios ideológicos, convergiam na defesa dos projetos das classes dirigentes e integravam a burguesia regional.

Evidentemente, houve outras contribuições intelectuais para os movimentos autonomistas no Norte de Minas. Além disso, a influência desses pensadores analisados extrapola o plano do separatismo, havendo muitos outros intelectuais que compartilham de várias teses presentes nos argumentos separatistas sem, necessariamente, defender a criação do novo Estado. Por isso, no capítulo 3, retomaremos a análise do papel dos

[264] GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Op. cit., p. 6.

intelectuais, salientando como eles tenderam a formar um bloco intelectual, defendendo, com o ou sem viés separatista, um mesmo núcleo de idéias acerca da história da região, dos seus problemas e dos caminhos para o desenvolvimento regional.

O movimento pelo Estado de São Francisco não foi uma luta separatista isolada. Vários projetos dessa natureza foram apresentados e debatidos na Assembléia Nacional Constituinte de 1987–1988. Entre eles, destacam-se o Estado de Tocantins, projeto vitorioso, e o Estado doe Triângulo, projeto derrotado, mas que representou uma ameaça concreta à "unidade mineira", conforme explica Rogata Longui.[265]

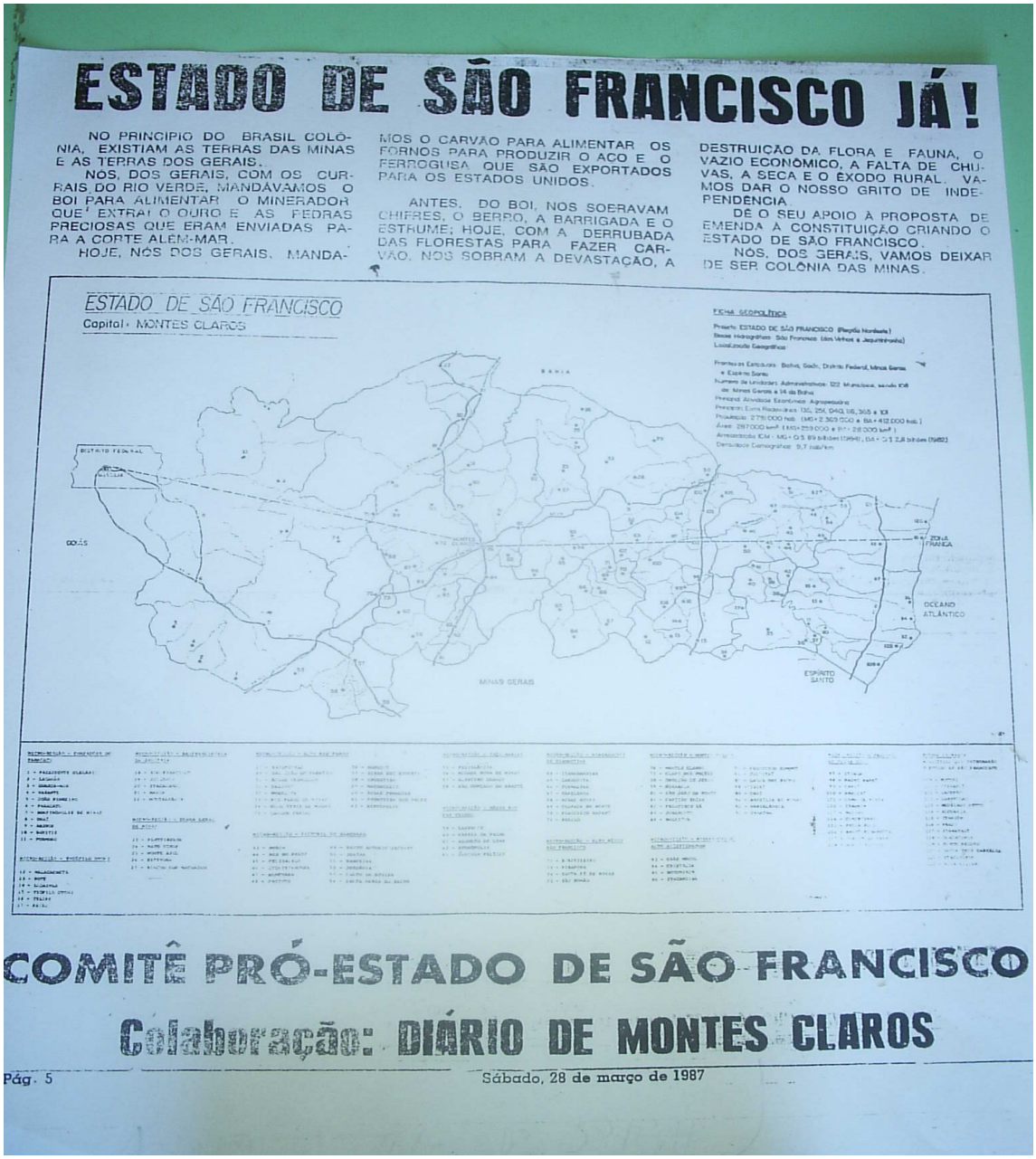
As primeiras conversações, nos anos 1980, para criar o Estado de São Francisco, iniciaram-se, ao que tudo indica, em 1984, por iniciativa do Professor Alfredo Dolabela. Mas foi em 1986 que o movimento tomou corpo e ganhou projeção na imprensa local, em Belo Horizonte e na Bahia. Como informado, professores e alunos da FUNM-FADEC criaram, em 1984, um grupo de trabalho para estudar o tema. Provavelmente, essa foi a origem do "Centro de Estudos Sociais e Econômicos do Norte de Minas" – CESENM –, entidade que aparece como uma das organizadoras do movimento, em 1986.

O jornal **Diário de Montes Claros** (ver figuras 01 e 02), dirigido por Arlen de Paulo Santiago, foi, parece-nos, o principal órgão de imprensa favorável ao movimento separatista. No início de 1986, o jornal publicou diversas matérias abordando o tema, apresentando, em sua grande maioria, opiniões e notícias favoráveis ao projeto São Francisco.[266]

Em março de 1986, a FADEC fez um projeto de pesquisa de opinião pública, a ser executado em Montes Claros, para averiguar o pensamento da população local a respeito da criação de um novo Estado. Na "justificativa" do Projeto, dizia-se que "A FADEC conta com uma estrutura suficiente para desenvolver seminários e outros eventos, no sentido de não deixar esta proposta se esvaziar (...) a FADEC interessa ser uma entidade ativa nesta proposta"[267]. Parece-nos que essa pesquisa não chegou a ser realizada, mas a FADEC teve "participação ativa" nos eventos posteriores e papel decisivo para que proposta "não se esvaziasse".

---

[265] Acerca do Estado do Triângulo cf. LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. Op. cit. Acerca do Estado de Tocantins, cf. MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional.** Op. cit.
[266] Cf., por exemplo, edições de 22–23 fev. 1986, 26 fev. 1986, 01–02 mar. 1986, 07 mar. 1986, 12 mar. 1986, 14 mar. 1986, 19 mar. 1986, 04 abr. 1986, 21 abri. 1986 e 30 abr. 1986.
[267] FUNM/FADEC. Projeto de Pesquisa de Opinião Pública. 04-03-1986.



ESTADO DE SÃO FRANCISCO JÁ!

NO PRINCIPIO DO BRASIL COLÔNIA, EXISTIAM AS TERRAS DAS MINAS E AS TERRAS DOS GERAIS.

NOS, DOS GERAIS, COM OS CURRAIS DO RIO VERDE, MANDÁVAMOS O BOI PARA ALIMENTAR O MINERADOR QUE EXTRAI O OURO E AS PEDRAS PRECIOSAS QUE ERAM ENVIADAS PARA A CORTE ALÉM-MAR.

HOJE, NÓS DOS GERAIS, MANDAMOS O CARVÃO PARA ALIMENTAR OS FORNOS PARA PRODUZIR O AÇO E O FERROGUSA QUE SÃO EXPORTADOS PARA OS ESTADOS UNIDOS.

ANTES, DO BOI, NOS SOERAVAM CHIFRES, O BERRO, A BARRIGADA E O ESTRUME; HOJE, COM A DERRUBADA DAS FLORESTAS PARA FAZER CARVÃO, NOS SOBRAM A DEVASTAÇÃO, A DESTRUIÇÃO DA FLORA E FAUNA, O VAZIO ECONÔMICO, A FALTA DE CHUVAS, A SECA E O ÊXODO RURAL. VAMOS DAR O NOSSO GRITO DE INDEPENDÊNCIA.

DÊ O SEU APOIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO CRIANDO O ESTADO DE SÃO FRANCISCO.

NÓS, DOS GERAIS, VAMOS DEIXAR DE SER COLÔNIA DAS MINAS.

COMITÊ PRÓ-ESTADO DE SÃO FRANCISCO

Colaboração: DIÁRIO DE MONTES CLAROS

Pág. 5 Sábado, 28 de março de 1987

Figura 01: Diário de Montes Claros apóia Estado de São Francisco

Progressivamente, o tema parecia ganhar espaço na sociedade regional. O prefeito de São Francisco, Severino Gonçalves Silva, declarou-se favorável ao Estado de São Francisco e se lançou como pré-candidato a governador do futuro Estado no dia

18 de abril de 1986[268]. No dia seguinte, foi a vez dos vereadores de Montes Claros discutirem o assunto na reunião da Câmara.

Na FUNM, o Diretório Central dos Estudantes promoveu um debate sobre o novo estado no dia 04 de maio de 1986, contando com a presença de Expedicto Mendonça e Simeão Ribeiro.[269] Também as escolas de 1º e 2º graus começaram a debater a questão, a exemplo do Colégio Tiradentes, cujos alunos pesquisaram "(...) durante várias semanas (...) fatos relacionados ao movimento e conviveram com as idéias contidas no projeto, levando para as salas de aula recortes, folhetos e noticiários sobre o novo Estado."[270]

Mesmo que o **Diário de Montes Claros**, órgão do movimento, tenha exagerado na notícia, é significativo que ele se refira a "recortes", "folhetos" e "noticiários" recolhidos pelos alunos porque tal fato revela a existência de material de propaganda do novo Estado, já no início do ano.

Há indícios também que o tema tenha sido discutido e mesmo encampado por segmentos da Igreja Católica. Em agosto de 1986, a Diocese de Montes Claros prometeu debater o projeto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da região, e, no comitê de organização do movimento, formado em 1987, constava o nome do padre João Lopes.[271]

Mas o evento mais divulgado e conhecido do movimento foi o "Fórum de Debates dos Prefeitos das Regiões NO, N, NE de Minas Gerais e Sul da Bahia" (ver figura 03), realizado em Montes Claros em 1986. Estava previsto para o Fórum a presença, entre outros, do ministro do interior, Ronaldo Costa Couto[272], e do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho.

---

[268] Estado de São Francisco já tem primeiro candidato a governador. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 19 mar. 1986.

[269] Universitários apóiam criação do novo estado. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 07 maio 1986.

[270] Tema já é assunto nas escolas. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 06 maio 1986.

[271] Comunidades eclesiais debatem o novo estado. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 12 ago. 1986.

[272] A esperança quanto à presença do ministro era tão grande que os organizadores do evento confeccionaram uma placa em sua homenagem com os seguintes dizeres: "Movimento Pró-Estado de São Francisco. Capital: Montes Claros. 40 anos de movimento separatista. Nova República, novas esperanças. Homenagem ao Ministro Ronaldo da Costa Couto. Os Prefeitos Municipais do Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais e Sul da Bahia, FUNM, Sociedade Rural, OAB – Subseção de Montes Claros – e as demais lideranças que participaram do Fórum de Debates Políticos dos Prefeitos, em Montes Claros, de 22 a 23 de maio de 1986 homenageiam a S. Exa. o ministro Ronaldo Costa Couto pelas relevantes contribuições a redivisão territorial brasileira, alternativa que abrirá novos horizontes para o desenvolvimento neste País integrado por unidades federadas de frágil articulação e integração econômica e social. Montes Claros, 23 de maio de 1986."

24/maio/86 DMC

Senador não lidera o movimento, mas o apóia

O senador mineiro Alfredo Campos acredita que Minas Gerais não pode atirar-se a qualquer projeto que vise dar maior dimensão econômica, financeira e administrativa a qualquer parte do seu território, motivo pelo qual a criação do Estado de São Francisco, se estiver dentro dessas condições, torna-se viável. O senador, líder do PMDB no Congresso Nacional, esteve em Montes Claros ontem, até às 14 horas, quando participou do Fórum de Debates que estuda a criação do novo Estado.

Ainda no aeroporto, ao chegar em atitude do Governo do Estado, o senador disse que, em tese, é favorável à redistribuição territorial de todo o Brasil. Para ele, se for para dinamizar as regiões carentes, em razão da falta de administração mais próxima das bases, não é a solução. Afirmou que o governo da Nova República tem questões mais importantes a tratar e que o projeto do Estado de Tocantins, aprovado pelo Congresso por três votos, foi retado em razão das imperfeições que existiam em seu conteúdo.

O senador Alfredo Campos com o diretor do DMC, Arlen de Paula Santiago Filho.

Alfredo Campos opinou que na Nova Constituinte é que a criação do novo Estado será mais discutida, pois a partir daí é que o Brasil começará a crescer. O senador enfatiza ser necessário a união dos representantes políticos da região para a concretização dessa proposta. Ele não acredita que o movimento seja de protesto à administração estadual, argumentando que foi a região luta para receber melhor auxílio e quinhão na prosperidade conjunta do Estado e que o pensamento do novo Estado dá mais ânimo até mesmo aos eldadãos que o compõem.

Durante os debates no Automóvel Clube, o senador chegou a ser franco demais, ao atribuir que exercendo a função de líder do partido governista, não podia apresentar o projeto, mas que dará o seu apoio. Orientou, as lideranças a fazerem pressão junto aos políticos, pois entende que somente assim conseguirão levar adiante o projeto.

Figura 02: Senador Alfredo Campos e Arlen Santiago, diretor do Diário de Montes Claros

O CESENM promoveu, no dia 05 de maio na FADEC, uma reunião de preparação do Fórum. Nessa oportunidade, foram formadas três comissões de trabalho com vistas a promover o evento: comissão de finanças, formada por representantes da

Sociedade Rural, ACI, e SUDENE; comissão de divulgação, com representantes da OAB, Prefeitura de Montes Claros e FADEC, e a Secretaria-Geral, formada por representantes da AMAMS, SUDENOR e FADEC.

Dessa forma, considerando-se as comissões e as informações do panfleto de divulgação, podemos afirmar que o evento foi organizado pela FUNM, FADEC e CESENM, com o auxílio da Prefeitura de Montes Claros, jornal Diário de Montes Claros, AMAMS, Sociedade Rural, ACI e OAB. As atividades foram desenvolvidas nos dias 22 e 23 de maio, no Automóvel Clube de Montes Claros. Roberto Marinho e Ronaldo Costa Couto, presenças ilustres esperadas, não compareceram, contribuindo para esvaziar o fórum.

O evento contou com as palestras do Professor Simeão Ribeiro, que tratou dos "Fundamentos Históricos do novo Estado", do economista Expedicto Mendonça, que tratou da "Configuração Político-administrativa do Estado de São Francisco", e de outras seções comandadas pelas equipes da FADEC e AMAMS.[273]

Embora tenha repercutido na imprensa, o evento não atraiu a maior parte das lideranças regionais nem o grande público. Como lideranças político-partidárias, compareceram o prefeito em exercício de Montes Claros, Mário Ribeiro, o senador Alfredo Campos, sete prefeitos e 2 vereadores[274].

Ao final do evento, foi elaborada a "Carta de Montes Claros", uma declaração de princípios que norteariam o movimento separatista. O documento abre-se com ênfase na sua representatividade (talvez essa preocupação indique exatamente a falta de representatividade do Fórum, em função da ausência da maior parte dos prefeitos):

> Os prefeitos municipais do Norte, Noroeste e Nordeste de Minas Gerais e do Sul do Estado da Bahia, após analisarem a situação político-administrativa e sócio-econômica da vasta região que abrange os seus municípios, no FÓRUM POLÍTICO DE DEBATES , na cidade de Montes Claros-MG, na busca de alternativas que viabilizem o desenvolvimento regional, considerando que: (...) [segue-se a relação de 11 justificativas para a separação]

[273] FÓRUM DE DEBATES DOS PREFEITOS. Panfleto. Maio de 1986 e **Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 22 maio de 1986.
[274] FÓRUM DE DEBATES DOS PREFEITOS. Panfleto. Maio de 1986 e **Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 22 maio de 1986.

Figura 03: Placa comemorativa do Estado S. Francisco afixada no CCSA-Unimontes

Em síntese, os 11 pontos da Carta destacavam as seguintes aspectos:

1 – A região é vítima de um "esvaziamento" demográfico, econômico e político "inaceitável", marginalizada política e administrativamente e apresenta uma "grave dívida alarmante".

2 – "SAÚDE. Enquanto a OMS recomenda 5 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, nas regiões NO, N e NE de Minas Gerais contam com, apenas, 1,28/1.000."

3 – 58% dos municípios não tem hospitais, dos existentes, apenas 31% são públicos, mais da metade dos municípios não possuem postos de saúde nem profissionais médicos.

4 – "A cada 3 horas morrem 2 crianças na faixa etária de 0 a 1 ano, por desnutrição ou por doenças evitáveis" (...) as crianças nascem, em média, com menos de 2,300 Kg, nivelando-se ao Laos, Etiópia e Bangladesh."

5 – "EDUCAÇÃO. Das crianças em idade escolar, apenas 3/4 conseguem matrícula na escola e dessas, apenas 50% chegam à 2ª série do 1º grau."

6 – "(...) de acordo com a SEE [Secretaria Estadual de Educação], o ensino na região se enquadra na faixa de 'Regular', 'Deficitário' e 'Altamente deficitário'. Em 97,2 % dos municípios o ensino é deficitário, com as mais baixas taxas de escolarização do planeta."

7 – "Na zona rural, quase a totalidade das escolas são de uma sala só (...), evidenciando-se o funcionamento de escolas em porões, paióis, na casa de professoras ou debaixo das árvores."

8 – "Saúde e Educação são essenciais (...). Esse abandono da população da zona rural é uma das causas do êxodo (...) para as periferias urbanas (...) agravando o quadro de penúria e pobreza (...) e refletindo a impotência do governo para resgatar essa extensa região do sub-desenvolvimento."

9 – "DISPARIDADES NA POLÍTICA ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA, FINANCEIRA, DE RENDAS E NA APRESENTAÇAO POLÍTICA A NIVEL ESTADUAL E FEDERAL." 85 % dos cargos de confiança do governo estadual são ocupados por políticos do Sul, Triângulo e Centro do Estado. Essas regiões têm 48 dos 554 deputados federais e 64 dos deputados estaduais. "O poder econômico do Sul sufoca o crescimento de lideranças regionais, levando 2/3 dos votos da região, concorrendo para seu enfraquecimento político."

10 – "A gula do fisco estadual sufoca os produtores, aniquilando as atividades produtivas da pequena e média empresa regional (...). Muitas vezes o tributo arrecadado na região é investido no Centro e no Sul de Minas Gerais."

11 - Contrastes na "divisão de rendas". Em 1980 "(...) a renda 'per capita' da região do Estado de São Francisco (...) girava em torno de US$ 392,00 contra US$ 1.540,00 do restante de Minas Gerais. Podendo se concluir que, de cada CZ$ 4,00 de renda gerada no Estado (...), CZ$ 3,00 vão para o Sul, enquanto apenas CZ$ 1,00 vai para o Norte."

Após esse diagnóstico, os signatários da carta afirmam: "Diante desse quadro sócio-econômico e político administrativo, decidimos pelo desmembramento da região mineira acima do paralelo 18º para, juntamente com o Sul do Estado da Bahia constituir no Estado de São Francisco uma nova unidade da República Federativa do Brasil." [275]

Ainda conforme o documento, o novo Estado traria cinco grandes vantagens em relação à "atual situação" porque:

a) "(...) toda essa região, hoje à margem do desenvolvimento, terá governo próprio voltado exclusivamente para os interesses e necessidades da nova unidade federativa."

b) "O novo estado passará a contar com planos de desenvolvimento voltados para suas peculiaridades."

c) Será criada uma universidade federal na região, com "ensino gratuito para todos"

d) será instituída a Zona Franca de Porto Seguro, "área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais que irá triplicar a arrecadação da região e desenvolverá um novo pólo industrial, comercial e agro-pecuário, com amplas possibilidades de desenvolvimento."

e) "O novo estado volta às suas origens, passa a integrar a região Nordeste do país. Seus municípios passarão a gozar de todos os benefícios, incentivos e isenções da SUDENE, fator decisivo para um desenvolvimento econômico e industrial acelerado."

O núcleo do pensamento separatista expresso na Carta de Montes Claros é fundamentado nas teses de Expedicto Mendonça, Alfredo Dolabela, Simeão Ribeiro e João Antônio de Barros Lima. Nessa visão, as regiões que comporiam o novo estado têm uma história comum, nordestina, são vítimas da concentração de poder econômico e político que beneficia as regiões centro, Triângulo e sul do Estado; como conseqüência, seus indicadores sociais e econômicos são equiparados aos países mais pobres do mundo. Se o abandono da região pelo Estado é a causa de tanta miséria, a solução não poderia estar em outra medida que não a reformulação das ações do poder público pela criação de um novo estado. As diretrizes para o desenvolvimento da futura unidade administrativa são também reveladoras: destacam-se a criação da zona franca de Porto Seguro e o fato de que todos os municípios seriam cobertos com os incentivos da

[275] Carta de Montes Claros. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 25 maio 1986.

SUDENE. Com esses benefícios ao capital privado concedido pelo Estado, o desenvolvimento seria uma conseqüência natural.

Notamos que, por esses pontos, mesmo que não conte com o engajamento explícito das elites industriais e rurais da região ou que as mesmas tenham posições divergentes quanto à viabilidade do novo Estado, o pensamento separatista é convergente com a ideologia dessas elites, em construção desde a década de 1950.

Mesmo que os críticos do movimento separatista, cujo órgão de imprensa parece ser **O Jornal de Montes Claros**, tenham enfatizado o pequeno comparecimento de prefeitos ao Fórum[276], esse evento e os desdobramentos posteriores do movimento repercutiram tanto na imprensa quanto nos meios políticos estaduais. Com uma matéria intitulada "Uma utopia chamada São Francisco", a **Revista ISTO-É Minas** criticou a proposta, desferindo, inclusive, críticas à pessoa de Expedicto Medonça. Mendonça, dizia a revista, era conhecido por suas "atitudes inconseqüentes – certa vez ele esfaqueou o próprio irmão à mesa de refeições". A matéria também faz questão de acusar o pequeno comparecimento de lideranças políticas ao Fórum dos Prefeitos[277]. Esse era apenas o prenúncio da resistência que o projeto teria que enfrentar, principalmente a que provinha de Belo Horizonte e do Palácio da Liberdade.

No ano de 1987, em razão da Assembléia Nacional Constituinte, o separatismo cresceu no Norte de Minas. A mobilização naquele ano parece ter se iniciado mais efetivamente em março, quando foi criado, em uma reunião na FUNM, um comitê de coordenação. Integraram esse órgão Alfredo Dolabela, Raimundo Avelar, Expedicto Mendonça, Simeão Ribeiro, Padre João Lopes, Hamilton Lopes, Ruy Muniz, João Antônio de Barros Lima, Maria das Dores Câmara e Madeleine Veloso Rebello.[278]

Entre esses nomes, além dos já “apresentados” (Mendonça, Barros Lima, Dolabela e Ribeiro), destacam-se Ruy Muniz e Raimundo Avelar. O primeiro era o proprietário do Colégio Indyu, um dos principais estabelecimentos de ensino privado da região, que cedeu uma sala do colégio para funcionamento da sede do movimento. Raimundo Avelar foi o diretor-geral da FUNM entre 1980 e 1988. A Fundação, além de palco dos debates que se iniciaram dede 1984, foi uma das responsáveis pelo Fórum de 1986. Embora ocupasse um cargo influente na sociedade regional, Avelar não tinha

[276] Desinteresse frustra o debate sobre Estado de São Francisco. **O Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 22 maio 1986.
[277] Uma utopia chamada São Francisco. **ISTO-É Minas**, Belo Horizonte, Junho de 1986, p. 7.
[278] Estado de São Francisco. **O jornal de Montes Claros**, Montes Claros, 21/22 mar 1987.

condições de assumir posições mais agressivas no movimento. Além de ocupar um cargo de livre nomeação do governador (a partir de uma listar sêxtupla), Avelar administrava uma instituição com sérias dificuldades financeiras, cujos professores entraram em greve em agosto de 1987 por causa da defasagem salarial. Enquanto o movimento separatista ganhava fôlego, a FUNM reivindicava do governo do Estado a sua estadualização, processo que envolvia intricadas articulações políticas.[279] Dessa forma, Raimundo Avelar, embora apoiasse o movimento, o fazia de forma discreta ou mesmo "velada".[280] Como veremos adiante, a conduta do diretor da FUNM era a mesma de vários outros líderes e entidades da região.

As atividades do comitê concentravam-se em divulgar o movimento, reunir-se com prefeitos e outras lideranças políticas e, com o apoio desses, recolher 30 mil assinaturas de apoio ao projeto que seria enviado ao Congresso Nacional. Aos poucos, a campanha era lançada nas ruas, com faixas e cartazes utilizando o bordão "Separação já", segundo informa o **Diário de Montes Claros**.[281]

No mês de maio, o comitê fez um relatório de atividades referentes aos meses de março e abril. Conforme o relatório, o movimento contava com o "engajamento" da FUNM, ACI, OAB, Sociedade Rural e Coopagro, mas não tinha o apoio oficial de nenhum líder político e, sim, o "apoio velado das Prefeituras de Montes Claros, Coração de Jesus, Francisco Sá, Capitão Enéas, Janaúba, Itacarambi, Salinas e outras, bem como das Câmaras Municipais de Montes Claros e Bocaiúva". A sede do movimento era no Colégio Indyu, propriedade do Professor Ruy Muniz, um dos integrantes do comitê. O documento termina com uma espécie de recomendação: "O movimento atingiu Estágio que necessita coordenadoria mais estruturada, como é o caso da ACI, pois o Apoio Político e Empresarial são imprescindíveis para a Vitória Final". Segundo esse relatório, é revelado, ainda, que o movimento tinha duas frentes: uma em Brasília, dirigida por

[279] Sobre a crise financeira, a greve dos professores e o processo de estadualização, cf. JARDIM, Alex Fabiano Correia et al. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Orgs.). **Unimontes**: 40 anos de história. Montes Claros: Unimontes, 2002, p. 17–48.

[280] O **Diário de Montes Claros** informava que havia, por parte de um grupo de universitários, o receio de que a FUNM estivesse "(...) angariando a antipatia do Estado ao ajudar o movimento de criação do Estado de São Francisco." Cf. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 03 maio 1987.

[281] Separação já. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 28 mar. 1987.

Expedicto Mendonça, com vistas a angariar apoio dos constituintes, e a outra na região, essa coordenada por Barros Lima, Alfredo Dolabela e pelo médico Eduardo Avelino. [282]

Entre março e agosto de 1987, foi intensa a mobilização para conseguir reunir um mínimo de 30 mil assinaturas pró-Estado de São Francisco e remetê-las ao Congresso Nacional. Nesse esforço, o apoio das prefeituras, inclusive baianas, foi decisivo. Correspondências recebidas pelo comitê demonstram o empenho e participação de prefeituras diversas, como a de Prado-BA, Formoso-MG e São João do Paraíso-MG. Além dos prefeitos, outras pessoas e instituições engajavam-se no movimento, entre eles, a Comissão Provisória do PCB de Itanhaém-BA e Divaldo Ralile, de Alcobaça, que escreveu espontaneamente ao comitê, dando instruções acerca dos caminhos a serem tomados na mobilização dos prefeitos baianos e informando da resistência oferecida pelo governo estadual da Bahia[283].

Foram reunidas cerca de 47 mil assinaturas em prol do novo Estado. As listas foram enviadas, em agosto, pela Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros – Coopagro –, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Montes Claros e pelo Sindicato dos Médicos de Montes Claros[284].

O projeto de criação do novo estado foi apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Humberto Souto – Emenda 2B0022-8. Com o mesmo conteúdo, o projeto foi apresentado em forma de emenda popular e defendido por Expedicto Mendonça, no dia 01 de setembro de 1987. Ambas as iniciativas foram derrotadas no Congresso. A emenda apresentada por Humberto Souto[285] foi derrotada nas comissões da constituinte, e a emenda popular foi derrotada no plenário.

---

[282] Movimento Pró-Estado de São Francisco. Relatório de Atividades do Comitê de Montes Claros no período de 20-03-1987 a 07-05-1987. Expedicto Mendonça rebateu as críticas da ISTO-É pela imprensa regional. Cf. **Jornal do Norte**, Montes Claros, 06 jul. 1986.

[283] Movimento Pró-Estado de São Francisco. Diversas correspondências recebidas entre abril e agosto de 1987.

[284] BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol I. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 30.

[285] A posição de Humberto Souto é curiosa. Ele não aparece em nenhum momento no movimento que se desenrola na região. Apesar disso, "aceitou assinar" a emenda (expressão do **Diário de Montes Claros**). Contudo, o deputado sequer compareceu às reuniões da Subcomissão de Organização do Estado onde o projeto foi discutido e derrotado. Cf. edições de 22 maio 1987 e 17 jun. 1987. Um sinal do desinteresse ou mesmo resistência de Humberto Souto em relação ao separatismo é o seu voto contrário ao projeto do Triângulo, tal como o fez o deputado José da Conceição. Cf. votos contrários à separação do Triângulo em LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. Op. cit., p. 262–263.

Figura 04: Faixa de divulgação do Estado de São Francisco

O projeto apresentado ao Congresso, além de conter detalhes de ordem organizacional e jurídica, é uma reprodução dos escritos de Expedicto Mendonça e da "Carta de Montes Claros". Do ponto de vista do território, o Estado de São Francisco abrangeria o Vale do Jequitinhonha, as regiões Norte, Noroeste e Nordeste de Minas e o Sul da Bahia, tendo Montes Claros como capital[286] (ver mapa 03).

Na justificativa, descreve-se a trajetória histórica do Estado de São Francisco, buscando suas raízes mais antigas, conforme destacamos anteriormente. Em seguida, são apresentados dados estatísticos de saúde, educação, PIB e renda *per capita* para demonstrar as desigualdades regionais no interior do Estado de Minas.

A criação do Estado de São Francisco viria acompanhada de sete grandes projetos/diretrizes a serem implementados/seguidos pela União no novo Estado:

a) inclusão de todo o Estado na área da SUDENE;

b) criação da Universidade Federal do Estado de São Francisco;

c) criação da Zona Franca de Porto Seguro;

d) construção de um porto com grandes proporções em Porto Seguro;

e) construção da Ferrovia Trans-São Francisco, ligando Brasília (DF)–Montes Claros-Porto Seguro;

---

[286] Municípios de Minas Gerais que integrariam o Estado de São Francisco: Presidente Olegário Maciel, Lagamar, Guarda-Mor, Vazante, João Pinheiro, Paracatu, Bonfinópolis de Minas, Unaí, Arinos, Buritis e Formoso, na *microrregião de Chapadões de Paracatu;* Buritizeiro, Pirapora, Santa Fé de Minas e São Romão, na *microrregião Alto Médio São Francisco*; Montes Claros, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Mirabela, São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Juramento, Bocaiúva, Francisco Dumont, Jequitaí, Lagoa dos Patos, Ibiaí, Ubaí, Brasília de Minas, Varzelândia e Janaúba, na *microrregião Montes Claros*; Grão-Mogol, Cristália, Botumirim e Itacambira, na *microrregião Mineradora do Alto Jequitinhonha*; Itinga, Padre Paraíso, Caraí, Araçuaí, Coronel Murta, Itaobim, Medina, Comercinho, Pedra Azul, André Fernandes, Virgem da Lapa e Novo Cruzeiro, na *microrregião Pastoril de Pedra Azul*; Malacacheta, Pote, Ladainha, Teófilo Otoni, Itaipé e Pavão, na *microrregião de Teófilo Otoni*; São Francisco, Januária, Itacarambi, Manga e Montalvânia, na *microrregião são-franciscana de Januária*; Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, Espinosa, Riacho dos Machados, na *microrregião Serra Geral de Minas*; Taioberias, Salinas, São João do Paraíso, Águas Vermelhas, Rubelita, Rio Pardo de Minas, Ouro Verde de Minas, Carlos Chagas, Nanuque, Águas Formosas, Fronteira dos Vales, e Bertópolis, na *microrregião Alto Rio Pardo;* Rubim, Rio do Prado, Felisburgo,, Jequitinhonha, Alemenara, Jacinto, Santo Antonio do Jacinto, Joaíma, Bandeira, Jordânia, Salto da Divisa e Santa Maria do Salto, na *microrregião Pastoril de Almenara;* Felizlândia, Morada Nova de Minas, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté, na *microrregião Três Marias*; Lassance, Várzea da Palma, Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício, na *microrregião Médio Rio das Velhas*; Itamarandiba, Carbonita, Turmalina, Capelinha, Minas Novas, Chapada do Norte, Francisco Badaró e Berilo, na *microrregião Mineradora de Diamantina*. Municípios da Bahia que integrariam o novo Estado: Mucuri, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Alcobaça, Itanhaém, Prado, Itamaraju, Guaratinga, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Itagimirim e Nova Viçosa. BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 1.

f) a União destinaria, nos dez anos seguintes, 7,5 bilhões de cruzeiros para financiar as despesas de implantação do novo Estado e seu desenvolvimento;

g) as prioridades do novo Estado seriam eletrificação urbana e rural, navegação fluvial, legalização de terras rurais, saneamento básico, saúde e educação, implantação de projetos de irrigação agrícola, construção de estradas vicinais e complexos de silagem e armazenamento e terminais de embarque e organização de bacias leiteiras.

Às medidas propostas na Carta de Montes Claros somavam-se, pois, a ferrovia Trans-São Francisco, o financiamento da União para implantação do novo Estado e o detalhamento das medidas do último item, no qual se destacam os investimentos que seriam destinados ao setor agropecuário.

Praticamente sem o apoio da bancada mineira e baiana, a estratégia do movimento foi apelar para os constituintes de outros estados. Com esse intuito, Expedicto Mendonça promoveu uma agressiva campanha "antimineira" no Congresso Nacional. Exemplo disso foram os cartazes afixados por ele, no Congresso, com os seguintes dizeres: "CONSTITUINTE, FAÇA UM SEGURO ANTI-GOLPE VOTANDO PELA DIVISÃO DE MINAS GERAIS". Logo abaixo dessa frase, vinha um mapa de Minas dividido com uma faixa ao meio, separando o Estado em três: Minas Gerais, Triângulo e São Francisco. No interior da faixa, vinha escrito "DIVISÃO DE MINAS: UM IMPERATIVO NACIONAL". Abaixo do mapa, os dizeres eram: "Na defesa do ESPAÇO POLÍTICO DE MINAS GERAIS NA POLÍTICA NACIONAL, nos últimos 50 anos, MG planejou, organizou e financiou 3 GOLPES DE ESTADO: 1930 - 1932 - 1964 –, com um saldo sinistro para o Brasil de 37 ANOS DE DITADURAS, 50 ANOS DE ATRASO TECNOLÓGICO E CULTURAL E UMA DÍVIDA ALARMANTE. Redivisão política é uma proposta de descentralização e de redemocratização do poder e conduz ao desenvolvimento".

MOVIMENTO PRÓ-

Estado de São Francisco

Capital: Montes Claros

MAIS DE 40 ANOS DE MOVIMENTO SEPARATISTA. CONSTITUINTE 87. NOVAS ESPERANÇAS.

Lista de apoiamento à proposta de emenda ao projeto de CONSTITUIÇÃO, de conformidade com o que dispõe o § 1º do Artigo 22 e Artigo 23, alíneas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, do Regimento da ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....
Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura:	Eleitor: ..... Nº do título .....Zona: .....UF ..... Endereço: ..... Assinatura: .....

Autenticação no Verso

Modelo do formulário.

Autenticação ao verso

Figura 05: Campanha pelas assinaturas pró-Estado de São Francisco

Mapa 04: Estado de São Francisco

A reação dos mineiros foi proporcional à agressividade dos dizeres. "Deve ser coisa de paulista", disse o deputado Carlos Mosconi (PMDB), "ou das Esquerdas", argumentou Bonifácio de Andrade (PDS). Pimenta da Veiga, por sua vez, conseguiu, junto à mesa da Constituinte a retirada dos cartazes que, para ele, eram "um insulto a Minas Gerais e aos seus políticos". Irritado com a reação dos parlamentares mineiros, Expedicto Mendonça recorreu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que liberou a recolocação dos cartazes[287].

[287] "Estado de S. Francisco movimentou o Congresso". **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 14 out. 1987 e 16 out. 1987.

O texto da Emenda Popular, assim como os cartazes, também batia forte no governo mineiro. Além de denunciar as precárias condições sociais das regiões a serem separadas, reagia contra o discurso da mineiridade, recorrendo à história:

> A extensa área, que não havia nascido mineira, devido a uma decisão irrefletida, não teve outra opção senão se integrar à Província de Minas Gerais. Suas raízes culturais e históricas, entretanto, permanecem intactas.
>
> Hoje, o que se pretende com a criação do Estado de São Francisco não é dividir uma área homogênea, mas unificar uma extensa região que teve suas fronteiras violadas, uma região que foi agredida, desfigurada da qual foi tirado o acesso ao mar, mas que apesar de tudo permanece una e indivisível nas suas tradições, na sua história e na sua cultura. (...)
>
> Convém notar que antes de constituir um desmembramento, o agrupamento dessas terras na formação do Estado de São Francisco corresponde muito à reintegração de áreas anteriormente separadas por não se consideraram os fortes laços que as uniam e que prevalecem até hoje.[288] (Grifos nossos)

Com outros termos, mas com um estilo mais cáustico, Expedicto Mendonça repetiu as mesmas idéias no discurso de defesa da Emenda Popular, no dia 01 de setembro. As idéias polêmicas divulgadas nos cartazes reapareceram na fala de Mendonça. Sem meias-palavras, o economista acusou o Estado de Minas pelos golpes de 1930 e 1964 e pelo massacre dos paulistas, em 1932. "Minas Gerais é poderosa, possui extraordinário poder econômico e político, e quer conservá-lo e ampliá-lo. Mas a história mostra que os políticos mineiros, tirando honrosas exceções, como JK e Tancredo Neves, os demais são reacionários, beligerantes e golpistas", afirmou Medonça. Em virtude disso, o desmembramento do Estado atenderia, também, a um objetivo nacional, porque "O equilíbrio de forças é fundamental para a democracia. Para que a família brasileira venha a dormir em paz, e para prevenir novos golpes de Estado, a divisão de Minas deve ser considerada pela Assembléia Nacional Constituinte um IMPERATIVO NACIONAL"[289].

Era o ponto máximo do movimento separatista norte-mineiro. Ao que nos consta, não há outro registro de um discurso tão agressivo, tão antimineiro. Juntos, os textos da "Carta de Montes Claros", da emenda popular e o discurso de Mendonça constituem uma afirmação vigorosa do caráter nordestino da região e da sua completa

---

[288] BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 86–87.

[289] MENDONÇA, Expedicto. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco, p. 14–15. Arquivo particular do professor Alfredo Dolabela.

falta de sintonia com o estado de Minas, aspectos cujas raízes remontariam aos tempos coloniais. Sobressaem, ainda, nesses documentos, o estabelecimento de uma relação radical entre ausência do Estado e subdesenvolvimento, ou, alternativamente, criação do novo estado-desenvolvimento e a defesa das políticas de desenvolvimento, com base nos incentivos e subsídios ao capital privado.

A resistência aos movimentos separatistas foi vigorosa. Em maio de 1988, o jornal **Estado de Minas** noticiava a reunião de dezenas de constituintes mineiros e de outros estados, em Belo Horizonte, num grande "Movimento Cívico pela Unidade de Minas", organização que congregava "entidades empresariais, artísticas e sindicais". As despesas com transporte dos participantes do evento eram custeadas pelo governo de Minas"[290].

A resistência do Governo estadual contou com o apoio do empresariado, da grande imprensa, especialmente do Jornal Estado de Minas[291], de artistas mineiros de renome como Carlos Drumond de Andrade, Adélia Prado e Grande Otelo e de historiadores como Francisco Iglesias e Caio Boschi. O núcleo dos argumentos anti-separatistas era a reprodução da ideologia mineiridade.[292]

De forma semelhante, o governador da Bahia, Waldir Pires, com o apoio dos setores empresariais, lançou a Campanha "A Bahia não se divide", alegando que o Estado, "desde os primórdios da formação do Brasil, sempre teve os atuais contornos e precisa manter esta integridade para ser forte politicamente"[293].

---

[290] Constituintes se integram à luta dos mineiros contra a separação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 maio 1988 e 05 jun. 1988.

[291] A resistência do **Estado de Minas** é perceptível, por exemplo, nas edições de 15 jul. 1987; 22 jul. 1987; 23 jul.1987; 26 jul. 1987; 30 jul. 1987.

[292] Cf. detalhes do movimento pela unidade de Minas, em LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. Op. cit.

[293] Projeto cada vez mais sendo sepultado. **Jornal do Norte**, Montes Claros, 12 jul. 1987, p.1. A região de Porto Seguro é fundamental na construção dos discursos grandiloqüentes baianos, da identidade baiana, especialmente quando esses discursos exploram a imagem da Bahia como a mãe, a gênese da nação, salientando o fato de o "descobrimento" ter ocorrido em seu território. Assim, perder localidades como Porto Seguro, Coroa Vermelha, Santa Cruz de Cabrália era inconcebível para a identidade regional naquele estado. A respeito da importância do "descobrimento" na construção da identidade baiana, cf. LEITE, Rinaldo César. **A rainha destronada**: discurso das elites sobre as grandezas e infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, especialmente p. 45–48.

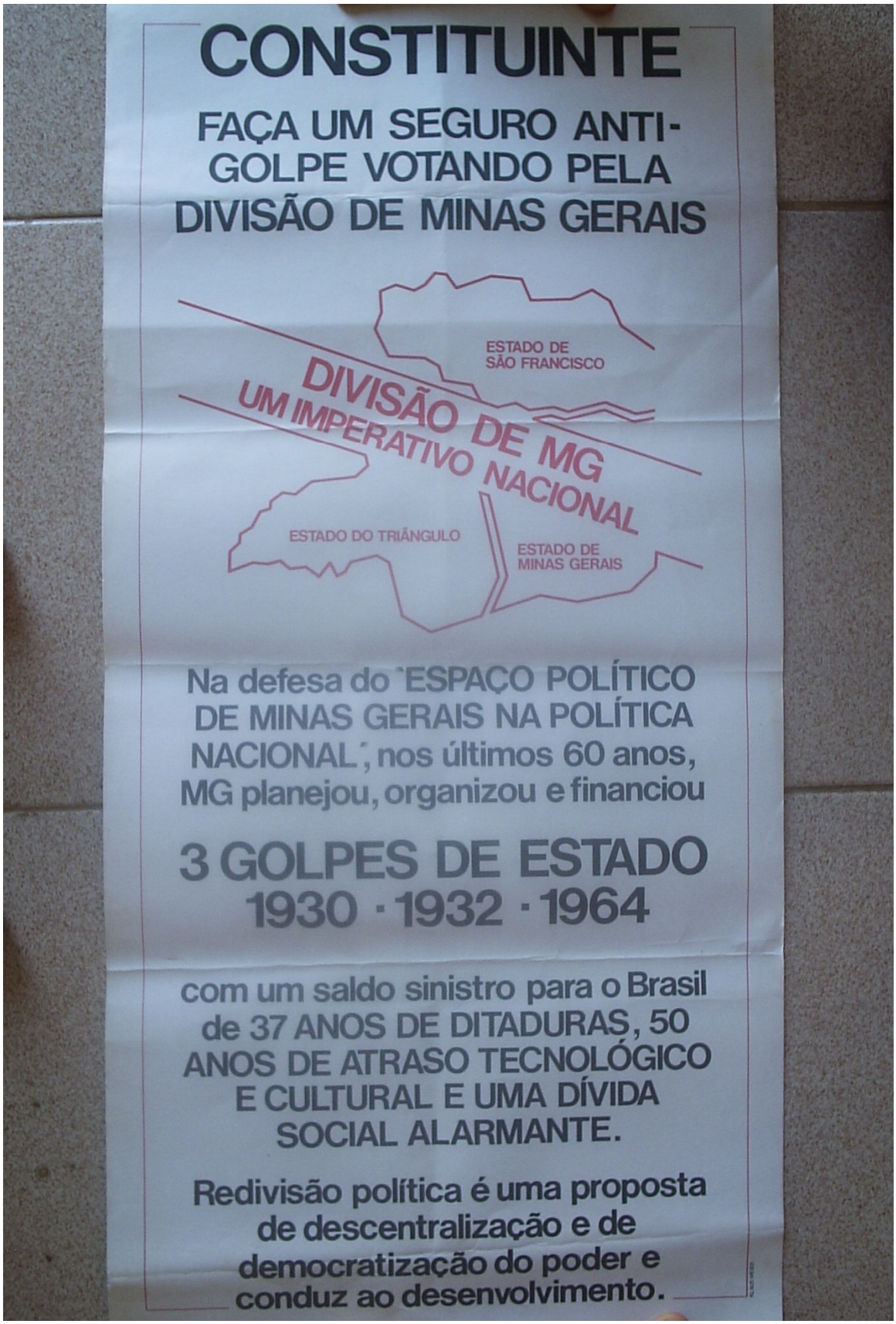


Figura 06: Exemplar do cartazes afixados por Expedicto Mendonça no Congresso Nacional, em 1987

Quanto ao Norte de Minas, especificamente, as pressões anti-separatistas provenientes de Belo Horizonte começaram muito antes do projeto chegar a Brasília. A precária condição financeira das prefeituras da região tornavam as lideranças municipais presas fáceis do governo do Estado. Conforme relatório do próprio comitê organizador, as prefeituras que apoiavam o movimento o faziam de forma "velada". É importante destacar, também, a posição discreta mantida pelo então prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, ao longo de todo o movimento. Durante o Fórum de 1986, ele estava em viagem para a Alemanha; nas mobilizações de 1987, praticamente não apareceu. Possivelmente, ele sofreu uma pressão muito grande do então governador Newton Cardoso, seu colega de partido, o PMDB. Outras lideranças políticas colocaram-se abertamente contra o movimento, como foi o caso do ex-deputado Genival Tourinho. [294]

Havia outras estratégias do governo estadual no sentido de minar o movimento, já nas suas raízes. Segundo o jornal **Diário de Montes Claros**, na véspera do Fórum de 1986, o governador Hélio Garcia nomeou o prefeito em exercício de Montes Claros, Mário Ribeiro da Silveira, para a Secretaria de Estado do Trabalho. A notícia foi tão inesperada que teria pego de surpresa até o próprio nomeado. Além disso, conforme a própria matéria, o governo iniciou, em meados de 1986, a construção/extensão das rodovias 135 e 251, há muito reclamadas pelas lideranças norte-mineiras[295].

No final do mês abril de 1987, quando o movimento separatista já estava nas ruas, Newton Cardoso esteve em Montes Claros para receber o título de cidadão honorário concedido pela Câmara de Vereadores local. Para os separatistas, tal presença não poderia ser mais desagradável e inoportuna. Na oportunidade, o governador anunciou a autorização de recursos para as estradas da região "(...) porque o Norte de Minas não pode ficar na poeira e no desalento."[296] As promessas não paravam por aí. Segundo o *Diário de Montes Claros*, o governador:

> Comentou sobre os recursos que estão sendo carreados para seu plano de obras e o contado mantido no carro no percurso do aeroporto ao hotel com o prefeito Luiz Tadeu Leite, para começar a construir casas populares em Montes Claros. "Disse para ele que nos próximos dias, cruzarão os ares os aviões Búfalo para entregarem ao povo carente do

[294] Economista critica interesse pessoal contra o novo Estado. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 04 jun. 1986.
[295] Pressão separatista. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 22 jun. 1986.
[296] Cardoso: "nenhum irmão do Norte de Minas tem o direito de passar fome". **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 28 abr. 1987.

Norte de Minas alimentação gratuita, anunciou Cardoso.[297] (Grifos nossos)

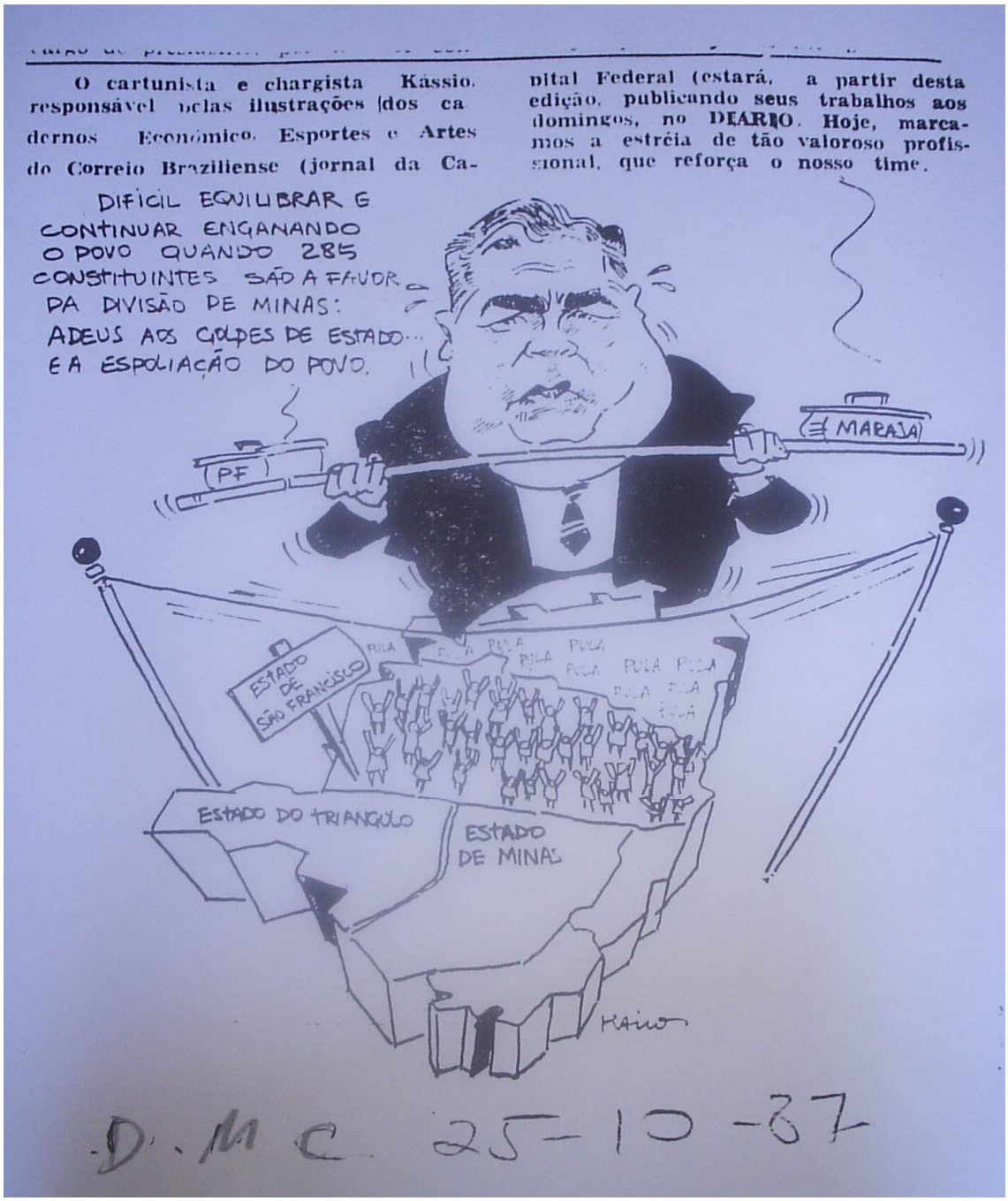


Figura 07: Diário de Montes Claros satiriza oposição de Newton Cardoso aos movimentos separatistas

[297] Cardoso: "nenhum irmão do Norte de Minas tem o direito de passar fome". **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 28 abr. 1987.

Quando questionado sobre o Estado de São Francisco, Newton Cardoso respondeu que "(...) fora informado pelo deputado estadual Carlos Pereira, frisando que quer chamar a 'atenção dos desavisados e dos impatriotas que se separa o bem, a riqueza, nunca a pobreza e as dificuldades. Não pode haver um movimento desses na hora em que o governo nasce e cresce sob a batuta do PMDB', queixou-se o governador." [298] Nessa mesma oportunidade, o governador teria dito também: "O Norte de Minas precisa é de verbas e muito amor."[299]

Esse episódio, além de revelar as medidas tomadas pelo Governo do Estado para combater o movimento separatista, mostra a divisão das lideranças regionais. Ao que tudo indica, Carlos Pereira, deputado estadual e líder do governo na Assembléia Legislativa, José da Conceição, deputado federal e secretário de Transportes do Estado, e Luiz Tadeu Leite, prefeito de Montes Claros, todos eles do PMDB, mesmo partido do governador, estavam entre os adversários do movimento separatista.

É possível que a hipótese aventada pelo **Diário de Montes Claros**, já em 1986, de que o início e a retomada de obras nas estradas da região, por parte do governo estadual, funcionassem como respostas ao movimento separatista, tenha se confirmado. Conforme dados da SUDENOR, entre 1987 e 1989, várias rodovias da região tiveram sua pavimentação concluída (ver quadro 05).

QUADRO 05
Principais rodovias pavimentadas na RMNe: 1980–1989

Rodovia	Trecho	Extensão (KM)	Conclusão
	M. Claros/Francisco Sá	52,0	1981
BR. 251	Francisco Sá/Vale das Cancelas	97,6	1989
	Vale das Cancelas/Salinas	59,5	1989
	Salinas/BR. 116 (*)	56,6	1989
BR. 122	Entroncamento BR. 251/Janaúba	102,0	1981
	Janaúba/Porteirinha/Mato Verde/Monte Azul/Espinosa/Divisa MG/BA	151,0	1989
BR. 135	Montes Claros/Januária	157,3	1987
MG. 202	BR. 135/Brasília de Minas	27,0	1987
MG. 401	Janaúba/Colônia do Jaíba	70,0	1987
MG. 402	Brasília de Minas/São Francisco	57,0	1989
MG. 404	Salinas/Taiobeiras	40,0	1982

Fonte: SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1990, p. 8.
(*) A extensão total do trecho é de 113,9 km, dos quais aproximadamente 50% estão concluídos.

[298] Cardoso: nenhum irmão do Norte de Minas tem o direito de passar fome. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 28 abr. 1987.
[299] **Jornal de Montes Claros**, Montes Claros, 2–3 maio 1987.

Consideramos significativo o número de rodovias pavimentadas no período simultâneo ao movimento. Assim, pode ser que a ameaça separatista tenha determinado ou, no mínimo, contribuído para a realização de investimentos na região, por parte do Estado e da União. A relação entre separatismo e obtenção de recursos públicos foi, segundo Herbert Martins, constante na trajetória do movimento autonomista do Triângulo, ao longo do século XX. O movimento de 1967–1969, por exemplo, teve como resultado a nomeação de Rondon Pacheco para governador de Minas Gerais e a implantação da Universidade Federal de Uberlândia. Desde 1918, as elites do Triangulo "(...) perceberam que a reivindicação autonomista resultava em ganhos para região (...)".[300] Rogata Longui faz raciocínio semelhante: "(...) a cada movimentação separatista, maiores concessões o governo estadual fazia à região, tentando apaziguar os ânimos. E, de certa forma, as campanhas separatistas, daí [1918–1920] em diante, se transformaram em um movimento de pressão sobre o governo estadual, canalizando ainda mais investimentos para a área." [301]

No caso do Norte de Minas, os ganhos com o separatismo, se for válida a relação com a pavimentação das estradas, foram bem menores do que os obtidos pelos líderes do Triângulo. Talvez a diferença se deva justamente a dimensão do movimento, ao risco real ou potencial que o mesmo oferecia.

Outra diferença entre os casos do Norte de Minas e do Triângulo é que não encontramos evidência que as elites da primeira região tenham "percebido" e utilizado a ameaça separatista como um instrumento de pressão e, mesmo se algumas lideranças o fizeram de forma isolada, esse não era, parece-nos seguro afirmar, um pensamento dos coordenadores do movimento.

É interessante notar também que, nos anos de 1986–1988, dois representantes da região tornaram-se secretários de Estado, fato raro na história do Norte de Minas. Mário Ribeiro, nomeado, como dissemos anteriormente, às vésperas do Fórum de Montes Claros, foi Secretário de Trabalho e Ação Social no Governo Hélio Garcia de 12 de maio de 1986 a 14 de março de 1987. José da Conceição dos Santos, deputado federal eleito pelo PMDB, foi Secretário de Transporte no Governo Newton Cardoso no ano de 1987[302], justamente no período de maior mobilização separatista.

---

[300] MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**. Op. cit., p. 218.
[301] LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. op. cit., p. 36.
[302] MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais** – período republicano (1889–1991). Op. cit.

Dessa forma, distribuindo cargos, cestas básicas e asfalto, o governo do Estado conseguiu dividir as lideranças regionais e, por conseqüência, enfraquecer o movimento pelo Estado de São Francisco.

Mas a divisão das lideranças não se devia apenas à ação do Palácio da Liberdade. Além das lideranças políticas, jornalistas e escritores da região manifestaram-se contrário ao Estado de São Francisco. Waldir de Pinho Veloso criticou o projeto, ressaltando a sua inviabilidade financeira:

> A pobreza seria fama estadual. Como símbolo do estado (aquele desenho que identifica a cidade, como a Torre de Paris, a estátua da Liberdade, o elevador Lacerda de Salvador, o Cristo carioca, os prédios paulistas e a igreja da Pampulha de BH) haveria um homem de roupas rasgadas e chapéu estendido. Triste estado.[303]

Já Ângelo Soares Neto, recorreu à mineiridade para condenar o separatismo. Para ele, "O Brasil, sem Minas, é um barco à deriva em pleno oceano porque Minas representa o equilíbrio, a força, a sensatez." Ao final do seu artigo, afirma, em letras maiúsculas:

> (...) DIVIDIR MINAS GERAIS É COMO SEPARAR JUSCELINO DE KUBSTICHECK, OLEGÁRIO DE MARIANO, DARCY DE RIBEIRO, SANTOS DE DUMONT, HENRIQUE DE LOTT, FERNANDO DE SABINO, MILTON DE NASCIMENTO, CYRO DE DOS ANJOS. (...)
> NASCI MINEIRO E QUERO MORRER MINEIRO[304]

Coerente com o seu louvor à mineiridade, Ângelo Soares Neto reúne, nessa lista, figuras de destaque no plano estadual e norte-mineiros de renome como o escritor Cyro dos Anjos e o Senador Darcy Ribeiro, explorando a imagem de um Norte de Minas integrado e inseparável do restante do Estado, união demonstrada pelos seus representantes mais conhecidos.

Outro artigo crítico é o de Geraldo Tito Silveira. Entre outros problemas, ele destaca o alto custo que a formação de novos estados acarretaria ao erário nacional. Além disso, acusa Expedicto Mendonça de colocar seus interesses pessoais acima de qualquer outra consideração. Para Tito Silveira, o plano de Mendonça era se tornar

---

[303] VELOSO, Waldir de Pinho. O Estado de São Francisco "de Assis". **O Jornal de Montes Claros**, 06 jul. 1986.
[304] SOARES NETO, Ângelo. Alto lá! Minas Gerais ninguém divide. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 27 set. 1987.

governador do novo Estado.[305] A mineiridade e a pobreza aparecem, também, na crítica de Olynto da Silveira, que repete o chavão preferido dos anti-separatistas: "Nasci mineiro, e mineiro quero morrer." [306]

De certa forma, os artigos citados representam, razoavelmente, a síntese dos principais argumentos anti-separatistas: o futuro estado seria inviável economicamente, tornar-se-ia um "Piauí do Sul"[307], reconhecido pela pobreza; Expedicto Mendonça seria muito vaidoso e suas pretensões não representariam o desejo da população regional; o compartilhar da mineiridade tornava impensável qualquer ação separatatista.

Apesar da força desses argumentos, no caso do Norte de Minas, como vimos, o mais decisivo elemento desagregador foram as intervenções do Palácio da Liberdade em parceria com setores da elite regional. A derrota do projeto foi inevitável. A queda de braço com o governo de Minas era desigual. Assim, conjugando a distribuição de cargos, as pressões nos bastidores, o *lobby* junto aos constituintes e obras na região, o governo estadual tinha condições de frustrar qualquer projeto separatista.

Embora não ignoremos que parte dos opositores ao projeto São Francisco tenham tomado essa posição por convicção e tenham utilizado os argumentos da mineiridade por concordar com a mesma, por compartilhá-la, o que nos parece evidente é que as marcas da conduta das lideranças regionais e do Governador Newton Cardoso, ao longo do movimento, sejam o paternalismo ("o norte de Minas precisa é de amor"), o assistencialismo (distribuição de cestas básicas), o empreguismo-oportunismo e a barganha.

As lideranças políticas mais expressivas da região, como o prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite (PMDB), o deputado federal José da Conceição (PMDB) e o deputado Carlos Pereira (PMDB), como vimos, não aderiram à causa separatista. Humberto Souto, deputado federal pelo PFL, embora tenha assinado a emenda constitucional, mostrou-se pouco comprometido com a mesma.

Como vimos, o movimento contava com o apoio "velado" de algumas prefeituras, cujos chefes executivos, certamente, temiam represálias do governo estadual. A AMAMS, associação dos prefeitos, deu um apoio discreto ao movimento. O relatório de atividades de 1987 informa que não tinha o apoio de nenhum partido

---

[305] SILVEIRA, Geraldo Tito. Estado de São Francisco. **Jornal do Norte**. Montes Claros, 01 out. 1987.
[306] SILVEIRA, Olynto da. Novo Estado: sonho ou pesadelo? **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 20 mar. 1986.
[307] Expressão de Genival Tourinho. Cf. Uma utopia chamada São Francisco. **ISTO-É Minas**. Belo Horizonte, junho de 1986, p. 7.

político de forma oficial, mas "Estão trabalhando no comitê elementos apolíticos e dos vários Partidos: PMDB, PFL, PDT, PT, PDS e simpatizantes de outros Partidos." [308]

A posição dos empresários e ruralistas foi mais complexa. No Fórum de 1986 e no comitê de coordenação do movimento, em 1987 havia "representantes" da ACI e Sociedade Rural. O relatório do comitê, em maio de 1987, informa que o movimento tinha como "entidades engajadas" a FUNM, a ACI, a OAB, a Sociedade Rural e a Coopagro. Entretanto, no final do mesmo documento, os coordenadores deixam implícita a falta de recursos e de maior empenho dos empresários, ao afirmar: "O movimento atingiu Estágio que necessita coordenadoria mais estruturada como é o caso da ACI, pois o Apoio Político e Empresarial são imprescindíveis para a Vitória Final."[309]

Por outro lado, há indícios de que, agindo de forma isolada e não pública, os empresários tenham apoiado o movimento. A primeira observação importante nesse aspecto é que, segundo o jornal **Diário de Montes Claros**[310]**,** havia um escritório montado em Brasília, sob coordenação de Expedicto Mendonça para fazer as articulações junto aos constituintes, o que indica custos elevados. Segundo Mendonça, em texto publicado em forma de balanço das atividades, o movimento contou, entre outros, com o apoio do empresário Alberto Paculdino (Têxtil Paculdino).[311] Walduc Vanderley, empresário da construção civil, também apoiou o movimento[312] e Arlen Santiago, diretor-proprietário do **Diário de Montes Claros**, engajou-se de forma pública. Outros empresários também contribuíram financeiramente. Nos documentos do movimento, há registro de doações de empresas como a Monvep (revendedora da Wolksvagem), Crevac (revendedora da Ford), Autonorte (revendedora da Chevrolet), Coopagro, Agropecuária Polígono (de propriedade de Alfredo Dolabela) e Companhia de Tecidos Santa Bárbara.[313] Por fim, lembramos que a emenda popular foi assinada pela Coopagro, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Montes Claros e pelo Sindicato dos Médicos de Montes Claros.

---

[308] Movimento Pró-Estado de São Francisco. Relatório de Atividades do Comitê de Montes Claros no período de 20-03-1987 a 07-05-1987.
[309] Movimento Pró-Estado de São Francisco. Relatório de Atividades do Comitê de Montes Claros no período de 20-03-1987 a 07-05-1987.
[310] Cardoso faz festa com "chapéu alheio". **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 28 mar 1987.
[311] MENDONÇA, Expedicto. Movimento Pró-Estado de São Francisco em 1987. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 06 jan. 1988.
[312] Grupo empresarial assumiu o movimento pró-São Francisco. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 07 maio 1986.
[313] Movimento Pró-Estado de São Francisco. Documentos avulsos.

Dessa forma, se não houve um apoio explícito das entidades mais importantes, como fez a ACI no movimento pelo Estado de Cabrália, em 1967–1968, a mobilização pelo Estado de São Francisco não se fez sem o apoio empresarial. Talvez a expressão "apoio velado", utilizada pelo comitê organizador para definir a posição das prefeituras que apoiavam o movimento, possa ser aplicada à conduta dos empresários. Vale ressaltar, ainda, que, como apontamos anteriormente, o conjunto de idéias e diretrizes do projeto separatista era compatível com o pensamento e as demandas da elite regional, cuja organização e mobilização vinha desde a década de 1950, com vimos no capítulo 1.

Qual o pensamento da população em geral acerca do Estado de São Francisco? É difícil, se não impossível, uma resposta segura. Para os organizadores do movimento, não havia dúvidas quanto ao apoio popular e as 47 mil assinaturas obtidas seria uma prova disso.[314] De fato, o número de assinaturas é pelo menos um indício de adesão popular.

Porém, o movimento parecia distante das organizações representativas dos trabalhadores. Embora o relatório do comitê registre que contava com o apoio de lideranças sindicais e de "elementos de vários partidos", entre eles, do PT, ao que tudo indica, sequer foram estabelecidos contatos com entidades sindicais com esse intuito.

É significativo que, enquanto acadêmicos e lideranças políticas discutiam o Estado de São Francisco no primeiro dia do Fórum de 1986, os professores da rede estadual, em greve, faziam manifestação pelas ruas da cidade. Sabendo da realização do evento e da possível presença de representantes do governo estadual, os grevistas, mobilizados pela Associação dos Professores do Norte de Minas – APNORTE – dirigiram-se ao Automóvel Clube e, com cartazes e faixas reivindicando reajuste salarial, "assistiram" à apresentação da palestra do Professor Simeão Ribeiro. Ao notarem a ausência de representantes do alto escalão do governo, os grevistas retiraram-se e prosseguiram seu movimento[315], episódio que ilustra como os dois movimentos, o separatista e o grevista, estavam distantes. Em entrevista ao **Jornal do Norte**, a professora Leda Clementino, presidente da APNORTE, comentou acerca da defasagem salarial que atingia a categoria e das dificuldades de negociação com o governo que sequer aceitava receber os líderes sindicais. Quanto ao Estado de São Francisco, Leda Clementino foi pessimista: "Como vão ficar os trabalhadores do ensino num Estado que

[314] MENDONÇA, Expedicto. Movimento Pró-Estado de São Francisco em 1987. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 06 jan. 1988.
[315] **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 23 maio 1986.

já nasce pobre?"[316]. Certamente a professora Leda ainda não tivera contato com os escritos de Alfredo Dolabela quanto à viabilidade do novo Estado ou, então, tomara conhecimento, mas não ficara convencida. Em qualquer das duas hipóteses, os indícios são de que os trabalhadores organizados pareciam alheios ao movimento separatista.

Em 1989, um ano após o revés em Brasília, a FADEC realizou uma pesquisa junto às lideranças políticas e empresariais com questões relativas aos temas "relação entre redivisão territorial e desenvolvimento" e a "viabilidade do Estado de São Francisco". Tivemos acesso às respostas de 12 entrevistados.

Os entrevistados dividiram-se ao responder se a criação de unidades menores facilitaria o desenvolvimento econômico. Quando inquiridos sobre a viabilidade do Estado de São Francisco, o resultado foi desfavorável. Quatro entrevistados julgaram o Estado viável, cinco avaliaram como inviável e 03 recusaram-se a dar uma resposta precisa. Entre os que disseram ser o Estado inviável, estava o presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, Vadiolano Moreira de Oliveira, o vice-prefeito de Montes Claros, Pedro Narciso, e o fazendeiro e ex-prefeito, Antônio Lafetá Rebelo. As justificativas de Pedro Narciso e Vadiolano Moreira são paradigmáticas: "separar áreas mais ricas das mais pobres é dividir pobreza" e "seríamos o mais pobre estado da federação. Seríamos governados por esses políticos que estão aí. Não tem nenhum mérito. O povo norte-mineiro merece um futuro melhor". Entre os que não deram resposta, estavam o prefeito de Montes Claros, Mário Ribeiro, e o ex-prefeito, Luiz Tadeu Leite. O primeiro disse que, antes de discutir a idéia separatista, dever-se-ia estruturar melhor a região que, naquele momento, era muito pobre para constituir um novo estado. Já o segundo, disse que, embora fosse favorável à criação do novo Estado, considerava que as chances de consegui-lo eram mínimas. Entre os que afirmavam ser viável o São Francisco, incluía-se o empresário Luiz de Paula Ferreira, sócio da Coteminas. A resposta de Ferreira, embora afirmativa, é hesitante. Primeiro, ele diz que, "no caso de MG a fragmentação seria prejudicial" e, depois, afirma que considera viável o novo estado, com uma ressalva final: "considero possível, porém no futuro"[317].

Essa pesquisa não permite maiores inferências. Porém, ela indica, pelo menos, que as principais lideranças políticas e empresariais de Montes Claros tinham outras preocupações prioritárias naquele momento.

---

[316] Professora teme Estado pobre. **Jornal do Norte**, Montes Claros 23 maio 1986.
[317] FUNM/FADEC. Questionários de Pesquisa junto às lideranças políticas e empresariais da região. 1989.

Derrotado em 1987, o separatismo ressurgiu, como movimento organizado, 13 anos depois.

2.4 – O Estado de Minas do Norte

Entre o fim de um movimento e o surgimento de outro, em 2000, o professor Alfredo Dolabela se esforçou orientando monografias[318] e escrevendo artigos e panfletos, para que o assunto não desaparecesse por completo da imprensa e do meio político local e regional.

Em 1995, o **Jornal do Norte** fez uma longa matéria sobre o Estado de São Francisco, entrevistando Dolabela e Simeão Ribeiro e reproduzindo um resumo do livro de João Antônio de Barros Lima[319].

Em 1997, Alfredo Dolabela escreveu, entre outros, um artigo denominado "Falta um Estado no litoral brasileiro". O texto reclama a criação do Estado de São Francisco, com base na divisão territorial que estabeleceu a Capitania de Porto Seguro, em 1534. Além de procurar manter a chama do separatismo acesa em Montes Claros, o autor sabia da importância de fazer o mesmo nos municípios baianos "interessados no assunto", por isso enviou o artigo para os prefeitos dos municípios de Caravelas, Porto Seguro, Medeiros Neto, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Mucuri, Itamaraju e Ilhéus.[320]

Prosseguindo na sua luta quase solitária, Alfredo Dolabela reuniu, em 1998, os seus artigos e dados estatísticos no livro **Por que o Estado de São Francisco**: **uma sucinta análise histórica, socioeconômica e geográfica do polêmico tema**. Semelhantemente ao que fizera com o artigo anteriormente citado, o autor esforçou-se para fazer o livro chegar às mãos de lideranças políticas e empresariais da região.

---

[318] Cf. GONÇALVES NETA, Anália. **Novos caminhos para o Estado de São Francisco**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – FADEC, Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, Montes Claros, 1989; SILVA, Marcus Danilo Ataíde. **O Estado de São Francisco no ranking dos demais estados brasileiros**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), FADEC, Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, Montes Claros, 1989; CRUZ JÚNIOR, Hélio Pinheiro da. **O Estado de São Francisco, elevação de Montes Claros a Capital como fator de desenvolvimento do Norte de Minas**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), FADEC, Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, Montes Claros, 1986 e OLIVEIRA, Lílian Salete da Mata. "**Norte de Minas"**: o ponto de encontro dos dois "Brasis". Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 1996.

[319] Estado de São Francisco continua sendo a alternativa para o Norte? **Jornal do Norte**, Montes Claros, 21–22 jan. 1995, p.4–5.

[320] Conforme correspondências diversas expedidas pelo professor Alfredo Dolabela a esses municípios.

No ano 2000, um problema recorrente no Norte de Minas voltou à cena. A BR 135, que liga Montes Claros a Belo Horizonte, estava em estado crítico. Embora já fosse uma rodovia federal, foi citada como um símbolo do descaso dos governos estadual e federal em relação aos norte-mineiros. Ao longo do ano, matérias diversas foram publicadas nos jornais locais abordando o tema "o Estado de São Francisco". A idéia de se criar um movimento organizado ganhou força no final do ano, quando a Câmara Municipal de Montes Claros, o prefeito Jairo Ataíde e a AMAMS começaram a declarar, em público, seu apoio ostensivo ao projeto separatista. Mais uma vez, João Antônio de Barros Lima, Alfredo Dolabela e Expedicto Mendonça foram bastante ativos no movimento. Entretanto, diferentemente de 1987, nessa ocasião o engajamento inicial de lideranças político-partidárias expressivas foi muito maior.

A conjuntura política, em 2000, era, aparentemente, muito mais favorável ao projeto separatista do que em 1987. Em 1987, havia uma convivência política harmônica entre o prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, o governador Newton Cardoso e o presidente José Sarney, o que, muito possivelmente, dificultara tanto a organização do movimento no plano regional quanto a aprovação do projeto no Congresso.

Em 2000, a situação era bem diferente. O governador Itamar Franco havia derrotado uma grande aliança PSDB–PFL que tentava reeleger o governador Eduardo Azeredo, com o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso. No Norte de Minas, os prefeitos municipais, como, de resto, em todo o Estado, haviam sofrido uma forte pressão do governo Azeredo para aderirem à sua campanha. Em Montes Claros, a candidatura Itamar–Newton Cardoso havia sido apoiada apenas pelo grupo do ex-prefeito Luiz Tadeu Leite. Assim, o governo Itamar contava com forte oposição em Montes Claros, capitaneada pelo prefeito Jairo Ataíde. No plano federal, Itamar havia se colocado como oposição direta ao Palácio do Planalto, tentando fazer do seu governo, em Minas, um trampolim para voltar à presidência.

Dessa forma, o maior obstáculo a todos os movimentos separatistas, o governo estadual, estava politicamente fragilizado em 2000–2002. Itamar Franco, dificilmente, teria a força que teve Newton Cardoso no Congresso de 1987 e, no plano regional, as principais lideranças lhe eram hostis.

No dia 15 de janeiro de 2001, após intensa divulgação pela imprensa, foi lançado o movimento pelo Estado de São Francisco, em reunião no Plenário da Câmara Municipal de Montes Claros.

O grau de envolvimento das lideranças políticas e empresariais da região foi muito mais elevado do que em 1987, o que fica mais bem evidenciado na composição das "Coordenadorias Provisórias" do movimento:

Coordenação-Geral

Jairo Ataíde Vieira - Prefeito de Montes Claros - MG

Coordenação Política

Jairo Ataide Vieira - Prefeito de Montes Claros - MG
Ronaldo Mota Dias - Presidente da AMAMS e Prefeito de São João da Lagoa - MG
Vereador Paulo José Guedes - Presidente da AVAMS
Vereador Sebastião Pimenta - Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Coordenadoria Administrativa

Carlos Eduardo A . Pereira - Sec. Mun. Ind. Com. Turismo de Montes Claros
Iran Rêgo - Lojas Maçônicas
Roberto Mauro Amaral - SUDENE
Alexandre Pires Ramos - ACI

Coordenação de Estudos Socioeconômico e Legal

Professor Alfredo Dolabela Portella Filho - Idealizador do movimento
Cel. João de Barros Lima - Idealizador do movimento
Jornalista Expedicto Mendonça - Idealizador do movimento

Coordenadoria Financeira

Omir Antunes - Empresário e suplente de Senador por MG
Eduardo Avelino Pereira - Sec. Mun. de Saúde de Montes Claros
Elbe Brandão - Deputada Estadual por MG

Coordenadoria de Informação e Marketing

Mário Ribeiro Filho ("Ucho") - Vice-Prefeito de Montes Claros
Jornalista Márcio Antunes - MG Norte Propaganda
Rubens A . Pereira - Analista de Sistema e Informação
Jornalista Juarez Campos - Comunicação Social da Prefeitura de Montes Claros
Dirceu Veloso - Assessor de Relações Públicas da Prefeitura de Montes Claros
Jornalista Aldeci Xavier - Presidente da Assoc. Profis. da Imprensa de Montes Claros[321]

[321] VELOSO, Dirceu (Org.). **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001, p.3.

Utilizando-se dos conflitos Itamar Franco x Fernando Henrique Cardoso, o movimento foi auxiliado por parlamentares do PSDB e do PTB. A pedido da deputada Elbe Brandão e de outras lideranças regionais, o deputado federal Romeu Queiroz (PTB-MG), sem nenhuma base eleitoral na região, comprometeu-se a pedir o desarquivamento do projeto do Estado de São Francisco no Congresso Nacional.

Enquanto as articulações políticas aconteciam, os intelectuais do movimento, Dolabela, Mendonça e Barros de Lima (Simeão Ribeiro já havia falecido), inundavam os jornais de artigos. Nestes, além das já citadas alegações das raízes antigas do movimento, do quadro de abandono da região e de velhas propostas, como a ferrovia Trans-São Francisco, novos elementos surgiam. Enquanto Alfredo Dolabela insistia em seus argumentos "técnicos", Expedicto Mendonça e Barros Lima apelavam para a história, para a emoção, e até para Deus, para justificar o movimento. Em um artigo de fevereiro de 2001, Mendonça faz uma comparação entre a luta separatista e a saga de Moisés no Egito. O título já dava o tom do que vinha pela frente: "O Estado de São Francisco: fim do cativeiro no Egito". "O Estado de São Francisco", diz o autor, "é o caminho de Deus para o povo do Gerais com promessa de alegria em vez de tristeza, liberdade em vez de cativeiro". O mundo egípcio era outro, admite o autor, mas "o quadro de exclusão, de pobreza, de miséria do Egito dos faraós equipara à situação do Norte de Minas de hoje. Mais parece um campo de refugiados". Ao término, o autor faz um apelo:

> Vamos sair da escravidão do Egito onde temos que mandar nossos impostos e recursos para melhorar ainda mais as regiões ricas e industrializadas do Estado, e finalmente cruzar o Jordão para conquistar o nosso Estado de São Francisco. E, como disse o Senhor a Moisés, Ele também nos diz: "Não temas, nem te desalentes, eu serei contigo; não te deixarei só nesta caminhada, nem te desampararei.
>
> Já podemos cantar o hino da vitória.[322]

A Coordenação de Informação e Marketing do Movimento realizou uma pesquisa para averiguar o grau de adesão dos montes-clarenses ao projeto separatista. Foram ouvidas 5.012 pessoas durante a Festa Nacional do Pequi, realizada na cidade no início de fevereiro de 2001. Os pesquisadores colocaram um *stand* no Parque de Exposições de Montes Claros, local da festa, em que realizaram as entrevistas. Para

[322] MENDONÇA. O Estado de São Francisco: fim do cativeiro no Egito. **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 22 fev. 2001, p. 2.

votar, a pessoa deveria se dirigir ao *stand* e preencher uma cédula em que constavam três perguntas: 1) Você é a favor ou contra transformar nossa região em um novo Estado? ( ) A Favor, ( ) Contra, ( ) Não Sei; 2) Por quê?; 3) Que nome você sugere para o novo Estado? ( ) Cabrália, ( ) Minas ao Norte, ( ) Grande Minas, ( ) São Francisco, ( ) Outro nome_____.

Entre as lideranças que compareceram ao *stand* e foram fotografadas "votando", estavam o prefeito Jairo Ataide e o ministro do Tribunal de Contas da União e ex-deputado Humberto Souto. Essas e outras lideranças permaneceram no local de coleta, durante a pesquisa, o que nos leva a imaginar o grau de influência que elas exerceram sobre os votantes. Como afirma Dolabela, "as pessoas que passavam próximo ao *stand* eram convidadas pelos atendentes a emitir opiniões na cédula e depositá-la na urna." [323]

Mesmo sem análise estatística rigorosa, podemos afirmar que a pesquisa, pela maneira como foi realizada, não apresenta dados muito confiáveis.

Dos entrevistados, 67,3% foram favoráveis; 28,5%, contrários, e 4,2% não opinaram. As razões mais apontadas para a separação foram, pela ordem: "Investimento financeiro do governo federal"– 19%, "Melhor distribuição de renda" – 14%, "Mais empregos" – 12% , "Industrialização da região" – 11%, "Combate efetivo à seca" – 10% e "Valorização da Cultura e das artes da Região" – 2% dos votos.

Entre os contrários, 23% alegaram que não queriam deixar de "ser mineiros", 21% disseram não ter informações suficientes sobre o assunto, 16% afirmaram haver outras prioridades e 13% acreditavam que a pobreza iria se agravar.

Quanto ao nome do futuro Estado, 44,6 % escolheram "São Francisco"; 30,6%, "Grande Minas", e 11,2%, Minas ao Norte. [324]

Talvez a melhor interpretação da reação popular ao movimento tenha sido feita pelo jornalista Carlos Lindemberg. O assunto "Estado de São Francisco", diz

---

[323] PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**: Fundamentos econômicos, políticos e geográficos que justificam a emancipação da região. Montes Claros, 2001, p. 14–19.

[324] Maioria da população apóia novo Estado. **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 3 mar. 2001, p. 3. Há controvérsias quanto ao resultado da pesquisa referente ao item "nome do Estado". Conforme matéria do Jornal de Notícias, "Grande Minas" obteve 30,6% dos votos e "Minas ao Norte", 11,2%. Já a Coletânea de Informações Novo Estado, apresenta dados invertidos e uma ligeira modificação nos nomes: "Minas do Norte" teria tido 30,6% dos votos e "Grande Minas", 11,2%. Há outro desencontro de informações: segundo a Coletânea, a pesquisa foi realizada durante a Exposição Agropecuária dos dias 04 a 09 de julho de 2001. Entretanto, os dados apresentados pela Coletânea são idênticos aos apresentados pelo **Jornal de Notícias**, em março de 2001. Como os dois eventos, Festa do Pequi e Exposição, ocorreram no mesmo local, Parque de Exposições João Alencar Athayde, é possível que o organizador da **Coletânea** tenha se confundido. Outra hipótese é a de que tenha sido feita uma segunda pesquisa em julho e que a **Coletânea** tenha colocado, por equívoco, os dados da primeira.

Lindemberg, "está nas rodas de políticos, nas conversas de rua e nos debates parlamentares por toda a cidade, para não dizer por toda a região. Ainda não chegou ao povão, muito mais preocupado com a sua sobrevivência diária do que propriamente se está em Minas ou num novo estado da federação"[325].

Se o apoio dos trabalhadores não existia ou era duvidoso, o comprometimento das elites era evidente. Uma análise dos nomes que integraram a Coordenação do movimento não deixa dúvida a esse respeito. Jairo Ataíde, prefeito de Montes Claros e coordenador geral do movimento, era a maior liderança política da região no momento. Ocupou cargos importantes na ACI e na Sociedade Rural e foi presidente da Coopagro por muitos anos, ao longo da década de 1980. Vale salientar também a presença das principais instituições políticas e de classe da região, como AMAMS, AVAMS, Câmara Municipal de Montes Claros, ACI, Lojas Maçônicas e SUDENE.

Aparentemente, poucas pessoas fizeram uma crítica/análise mais aprofundada do movimento separatista. Os vereadores do PT em Montes Claros, Sued Botelho e Aldair Fagundes, que faziam oposição ao prefeito Jairo Ataíde, tiveram posição cautelosa frente ao projeto, evitando, ao que parece, tanto o engajamento quanto uma crítica frontal.[326]

Quem tentou avançar mais na crítica foi o advogado, filiado ao Partido dos Trabalhadores, João Avelino Neto. Ainda no mês de janeiro de 2001, quando o movimento foi lançado, João Avelino distribuiu para a imprensa a seguinte carta-denúncia:

> MINAS TÊM MAIS DE UMA, MAS É INDIVISÍVEL
>
> Nos idos do final de 1980, ocorreu uma campanha separatista no Norte de Minas. Pregavam um Estado com terras mineiras e baianas.
>
> Agora, mais de uma década depois, retoma o movimento, sem envolver a Bahia.
>
> Tanto antes como agora, os mentores políticos da separação são do PFL e aliados.
>
> Tanto ontem como hoje, estão fora do Governo Mineiro.
>
> Mas, antes de tudo, é um movimento elitista, conservador e reacionário.
>
> São os mesmos que dominam e sugam o norte mineiro desde as Capitanias Hereditárias.

[325] **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 21 jan. 2001, p.2.
[326] Ponta pé inicial. **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 17 jan. 2001 e Qual sua opinião sobre a criação do estado Minas do Norte? **O norte**, Montes Claros, 29 jan. 20904, p. 3.

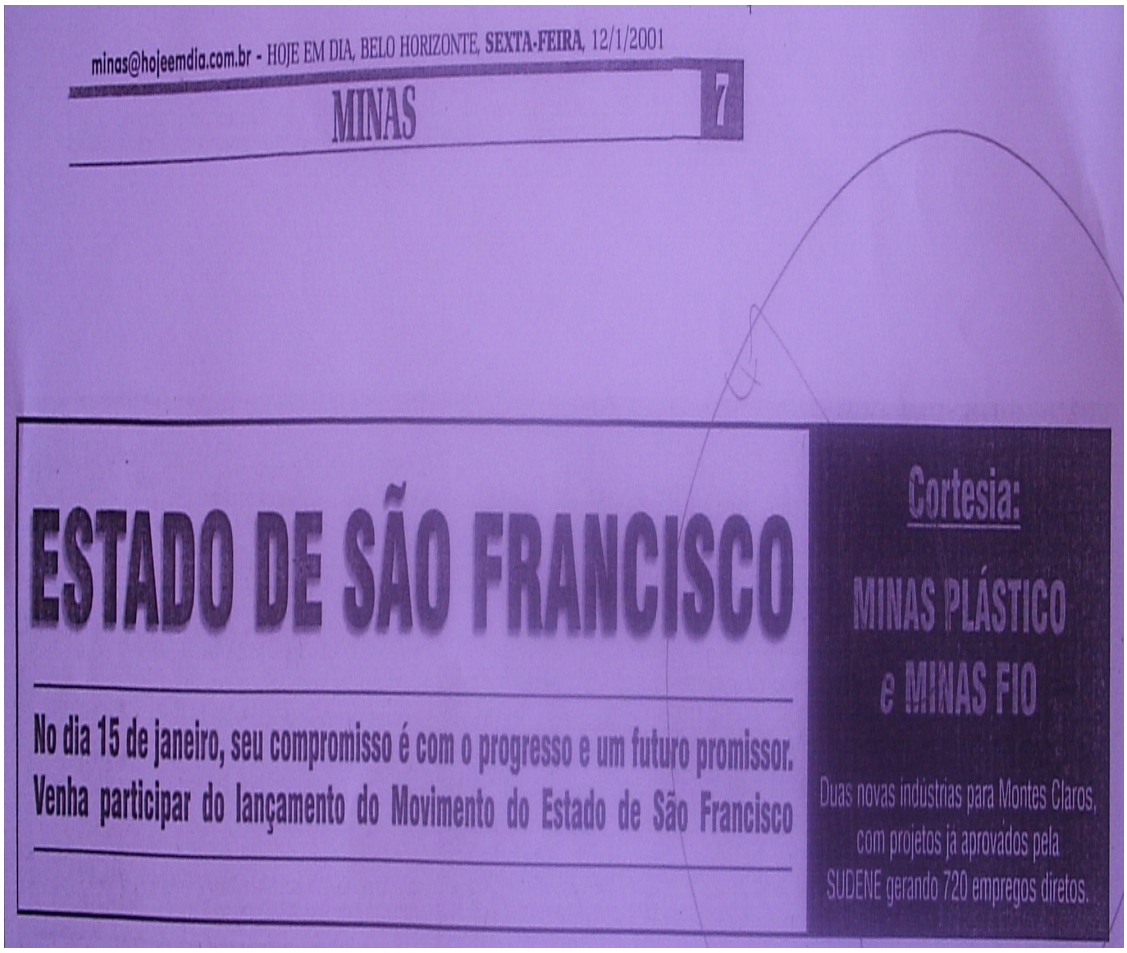
> Buscam, não a emancipação política e social da gente do Norte das Gerais, mas a ampliação do mando e as vantagens de um Estado.
>
> É, ainda, uma forma de desviar a atenção de questões fundamentais da estrutura política e administrativa do Brasil, tais como o PRINCÍPIO FEDERATIVO, a exclusão social, as dívidas interna e externa, a reforma agrária, a reforma urbana; quando se avizinham às eleições de 2002, estaduais e federais, com fumaça de vitória das forças progressistas.
>
> Nossa elite conservadora não brinca em serviço. A plebe e seus aliados precisam ficar atentos. "Santo quando vê muita esmola desconfia."
>
> Minas são várias: sertões, veredas, matas; buriti, pequi, cagaita, carambola, jatobá; onça, tatu, quati; joão de barro, saracura, sabiá; cerrados e montanhas.
>
> MAS É INDIVISÍVEL
>
> Montes Claros, janeiro de 2001
>
> João Avelino Neto
> Advogado e cidadão[327]

A análise-panfleto de João Avelino é lúcida quanto à percepção dos interesses e das classes que comandavam o movimento, bem como quanto à conjuntura política em que o mesmo se inseria. No entanto, sua visão mostra-se presa fácil de duas armadilhas sutis que existem no debate da "questão regional". A primeira é que, implicitamente, o autor parece compartilhar da idéia segundo a qual há "norte de Minas" e "norte-mineiros" desde as capitanias hereditárias, elemento-chave da argumentação regionalista-separatista a qual ele se propõe a criticar. A segunda armadilha é combater o separatismo apelando para o discurso da mineiridade: no afã de denunciar a natureza conservadora e elitizada do movimento, João Avelino recorre ao mito da "indivisibilidade de Minas", compreendendo Minas Gerais como uma entidade, algo maior que paira sobre e independentemente das classes sociais existentes no Estado. Ora, evidentemente, tanto há relações de exploração no Norte de Minas como no Estado como um todo.

Verificamos que a mineiridade era compartilhada na região e funcionava como obstáculo ao separatismo. Além da carta de João Avelino, salientamos que 23% dos entrevistados na pesquisa de 2001 votaram contra o novo Estado, sob o argumento de

[327] Carta de autoria do advogado João Avelino Neto. Arquivo particular do professor Alfredo Dolabela. O documento repercutiu na imprensa belo-horizontina por meio do jornal **Hoje em Dia** (Belo Horizonte), na edição de 31 jan. 2001, p. 4.

que “não queriam deixar de ser mineiros”. E, ironicamente, a campanha de divulgação do separatismo nessa oportunidade tinha como um dos seus patrocinadores uma empresa denominada “Minas Plástico e Minas Fio” (figura 08)


minas@hojeemdia.com.br - HOJE EM DIA, BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 12/1/2001

MINAS 7

ESTADO DE SÃO FRANCISCO

No dia 15 de janeiro, seu compromisso é com o progresso e um futuro promissor. Venha participar do lançamento do Movimento do Estado de São Francisco

Cortesia:

MINAS PLÁSTICO e MINAS FIO

Duas novas indústrias para Montes Claros, com projetos já aprovados pela SUDENE gerando 720 empregos diretos.

Figura 08: Divulgação do movimento separatista de 2000–2002

Entretanto, não foi do plano regional nem das "esquerdas" que partiram as mais enérgicas oposições ao projeto separatista. Mais uma vez, o maior obstáculo foi o governo estadual. Newton Cardoso era o vice-governador, mas novamente desempenhou um papel central na desarticulação do movimento. Cardoso era conhecido, desde o seu mandato em 1987–1990, como o "Governador do Norte de Minas". Quando de sua visita a Montes Claros, o governador Itamar Franco, dentro do cronograma do "Governo Itinerante", desvencilhou-se dos prefeitos, sob o argumento de que havia "nomeado" o seu vice como o "governador da região" e, portanto, a ele deveriam ser dirigidas as reivindicações.

Em Montes Claros, a ofensiva anti-separatismo foi liderada pelo ex-prefeito e, àquela época, deputado estadual, Luiz Tadeu Leite, correligionário de Itamar Franco e Newton Cardoso, e pela SUDENOR, órgão do governo estadual sediado no município. Os que hoje defendem a separação "são os mesmos oportunistas e demagogos que, no governo Azeredo, eram totalmente contrários à idéia", diz Tadeu Leite. Para ele, o separatismo era uma forma de enfraquecer a candidatura de Itamar à presidência da República e, além de oportunista, o movimento agrediria a "mineiridade": "Não devemos dividir Minas Gerais, pois este sentimento é forte demais".[328] Em verdade, é difícil saber, nesse debate, quem era mais oportunista e quem era mais habilidoso nos apelos à mineiridade, ou à "nordestinidade", ou à "norte-mineiridade".

Mais importantes do que discursos enérgicos, foram as verbas e projetos liberados para as prefeituras da região, paralelamente à mobilização regionalista. Em março de 2001, Newton Cardoso reuniu diversos prefeitos em Bocaiúva, cidade-sede de uma das microrregiões do Norte de Minas e comunicou a liberação de 93 milhões de reais para o Programa PAPP II na região. Em 2002, Cardoso esteve em Montes Claros para visitar as instalações onde funcionaria o FLOREVALE, ambicioso projeto que visava criar um Pólo Moveleiro no Norte de Minas, com apoio de recursos estaduais e federais[329].

A força desmobilizadora do governo estadual, bem como os limites do movimento e a persistência dos seus idealizadores, é melhor expressa no trecho de uma correspondência de Alfredo Dolabela para o compositor Téo Azevedo, em setembro de 2001:

> Infelizmente o movimento pela emancipação do Estado está completamente estagnado. Bastou o Vice Governador oferecer umas Cestas Básicas e quase totalidade dos políticos mudou de opinião.
>
> Quando vier a Montes Claros, não deixe de me procurar pessoalmente, eu não desisto. (...) Alfredo Dolabela Portella Filho.[330]

Os motivos alegados para a criação do novo Estado eram semelhantes aos apresentados no movimento de 1987–1988: região abandonada, indicadores sociais e econômicos ruins e falta de identidade histórica, cultural e econômica com Minas

---

[328] Tadeu Leite: movimento é demagógico e oportunista. **Jornal do Norte**, Montes Claros, 01 fev. 2001, p. 6. A resistência da SUDENOR pode ser vista em "Sudenor adverte sobre criação do novo estado". **Hoje em Dia**. Belo Horizonte, 12 jan. 2001, **Jornal do Norte**, Montes Claros, 03–04 mar. 2001, p. 3.

[329] Vice anuncia R$ 93 mi para região. **Jornal de Notícias**, 10 mar. 2001, p. 3 e **Jornal de Divulgação do Projeto Florevale**, agosto de 2002.

[330] Correspondência entre Alfredo Dolabela e Téo Azevedo, datada de 05 de setembro de 2001.

Gerais. Esse último ponto é particularmente interessante e merece um exame mais cuidadoso.

Retomando as bases lançadas pelos movimentos Cabrália e São Francisco, os separatistas, em 2000–2002, buscaram, na história, elementos justificadores do novo Estado, afirmando uma pretensa "unidade baianeira" (Norte de Minas + Sul da Bahia) que remontaria aos primórdios da colonização. Essa busca pelas raízes antigas não era de todo artificial. Existem, de fato, alguns elementos que, "lapidados", convenientemente reinterpretados, permitiam a construção desse passado longínquo da "região". E qual era a razão dessa insistente afirmação de uma antiguidade? O passado legitima, observa Eric Hobsbawm. Provar uma ancestralidade é sempre um argumento poderoso para justificar pretensões nacionalistas (e regionalistas, diríamos). "O 'passado social formalizado' é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente. Tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente"[331].

No caso em estudo, nossa hipótese é que a "unidade baianeira" e o caráter nordestino da região é uma *tradição inventada* a partir do ano de 1959, quando se tornou conveniente, do ponto de vista político e econômico, "ser nordeste", em virtude das possibilidades de investimentos que a SUDENE anunciava. A mobilização das elites regionais entre 1959 e 1963 foi o momento inicial desse processo. A "conquista da SUDENE" ajudaria a selar, institucionalmente, a "nordestinidade". O regionalismo separatista renasceu nos anos 80 e, como vimos, assentava-se em uma bem articulada base teórico-histórica, construída pelos intelectuais Alfredo Dolabela, Expedicto Mendonça, Simeão Ribeiro e João Antônio de Barros Lima. Nessa ocasião, a batalha travada pelo Estado de São Francisco levou às últimas conseqüências a afirmação da natureza "nordestina"/"baiana", como vimos no agressivo discurso de Expedicto Mendonça, no Congresso Nacional, em 1987.

As tradições inventadas, ensina Hobsbawm, são

> um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.[332]

[331] HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 23.
[332] HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

Com um passado devidamente recortado, os líderes do movimento regionalista invocavam/apelavam para o tribunal da história, onde, pensavam, poderiam se contrapor à mineiridade. Contra o mito, recorria-se à "história", aos "fatos", à "verdade", insistiam Mendonça e Barros Lima.

Como examinaremos no capítulo 3, além de servir aos propósitos separatistas, a tese da unidade baianeira e da nordestinidade do Norte de Minas produzia outros resultados muito concretos.

Subjacente às teses separatistas, há o esforço para instituir a imagem de uma região (Norte de Minas–Sul da Bahia) que seria, desde 1534, vítima da exploração, do abandono e das conveniências políticas do Estado de Minas Gerais.

Diversamente, entendemos a região como uma construção social e histórica, na qual estão presentes os conflitos e clivagens sociais. Nessa construção, o elemento mais importante é o regionalismo, a mobilização política de grupos sociais, com base em um território específico. Nesse sentido, os primórdios do Norte de Minas, social e politicamente falando, datam de meados do século XIX. O regionalismo é o elemento fundador das regiões. Nesse ponto, nos servimos novamente das reflexões de Eric Hobsbawm. O autor analisa a temática "nações e nacionalismo" e não "regiões". Mas a sua forma de entendimento do problema nos parece perfeitamente aplicável ao caso que estudamos:

> (..) não considero a "nação" como uma entidade social originária ou imutável. A 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o 'Estado-nação'. Além disso (...) eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações.[333]

Similarmente, sem ignorar as diferenças entre os objetos (nação e região), a região não existe "desde sempre", nem é uma "entidade". Ela é uma construção histórica, situada espacial e temporalmente, realizada por classes sociais. É no processo histórico que se delineia a região, os interesses que nela se fixam e que a constituem. Deslocando o foco das regiões para o regionalismo, podemos afirmar, concordando com Hobsbawm, que "as nações (regiões) não formam os Estados e os nacionalismos (regionalismo), mas sim o oposto".[334] A divisão político-administrativa é produto de

[333] HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19.
[334] HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Op. cit., p. 19.

ações de classes mobilizadas, regionalistas ou nacionalistas, e cumpre um papel importante (jamais exclusivo) na definição/instituição das regiões, como destaca Iná de Castro[335].

Dessa forma, para enfrentar a ideologia da mineiridade, os adeptos do separatismo construíram (ou tentaram, contribuíram para) outras, inventaram tradições, "construiram artefatos". Nesse sentido, tanto os defensores da "mineiridade" como os que a combatem, em nome da "não-mineiridade" do Norte de Minas, podem ser definidos ideologicamente de forma muito mais semelhante do que imaginam ou querem fazer crer. Em ambos os casos, apela-se para a "tradição inventada", cujo papel central, nesse caso, é encobrir interesses e projetos de classe, sob o manto unificador da "região" ou do "Estado".

Mas a história foi cruel com os intelectuais do Estado de São Francisco. No meio do caminho, tiveram que dar meia-volta, refazer o itinerário e, nesse movimento, desmanchar vários de seus próprios rastos.

Em 1998, o deputado baiano Gonzaga Patriota apresentou o Projeto de Decreto Legislativo 631, propondo a emancipação do oeste baiano, sob a denominação Estado de São Francisco. Além disso, as lideranças empresariais do Sul da Bahia, da chamada "Botinha" baiana, não se mostravam interessadas na separação. Beneficiados com os programas estadual e federal de desenvolvimento do turismo, os baianos do Sul não se interessavam pela "causa norte-mineira".[336]

Nessas circunstâncias, o objetivo do movimento passou a ser a criação do Estado de Minas do Norte (ver mapa 05). Perdeu-se, assim, toda a força simbólica da nomenclatura São Francisco. A não-inclusão dos municípios baianos no novo estado

---

[335] CASTRO, Iná Elias de. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. **Dados**. 32 (3): 369–404. Rio de Janeiro, 1989.

[336] A região de Porto Seguro foi uma das mais beneficiadas com os investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor. Cf. www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR. Acesso em 30 de abril de 2007. Analisando o tema, Cristina de Araújo afirma: "Apostando na vocação turística, durante a década de 90, a cidade ganhou investimentos maciços em infra-estrutura. Através do Prodetur, o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste, que consiste numa parceria entre o Estado e o BID – Banco Interamaericano de Desenvolvimento -, foram investidos US$ 73.564 milhões nas cidades de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. O aeroporto de Porto Seguro foi ampliado, a cidade ganhou sistema de tratamento de água e esgotamento sanitário, trechos de rodovias foram construídos. Investiu-se também em 'marketing': a Secretaria do Meio Ambiente de Porto Seguro foi criada em 1997 e a Costa do Descobrimento ganhou três APA's (Áreas de Proteção Ambiental): Coroa Vermelha, Santo Antônio e Caraíva/Trancoso. Para uma cidade sem leis de Uso e Ocupação do Solo, pode-se afirmar que na década de 90 a cidade passou por rápidas transformações." Cf. ARAÚJO, Cristina Pereira de. **Turismo e desenvolvimento sustentável** http://www.cefetsp.br/edu/sinergia**.** Acesso em 30 de abril de 2007.

também tornou sem sentido todo o discurso da "unidade baianeira" e demoliu outras proposições como a ferrovia Trans-São Francisco e a Zona Franca de Porto Seguro.

A esse respeito, é interessante a análise de Antônio Cândido acerca dos movimentos separatistas em Minas Gerais. Para ele, os habitantes de regiões fronteiriças tendem a se relacionar mais intensamente com outros Estados e a reclamar da discriminação de que seriam vítimas do centro de Minas Gerais. O autor analisa o caso do Sul de Minas que, parece-nos, repete-se ao Norte: "Bom, o mineiro do Centro diz: 'Você não é mineiro'. Então ele se atira nos braços de São Paulo. Aí São Paulo fala: 'Não, aqui não, você é mineiro, não quero nada com você. Ele é jogado de volta sobre a mineiridade.'" [337]

Com o projeto Gonzaga Patriota, o movimento norte-mineiro perdeu grande parte da justificativa histórica que vinha sendo construída desde 1959. Mas isso não significou a completa perda de uma "base histórica", havia outros "heróis" a serem evocados. O passado é uma matéria-prima que, se bem trabalhada, produz os resultados mais surpreendentes.

O mesmo Barros Lima que escrevera, anteriormente, o romance para fazer proselitismo em prol da unidade com os baianos do Sul, falou bravamente em "reintegração de posse" e evocou os 400 anos de "luta heróica" dos herdeiros de Antônio Guedes de Brito, nesse novo estágio do movimento, aos poucos, refaz o seu argumento. Com um texto intitulado "Minas Gerais forte" e com o *slogan* "Para uma Minas Forte, Minas Gerais e Minas Gerais do Norte", defendeu o Estado de Minas do Norte, evitando qualquer conflito com Minas Gerais; pelo contrário, esforça-se para demonstrar uma convergência de interesses entre o velho Estado e o novo que iria surgir. Procurando servir-se da velha animosidade Minas x São Paulo, conclui: "A dupla mineira (Minas Gerais e Minas do Norte) em breve será uma das maiores da Federação. São Paulo que se cuide"[338].

A expressão Estado de Minas do Norte começou a ser discutida e defendida, de forma mais clara, a partir do ano de 2001. Foi também por essa época que reapareceu, nos jornais locais, uma velha anedota contada em Montes Claros. Trata-se das "visões de Alferes Rocha em 1888". Em 1888, dizia-se, em fins do século XIX, um montes-

---

[337] CÂNDIDO, Antônio. Minas, não há mais? I Seminário sobre Economia Mineira. In: CEDEPLAR. **20 anos Seminário sobre a Economia Mineira – 1982–2002**: coletânea de trabalhos, 1982–2000. Belo Horizonte:UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002, p. 48.
[338] LIMA. Minas Gerais forte. **Jornal de Notícias**, Montes Claros,11 mar. 2001, p. 4.

clarense, o Alferes Rocha, teve diversas visões. Nessas, ele estava em uma banca de jornais em Montes Claros, no ano de 1938. Em um dos jornais à venda estava escrito "Diário do Norte. Brasil – Província de Minas do Norte - Montes Claros" e, logo abaixo, um editorial que começava assim: "Rogamos aos nossos assinantes desta capital...". Ainda nessa alucinação, Alferes Rocha viu as ruas de Montes Claros cheias de carros, comércio agitado e ruídos das máquinas da estrada de ferro.

Figura 09: Residência de Alfredo Dolabela/Movimento pelo Estado de Minas do Norte

A reprodução do relato das "visões de Alferes Rocha" era extremamente útil no processo de reajustamento por que passava o movimento separatista. A modificação dos objetivos materiais trouxe consigo a necessidade de uma nova justificativa histórica. Nesse processo, o maior esforço dos intelectuais era conciliar a "mineiridade" com a proposta do novo estado, "provar" que as duas coisas eram compatíveis. Em carta aberta ao vice-governador, Newton Cardoso, em junho de 2001, Alfredo Dolabela faz alguns malabarismos para afirmar a mineiridade dos norte-mineiros e, com isso, pedir o apoio do vice-governador ao projeto separatista. "Acreditamos existir, da parte de V. Excia., e da maioria dos nossos conterrâneos, o receio de que o desmembramento venha reduzir o

prestígio do Estado de Minas Gerais no contexto Nacional", diz Dolabela. Mas havia outra possibilidade: "seja-nos permitido apresentar o problema visto por outro ângulo. Considerando os laços socioculturais, o norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha constituem as regiões onde o povo é mais ligado e mais procura a capital do Estado".

Mapa 05: Estado de Minas do Norte

Em seguida, o missivista começa a comparar a intensidade das relações das diversas regiões com Belo Horizonte: "os mineiros do Sul e do Triângulo, devido à proximidade e à facilidade de comunicação, e por ser um centro mais adiantado, se dirigem mais à Paulicéia (...) os mineiros da Zona da Mata e inclusive de Juiz de Fora procuram o Rio de Janeiro. Assim, estas regiões estão menos entrosadas com nosso

Estado". Mas os mineiros do Norte e do Jequitinhonha "buscam a capital mineira. Somos as regiões com mais identidade com Belo Horizonte. E obviamente isso não vai mudar com a criação do Novo Estado. (...) Com a nova denominação, poderemos continuar a nos gabar de nossa mineirice e vamos continuar mineiros (do norte)". Do ponto de vista econômico, Minas Gerais também seria beneficiado com o novo Estado porque os "mineiros do norte", com seu poder de compra ampliado, continuariam a ser consumidores da indústria e comércio da região central do Estado. No âmbito político, as vantagens também seriam enormes: somados os deputados federais de Minas Gerais, 54, mais os 10 ou 12 que representariam Minas Gerais do Norte, seria quase o mesmo número de parlamentares paulistas, 70. Além disso, "os mineiros passarão a ter 6 senadores contra 3 de São Paulo. Os novos Estados Mineiros terão maior força para fazer valer seus interesses"[339].

Em síntese, conforme o raciocínio de Alfredo Dolabela, a criação do Estado de Minas do Norte seria vantajosa, economicamente, para os dois Estados; culturalmente, porque "vamos continuar a ser mineiros", e, politicamente, porque, juntos, os mineiros vão se equiparar a São Paulo. Em fevereiro de 2004, Dolabela escreve ao governador Aécio Neves, utilizando basicamente os mesmos argumentos.

Em junho de 2002, o deputado Romeu Queiroz apresentou à Câmara Federal o projeto de convocação de plebiscito sobre a criação do Estado de Minas do Norte, reunindo as regiões Norte, Noroeste e os vales do Jequitinhonha e Mucuri. Na justificativa, o deputado destaca a grande extensão territorial de Minas Gerais e os baixos indicadores sociais das regiões a serem separadas e registra, rapidamente, as suas semelhanças com o Nordeste. O mais interessante, no entanto, foi o discurso que o deputado pronunciou na Câmara. Neste, ele salienta a necessidade de se reinventar novas estruturas administrativas para o país, para combater as disparidades regionais. "Estamos, certamente, frente ao caso em que dividir não é enfraquecer, mas fortalecer", afirma. Em seguida, Queiroz apela para o legado histórico dos norte-mineiros e, forçando a história, diz:

> Os mineiros do Norte ansiamos por assumir o nosso destino. Muito já contribuímos para a construção de caminhos e modelos que ajudaram o País em sua caminhada rumo ao desenvolvimento. Os mineiros do Norte de hoje querem mostrar que são da estirpe de Teófilo Otoni, que vislumbrou o potencial dos nossos Sertões e o caminho mais curto para o mar; da estirpe de Darcy Ribeiro, que

[339] DOLABELA. Carta Aberta ao Vice-Governador Newton Cardoso. 21-06-2001.

> concebeu e construiu o que há de melhor para se aprimorar o espírito humano e democratizar a sociedade; e da estirpe de Juscelino Kubistchek, o maior dos Presidentes, que ousou demarcar os rumos do crescimento econômico na história brasileira. (...)
>
> A memória e o exemplo desses três grandes brasileiros, Senhor Presidente, irão fortalecer o espírito e a garra do povo norte-mineiro.[340]

É evidente o esforço para associar os norte-mineiros com personagens de projeção nacional e com ampla aceitação nos meios políticos e intelectuais. Trata-se de uma estratégia bem diferente daquela utilizada por Expedcito Mendonça na defesa da Emenda Popular, no Congresso Constituinte de 1987. Agora, Teófilo Otoni não é mais o separatista que se insurge contra o governo mineiro e federal; no lugar de Antônio Guedes de Brito e Manuel Nunes Viana, entram JK e Darcy Ribeiro. Ao invés de tradição separatista, exalta-se a tradição do desenvolvimento, da longa história de uma região que produz homens de visão. Vale ressaltar a grande semelhança desse discurso de Romeu Queiroz com o pensamento dominante na década de 1950, em Montes Claros. Semelhantemente, naquela época, as elites locais buscaram identificar o município e a região através das imagens de homens realizadores e modernizadores. Não por acaso, JK é a referência principal nos dois momentos históricos. A manipulação do passado é também explícita. Juscelino Kubistchek, até pelos cargos que ocupou e pelo estilo conciliador, não abraçou causas separatistas; quanto a Darcy Ribeiro, vale lembrar que ele nunca ocupou cargos eletivos por Minas Gerais e não há um registro sequer de qualquer envolvimento do mesmo nos movimentos separatistas analisados.

A mudança no projeto do novo Estado e, por conseguinte, nas justificativas teóricas, políticas e históricas não foi, certamente, um processo fácil, nem se deu por completo. Muitos elementos do velho discurso permanecem. O que importa notar, contudo, é como essa transformação é reveladora da natureza das estratégias dos movimentos precedentes.

É preciso observar, por fim, que as transformações por que passaram o movimento separatista, a partir de 2001, não significaram a destruição das tradições inventadas a partir de 1959. Na verdade, a idéia de que o Norte de Minas e o Sul da Bahia constituem uma unidade desde os tempos coloniais, a tese de que o regionalismo

---

[340] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.095, de 2002. Deputado Romeu Queiroz. Disponível em www.camara.gov.br.

norte-mineiro é genuinamente "nordestino" e a afirmação de que o Norte de Minas sempre foi muito "mais Bahia do que Minas", de que há um “interesse regional secular”, bem como outras noções similares, permanecem vivas na imprensa, nos meios políticos e nos círculos acadêmicos regionais. Como assinala Hobsbawm, uma vez assimiladas, as tradições deixam de ser totalmente “manipuláveis pelo seu criador”. Isto é, a “tradição inventada” autonomizou-se em relação aos seus idealizadores e aos objetivos específicos que a engendraram[341].

No conjunto, as três mobilizações separatistas, não obstante suas especificidades, levaram água para o moinho da ideologia regionalista, contribuindo para sua formação e fortalecimento. Entre outros elementos, essas mobilizações legaram/reforçaram uma *versão para a história* da região, afirmaram a existência de uma *comunidade regional* que é *vitima* do Governo Estadual, reforçaram a *importância do Estado* na promoção do desenvolvimento regional, legitimaram o *modelo SUDENE* de desenvolvimento, bem como os mecanismos de *incentivos e subsídios* públicos ao capital privado.

Mesmo dividindo as elites regionais, o separatismo expressou as suas idéias e projetos. Foi a expressão radical de sua ideologia, desempenhando um papel importante na aproximação entre elites e população, contribuindo para que as classes dominantes se tornassem também hegemônicas, como veremos no capítulo seguinte.

[341] HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Op. cit., p. 315–316.

Capítulo 3: O regionalismo como ideologia

3.1 – A importância da história

O exame da documentação produzida pelas lideranças, por suas entidades e pela imprensa regional, na segunda metade do século XX, mostra uma constante referência à história da região. Nessas fontes, normalmente, a referência ao passado está articulada a alguma demanda por recursos, a alguma reivindicação ou, como vimos no capítulo 2, à causa separatista.

Já descrevemos, no capítulo 1, a formação histórica da região. O objetivo aqui é identificar e discutir como foi produzida, a partir do final da década de 1950, uma certa versão da história do Norte de Minas que, como veremos ao longo deste capítulo, é parte fundamental da ideologia regionalista, sendo reproduzida também por pesquisadores universitários.

A amplitude do tema exige recortes. Assim, privilegiaremos quatro pontos básicos: 1) as relações entre as elites norte-mineiras e as elites do Sul da Bahia e/ou nordestinas como um todo, a partir de meados do século XIX, momento inicial do regionalismo norte–mineiro; 2) a relação entre elites do Norte de Minas, a mineiridade e o Governo de Minas Gerais até 1950; 3) a narrativa histórica oferecida pelas elites regionais, a partir de 1960, acerca da história daquelas relações e 4) a importância dessa *narrativa* nas estratégias de mobilização política, a partir de 1960.

Os capítulos iniciais já nos deram alguns subsídios para discussão desses pontos. Por isso, alguns aspectos serão apenas ligeiramente retomados na presente abordagem.

Do ponto de vista econômico, não há dúvidas de que, no período colonial, foram intensas as relações entre criadores de gado e comerciantes das regiões hoje conhecidas como Norte de Minas e o Sul da Bahia.[342] Todavia, a partir do século XIX, principalmente na sua segunda metade, a economia regional voltou-se, progressivamente, para o sul, relacionando-se mais intensamente com o Rio de Janeiro, a Zona da Mata de Minas e, posteriormente, com Belo Horizonte. A construção da estrada de ferro, na primeira metade do século XX, consolidou a integração do Norte de

[342] CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. "De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado". 1693–1737. Op. cit.

Minas com os centros econômicos do Centro-Sul, com São Paulo e com as citadas Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Com relação aos aspectos políticos, notamos, no exame das iniciativas separatistas do século XIX, que pretendiam criar o Estado de São Francisco reunindo partes de Minas, da Bahia e de Pernambuco, uma clara desarticulação entre lideranças norte-mineiras e nordestinas. Quando consultada, a elite regional posicionou-se contra o desmembramento de Minas Gerais e/ou a ligação com a Bahia. Possivelmente, o texto que melhor exprime sua posição seja o de 1836, em que os vereadores de Montes Claros se diziam "contentes" por pertencerem a Minas Gerais e que seus "costumes e hábitos" eram "diametralmente opostos" dos baianos.[343]

O texto de 1836, a posição legalista-governista na Revolta Liberal de 1842 e a rejeição ao separatismo em 1873 revelam que, durante o período monárquico, a desarticulação das elites norte-mineiras com as baianas era evidente e, por outro lado, a sintonia com as elites mineiras e o compartilhar da mineiridade pareciam fortes.

A República reforçou os laços políticos entre as regiões do Estado de Minas, apesar de a articulação econômica ainda ser fraca, como observam Dulci e Wirth.[344] As elites regionais identificavam-se vigorosamente, nesse período, como "mineiras", participantes do "glorioso Estado de Minas Gerais", como apontamos anteriormente. Uma expressão muito utilizada pela imprensa para identificar os norte-mineiros naquela época é "sertanejo", mas sertanejos mineiros [345] e, às vezes, "mineiros do Norte".[346] O fato é que, norte-mineiro, sertanejo ou mineiro do Norte, o adjetivo *mineiro* estava sempre presente.

Nos discursos das lideranças regionais, era comum louvar as grandezas de Minas. Quando tomava posse, à frente da Associação Comercial de Montes Claros[347], em 1935, o seu presidente disse: "Olhemos fitos no nosso dever pelo engrandecimento

---

[343] Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas. Reunião de 23 de julho de 1836. Apud VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros**. Op.cit., p. 65.

[344] DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. e WIRTH, John D. **O fiel da balança**. Op. cit.

[345] O adjetivo sertanejo em nenhuma das matérias de jornal que pesquisamos significava "não-mineiro". Inversamente, os qualificativos "mineiro" e 'sertanejo" eram utilizados de forma inteiramente harmônica, sendo comum mesmo falar-se em "sertão de Minas" e "zona sertaneja desse estado". Cf., por exemplo, as edições do jornal **Montes Claros** nos dias 22 jun. 1916, p. 2, 13 jul. 1918, p. 1, 09 nov. 1916, p. 1, 04 jan. 1917, p. 2, 18 jan. 1917, p. 2, 05 abr. 1917, p. 1, 13 jan. 1918, 03 fev. 1918, p. 1 e 21 fev. 1918, p.1.

[346] Estrada de Ferro. **Correio do Norte**, Montes Claros, 17 ago. 1890, p. 2, **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 24 jul. 1926, p.1.

[347] Essa Associação foi uma das primeiras tentativas de se criar uma entidade dos comerciantes da cidade, mas não teve vida longa. Cf. DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o progresso**. Op. cit.

de Montes Claros e de todo o Norte de Minas, pois que só assim, teremos uma região respeitada e considerada no conceito de outras regiões do nosso grandioso Estado de Minas"[348].

Após a ascensão de Getúlio Vargas e a suspensão das atividades parlamentares, as tradicionais lideranças praticamente saíram de cena da política estadual. Possivelmente, um dos mais ilustres e influentes norte-mineiros, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, tenha sido o escritor Cyro dos Anjos. Ele foi escritor e também burocrata, algo muito comum nos tempos do Estado Novo. Ocupando cargos próximos ao governador do Estado e, posteriormente, ao presidente da República, ele exerceu grande influência na política de Montes Claros e região, sendo responsável, por exemplo, pela nomeação de Alpheu Gonçalves de Quadros para prefeito de Montes Claros em 1942[349].

Assim, é interessante uma breve observação acerca do pensamento de Cyro dos Anjos, discutindo o seu livro de memórias. Percorrer as páginas de **A menina do sobrado** é um deleite. É uma viajem à cidade de Montes Claros do início do século XX, cognominada Santana pelo autor. Ao longo de todo o livro, o autor identifica-se como *mineiro*, como alguém formado nas tradições de Minas. E não se trata de algo que ele tenha "adquirido" após se mudar para Belo Horizonte. Inversamente, em certa passagem, o autor diz que ele e seus colegas montes-clarenses se sentiam meio incompatíveis com a capital, pois esta era ainda muito "jovem", ainda não conhecia, não se coadunava inteiramente com as velhas tradições de Minas Gerais: "Belo Horizonte ainda não era Minas"; em outros termos: não aceitava os hábitos mineiros como fazer serenatas: "[montes-clarenses] amávamos, no bardo de Mariana, a mística, o lirismo e a mineiridade"[350].

Ao longo de todo o livro, não há sequer uma referência especial ou algo qualquer que revelasse uma predileção pelas tradições baianas/nordestinas (sem entrar no mérito do que isso significa), nada que insinuasse uma "identidade nordestina ou baianeira". Pelo contrário, a infância e "adolescência" do autor são narradas como os tempos em que "Várzea da Palma" era o objeto de desejo e fascínio. Explica-se. Durante muitos anos, a estação ferroviária mais próxima a Montes Claros foi a de Várzea da Palma. A ferrovia era o maior sonho dos montes-clarenses e era vista como o

[348] DAVID, Zoraide Guerra.Op. cit., p. 20.
[349] PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979, p. 161.
[350] ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979, p. 272.

símbolo do progresso e da redenção regional. Era ali o local onde se conectava com Belo Horizonte, com a “civilização”, com o “mundo”.

Outro aspecto instrutivo acerca das relações entre norte de Minas e Bahia/Nordeste é a história da passagem dos retirantes pela região. A partir de 1926, data da inauguração da linha de ferro nessa cidade, Montes Claros tornou-se o ponto de passagem principal para os flagelados da seca que abandonavam o Norte em direção a São Paulo. A “questão dos retirantes” atravessou as décadas de 1930, 1940 e 1950 como um dos temas principais da imprensa e da administração pública montes-clarenses.

Em síntese, o problema consistia no fato de que os trabalhadores chegavam a Montes Claros com suas famílias, sem condições de seguirem para São Paulo. A “estada” em Montes Claros, que, em muitos casos, tornava-se definitiva, dava-se em condições subumanas. Essa “permanência” atormentou jornalistas e lideranças políticas e eclesiásticas da cidade. Muitos desses retirantes chegavam doentes e ficavam, definitivamente, na cidade. Em verdade, os sãos e os doentes eram tratados como “indesejáveis” pela Prefeitura, imprensa e entidades locais, que exigiam dos governos estadual e federal auxílio para o transporte imediato dos retirantes em direção a São Paulo.

Especialmente pelo jornal **Gazeta do Norte**, os retirantes nordestinos recebiam um tratamento que hoje consideramos repugnante. Em 1940, o jornal estampa, na primeira página, uma manchete que se repetiu, com palavras diferentes, mas com significados semelhantes, ao longo dos vinte anos seguintes: "O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade". A reportagem começa fazendo concessões: "ninguém desconhece o que foi, nestes últimos dois anos a sêca tremenda que martirizou partes do norte de Minas, sul da Baia e alguns estados do nordeste, obrigando quase totalidade de sua população rural (...) abandonar suas terras (...)". Para Montes Claros, continua o jornalista, "tem vindo vários milhares desses infelizes que, após passarem aqui muitos dias sofrendo toda sorte de privações, são mandados para outras zonas". O problema, dizia, é que muitos deles não tinham um "tostão sequer". "E eles são milhares". À medida que o texto avança, o autor carrega na tinta e revela o horror que tinha dos retirantes. Segundo a matéria, enquanto não conseguiam passagem para São Paulo, os trabalhadores se "arranchavam" no antigo prédio da Escola Normal, lugar que, por causa disso, teria se transformado num "antro

horrível, imundo, fétido, insuportável. Já não se pode passar nas proximidades do 'depósito de retirantes' ". Mas o maior problema, para o autor, não era, somente, a desumana condição dos imigrantes, o que mais lhe incomodava era o fato de que eles saíam para pedir esmola nas ruas e, como eram "portadores de inúmeras doenças, principalmente do terrível tracôma", constituíam um "seríssimo perigo para a população indefesa". Por isso, o autor apela para que o governo do Estado socorra os flagelados "que de longe vêm para esta cidade, evitando que sejam propagadas moléstias que muitos deles são portadores que constituem um perigo enorme para a população."[351]

A forma como o autor se refere aos retirantes certamente não provocou nenhuma repulsa na sociedade porque, no número seguinte, o jornal volta ao assunto, usando os mesmos termos, e assim o fez, até o final de sua existência, no início da década de 1960. Daí se depreende que esse era, de forma geral, o pensamento daqueles que mantinham o jornal, bem como daqueles que o liam. Também as entidades de classe como a ACI e a Sociedade Rural se ocuparam da questão, cobrando dos governos estadual e federal medidas no sentido de retirar de Montes Claros os indesejáveis nordestinos[352].

Em 1959, os retirantes de Montes Claros foram assunto nacional. O jornal **Binômio**, de Belo Horizonte, divulga que havia um "mercado de escravos em Montes Claros", pois os jornalistas, disfarçados de fazendeiros, teriam comprado um casal de nordestinos por 4 mil cruzeiros, com recibo e garantias de saúde do mesmo.

O assunto foi objeto de análise do colunista "L. Pimenta", no **Gazeta do Norte**. Surpreendentemente, não foi o fato em si mesmo que mais o preocupou. "Não vamos contestar a veracidade ou não do fato, diz o autor, [mas] os jornalistas deviam ter sido mais comedidos em suas apreciações". Enquanto a "opinião pública brasileira estava estarrecida" com a notícia, L. Pimenta se ocupava em "defender o nome de Montes Claros":

> O assunto de tão explorado está se transformando em sensacionalismo barato, com reflexos negativos ao bom nome de nossa cidade, que já tem fama injusta de 'cidade cangaceira', oriunda de acontecimentos políticos que já pertencem a um passado

[351] O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade. **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 06 jan. 1940, p. 1 e 4.
[352] ACI. Posto de seleção de imigrantes em nossa cidade. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 26 ago. 1951, p. 1 e PIMENTA, João Antônio. Contra os interesses da região norte-mineira, a instalação do posto de seleção de emigrantes em Montes Claros. **O Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 01 set. 1951, p.1 e 4.

> longínquo. (...) A Montes Claros de hoje galgou uma posição de invejável destaque no cenário político e administrativo do Brasil. (...) precisamos zelar pelo seu nome e por suas tradições. (...) Se existe "mercado de escravos" a culpa não é nossa. O progresso fez com que Montes Claros servisse de conjugação para o trânsito de caminhões em demanda do sul. (...) Tampouco vamos culpar o govêrno que (...) tem destinado verbas fabulosas para minorar o sofrimento daquela pobre gente.
>
> Contudo, tenham esperança os nordestinos. A marcha do Brasil para o Oeste já é uma realidade (...)[353] (Grifos nossos)

O texto de L. Pimenta é paradigmático para se compreender a visão predominante em Montes Claros sobre o "problema dos retirantes": 1º) As causas do problema eram buscadas na natureza – as secas; 2º) o que se pedia do poder público era que "socorresse" as vítimas da seca e/ou as levasse para "outro lugar"; 3º) os grupos dirigentes do município estavam integralmente afinados com o governo estadual e totalmente identificados como mineiros e se esforçavam para se apresentarem como parte de um país moderno, civilizado; daí que 4º) havia, nos discursos diversos, uma clara separação entre Montes Claros/Norte de Minas e Nordeste, local do atraso, fonte daqueles retirantes "miseráveis".

Seria uma ingenuidade pensar que a repulsa pelos retirantes fosse devida apenas ao fato de serem nordestinos. O que se quer destacar aqui é que a imagem, a idéia de Nordeste que as lideranças de Montes Claros tinham, era profundamente associada à seca, à miséria, à doença e à pobreza, e os retirantes eram os seus maiores símbolos. E simbolizavam tudo o que as elites regionais se esforçavam para não ser ou parecer, especialmente no contexto desenvolvimentista dos anos 1950 e das comemorações do centenário de Montes Claros.[354]

Nos anos 1950, como mostramos no capítulo 1, as lideranças políticas e empresariais da região estavam articuladas com as suas congêneres estaduais, como revela a realização da III Reunião Regional das Classes Produtoras em Montes Claros, em 1953.[355]

Dessa forma, na trajetória histórica das elites regionais entre os anos 1830 e 1960, destacam-se a sua integração política com as elites e governo de Minas e a assimilação e reprodução da mineiridade. Por outro lado, não há indicações de qualquer parceria política com os baianos e/ou nordestinos.

---

[353] PIMENTA, L. Mercado de escravos. **Gazeta do Norte.** Montes Claros, 15 mar. 1959, p. 1.
[354] PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Op. cit.
[355] **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 27 set. 1953, p.1 e 4.

A SUDENE influenciou bastante no pensamento e nas estratégias regionalistas norte-mineiras. A partir de 1959/1960, além de mineiras, as lideranças regionais se apresentavam como nordestinas, como meio baianas ou baianeiras. O duplo pertencer a Minas Gerais e à área da SUDENE impunha uma identidade também múltipla, que se altera e se explora conforme a conjuntura histórica.

Postulamos que, na Era SUDENE, o Norte de Minas foi "nordestinizado" pelas suas elites, por órgãos públicos, imprensa e pesquisadores universitários. Nesse processo, a imagem da pobreza e do abandono tiveram papel decisivo.

Na realidade, essas imagens já eram utilizadas desde o século XIX, como vimos no capítulo 2. A novidade, a partir de 1960, é que a carência foi tomada como sinal, prova, evidência de que o Norte de Minas era igual ao Nordeste. Além da ênfase nos dados "atuais" (década de 1960) que provariam as semelhanças climáticas, econômicas e sociais com aquela região, passou-se a procurar, na *história*, esse pertencer ao Nordeste. A história foi útil para mostrar que além de apresentar indicadores sociais *iguais* ao Nordeste, o Norte de Minas *era Nordeste*, desde os tempos mais remotos.

A conquista da SUDENE e o reconhecimento legal de nordestinos arrastaram-se pela década de 1960, como vimos no capítulo 1. Paralela às articulações políticas e também em virtude delas, a nordestinização caminhava. O discurso da miséria inundava as páginas de jornais[356] e revistas. Líderes como o deputado estadual Artur Fagundes de Oliveira[357] e o prefeito de Montes Claros, Simeão Ribeiro[358], deixavam evidentes as vantagens do enquadramento da região como nordestina.

Na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em 1965, com a presença de vários governadores do Nordeste, o então prefeito de Montes Claros, Pedro Santos, afirmou

> Montes Claros por sua posição geológica, por suas tradições, usos e costumes, muito tem em comum com os Estados nordestinos.
>
> Em razão talvez da sua situação geográfica, nesta região aportam os concidadãos de outros Estados que vem à procura de melhores dias e aqui permanecem, confundindo-se conosco no amor que devotamos à nossa terra.

---

[356] Pelo **Diário de Montes Claros**, uma série de reportagens retratavam o Vale do São Francisco: a) "Doença e miséria causando morte no São Francisco", b) "Nove mil sertanejos esperam a morte em Itacarambi", c) "Montes Claros cercada por barbeiros", d) "Doente quase toda a população das margens do rio São Francisco". Respectivamente, **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 24 mar. 1963, 24 mar. 1963, 02 abr. 1963 e 16 maio 1963.

[357] **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 26 mar. 1963. p.1 e 6.

[358] PIRES, Simeão Ribeiro. Um sertanejo de lutas. **Revista Montes Claros em foco**, Montes Claros, nov./dez.1962, p. 16-17.

> É certo que nos orgulhamos de ser o nosso município o que talvez conte com maior número de co-irmãos nordestinos.[359]

Até 1959, a transformação de Montes Claros em ponto de chegada e embarque de retirantes era tida, pela prefeitura, imprensa e lideranças empresariais, como um grave problema. Agora, em 1965, a cidade orgulha-se de receber "concidadãos" de outros estados, e os retirantes, antes "indesejáveis", passam a ser os nossos "coirmãos".[360]

Simeão Ribeiro foi, como dissemos no capítulo 2, um personagem importante nesse processo que estamos analisando. Entre 1962 e 1965, ele publica artigos nas revistas locais [361] e, em 1979, seu livro **Raízes de Minas** com a tese que a colonização do território que seria, no futuro, o Norte de Minas foi obra dos baianos, a região não pertencia à Capitania de Minas e, sim, à Bahia, e os habitantes da mesma, porque baianos, resistiram à incorporação à nova Capitania, imposta por Conde de Assumar, em 1720.

Os argumentos de Simeão Ribeiro foram, como vimos, uma referência importante no movimento separatista que emergiu a partir de 1967. Assim, a condição de nordestinos servia a um duplo papel: obter recursos via SUDENE e justificar o projeto separatista.

Órgãos do Governo de Minas Gerais também cooperavam na nordestinização. O exemplo mais elucidativo parece ser o estudo-manifesto da SUDEMINAS, em 1967. O documento é intitulado **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**: contribuição do governo estadual à elaboração do IV Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste". Como revela o título, o objetivo era reivindicar, junto à SUDENE, mais verbas para o Norte de Minas. O documento faz uma denúncia

---

[359] SANTOS, Pedro. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril-maio de 1965, s/p.

[360] A simpatia e a valorização da presença dos baianos na região foram destacadas também por Avay Miranda, em texto de 1968: "Ainda é a história que nos conta que a região de Minas foi 'invadida' pelos baianos, trazendo-nos seus usos e costumes, suas especialidades comestíveis, seu comércio, sua cultura (...) Já no atual século, ou precisamente em 1926, a Central do Brasil colocou em Montes Claros as suas pontas de trilhas e o apito do 'Maria Fumaça' era o aviso do progresso que se estendia até o sertão norte-mineiro. Mais uma vez entra a figura do baiano, que vinha, através de suas tropas, vender produtos do sudoeste baiano e abastecer-se das últimas novidades do comércio sulista (...). MIRANDA, Avay. **Desenvolvimento, política e folclore**. Op.cit. p.11. DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 24.

[361] PIRES, Simeão Ribeiro. Antônio Guedes de Brito – o regente do S. Francisco. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, dezembro de 1964, s.n.p. e PIRES, Simeão Ribeiro. Dos Guedes de Brito aos domínios da Casa da Ponte. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril–maio de 1965, s/p.

da discriminação do Norte de Minas nos primeiros planos diretores e recorre, então, a dois grupos de argumentos para exigir mais recursos, a partir do IV plano diretor. O primeiro é enfatizar as semelhanças "atuais" da região com o Nordeste: "(...) a zona mineira do Polígono das Secas tem, ademais, uma completa afinidade com o restante do Nordeste brasileiro, seja no plano econômico, seja sob o ponto-de-vista social e cultural." [362] Em seguida, listam os dados: a) baixo nível de renda e reduzida capacidade aquisitiva da população, b) predomínio das atividades primárias e quase completa descapitalização, c) 75% da população ativa está no setor primário, d) inadequação do capital social, d) "inadequação dos equipamentos de capital social básico", e) "elevadas taxas de mortalidade" e morbidade e acentuada presença de enfermidades (...), f) serviços educacionais deficientes.[363]

Estabelecidos esses argumentos, recorre-se, então, à história:

> Esse quadro clássico de subdesenvolvimento poderia corresponder ao de qualquer dos Estados nordestinos que menos tenham prosperado. Evidencia as identidades da área mineira com aquela região do País, acentuadas pela equivalência de costumes e de padrões de vida, que decorrem não só da continuidade física com o Nordeste, mas das próprias origens da população que realizou a ocupação territorial da zona, em sua quase totalidade oriunda dos diversos Estados nordestinos. (...)
>
> A zona mineira incluída no campo de ação da SUDENE está delimitada pelo "Polígono das Secas, que foi definido há mais de trinta anos.[364]

O reconhecimento do Norte de Minas como "Nordeste" e a conseqüente aplicação integral dos incentivos e recursos da SUDENE na região, conforme apontamos no capítulo 1, enfrentaram a resistência das lideranças nordestinas. A própria SUDEMINAS admite isso, ao dizer que "A comunidade de interesses, as afinidades econômicas e sociais daquela zona com o resto do Nordeste, por muitos contestadas, tem tido o seu reconhecimento dificultado, principalmente pelo generalizado desconhecimento da realidade."[365] Com o intuito de mostrar essa "realidade", o documento repete os argumentos que provariam a "comunidade de interesses". Porém, no parágrafo seguinte, reconhece a dificuldade do seu empreendimento:

---

[362] SUDEMINAS. Op. cit., p. 17.
[363] Idem, p.17–18.
[364] Idem, p.19, 23.
[365] Idem, p.19, 40.

> Entretanto, não há dúvida de que, funcionalmente, as relações com o resto do Nordeste, no plano econômico, aparentam grande debilidade. Essa debilidade talvez explique a impressão corrente de que se trata de uma região totalmente voltada para a economia mineira.
>
> É claro que o Polígono mineiro está integrado na economia de Minas Gerais e assim deverá permanecer. Mas tal integração não compromete as suas identidades com o Nordeste e nem pode invalidar a participação da área no desenvolvimento da região (...).[366] (Grifos nossos)

O caráter instrumental, e em certa medida forçado, da reclamada identidade nordestina não poderia ser mais claro. Como ressaltamos anteriormente, e esse estudo da SUDEMINAS confirma, as relações econômicas do Norte de Minas davam-se, desde o século XIX, preferencialmente, com o Centro-Sul do país. No que respeita às relações políticas, não encontramos, até 1959, um só registro em que as elites regionais indicassem qualquer parceria, ação conjunta com as suas congêneres da Bahia, do Norte e depois do Nordeste.

Apesar da resistência dos governadores e deputados nordestinos, o Norte de Minas foi reconhecido, legalmente, como "Nordeste".[367]

A nordestinização produzia efeitos muito concretos e, por isso, era promovida e utilizada tanto pelo governo estadual quanto pelas elites regionais. Mas foi comum, ao longo da história, que, em situações específicas, o Norte de Minas fosse excluído de programas e medidas destinados ao Nordeste. Por isso, a afirmação de seu caráter nordestino também tinha que ser constante.

Em 1976, o Conselho Monetário Nacional instituiu taxas de recolhimento compulsório diferenciadas para os bancos atuantes no Nordeste, benefício não estendido ao Norte de Minas. Diante disso, o então Governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves escreveu ofício ao Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, alegando que "(...) nos aflige situação de desigualdade com parcela substancial de nosso território, o Norte de Minas, região nordestina como espaço natural e sócio-econômico, e ainda como região-programa (...) mas que, por motivo de outras conveniências, foi classificado pelo IBGE, em 1936, na região Leste (...)". Por isso, concluía o governador, "Vimos, pois, pleitear a Vossa Excelência se inclua na disposição do Banco Central (...)

---

[366] Idem, p. 19, 41.
[367] Lei nº 4.239, de 1963. Cf. SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Op.cit.

que por nordeste se entenda a região definida na Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963."[368] A reivindicação foi atendida, conforme correspondência da SUDENOR.[369]

Em 1993, a luta foi pelo reconhecimento do Norte de Minas como região semi-árida e mais do que nunca, a condição de nordestinos foi reclamada. A Constituição de 1988 estabeleceu o FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste –, cujos recursos viriam de 1,8% da arrecadação do IR e IPI. Em 1989, a Lei 7.827/89 regulamentou o dispositivo constitucional destinando 50% dos recursos do FNE para a região do semi-árido nordestino. Pela classificação da SUDENE, só os municípios com precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800 mm comporiam o semi-árido. No Norte de Minas, apenas 9[370] dos 42 (esse número cresceria depois, com o desmembramento de vários municípios) foram enquadrados.[371]

A reação das elites regionais foi capitaneada pela AMAMS, contando com o apoio da Unimontes, ACI, CODEVASF, EMATER, FIEMG, Sociedade Rural, SUDENOR e outros órgãos e entidades. O documento-síntese do movimento é o estudo **A região mineira do nordeste e o semi-árido**, escrito com a finalidade precisa de "(...) contribuir para esclarecer sobre a RMNe e mostrar a necessidade e a legitimidade de sua inclusão definitiva, como um todo, no Semi-Árido." [372] O estudo é dividido em três partes. A primeira é dedicada à história da região, salientando as suas origens e identidade nordestinas:

> O Norte de Minas apresenta, em sua trajetória histórica, uma forte ligação com o Nordeste: sua ocupação, seu povoamento as ligações inter-regionais, tudo isto aponta para uma continuidade entre ambos. (...) a marcar esta trajetória histórica está o fenômeno das secas, que periodicamente lança o homem do norte de Minas, assim como seus irmãos nordestinos, num luta pela sobrevivência.[373] (Grifos nossos)

A segunda parte trata dos fatores geográficos como clima, solo, hidrografia e vegetação. A terceira é dedicada à estrutura econômica, aos indicadores demográficos e sociais. No conjunto, o documento quer provar que

---

[368] Ofício do Governador de Minas Gerais, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, ao Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, em 31 de janeiro de 1977. In: SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Op. cit.
[369] SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Op. cit., s/p.
[370] Águas Vermelhas, Espinosa, Manga, Mato Verde, Monte Azul, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João do Paraíso e Taiobeiras. AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit., p.1.
[371] SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte, 1993, p. 30 e AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit.
[372] AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit., p. 2.
[373] AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit., p. 5.

> A herança histórica e a influência dos fatores climáticos determinam, na Região Mineira do Nordeste, condições econômicas e sociais peculiares, que a aproximam das regiões mais carentes do semi-árido nordestino, (...) desde que se considere de forma conjunta e integrada sua realidade histórica, seus fatores edáfico-climáticos e seus indicadores sócio-econômicos.[374]

A mobilização foi parcialmente vitoriosa porque, em 1994, o número de municípios da região reconhecidos como do semi-árido havia crescido de 9 para 20.[375]

As mais influentes instituições públicas e organizações de classe da região assinaram o documento[376], cuja elaboração foi feita por três funcionários da SUDENOR, Ângelo Sá Mota, Benícia Rocha e Simone Duarte, três funcionários e/ou representantes/consultores da AMAMS, Elbe Figueiredo Brandão, Marcos Fábio Martins de Oliveira e Tarcísio Rodrigues Botelho; por Luiz Guilherme Antunes Câmara, da Sociedade Rural de Montes Claros, e Reinaldo Nunes Oliveira, da EMATER.

Nota-se a participação ativa da sociedade civil na difusão do pensamento das elites. Destaca-se, também, a participação ativa dos intelectuais nessa mobilização de 1993, especialmente dos professores universitários Marcos Fábio Martins de Oliveira, Tarcísio Rodrigues Botelho e Elbe Brandão. Elbe Brandão, deputada estadual pelo PSDB (1995–1999/1999–2003/2003–2007), é filha de Edílson Brandão, prefeito de Janaúba na década de 1980. Talvez Elbe Brandão possa ser considerada como intelectual orgânico das elites regionais. Não é o caso dos professores Botelho e Oliveira. Todavia, percebemos sua atuação junto às elites regionais, contribuindo para a formação de sua ideologia, compartilhando das idéias de seus intelectuais orgânicos e/ou trabalhando em parceria com eles. Essa convergência dos intelectuais da região, orgânicos ou não, parece-nos constituir-se em um fator central na conquista da hegemonia por parte das elites regionais. Os intelectuais, observa Gramsci, tendem a

---

[374] AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit., p. 61 e 87.

[375] Águas Vermelhas, Espinosa, Itacarambi, Jaíba, Januária, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Montalvânia, Monte Azul, Monte Azul, Montezuma, Pedras de Maria da Cruz, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João do Paraíso e Taiobeiras e Varzelândia. Na realidade o acréscimo foi de 6 municípios, uma vez que Jaíba, Mamonas, Matias Cardoso, Montalvânia e Montezuma foram incluídos por desmembramento, já que seus municípios de origem já faziam parte do semi-árido. Cf. SUDENE. **Atuação da Sudene no norte de Minas**. Montes Claros: Escritório de Minas Gerais SUDENE, 1994, p.92.

[376] ACI, AMAMS, CDL, CODEVASF, COOPAGRO, CREDINOR, EMATER/MG, FAEMG, FIEMG, Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais e Descaroçamento de Algodão, Sindicato e Sociedade Rural de Montes Claros, SUDENOR/MG e Unimontes.

exercer uma atração uns pelos outros e a estabelecer sistemas de solidariedade, com laços de natureza psicológica e mesmo corporativa, reforçando a imagem de uma certa autonomia em relação à estrutura de classe da sociedade.[377]

Acreditamos que, no Norte de Minas, os intelectuais, orgânicos e não orgânicos, atuaram juntos na construção da hegemonia da classe burguesa. Uma de suas funções foi contribuir com a 'nordestinização", produzindo-a e, posteriormente, levando-a para o meio universitário e, progressivamente, para o público em geral.

Com objetivos diferentes e com intensidade variada, um significativo número de trabalhos universitários afirma a origem baiana e/ou o caráter nordestino da região[378], razão pela qual, segundo esses trabalhos, a mesma foi incluída na SUDENE. Entre eles destacamos os de Márcia Valadares de Melo Franco, Yves Gervaise, Cornelis Johannes van Stralen e João Batista de Almeida Costa.

Uma das teses de Melo Franco é a de que, se considerarmos as vias de acesso, a estrutura econômica, as condições naturais e as práticas culturais da população, o Norte de Minas pode ser enquadrado como uma região baiana-nordestina. A ferrovia, a partir

---

[377] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 64.

[378] COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003; FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Lê cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975; GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais).** Belo Horizonte: UFMG, 1975; PEREIRA, Renata Vandilene Gomes. História da cotonicultura no norte de Minas. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, 2005; GONÇALVES NETA, Anália. **Novos caminhos para o Estado de São Francisco**. Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1989; CRUZ JÚNIOR, Hélio Pinheiro. **O Estado de São Francisco, elevação de Montes Claros a Capital como fator de desenvolvimento do Norte de Minas**. Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1989; OLIVEIRA, Lílian Salete da Mata. **"Norte de Minas"**: o ponto de encontro dos dois "Brasis". Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1996; SANTOS, Stela Daiane Ramires dos. **Desmistificação das causas do fechamento das indústrias incentivadas em Montes Claros**. Monografia (Graduação em História) - CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006; CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. **Organização espacial de Montes Claros e a região norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O nordeste começa aqui. **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte: ALMG, n. 28, abril–setembro de 2000; SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. **Sociedade Rural de Montes Claros**: conseqüências do processo de centralização administrativa nas estruturas do poder local. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996; STRALEN, Cornelis Johannes van. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980; OLIVEIRA, Anelito de. "Conversa pra boi dormir" – Prefácio do livro BRAUNA, Ildeu. **Catrumano**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

de 1926, o desenvolvimento de Belo Horizonte e a SUDENE é que teriam integrado a região ao Sudeste, tornando menores as influências e relações com a Bahia.[379]

Para Yves Gervaise, o Norte de Minas é um "prolongamento do nordeste" e "o fato de 42 municípios mineiros estejam incluídos na área da SUDENE pode parecer a melhor prova do caráter nordestino do conjunto." [380] Após essa "constatação administrativa", expressão de Gervaise, o texto concentra-se na análise das semelhanças nas origens históricas, naturais, culturais, econômico-sociais que identificam a região ao Nordeste.

Cornelis Johannes van Stralen baseia-se no texto de Márcia de Melo Franco para afirmar que as estruturas econômicas – algodão e pecuária, especialmente – e as tradições, o folclore, o vocabulário, as condições sociais – altas taxas de analfabetismo, subnutrição e forte incidência de moléstias – caracterizam o Norte de Minas como nordestino. Por isso, "a região da qual fazia parte era – como sugere a sua incorporação na área da SUDENE – o Nordeste."[381]

Por sua vez, João Batista de Almeida Costa enfatiza a presença baiana na colonização do território que seria o Norte de Minas, e o surgimento, já no período colonial, de uma cultura específica, "nem paulista, nem baiana e nem mineira", e, sim, "baianeira", que sobreviveria até a atualidade. O autor afirma, ainda, que a ideologia da mineiridade foi forjada pela e para as elites do Sul de Minas, sendo fator de exclusão do Norte.[382]

Também os memorialistas salientam as origens históricas e as características culturais e econômicas da região como nordestinas. Além dos já citados Avay Miranda e Simeão Ribeiro Pires, destacamos Antônio Ferreira Cabral e Dário Teixeira Cotrim.[383]

Além desses textos, cuja circulação talvez seja restrita, mas permanente, pensamos que os movimentos separatistas, com a freqüência de matérias nos jornais, os panfletos, faixas e a campanha pelas assinaturas, contribuíram para popularizar a tese do caráter nordestino da região.

---

[379] FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Le cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**.Op. cit., p. 25–32.
[380] GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais)**. Op. cit., p. 11.
[381] STRALEN, Cornelis Johannes van. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**: o caso do norte de Minas. Op. cit., p. 2.
[382] COSTA, João Batista de Almeida. Op. cit.
[383] MIRANDA, Avay. Op. cit., PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Op. cit., CABRAL, Antonio Ferreira. **O sertão norte-mineiro**. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985 e COTRIM, Dário Teixeira. **História primitiva de Montes Claros** e outros aspectos históricos do médio São Francisco. Montes Claros: Unimontes, 2003.

Note-se que a "nordestinizaçao" destinava-se a múltiplos interesses, sendo instrumento importante nas mobilizações por recursos e na justificativa histórica para os projetos de emancipação. Autores com formação e objetivos distintos e escrevendo em conjunturas também diferentes tenderam a convergir quanto a esse aspecto. Enquanto a SUDEMINAS, órgão do Governo do Estado, explora a tese, em 1967, com vistas a ampliar a participação do norte de Minas no IV Plano Diretor da SUDENE, João Batista Costa afirma a existência de uma cultura baianeira que contraria e resiste à ideologia da mineiridade.

O elemento comum a todos esses escritos e discursos, no entanto, é que foram produzidos na Era SUDENE. A comparação com trabalhos produzidos antes de 1959 é instrutiva.

Antônio Augusto Veloso, escrevendo em fins do século XIX, enfatiza o papel dos bandeirantes paulistas na conquista das terras que deram origem à Fazenda e posterior Vila de Montes Claros. O autor descreve a história, os recursos naturais e econômicos do município sem fazer qualquer referência a uma "origem baiana" ou a uma "continuidade" em relação à Bahia.[384]

Urbino Viana, cujo trabalho é de 1916, afirma que a região de Montes Claros, nos primórdios da colonização, pertencia à Bahia. Porém, o autor, em nenhum momento, associa esse "fato" a uma eventual "baianidade" ou oposição a Minas Gerais. Diversamente, ao longo de toda a *Monografia*, o município e a região são apontados como parte desse "opulento e rico território que é Minas Gerais, e da qual procuraremos, na medida das nossas forças e dos recursos de occasião, traçar a história."[385]

---

[384] VELOSO, Antonio Augusto. O município de Montes Claros. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano II, julho a setembro de 1897. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937.

[385] VIANNA, Urbino. Op. Cit. A identificação de Montes Claros como Minas aparece em toda a monografia, especialmente nas páginas 24, 36, 40, 65, 103, 108, 118, 151, 159, 243, 283 e 313. A história de Urbino Vianna é interessante. Ele era natural da Bahia, mas residia em Montes Claros, sendo ligado às elites locais. Sua monografia de 1916 representava, de forma tão autêntica, o pensamento destas que foi adotada como "material de propaganda" pela Câmara Municipal de Montes Claros, conforme se lê no próprio livro. Em 1935, quando já não residia em Montes Claros, Vianna publicou outro livro, **Bandeiras e sertanistas baianos**, no qual revê, drasticamente, a visão que apresentara sobre a colonização do Norte de Minas no texto de 1916. No novo livro, com um estilo militante, ele defende a primazia baiana naquele processo, apontando uma profunda dependência das minas em relação aos "bruaqueiros baianos". Por que tanta diferença no estilo e mesmo no conteúdo entre os textos de 1916 e 1935? No final dos anos 1920, o então presidente do Estado de Minas, Antonio Carlos, convocou, por meio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, os pesquisadores do Estado a escreverem a história de Minas Gerais. Urbino Vianna não foi convocado/escolhido. "Não se lembraram de mim", diz o próprio. Ignorado e sentindo-se humilhado pelo Instituto, Vianna resolveu redigir seu texto, "trazer como contribuição, desvalorizada embora, estas páginas que ousei escrever nos momentos de folga, longe das fontes documentaes,

Em 1957, foi publicado o livro de Hermes de Paula. Esse autor, de forma semelhante a Urbino Viana, afirma que "primitivamente" a região de Montes Claros pertencia à Bahia[386], mas não registra qualquer apreço especial pelos baianos ou nordestinos. Por sinal, o autor refere-se à região sempre como "sertão de Minas".[387]

Saliente-se que, como afirma Durval de Albuquerque, falar em Nordeste antes de 1910/1920 é incorrer em anacronismo. Mesmo a Bahia, conforme o autor, só foi "nordestinizada" a partir das obras de Jorge Amado, nos anos 1930/1940[388]. Sintomaticamente, não há, nos escritos de Vianna e Veloso, qualquer referência a um eventual caráter "nordestino".

Dessa forma, não é a presença de baianos na colonização do Norte de Minas que passou a ser apontada de 1960 em diante. Caio Prado Júnior, autor sem nenhum vínculo com a região, em livro de 1942, faz referência à colonização baiana no Norte de Minas, chegando a afirmar que essa região "é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia.[389]

O que salientamos é que as relações com a Bahia, no período colonial, e as semelhanças climáticas, econômicas e sociais entre o Norte de Minas e o Nordeste apenas passaram a ser reclamadas como dados indicadores ou mesmo como "prova" de uma identidade nordestina, na história e na historiografia regional, a partir da SUDENE.

A maior parte dos autores que contribuíram ou assimilaram o discurso da "nordestinidade" afirmam que, por causa disso, o Norte de Minas foi enquadrado na SUDENE. Assim, a Superintendência teria apenas propiciado um reconhecimento legal do que já era existente do ponto de vista histórico, político e cultural. Nossa proposta é inverter o argumento: foi a SUDENE, e a partir dela, que as lideranças políticas e intelectuais "nordestinizaram" a região.

Ao inverter o argumento, devemos fazer *alguns esclarecimentos* fundamentais e reconhecer um problema sem resposta adequada. Os autores que defendem o caráter nordestino da região, entre eles Gervaise, Melo Franco e Costa, apóiam-se em fatores naturais como o clima, o solo e a vegetação, fatores econômicos – prolongamento da

---

servindo-me apenas de ligeiras notas e passadas leituras." VIANNA, Urbino de Souza. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p.125.

[386] PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Op. cit., p. 104.

[387] Idem, p. 57, 59, 99, 233, 232, 236.

[388] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.

[389] PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 198.

atividade pecuária extensiva e algodoeira da Bahia no Norte de Minas – e a semelhança nas práticas culturais populares.

Nosso procedimento é outro porque privilegiamos a compreensão dos agentes sociais no processo histórico, recortando a análise do pensamento e das opções políticas das lideranças regionais. Assim, considerando o exame da trajetória histórica das elites regionais e sendo coerentes com a definição de regionalismo pela qual optamos, podemos afirmar que ocorreu, na passagem da década de 1950 para a década de 1960, uma inflexão no regionalismo político norte-mineiro. Entrou em cena, a partir daquela data, o recurso à história, à natureza e aos indicadores sociais e econômicos, para forjar uma identidade nordestina e, por essa via, obter tratamento privilegiado por parte do poder público. Por isso, pensamos a baianidade ou a nordestinidade como uma tradição inventada, nos termos em que propõem Eric Hobsbawm e Terence Ranger.[390]

É evidente que a utilização de critérios distintos deságua em conclusões também diferentes e, às vezes, opostas. O *problema* é que, para admitirmos como válida a tese da identidade nordestina, temos que ignorar todos os discursos e relações estabelecidas pelas lideranças regionais que analisamos ou, então, imaginar que havia uma grande distância entre o pensamento erudito e a cultura popular. Assim, teríamos que pensar em duas identidades regionalistas convivendo em um mesmo território: as elites governistas, adeptas da mineiridade, integradas ao Estado de Minas Gerais, e o restante da população, voltada para o Nordeste, recusando-se a ser mineira.

Mais importante, no entanto, é que há uma relação estreita entre as narrativas históricas e as demandas das elites regionais, a partir de 1960, e que a ênfase no caráter nordestino da região foi um peça importante na engrenagem da ideologia regionalista, contribuindo para que as elites exercessem não apenas o domínio, mas também a hegemonia na região.

3.2 – A ideologia regionalista

Nesse estágio do trabalho, reunimos subsídios para alinhavar algumas idéias que foram emergindo ao longo do texto e que, agora, serão agrupadas, com vistas à

[390] HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Op. cit., p. 9.

compreensão da história, conteúdo e função da ideologia regionalista prevalecente no Norte de Minas Gerais.

Quando falamos em ideologia regionalista, agregamos dois conceitos importantes: ideologia e regionalismo.

O conceito de ideologia é um dos mais controversos do marxismo. Karl Marx, em seu esforço para criticar as formulações idealistas, apresentou, em **A Ideologia Alemã**, uma perspectiva negativa da ideologia, descrevendo-a como uma visão deformada das relações sociais concretas.[391] Segundo Raymond Williams, tal visão foi reformulada a partir de Lênin, que passou a utilizar o conceito de ideologia com o sentido de "um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo." [392] Definição bem próxima à de Lênin era a de Gramsci. Para este, a ideologia é "uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas" e, em se tratando de ideologia burguesa, é "um instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas." [393]

Quanto ao regionalismo, há diferentes formas de se abordá-lo. No texto-base da SUDENE (cujo autor é Celso Furtado), a "questão regional" era vista sob a perspectiva dos riscos que as disparidades regionais crescentes ofereciam à "unidade nacional"[394]. Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu outra visão, cujo núcelo era a substituição das categorias região–regionalismo, nação–nacionalismo pela categoria classe. A influência de autores como Francisco de Oliveira e Francisco Weffort[395] (este especialmente para a discussão do nacionalismo e populismo) foi grande nessa nova vertente. Nesta, o regionalismo foi visto fundamentalmente como uma estratégia de manipulação utilizada pelas elites regionais. Um exemplo elucidativo dessa visão é Gadiel Perruci que, analisando a "questão Nordeste", afirma:

> A questão regional é uma construção ideológica da classe dominante dentro do processo de realização do capitalismo no Brasil

[391] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit.
[392] WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 71 e 74.
[393] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 98–99 e 388.
[394] GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Apud TAMER, Alberto. **O mesmo Nordeste**. São Paulo: Herder, 1968.
[395] Cf. WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, especialmente o capítulo VIII: Notas sobre a Teoria da Dependência: Teoria de Classes ou Ideologia Nacional? p.165–181.

> (...) (é) um instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais.
>
> (...) onde está a "Questão Nordeste" dentro dos movimentos de massa? Que movimento de origem verdadeiramente popular reclamava das "disparidades regionais" ou da discriminação em favor do Sudeste?
>
> (...) a questão regional representa, rigorosamente falando, um falso problema científico e político.[396]

Outra forma de abordar o regionalismo é a de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Para o autor, cujo recorte é especialmente o cultural, "o regionalismo é muito mais do que uma ideologia da classe dominante de uma dada região. Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos."[397]

O fato de mencionarmos essas distintas visões não significa uma comparação pura e simples entre as mesmas. São recortes distintos, produzidos em tempos diferentes e sob perspectivas teóricas também distintas.

Embora cada uma dessas vertentes tenha dado uma contribuição importante para a compreensão do regionalismo em diversas partes do país, especialmente do Nordeste, elas não nos parecem adequadas à investigação do caso norte-mineiro.

Como assinalamos anteriormente, regionalismo aqui significa "uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado", nos termos de Ann Markusen.[398]

O regionalismo e/ou nacionalismo não são, por definição, nem "bons" nem "maus". Autores como Ann Markusen, Iná de Castro e Sandra Lencioni[399] afirmam que o regionalismo pode assumir diferentes conteúdos, podem representar os "interesses populares" ou das elites, pode ser progressista ou conservador. O fator decisivo para a compreensão e definição de qualquer manifestação regionalista é a investigação da sua ocorrência social-histórica em um determinado tempo e espaço.

---

[396] PERRUCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). **A Questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11–30, p. 26, 29 e 30.

[397] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op.cit., p. 28.

[398] MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. Op. cit., p. 83–84.

[399] MARKUSEN, Ann R. Op. cit., p. 61–99; CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994 e LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

Negar a existência de uma questão regional, materializada nas desigualdades entre regiões e nas mobilizações regionalistas, parece-nos impossível. Assim, por mais que a resolução dos "problemas regionais" dependa de um projeto nacional, talvez internacional, isso não significa a sua inexistência ou que o regionalismo que os evidencia seja apenas manipulação.

Quanto às proposições de Durval Muniz, registramos que nosso enfoque difere bastante do feito por ele, seja pelo recorte espacial e cronológico, seja pelo fato de que ele prioriza o regionalismo no plano cultural, enquanto procuramos investigar a sua manifestação no plano político e econômico, embora reconhecendo que as "fronteiras" entre um e outro são bastantes porosas.

Além disso, afirmar que o regionalismo pode expressar uma ideologia de classe e, no caso das elites econômicas e políticas norte-mineiras, não equivale a negar o fato de que os componentes dessa mesma ideologia podem ser compartilhados e assimilados por outras classes sociais e, mesmo assim, não deixar de ser uma ideologia da classe dominante. Nesse ponto, de forma diversa do autor de **A Invenção do Nordeste**, compreendemos que a ideologia da classe dominante regional, possivelmente, foi "incoporada por várias camadas da população", como veremos ao final deste capítulo.[400]

Como salientamos anteriormente, alguns aspectos do discurso regionalista da Era SUDENE estavam presentes na mobiliização das elites regionais no século XIX. A imagem de uma região *distante* da capital e, por conseguinte, da atenção do governo, aparece na iniciativa separatista das Câmaras de Diamantina e Montes Claros, em 1854. Ao final daquele século, no bojo da reivindicação da ferrovia, foram agregados novos elementos ao discurso regionalista, especialmente a ênfase no potencial econômico da região e a necessidade do apoio do Estado para sua exploração. Os episódios relacionados à construção da ferrovia na região produziram outra imagem relevante na história do regionalismo norte-mineiro: a idéia de que o Norte de Minas tem uma localização estratégica e que o seu desenvolvimento é uma necessidade nacional. Na década de 1920, o argumento era de que a estrada de ferro funcionaria como fator de integração nacional, ligando o Nordeste e Sul, regiões entre as quais se localiza o Norte

[400] Rosa Maria Godoy Silveira, dentro de uma perspectiva marxista, fez uma excelente abordagem do regionalismo nordestino, considerando-o como uma ideologia regionalista. Porém, seu recorte temporal é a fase final do período monárquico. Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

de Minas.[401] Esse argumento atravessou o século e foi utilizado em 2002 pela ACI, no 2º Encontro das Estradas, como veremos adiante.

A esses aspectos legados pelo século XIX e Primeira República, as elites, progressivamente organizadas a partir de 1940, vão acrescentar outros e produzir, ao longo das décadas seguintes, uma ideologia própria, que funciona como instrumento para realização de seus projetos. Produto social, essa concepção de mundo só pode ser compreendida considerando-se as condições históricas em que se inscreveram os seus construtores e beneficiários.

Desde o capítulo 1, procuramos mostrar como foi sendo moldado, a partir dos anos 1950, progressivamente e de acordo com a conjuntura, um conjunto de idéias, ações e projetos que configura a ideologia regionalista.

Nos anos 1950, quando a carne bovina era o principal produto comercial da região e a infra-estrutura de transporte e energia era precária, as principais reivindicações foram a instalação de um frigorífico, a ligação asfáltica Montes Claros–Belo Horizonte e a construção de hidrelétricas.[402] Na festa do centenário de Montes Claros, o presidente JK, a quem era dirigida a maior parte das reivindicações, assegura os investimentos em transporte e energia reivindicados e, corroborando com a ideologia em construção, afirmou: "Proporcionando-vos energia e transporte, convosco cooperando em serviços locais de vital importância para a vossa população, espero poder dar um passo definitivo para que a esta próspera cidade se abram perspectivas ilimitadas de progresso."[403]

Mas, além da infra-estrutura, as elites regionais já delineavam, desde 1953, outras condições para que ocorresse o "progresso", ou o "desenvolvimento". Especialmente, identificavam a necessidade de um tratamento fiscal e creditício diferenciado para a região, como revela nitidamente as proposições de 1953. Nesse ponto, começavam a ser delineada a visão das elites regionais acerca do papel do Estado, ao qual caberia a construção da infra-estrutura e o apoio ao capital privado em

---

[401] Cf. LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros: Unimontes, v. 4, n.4, 1999, p.83–110, p. 97 e PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 118, 122–123, 125.

[402] Proposições da III Reunião das Classes Produtoras, em 1953, e pauta de reivindicações da região apresentada ao Presidente JK pelo Deputado Plínio Ribeiro, em 1956. Cf. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 27 set. 1953, p. 1 e 4 e **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 01 jul. 1956, p.1.

[403] Juscelino Kubitschek. Vós me tocastes profundamente com vossa lealdade e a vossa fidelidade. **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 07 jul. 1957, p. 4.

forma de isenções fiscais e financiamento facilitado, reduzindo, portanto, os riscos dos investimentos.

Essa visão é inteiramente compatível com o projeto SUDENE e seus instrumentos de estímulo e atração do capital. Assim, compreendemos porque as elites regionais tenham se empenhado na inclusão da região na área de atuação da Superintendência. É importante destacar que, se, no Nordeste, a Superintendência enfrentou resistências de setores das elites, especialmente das velhas oligarquias encasteladas no DNOCS[404], no Norte de Minas, o esforço foi exatamente para "trazer a SUDENE".

O advento da Superintendência e as negociações políticas empreendidas para o reconhecimento legal da região como "Nordeste", estendendo à mesma todos os incentivos fiscais, foram acompanhados de uma transformação no discurso regional, fundamentalmente expresso no processo de nordestinização que explicamos anteriormente.

A década de 1960 foi um período de mobilização intensa das elites regionais. Nessa mesma década, elas "conquistaram" a SUDENE, "nordestinizaram" juridicamente a região, participaram ativamente do deflagrar da industrialização incentivada através do Frigonorte, conseguiram barrar o "Projeto Barreiro" – proposta de ampliação da área mineira da SUDENE –, mobilizaram-se pela construção da infra-estrutura básica de energia – ligação com o sistema Três Marias e construção do Distrito Industrial de Montes Claros e, ainda, empreenderam o primeiro movimento separatista.

Enquanto os anos 1970 foram o tempo do avanço da industrialização e da modernização no campo, os anos 1980 foram marcados pela desaleceração da economia, em âmbito nacional, e perda do ritmo dos investimentos incentivados na região. Foi também nesse decênio que emergiu o mais expressivo movimento separatista na história do Norte de Minas, fornecendo novos subsídios para o discurso regionalista.

A partir de 1990, com o avanço do neoliberalismo nos governos Fernando Collor de Melo/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as classes dirigentes, sem perder de vista a importância do Estado, como revela a mobilização pelo semi-árido em 1993, fizeram um esforço para atrair, de novo, o capital privado "de fora" para a região, como mostram os eventos "Norte de Minas, oportunidade de negócios", realizados nas sedes

[404] HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

da FIESP e da FIEMG, respectivamente em 1994 e 1995. À ênfase dada, na década de 1970 aos incentivos fiscais e outras facilidades oferecidas pelas três esferas do Estado, conforme se vê nos documentos do INDI[405], adicionou, nos anos 1990, o destaque para a produção regional, procurando mostrar uma economia pujante, contando com mão-de-obra especializada e serviços de transporte e comunicação modernos. Dentro dessa estratégia, além das campanhas de divulgação, em São Paulo e Belo Horizonte, a ACI criou, a partir de 1996, a Feira Nacional de Comércio, Indústria e Serviço – FENICS –, evento anual, cujos objetivos eram a realização de negócios propriamente dita e divulgar a produção regional e as suas oportunidades de investimentos a potenciais investidores de fora.

É difícil estabelecer recortes no tempo, e como adverte o escritor Cyro dos Anjos, é uma "Grande temeridade querer pôr balizas no processo histórico. As épocas se imbricam, a sociedade marcha desigualmente, como um batalhão de recrutas, estes atrasando o passo, aqueles adiantando-o, e outros, à frente, a fazerem meia-volta-volver."[406] Apesar disso, parece-nos razoável afirmar que, entre 1950 e 2000 foi forjada uma ideologia regionalista, cujos elementos centrais passamos a identificar e discutir.

Além das lideranças empresariais e políticas, os órgãos públicos como SUDENE, SUDEMINAS/SUDENOR, BDMG e INDI também contribuíram para a constituição do núcleo básico dessa concepção de mundo. Notamos, no exame da documentação do período, uma convergência entre a visão do Estado, externada por aqueles órgãos, e o pensamento das classes dirigentes regionais, especialmente no que concerne às diretrizes para a modernização econômica da região.

Para fins de exposição, dividimos os pontos centrais da ideologia em dois grupos: a) aqueles que compõem um *diagnóstico* da região e b) os que integram as *diretrizes* para o seu desenvolvimento.

No diagnóstico, o ponto de partida é a história. O Norte de Minas era uma unidade cultural, econômica, e mesmo administrativa, antiga, sendo, para as versões mais radicais, a Capitania de Porto Seguro a sua origem mais remota. Na ocupação e colonização, teriam predominado os baianos, com os quais os norte-mineiros teriam construído uma parceria histórica, manifestada em lutas diversas. No período colonial,

---

[405] INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1970 e INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977.
[406] ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Op. cit., p. 235.

os futuros norte-mineiros teriam pegado em armas porque se recusavam a ser mineiros, preferindo a jurisdição baiana, conforme Simeão Ribeiro.[407] A unidade "baianeira" é mais reclamada quando das iniciativas separatistas; quando o discurso é dirigido aos órgãos federais, sobressai a ênfase em um eventual caráter nordestino da região. Trata-se, como qualquer narrativa histórica, de uma versão *interessada*, cujas relações com o advento da SUDENE não podem ser ignoradas, como evidenciam os discursos das elites regionais e os documentos do governo estadual, especialmente os da SUDEMINAS e da SUDENOR.

No bojo da *nordestinização*, estavam presentes mais dois elementos: *a ênfase na pobreza e nas secas* e a *imagem de uma região abandonada*. A estratégia de usar as adversidades climáticas e a miséria como argumentos justificadores para obtenção de recursos públicos é antiga no Norte de Minas, datando, pelo menos, do final do século XIX, como se pode ver pelas matérias do **Correio do Norte**[408]. Mas foi na Era SUDENE que tal estratégia ganhou argumentos sofisticados – a pobreza passou a ser chamada de indicadores sociais insatisfatórios, subdesenvolvimento – e passou a produzir resultados mais efetivos, como se viu na reivindicação por mais recursos no IV Plano Diretor da SUDENE, capitaneada pela SUDEMINAS, em 1967, pelos ofícios do governador Aureliano Chaves ao ministro da Fazenda, em 1977, na questão do compulsório e na luta pelo semi-árido de 1993.

O discurso do abandono também é antigo. Em 1854, os vereadores de Diamantina e Montes Claros alegavam, entre outras coisas, a grande distância entre Ouro Preto e a região. Nesse item da ideologia regionalista, o governo estadual, evidentemente, não pode contribuir porque ele é um dos *acusados*. Nos movimentos separatistas, desde a iniciativa do prefeito de Monte Azul, Levy Souza e Silva, em 1962 ao movimento de 2000–2202, falou-se com maior vigor na ausência e desinteresse do governo estadual pelo Norte de Minas, aspecto que se materializava na precariedade de serviços como saúde, educação e transportes, sendo os buracos e remendos da BR 135, nos anos 1980 e 1990, o maior símbolo do abandono.

Aparentemente óbvios, a exploração política das secas, da pobreza e o discurso do abandono contribuem para forjar um raciocínio caro à ideologia regionalista, a saber, a imagem de uma região *vítima*. Vítima da natureza ingrata e vítima dos governos

[407] PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. op.cit.
[408] Socorros públicos. **Correio do Norte**. Montes Claros, 20 out. 1889, p. 1 e **Correio do Norte**. Montes Claros, 5 jan. 1890, p.1.

distantes e insensíveis. A conseqüência disso é que, juntos, os algozes são apresentados como os responsáveis pela miséria que assola a região. No período colonial, observam Simeão Ribeiro e João Batista de Almeida Costa[409], o sertão viabilizou a exploração da região das minas de ouro que, tendo se tornado o centro hegemônico de Minas Gerais, virou as costas para o Norte do Estado. O Norte de Minas é colônia de Minas Gerais há 400 anos, denuncia Barros Lima. Na condição de colônia, com a expansão da indústria siderúrgica a partir de 1960, a região tornou-se fornecedora de carvão vegetal para as regiões centrais, divisão do trabalho que enriquece a zona siderúrgica e gera miséria no norte mineiro.[410] Na mesma linha, embora tratando de temas diferentes, o presidente da ACI também reclama: "a renda que sai da região não retorna."[411]

A idéia comum subjacente nesses argumentos é a de que os fatores e as pessoas responsáveis pelas mazelas sociais são externos: a natureza, o governo do Estado e as outras regiões de Minas. Por essa via, institui-se (ou tenta-se) a imagem de uma *comunidade regional* que padece em conjunto, séculos a fio, das ações de algozes "de fora".[412] É uma manifestação semelhante à do tradicional regionalismo nordestino que:

> De um lado, dilui/encobre desigualdades e eventuais antagonismos presentes no espaço social da região, transformando o que é objetivamente oposição em unidade. De outro, projeta o conflito para a relação com as outras regiões (ou com o Poder central). A condição de subordinado/dominado desloca-se dos grupos subalternos regionalmente para o conjunto da região; a condição de dominante desloca-se dos grupos regionalmente dominantes para o outro (Governo, São Paulo, Sul, etc.).[413]

A imagem do abandono é compatível também com a imagem de uma região com grande *potencial inexplorado*, abundantes recursos naturais, com amplas possibilidades de negócios, mas que é bloqueada pela ausência de uma infra-estrutura adequada. Na

---

[409] PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Op. cit. e COSTA, João Batista de Almeida.. Op. cit.
[410] LIMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco**: 400 anos de colônia. s.n.t.
[411] **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 01 jun. 1986, p. 10. O comentário foi feito pelo presidente da ACI à época, Wellington Geraldo Lima Pereira, durante o Fórum dos Prefeitos, de 21 e 22 de maio de 1986, quando se discutia a criação do Estado de São Francisco.
[412] A repetição exaustiva de que o Norte de Minas é vítima do governo estadual e que há raízes antigas da luta regionalista parece não ser apenas uma estratégia de marketing, destinada ao grande público. Os organizadores do movimento de 1987 pareciam tão convictos disso que o escreviam até em documentos de circulação restrita como um Livro de Ouro: "Este livro de ouro com cinqüenta folhas numeradas e rubricadas se destina ao registro de doações para o movimento de reintegração de posse da Capitania de Porto Seguro; território do futuro estado de São Francisco. Montes Claros, 29 de abril de 1987." Livro de Ouro do Movimento pelo Estado de São Francisco, em 1987.
[413] VAINER, Carlos B. Regionalismos contemporâneos. In: _____ **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 449–471, p. 454–455.

Primeira República, a ferrovia era apontada como a grande solução, o meio pelo qual se lograria o "progresso". Na segunda metade do século XX, a ferrovia cedeu lugar ao asfalto, à energia elétrica e aos distritos industriais nos discursos regionalistas.

A idéia de uma riqueza bruta, à espera de um ação transformadora, está presente em vários documentos e situações. Em virtude de sua posição privilegiada, argumenta a SUDEMINAS, em 1967, a região pode integrar o Nordeste e o Centro-Sul do país, pelo sistema rodoviário e mesmo aproveitando a hidrovia do Rio São Francisco, que é navegável entre Pirapora e Juazeiro–Petrolina. No ano seguinte, 1968, os vereadores de Montes Claros, em sua Moção de Apoio ao Estado de Cabrália, diziam que a região tem "(...) grandes reservas de minérios: ferro e manganês (Riacho dos Machados, Porteirinha, Rio Pardo, etc.) que devem ser aproveitados na industrialização local e exportação (...) as reservas de vanádio, zinco e prata de Januária estão a exigir um racional aproveitamento em benefício da região (...)". Além disso, a Jaíba possui "(...) grande zona de terras devolutas de 310 000 ha, de grande fertilidade nos vales do Rio Verde Grande e São Francisco – e inteiramente abandonada pelo poder público." [414] Por sua vez, o INDI[415] também ressalta o grande potencial da região, destacando áreas como a agropecuária e o reflorestamento.

Embora dirigindo-se a públicos diferentes – a SUDEMINAS dirigia-se à SUDENE; os vereadores, a todo o "público" e o INDI, aos "investidores" –, os documentos do governo e das lideranças convergem quanto ao argumento que o Norte de Minas reúne amplo potencial econômico, cuja exploração dependia do capitalista (INDI), das verbas da SUDENE (SUDEMINAS) e, no limite, na emancipação político-administrativa (vereadores montes-clarenses, em 1968).

Os elementos que compõem o que denominamos *diretrizes* para o desenvolvimento da região são estreitamente ligados àqueles que integram o *diagnóstico.*

Há um conjunto amplo de reivindicações apresentadas em eventos e documentos diversos, como a III Reunião das Classes Produtoras de 1953, os estudos de BDMG de 1968, I Congresso dos Municípios do Polígono das Secas de 1966, Encontro de Planejamento de 1975, Perfil dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, elaborado

---

[414] MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. APMC-DPDOR, p. 3.

[415] INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977 e INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1987.

pela AMAMS, em 1987, e estudos do INDI e da SUDENOR, II Encontro das Estradas de 2002 e uma série de discursos produzidos nos três movimentos separatistas. Extraímos desse conjunto os dados mais importantes, os elementos-chave que apontam para uma visão razoavelmente articulada das elites regionais, com a colaboração dos órgãos públicos, acerca dos caminhos para o desenvolvimento do Norte de Minas.

Parece-nos que a tese mais evidente nas *diretrizes* é que a região só se desenvolve com uma *atenção especial, diferenciada do Estado.* A justificativa é simples: a ação do Estado deve ser maior onde é maior a carência. Essa ação estatal tomaria formas diversas: *construção da infra-estrutura*, *concessão de incentivos fiscais, crédito e financiamento especiais* em relação às demais regiões do estado ou do país, ampliação e *melhoria de serviços como saúde e educação*.

Comecemos pela infra-estrutura. Em âmbito nacional, a industrialização se fez com o decisivo apoio do Estado na viabilização do sistema viário e energético.[416] Na realidade, essa é uma prática comum no desenvolvimento capitalista. O Estado assume as áreas menos interessantes ao capital privado, setores em que o lucro é incerto, requer longo prazo ou apresenta uma taxa muito reduzida.[417] No norte de Minas, requeria-se do Estado, nesse setor, a abertura/pavimentação de rodovias e construção de hidrelétricas. Dedicaremos, posteriormente, um análise específica para a questão das rodovias na região e veremos como "evoluiu" essa temática no pensamento e ações regionais dos anos 1950 ao final do século.

Possivelmente, a ênfase na justeza, necessidade e eficiência dos incentivos fiscais e creditícios seja o elemento mais forte das *diretrizes* que integram a ideologia que estamos examinando. Praticamente todos os documentos produzidos pelas elites regionais a que tivemos acesso apresentam esses mecanismos como centrais no desenvolvimento da região. A título de exemplo, lembramos que o BDMG previa a arrancada da industrialização regional, em 1966, fundamentalmente por causa dos incentivos; o INDI, em 1970, 1977 e 1987, apresentou-os como o principal argumento para convencer os empresários a investirem na região; o esforço *nordestinizador* tinha em tela exatamente o seu usufruto, e a Emenda Constitucional que propunha o Estado

[416] DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: estado e industrialização no Brasil, 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989 e MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
[417] HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Op. cit.

de São Francisco em 1987 previa, como medida-projeto número um para o novo Estado, a inclusão de todo o seu território na área da SUDENE.

A característica mais importante dos incentivos fiscais, explica Francisco de Oliveira, analisando o sistema 34/18 da SUDENE, é que eles subsidiam o capital, diminuindo o seu custo.[418] Em termos mais simples: os incentivos reduzem uma das maiores despesas do capitalista que é o pagamento de impostos e, por essa via, faz subir a taxa de lucro. A conseqüência óbvia disso é que o Estado se priva de recursos, ou seja, parte do que poderia ser aplicado em forma de serviços públicos é apropriada de forma privada.

Do ponto de vista da elite regional, a justificativa para a aplicação desse sistema é a *especificidade* da região que se traduz pela pobreza, pelo subdesenvolvimento, comparando-se com os indicadores sociais e econômicos das outras regiões do Estado e do país. Em 1967, o BDMG, após diagnosticar uma situação de letargia na economia regional e graves carências sociais, definiu um princípio para a atuação do Estado no norte de Minas: "Com relação ao governo seria bastante procedente que dedicasse especial atenção à região, <u>até que seu grau de desenvolvimento se torne equivalente àquele verificado para as demais áreas do Estado</u>. Para tanto, deveriam atuar conjuntamente os governos municipal, estadual e federal (...)"[419] (Grifos nossos). Não poderia haver, para as elites regionais, princípio melhor, regra mais valiosa do que essa. Aqui, diagnóstico e diretriz se ligam por completo: a região precisa de tratamento especial porque é atrasada em relação às demais.

O princípio sugerido pelo BDMG em 1968 foi utilizado pelas elites regionais pelas décadas seguintes. A batalha pela SUDENE na década de 1960 foi justificada exatamente nesses parâmetros. No movimento separatista de 1986–1988, propunha-se, para o novo Estado, a criação da Zona Franca de Porto Seguro. As reivindicações da região, apresentadas no Fórum Agenda 2000, realizado pela Fundação João Pinheiro em Montes Claros, em 1994, são também instrutivas. A falta de crédito e os encargos fiscais são apontados como os principais estranguladores da agropecuária e da indústria, especialmente porque a região é pobre: "a base de cálculos dos tributos recolhidos na região é semelhante à de regiões ricas e desenvolvidas do país. Falta vontade política dos governos federal e estadual de efetivar a prioridade constitucional, de promover o

---

[418] OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Op. cit., p. 58-59.
[419] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit., p. 33.

desenvolvimento de regiões mais pobres do estado e do país." O remédio principal desses males é claro: "criação de uma Zona de Tributação Diferenciada – ZTD – com atuação no norte de Minas e Vale do Jequitinhonha" [420], além de outros incentivos, financiamentos e linhas de crédito.

Uma síntese da relação estabelecida entre desigualdade regional e tratamento fiscal e financeiro privilegiado é o depoimento do presidente da ACI, Jamil Curi, em 2005, analisando a possível recriação da SUDENE:

> Nós queremos a SUDENE por quinze anos mais, pois isso será o bastante para nossa emancipação econômica. O que somos, direta ou indiretamente devemos a esta mágica estratégica da SUDENE, pois bem sabemos o que éramos antes dela. Tínhamos sim três indústrias de porte e modelo (...) mas que se sucumbiram na fase crescente de competitividade, qualidade e custo, sem incentivos fiscais e financeiros. As que ficaram, se construíram e se sustentaram neste binômio de transfusão: incentivos fiscais e financeiros.[421]

Como se vê, as elites regionais estão ancoradas no princípio do BDMG há quase 40 anos e tendem a utilizá-lo por muito mais tempo (talvez bem mais do que 15 anos), visto que permanecem as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões de Minas.[422]

Quanto ao papel do Estado no fornecimento de serviços de saúde e educação, é interessante notar como essa preocupação se articula aos interesses empresariais *stricto sensu*. Segundo o BDMG, a expectativa de vida ao nascer, na região, estava em torno de 35 anos na década de 1960, enquanto, em países desenvolvidos, esse número chegava a 60 anos ou mais. Após o diagnóstico, o Banco recomenda uma melhoria do "quadro sanitário", combinada com o "engajamento do indivíduo no processo produtivo".[423] A SUDEMINAS é mais direta no raciocínio, mostrando-se preocupada com o analfabetismo, a subnutrição e as doenças endêmicas que diminuíam a capacidade de trabalho das pessoas.[424]

---

[420] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fórum da Região Norte de Minas – Agenda 2000**. Op.cit., p. 15-16

[421] CURI, Jamil Habib. **Revista Tempo**. Montes Claros, s/d, p. 14.

[422] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em www.fjp.gov.br e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Estrutura percentual regional do PIB, segundo regiões de planejamento de Minas Gerais – 1999–2002. Disponível em www.fjp.org.br.

[423] BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Op. cit., p.13.

[424] SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Op. cit., p. 61, 132 e170.

A educação, para as elites regionais, via de regra, estava associada à qualificação da mão-de-obra. Essa visão aparece na recomendação, em 1953, da instalação do SENAI e SENAC, na criação da "Escola Técnica", em 1976 (caso em que o capital se antecipa ao Estado), nas reivindicações de 1994 (Fórum Agenda 2000) e no Fórum Norte de Minas Integrado de 2001. As recomendações desse último evento[425], convergem, no item educação, sempre para a formação de mão-de-obra. Propunha-se ajustar as escolas de ensino médio e a Unimontes às necessidades do mercado, inserindo-as no "espaço econômico e social", expandir o ensino profissionalizante e alfabetizar os adultos "inseridos no sistema de produção" "com a finalidade de criar condição para a implementação de tecnologias que visem à transformação do sistema produtivo da região." [426]

De 1960 a 2001, a visão empresarial praticamente não se alterou nesse quesito: ao Estado cabe prover condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores e educá-los com vistas à sua atuação produtiva. Aos incentivos fiscais, deveria somar-se, pois, a redução do custo de reprodução da mão-de-obra, garantida pelo fornecimento de serviços, cuja exploração não era prioridade para o capital privado.

Embora se reclamasse de amplas ações do Estado, as mesmas tinham que se ajustar aos interesses do capital. O Estado deveria ser o seu auxiliar. Quando isso não ocorria, os conflitos emergiam de forma a evidenciar os limites em que a burguesia regional queria a intervenção do poder público.

Há dois episódios que ilustram bem isso. Em 1978 uma inspetora da SUNAB acusou os grandes comerciantes de Montes Claros de aumentos abusivos de preços. Sua frase, "o pequeno comerciante cobra mais por ignorância; o grande por safadeza", publicada pela imprensa local, gerou uma enérgica reação da ACI que exigiu uma retratação da direção da SUNAB. Analisando o ocorrido, a entidade afirma, em suas memórias oficiais:

> O comércio e a indústria sempre contaram com a forte concorrência dos órgãos públicos, sob o título de fiscalização ou "arrocho fiscal" quando em momentos de crise econômica.

---

[425] ACI. **Fórum Norte de Minas Integrado**. Montes Claros, novembro de 2001. O evento foi promovido pela ACI, AMAMS, BNB, Banco do Brasil, CDL, CODEVASF, Conselho Regional de Desenvolvimento – CRDI/Norte –, FIEMG, FEMC (Fundação Educacional de Montes Claros, "Escola Técnica"), IGS, NCA/UFMG, Nortear, Prefeitura de Montes Claros, SEBRAE-MG, SENAC, Sociedade Rural de Montes Claros, SUDENOR, 22ª SRE, TV Grande Minas, Unimontes, Faculdades Pitágoras, FUNORTE, Eco-Turismo Amo-te.

[426] ACI. **Fórum Norte de Minas Integrado**. Montes Claros, novembro de 2001, p. 11, 21, 25 e 28.

> No âmbito municipal, estadual e federal, uma gama de taxas e tributos constitui verdadeiro pesadelo para os cidadãos que a despeito de tudo constroem a soberania econômica do nosso Brasil.[427]

O Estado ultrapassou os seus limites novamente em 1986, na visão da ACI. Nesse ano, por ocasião do Plano Cruzado, os "fiscais de Sarney" e os comerciantes locais trocaram acusações pela imprensa de Montes Claros. Incomodados com as multas aplicadas, os comerciantes acionaram a entidade, a qual denunciou os fiscais de "despreparados" e "mal informados". Por sua vez, o delegado da Receita Federal em Montes Claros, Ramon Leite, colocou o dedo na ferida ao afirmar que a raiz do problema estava no fato de que a ACI e seus afiliados simplesmente queriam que os fiscais fizessem vistas grossas diante da majoração ilegal de preços por eles praticados.[428]

Em síntese, a visão das elites norte-mineiras acerca do papel do Estado não difere muito do que pensavam a burguesia nacional[429] e a mineira. Via de regra, requeriam uma

> (...) "ação supletiva" do poder público, (....) em áreas onde a iniciativa privada revelasse desinteresse ou fosse incapaz de levar adiante os empreendimentos, a defesa do planejamento e a recusa sistemática de uma ação reguladora, especialmente sobre os preços, e à presença do Estado em setores nos quais concorresse para o deslocamento da iniciativa privada.[430]

Possivelmente, as diferenças se dêem quanto à definição de quais setores são "interessantes" ou não ao capital privado, o que, evidentemente, pode variar de uma região para outra. Mas a característica fundamental permanece: o Estado deve ajustar-se aos interesses privados, inclusive utilizando a riqueza social por ele apropriada em forma de impostos para a promoção daqueles interesses que são de classe, mas apresentam-se como da "nação", de "Minas Gerais" ou do "Norte de Minas".

Ainda dentro das *diretrizes* da ideologia, destacamos a posição e a visão das elites regionais com relação aos capitais extra-regionais. Como apontamos no capítulo

---

[427] DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Op. cit., p. 91.
[428] Idem, p. 116–120.
[429] Cf. DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: estado e industrialização no Brasil, 1930/1960. Op. cit., p. 126–127, 160–63; COLISTETE, Renato Perim. A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC/ABPHE/Imprensa Oficial, 2002, p. 121–145 e DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 105-108, 161-163, 168, 191.
[430] DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Op. cit., p. 82.

1, a SUDENE e a modernização econômica regional foram engendradas, também, pela conjuntura nacional, obedecendo a interesses não relacionados exclusivamente ao Norte de Minas. Vimos que, por outro lado, o processo modernizador não se fez apenas pela ação exógena, mas contou com a efetiva participação das lideranças políticas e empresariais da região. Desde a mobilização pela SUDENE até a realização dos eventos "Norte de Minas, oportunidade de negócios", na FIESP, em 1994, e na FIEMG, em 1995, a fração regional da burguesia, capitaneada pela ACI, não ofereceu o menor obstáculo à entrada do capital "de fora". Inversamente, esforçou-se para atraí-lo. De forma semelhante, os prefeitos da região, como mostram suas reivindicações em 1966, 1975 e 1987[431], fizeram um esforço grande para levar investimentos industriais para seus municípios, independentemente da sua origem.[432]

Em princípio, a forte presença dos capitais exógenos, maiores beneficiários dos incentivos fiscais, pode sugerir uma contradição na ideologia regionalista, uma vez que essa apresenta como seu objetivo essencial o desenvolvimento da *região.* Não seria estranho que a fração norte-mineira da burguesia contribua para a desregionalização de sua economia, para a "invasão" da mesma por empresários de fora?

Para responder a essas questões, é preciso compreender a lógica que preside a conduta das elites regionais. Para estas, é o capital privado que promove o desenvolvimento, cabendo ao Estado ajudá-lo nessa tarefa. Assim, para que a região se desenvolva, são necessários investimentos privados e que o Estado os apóie, financie, incentive. Coerente com essa visão, entidades como a ACI, Sociedade Rural, juntamente com a própria SUDENE e SUDENOR, avaliam, de forma muito positiva, o modelo SUDENE de desenvolvimento e reclamam a sua continuidade, como vimos anteriormente no depoimento do empresário Jamil Curi.

Na visão das elites, conciliam-se os seus interesses privados, de classe, com os interesses regionais, uma vez que esses seriam atendidos quando os primeiros fossem contemplados.

Evidentemente, há uma hierarquia entre *classe* e *região*. Em um eventual conflito entre as duas dimensões, a condição comum de burgueses faria convergir os

---

[431] I Congresso dos Municípios do Polígono das Secas. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, outubro-novembro de 1966, s/p; SEPLAN. **Área Mineira da SUDENE**: Resultados do I Encontro de Planejamento Regional. Belo Horizonte: SEPLAN, 1975, s.p. e AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, 1987.

[432] Vale lembrar, também, a isenção de impostos municipais e a doação de terreno às empresas que se instalassem nos municípios. Cf. INDI. **Área Mineira da SUDENE**. Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977.

donos do capital residentes em Montes Claros, Pirapora, Janaúba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte acima das *regiões*.

É interessante notar que diretores de empresas, cujos capitais eram "de fora", tornaram-se presidentes da ACI e fizeram um discurso exatamente igual ao das demais lideranças empresariais e políticas norte-mineiras, proclamando que o seu trabalho como empreendedores privados e entidades de classe, era condição necessária e suficiente para o "desenvolvimento da região".

Vamos examinar dois exemplos. João Bosco Martins de Abreu nasceu em Pitangui-MG, chegou a Montes Claros em 1968 para trabalhar como engenheiro-chefe da Matsulfur – Fábrica de Cimento Montes Claros –, uma das maiores empresas incentivadas pela SUDENE, cujos capitais eram extra-regionais. Foi diretor-executivo e depois diretor-superintendente dessa empresa por mais de 20 anos. Abreu pode ser enquadrado como um típico representante do "capital de fora", mas foi presidente da ACI por dois mandatos (1973–1975 e 1975–1977). Suas gestões foram consideradas como "ponto de referência" da história da entidade e ele, exemplo de empresário a serviço da região. Nosso trabalho, afirma como presidente, deve ser "em benefício da classe que somos e representamos, e da comunidade a que servimos." [433]

Wellignton Geraldo Lima Pereira nasceu em Corinto-MG, formou-se em Engenharia Química pela UFMG e Engenharia Bioquímica pela TUFTS University Boston, mudou-se para Montes Claros em 1973, atuando como Supervisor da Biobras, empresa produtora de insulina. Foi gerente e diretor nessa empresa e presidente da ACI por dois mandatos, entre 1985 e 1988. Em síntese, afirma o presidente Wellington Geraldo Lima Pereira, a ACI "preocupa e trabalha para e com a comunidade. Os nossos trabalhos visam sobretudo, à melhoria da vida da população de Montes Claros e da região." [434]

As trajetórias de João Bosco Martins de Abreu e Wellington Geraldo Lima Pereira ajudam a elucidar a problemática que estamos tratando e ilustra também o processo geral de construção da ideologia regionalista, contando com a contribuição de empresários, políticos, intelectuais e do próprio Estado. Nenhum dos dois era, a princípio, empresários, mais sim diretores das empresas. Eram tecnólogos, na expressão de Ignácio Delgado, que, apesar da importância de seus conhecimentos técnicos, não exercem o poder por causa deles, mas porque o recebe "(...) por delegação funcional do

[433] DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Op. cit., p.73.
[434] Idem, p.42.

capital (...)" por isso, "(...) seu poder não tem origem no saber de que dispõe, mas numa delegação." [435] Eram, pois, agentes e representantes do capital e não proprietários. Em termos gramscianos, poderíamos dizer que eram intelectuais que, não obstante sua aparente e relativa autonomia, pertencem a uma classe fundamental, seja pela origem, seja pelas relações que estabelecem e valores que assimilam.

Personagens sem vínculos com a região, Abreu e Pereira tornaram-se lideranças importantes. Convivendo harmonicamente com os empresários *regionais*, presidiram a entidade mais importante do conjunto do empresariado urbano do Norte de Minas e falaram em nome do desenvolvimento regional, apresentando-se a serviço da "comunidade". Isto é, faziam o mesmo discurso das lideranças norte-mineiras porque compartilhavam da mesma visão: ao defender os interesses do capital que investem nesse território, estavam defendendo os interesses da região, de todos, estavam usando os meios mais eficazes para o crescimento econômico, geração de empregos e oportunidades para outros negócios e, pois, para o bem-estar geral.

A seqüência da frase de João Bosco Martins de Abreu é uma síntese perfeita do que estamos falando: a ACI atua, primeiro em benefício da classe ("que somos e representamos") e, depois (e por causa disso) é útil à "comunidade a que servimos." A classe vem em primeiro lugar, mas isso não é, segundo a visão da burguesia, incompatível com os interesses da região.

Pensamos que os elementos que compõem o *diagnóstico* se articulam com essas diretrizes que acabamos de identificar e, juntos, formam um conjunto de idéias razoavelmente coerente que denominamos ideologia regionalista. É a concepção de mundo da classe dominante no Norte de Minas Gerais e tem como função primordial a efetivação dos seus projetos de classe.

Há motivos para aqui utilizarmos esse conceito de ideologia em seu sentido negativo. Há elementos para isso. Basta lembrar como a ênfase conferida às desigualdades regionais encobre as desigualdades de ordem social, a onipresença das expressões interesses *regionais*, problemas *regionais* e reivindicações *regionais*; a demasiada ênfase na *região*, seu espaço, sua história, termina por antropoformizá-la (a região padece, quer, sonha, frustra-se, liberta-se, desenvolve-se, emancipa-se). O produto disso tudo é o encobrimento das relações de classe presentes no interior do Norte de Minas, bem como fora dele. Esses elementos não podem ser ignorados. Se a

[435] DELGADO, Ignácio Godinho. Op. cit., p. 70.

ideologia não é necessariamente manipulação ou embuste, pode incluí-los, sem se reduzir a eles.

O mais importante, porém, é perceber, como tentamos mostrar ao longo da exposição, as indicações claras que esse era o pensamento das elites regionais. É a sua visão de mundo e o projeto de desenvolvimento regional, serve aos seus interesses de classe e, secundariamente, à região. É uma ideologia orgânica, é "necessária a uma determinada estrutura", é social e historicamente produzida, está enraizada na dinâmica social e econômica, informa as relações entre as classes.[436]

Procuramos apresentar os elementos constituintes da ideologia de forma concreta, exemplificando situações em que os mesmos emergiram e *funcionaram*. Identificado o conjunto, vamos verificar, sucintamente, aplicação concreta em mais dois exemplos de mobilização regionalista: o primeiro é a *questão dos retirantes/migrantes* e o segundo é a *questão das estradas.*

Há, no discurso regionalista, uma ênfase no caráter acolhedor da região, da sua abertura para aqueles que "vêm de fora". No parque de exposições João Alencar Athayde há uma placa de metal, na entrada, afixada quando da sua inauguração, em 1957, com os seguintes dizeres:

> Este parque foi construído em homenagem à cidade de Montes Claros nas comemorações do seu centenário e constitui, a um só tempo o resultado do esforço de sua gente e o fruto da boa vontade de quantos tributam amizade a esta terra(...) que foi sempre a mesma mãe comum, boa e generosa, daqueles que aqui nasceram e para quantos, um dia vindos de outras terras aqui chegaram.[437] (Grifos nossos)

Se prosseguimos na metáfora da mãe, proposta pelo trecho citado, concluiremos que os retirantes, em sua maioria nordestinos, foram os seus filhos enjeitados. Entre 1926 e 1960, eles foram um "grave problema" para as elites regionais: "excomungados" tratados como indesejáveis, poluidores do nome e imagem de Montes Claros[438], eles transformam-se, no processo de *nordestinização* dos anos 1960 em nossos "coirmãos nordestinos."[439]

---

[436] Acerca das ideologias orgânicas e não-orgânicas (arbitrárias), cf. GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1.Op. cit., p. 98–99, 111, 237.
[437] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros, 2000, p. 65.
[438] PIMENTA, L. Mercado de escravos. **Gazeta do Norte.** Montes Claros, 15 mar. 1959, p. 1.
[439] SANTOS, Pedro. **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, abril–maio de 1965, s/p

Todavia, a resistência à entrada de migrantes na região parece ter sobrevivido. Em texto de 1983, o memorialista Henrique de Oliva Brasil diz que

> (...) por aqui sempre transita grande parte de flagelados das secas periódicas que castigam aqueles nossos irmãos, trazendo entre os bons, um número não pequeno de marginais que aqui ficam intranqüilizando a população. Além disso, como pólo de desenvolvimento, tem atraído muita gente, que não tendo qualquer qualificação profissional, fica também, marginalizada e propensa a uma vida irregular, levando ao roubo e assaltos que vêm sendo comuns em nosso meio.[440]

Enquanto esse autor se mostra cauteloso, procurando diferenciar os migrantes entre "bons" e "marginais", as lideranças reunidas em 1994 propuseram, além da criação de "centros de triagem" para "identificação de problemas" e encaminhamento de casos", "o reforço às legislações municipais que inibem o acesso à habitação para migrantes em passagem pela cidade ou êxodos rurais recentes".[441]

A resistência aos migrantes (pobres) e a mobilização para atrair investidores não se contradizem, integrando o que se pode chamar de um novo tipo de regionalismo, que combina a política de atração de investimento, as chamadas "guerras fiscais", com o "fechamento dos espaços" aos migrantes, como explica Carlos Vainer.[442]

Percebe-se, novamente, a partir desse caso concreto, a visão das elites regionais segundo a qual os agentes principais do desenvolvimento são as empresas capitalistas, com o apoio do Estado, cujo papel, nessa situação específica, é criar mecanismos para atrair os investidores de fora e impedir a entrada e permanência dos migrantes pobres.

Ao longo de todo o período, segunda metade do século XX, a abertura e pavimentação de rodovias foram um constante do discurso regionalista, chegando ao ponto de merecer dois eventos de monta, dedicados exclusivamente a elas: o 1º e 2º Encontro das Estradas, promovidos pela ACI, respectivamente em 1985 e 2002. Vamos

---

[440] BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Montes Claros, 1983, p 123.

[441] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fórum da Região Norte de Minas – Agenda 2000**. Montes Claros, Dezembro de 2004, p. 21, 34.

[442] VAINER, Carlos B. Regionalismos contemporâneos. In: _____ **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. Op. cit., p. 460–461. Para o autor, o aspecto mais interessante do "fechamento" dos espaços é que ele conta com o apoio generalizado da população. Sua análise refere-se a cidades como Ribeirão Preto-SP, Uberaba-MG, Uberlândia-MG e Gramado-RS. Em Montes Claros, as medidas de restrição não parecem tão enérgicas quanto as que adotam aquelas cidades, e desconhecemos, também, qual o grau de adesão popular a essa política.

restringir a discussão à história da BR 135, que liga Montes Claros à BR 040, acesso a Belo Horizonte, e à ligação da BR 251 com a rodovia Rio–Bahia.

O asfaltamento da 135, reivindicação numero um nos anos 1960, foi concluído em 1972. Após 1972, a prioridade no setor de transportes passou a ser a ligação da BR 251 (Montes Claros–Salinas) à Rio–Bahia (BR 116). A alegação para tal é que, desde 1963, quando foi inaugurada a Rio–Bahia, o comércio de Montes Claros perdera a influência que exercia sobre o comércio do Nordeste do Estado e o seu papel de "ligação entre o nordeste e o centro-sul do país." [443]

Em 1985, a ACI promoveu o 1º Encontro das Estradas, em Montes Claros, reunindo empresários e lideranças políticas, com vistas ao asfaltamento de rodovias que cortam a região. Segundo a ACI, o evento foi bem sucedido porque, após ele, ocorreu uma grande extensão de rodovias pavimentadas no norte de Minas.[444] Vimos, no capítulo 2, que, de fato, entre 1986 e 1988, vários trechos foram asfaltados, porém, ao que nos parece, em virtude da ameaça separatista. É provável que o Encontro das Estradas e a mobilização pelo Estado de São Francisco tenham sido, juntos, os fatores que estimularam a realização dos referidos investimentos.

A ligação da BR 251 com a Rio–Bahia foi uma das reivindicações principais do Encontro de 1985, cuja consecução se arrastou por anos. Somente em 1996 ela foi concluída. Os impactos dessa rodovia são expressivos porque ela permite o encurtamento em cerca de 300 quilômetros do caminho de quem trafega no sentido Nordeste–Sul/Sudeste.

O 2º Encontro das Estradas ocorreu nos dias 18 e 19 de abril de 2002, em Montes Claros. Foi organizado pela ACI, FEDERAMINAS e CNT, tendo o patrocínio e apoio de grandes empresas como Biobras, Coteminas, Construtora Pavisan, Valleé e Lafarge (antiga Matsulfur) e instituições como a AABB, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Unimontes, Prefeitura de Montes Claros, CDL, Sociedade Rural de Montes Claros, FIEMG, AMAMS, AVAMS e Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Norte de Minas.

O título do evento, "2º Encontro das Estradas: a integração do Brasil", repete uma velha tradição no discurso regionalista, mas o atualiza, sintonizando-o com os novos tempos, afirmando que as rodovias que cortam o Norte de Minas tinham a função

---

[443] MIRANDA, Avay. Op. cit. p. 24 e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Área Mineira da SUDENE**:1º Encontro de Planejamento Regional – Pré-Diagnóstico. Belo Horizonte, SEPLAN, 1975.
[444] DAVID, Zoraide Guerra.Op. cit., p. 99-100.

de promover "(...) a integração do Nordeste e o Centro-Sul, facilitando o acesso das regiões conectadas com o Mercosul." [445]

Naquele ano, a BR 135, em estado crítico, voltou a ocupar lugar de destaque. O objetivo número um do evento era a sua recuperação. Além de "integrar o Brasil", preocupava-se, de imediato, com os prejuízos trazidos ao comércio para os setores de postos de combustíveis, bares e restaurantes, casas de auto-peças e borracharias da região. A razão disso era o cálculo que por dia cerca de 3.000 caminhões deixavam de passar pelas rodovias da região em virtude das condições da 135. Assim, a longa batalha pela ligação BR 251 com a Rio–Bahia perdia sentido porque o caminho preferido entre o Nordeste e o Centro-Sul voltava a ser a Rio–Bahia, passando pelos vales do Jequitinhonha e Mucuri e por cidades como Teófilo Otoni e Governador Valadares.[446]

Poucos eventos reuniram tantas entidades, empresários e influentes lideranças políticas[447] regionais como o 2º Encontro das Estradas. Foi nessa oportunidade que começou a ganhar corpo o projeto de privatização da BR 135.

Em 2005, a ACI encomendou, com recursos próprios, os serviços de especialistas para elaboração de um projeto de completa reforma da BR 135, prevendo reforma do asfalto, implantação de 3ª pista em trechos específicos, implantação de passarelas e remodelação das intersecções. No dia 17 de julho de 2006, o presidente da ACI, empresário Jamil Curi, em reunião na sede da Associação, apresentou/doou ao Coordenador Geral de Construção Rodoviária do DNIT, Luiz Munhoz Prosel Júnior, o projeto de restauração. Prosel Júnior se comprometeu a estudar e implementar o projeto. Na mesma ocasião, o presidente Jamil Curi disse que, *após a restauração*, será proposta a privatização da BR 135, idéia que, segundo o mesmo, já estava em estudo.[448]

---

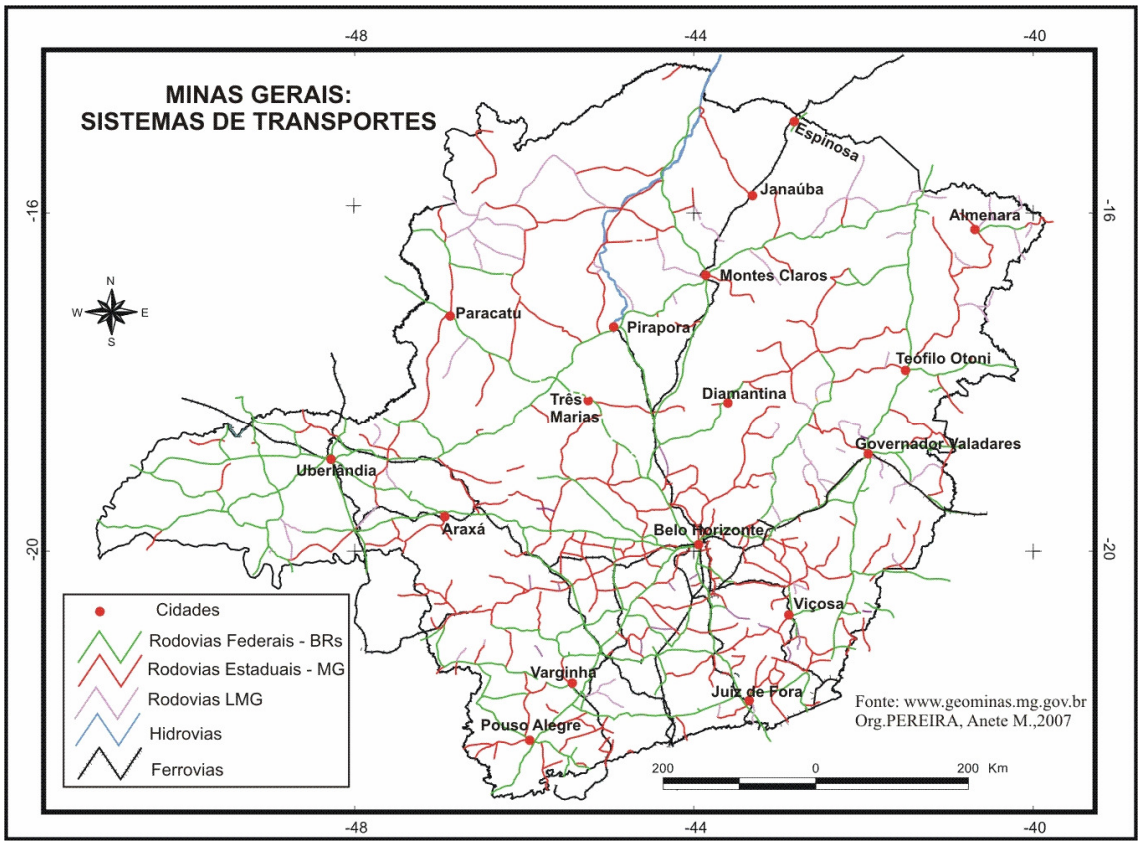
[445] ACI. **2º Encontro das Estradas: a integração do Brasil**. Montes Claros, 2002, s.p.

[446] ALENCAR, Girleno. BRs mal conservadas afastam caminhos do Norte de Minas. **Hoje em Dia,** Belo Horizonte, 23 abr. 2002, p. 19. In: ACI. **2º Encontro das Estradas: a integração do Brasil**. Montes Claros, 2002, s.p.

[447] Estavam presentes, entre outros, os deputados estaduais Arlen Santiago, Gil Pereira e Carlos Pimenta, o deputado federal Cleuber Carneiro, outras lideranças como o prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde, e ex-prefeito, Luiz Tadeu Leite, lideranças de outras regiões do Estado e do país como os deputados federais Eliseu Rezende, Márcio Reinaldo e Walfrido dos Mares Guia, o senador José Alencar Gomes da Silva e o senador Waldeck Ornelas (Bahia).

[448] **Gazeta Norte-Mineira**, Montes Claros, 17 jul. 2006, p. 6, **Gazeta Norte-Mineira**, Montes Claros, 18 jul. 2006, p.6, **Jornal de Notícias**. Montes Claros, 16/17 jul. 2006, p.1 e 4.

Mapa 06: Sistema de Transportes de Minas Gerais



A história da rodovia 135 sintetiza a ideologia regionalista. Das reivindicações em 1957 ao 2º Encontro das Estradas, a pavimentação, aproveitamento, reforma e melhoria foi reclamadas ao Estado como uma "necessidade e interesse regional" e mesmo do país.

Por 40 anos, esse foi um setor não interessante ao capital e, por isso, foi de responsabilidade do Estado. A partir de 2002, com os estudos à mão e percebendo o grande fluxo de veículos pela BR, a burguesia regional resolve assumir o controle da 135. Para tanto, organizou-se, como se vê no evento de 2002, investiu recursos na elaboração de um amplo projeto de reforma, solicitou do Estado a implementação desse projeto e, *depois*, a privatização da rodovia.

O projeto de privatização, na seqüência que vimos, revela uma ação planejada da iniciativa privada, utilizando o Estado como instrumento para se apropriar da riqueza social produzida pelo conjunto da população.

Mas tudo feito em nome do Brasil e da região, como se vê nas palavras do deputado Elizeu Rezende (PFL-MG) – "Este encontro é importante, uma vez que é

preciso salvar as estradas do Brasil" – e do Prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde, (PFL) – "Esse é o encontro da esperança, esperança de ver a nossa região inserida nas regiões desenvolvidas do Estado"[449]. Tudo em nome da região ou do país e a serviço do capital.

No início do século XXI, a concentração espacial da renda era grande em Minas Gerais. O Norte de Minas tinha, em 2002, 4,31% do PIB do Estado, enquanto as regiões Central, Sul e Triângulo concentravam, respectivamente, 41,92%, 14,03% e 11,20% (ver tabela 10).

Quanto aos aspectos sociais, o índice de GINI do Norte de Minas saltou de 0,51 em 1991 para 0,59 em 2000, revelando uma crescente concentração de renda no interior da região. O IDH norte-mineiro, embora tenha melhorado entre 1991 e 2000 é mais baixo do que o nacional, estadual e o nordestino (Ver tabela 11).

TABELA 10
Estrutura percentual regional do PIB, segundo regiões de planejamento
Minas Gerais – 1999–2002

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	1999				2002			
	Total	Agropec.	Industrial	Serviços	Total	Agropec.	Industrial	Serviços
Central	41,92	9,04	48,99	42,24	42,57	9,34	48,53	43,33
Mata	8,97	10,50	7,37	10,02	8,37	9,49	6,60	9,64
Sul de Minas	14,03	23,37	12,17	13,81	12,99	21,18	11,44	12,87
Triângulo	11,20	13,73	11,74	10,26	11,86	15,99	12,66	10,50
Alto Paranaíba	4,11	12,02	3,20	3,36	3,76	11,40	2,78	3,27
Centro-Oeste	4,60	7,64	3,71	4,77	4,64	7,24	3,95	4,76
Noroeste de Minas	1,64	6,59	0,78	1,41	1,83	7,99	0,90	1,55
Norte de Minas	4,36	6,92	3,38	4,69	4,31	7,55	3,21	4,66
Jequit./Mucuri	2,12	3,95	1,02	2,70	2,23	4,42	1,15	2,74
Rio Doce	7,06	6,23	7,63	6,74	7,44	5,42	8,77	6,49
Minas Gerais	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação João Pinheiro – www.fjp.gov.br.

TABELA 11
IDH-M 1991–2000

	1991	2000
Brasil	0,696	0,766
Sudeste	0,729	0,791
Nordeste	0,580	0,657
Minas Gerais	0,697	0,773
Norte de Minas	0,553	0,648

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em www.fjp.gov.br.

Como vemos, os argumentos que alimentam a ideologia regionalista ainda estão em vigor. Tais resultados indicam um fracasso da ideologia? Uma profunda revisão do

[449] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 219-220.

"modelo de desenvolvimento"? Apesar de críticas pontuais, a avaliação ou o balanço da Era SUDENE é, segundo as lideranças políticas e econômicas regionais, muito positivo, daí o seu apoio enfático à recriação da SUDENE.[450]

Do ponto de vista político-partidário, o poder dos grandes comerciantes, industriais e ruralistas sequer foi ameaçado ao longo de cerca de 50 anos da Era SUDENE. O primeiro deputado filiado a um partido de esquerda eleito na região foi Paulo Guedes, em 2006, em uma conjuntura em que, como assinalamos, o PT era governo, Paulo Guedes comandava o DNOCS e o Partido se descaracterizara bastante em relação às suas origens.

Do ponto de vista econômico, vimos, no capítulo 1, embora de forma minoritária, que a burguesia regional também se beneficiou dos incentivos e financiamentos da SUDENE e do Governo estadual.

No dia 18 de fevereiro de 2000, foi promovida uma grande festa no Clube dos Fazendeiros de Montes Claros, situado no interior do Parque de Exposições João Alencar Athayde. Comemorava-se os 50 anos da ACI. Foram homenageados com placas e diplomas os empresários Osmar Geraldo Cunha (Construtora Engest), Deusdeti de Sá Miranda (Monvep), Florentino Soares Fonseca (Crevac), Heraldo Assis Ferreira (Cantina do Pão de Queijo), Edgard Santos (Autonorte), Josué Cristiano Gomes da Silva (Coteminas) e Ariovaldo de Melo Filho (Vallée). Foi concedida, também, uma homenagem especial ao jornalista e advogado José Carlos de Lima. Estavam prestigiando o evento o Senador e sócio majoritário do Grupo Coteminas, José de Alencar Gomes da Silva, o deputado federal e proprietário da rede Pitágoras de Ensino, Walfrido dos Mares Guia, o presidente da Federaminas, Arthur Lopes Filho, e o Prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde Vieira. "Ao final da entrega das comendas todos cantaram parabéns pelos 50 anos da ACI e algumas pessoas ajudaram o presidente David Guimarães a apagar as velas do bolo. Logo após, aconteceu um baile com a banda Alta Dimensão de Belo Horizonte."[451]

Esse evento parece ser uma síntese adequada para essa seção do nosso trabalho: 1) a união entre setor rural e urbano das elites está simbolicamente representada pela

---

[450] A avaliação positiva da SUDENE está, por exemplo, em: FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros** . Op. cit.; DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Op. cit.; AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Op. cit.; SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Op. cit. e ACI. **Fórum Norte de Minas Integrado**. Montes Claros, novembro de 2001.

[451] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit.

realização da festa do "comércio, indústria e serviço" (ACI) na casa dos fazendeiros, 2) a polivalência das elites pode ser representada na pessoa do prefeito Jairo Ataíde, pecuarista, dentista e líder político 3) a convivência harmoniosa entre capital residente e "de fora" é evidenciada pelas homenagens aos representantes das empresas incentivadas como a Vallée e a Coteminas, 4) a honraria a José Carlos de Lima é o reconhecimento ao seu trabalho de articulador da emenda que incluiu o Norte de Minas na área da SUDENE, 5) a presença de lideranças de expressão estadual e nacional como Walfrido dos Mares Guia e José de Alencar Gomes da Silva revela o prestígio da ACI e as suas boas relações no âmbito político-partidário e 6) as placas e diplomas concedidas aos empresários, justificados sob o argumento de que eles "(...) se destacaram pela significativa colaboração para o desenvolvimento sócio-econômico da região norte-mineira, prestando relevantes serviços à comunidade"[452], sintetizam a idéia que o desenvolvimento regional é conseqüência de empresas privadas bem sucedidas e que, por isso, o interesse da burguesia é o interesse da região.

3.3 – Regionalismo e hegemonia de classe

A maior conquista das elites regionais, no entanto, não foi apenas ter construído uma ideologia ao longo da segunda metade do século XX. O mais significativo é que a sua concepção de mundo foi difundida pelo conjunto da sociedade, compartilhada por memorialistas, pela imprensa, por setores do meio acadêmico e, possivelmente, por uma boa parte da população em geral. Foi no bojo desse processo histórico que as elites tornaram-se não apenas dominantes, mas também dirigentes e conquistaram a hegemonia no âmbito regional.

No período 1950–1990/2000, simultâneo ao processo de modernização econômica, expandiu-se a sociedade civil regional, materializada nas associações de prefeitos e vereadores, nos jornais e revistas, clubes, igrejas, lojas maçônicas, rede escolar e faculdades pública e particulares e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais e urbanos. Podemos dizer que houve uma *ocidentalização* do Norte de Minas, no

[452] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p.191.

sentido de que as formas de exercício do poder tornaram-se se mais complexas, não se restringindo ao controle do aparelho de Estado *stricto senso*.[453]

Em âmbito nacional, segundo Carlos Nelson Coutinho, a sociedade brasileira do período monárquico poderia ser caracterizada como do tipo "oriental". A partir da proclamação da República, teria acontecido um lento processo de ocidentalização que teria sido acelerado e consumado a partir da década 1970 com a emergência de uma forte e ativa sociedade civil.[454]

Em linhas gerais, o raciocínio de Coutinho é válido para o Norte de Minas. O regime militar interrompeu o processo de organização dos trabalhadores que avançara durante a experiência democrática dos anos 1945–1964, especialmente em Montes Claros.[455] Ao final da década de 1970 e especialmente nos anos 1980, começaram a surgir novas organizações como os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, a seção regional da CUT e o Partido dos Trabalhadores.[456] No entanto, com relação à organização dos grupos dirigentes, ela se expande desde a década de 1960, quando surgiram as Associações de prefeitos, o Sindicato Rural de Montes Claros, a UDEIMB e foi implantada a FUNM.

Mais importante, ainda, é percebermos o crescente espaço social e político ocupado pela ACI e Sociedade Rural no período. Conforme expusemos desde o capítulo 1, a trajetória dessas duas entidades, as mais influentes da região, revela que as elites regionais evoluíram de fazendeiros, comerciantes e industriais isolados para se constituírem em uma classe organizada que, além da propriedade dos meios de

---

[453] A distinção entre "oriente" e "ocidente" não é necessariamente geográfica, mas baseia-se exatamente na importância da sociedade civil em determinada sociedade. As "orientais" eram aquelas sociedades em que "o Estado era tudo" e a sociedade civil "gelatinosa", conforme expressões de Gramsci, enquanto, nas "ocidentais", além do Estado (aparelho repressor), havia um amplo conjunto de instituições da sociedade civil que, numa linguagem bélica, Gramsci denominava "uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas". Cf. GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado** Moderno. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.74–75, 147–148.

[454] COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 207–219.

[455] Ao final da década de 1950, os trabalhadores de Montes Claros, organizados em sindicatos e em parceria com associações de donas de casa, empreenderam alguns movimentos contra a majoração abusiva de preços, contra o monopólio no fornecimento de carne na cidade entre outros. Cf. PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Op. cit.

[456] Acerca dos sindicatos rurais, cf. STRALEN, Cornelis Johannes van. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**: o caso do norte de Minas. Op. cit.; sobre os sindicatos dos trabalhadores urbanos e o PT, cf., respectivamente, SILVA, Gerlice Malveira da. **A experiência política dos operários de Montes Claros na década de 1980**. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2005 e MENDES, Leandro de Aquino. **O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros**: fundação e consolidação na década de 1980. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.

produção e do controle sobre os postos convencionais do Estado (deputados, prefeitos e vereadores), assumiu a *direção* da sociedade civil, alargando suas concepções e ações de classe, universalizando-as. Nessa parte, vamos apenas apontar como ocorreu uma aproximação crescente das elites em relação ao restante da sociedade, através da inserção de suas entidades no cotidiano da população, e como isso contribuiu para reforçar a imagem de uma *comunidade regional* e o princípio da ideologia regionalista, segundo o qual os interesses burgueses são os interesses de todos.

A Sociedade Rural, conforme sua ata de fundação, em 1944, surgiu para que "prestasse serviços aos seus associados, colaborando com os poderes públicos no aperfeiçoamento do espírito associativo, entre os que exercem atividades rurais, articulando os pecuaristas a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses." [457]

No transcorrer do tempo, porém, a entidade foi ampliando suas ações, intervindo em questões que, em muito, extrapolavam os seus objetivos corporativos originais. Nos anos 1950, 1960 e 1970, participou das articulações para a instalação de instituições e organização de serviços diversos em Montes Claros, entre eles a construção dos prédios do Seminário Diocesano e do Fórum de Justiça, asfaltamento de rodovias, instalação do Colégio Agrícola (Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG) e da FUNM, criação da agência do BNB, do Corpo de Bombeiros, do 10º Batalhão de Polícia Militar e do escritório regional da SUDENE.[458]

Mas a estratégia maior de inserção da entidade no cotidiano regional parece ser a realização das Exposições Agropecuárias, realizadas de forma bienal, a partir de 1957, e, nos últimos tempos, anualmente. Esses eventos apresentam, pelo menos, três dimensões. A primeira é comercial: a reunião de instituições financeiras, produtores e fornecedores de implementos e insumos para a produção agrícola e pecuária, realização de concursos e leilões do boi gordo e novilho precoce. Em segundo lugar, as exposições funcionam como um fórum político: os ruralistas aproveitam a presença das lideranças políticas regionais, Governador e/ou Secretário de Estado, Ministro da Agricultura e, em algumas ocasiões, até do Presidente da República, para encaminhar suas demandas. Trata-se de "um canal aberto a reivindicações políticas junto a autoridades", como diz a própria Sociedade Rural.[459]

---

[457] Ata de fundação da Sociedade Rural de Montes Claros. SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros: 2000, p. 20.
[458] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit., p. 22.
[459]Idem, p. 44.

A terceira dimensão ou papel das exposições é também política, mas voltada para a sociedade regional, para o estreitamento dos laços entre a mesma e os grandes proprietários. Ao longo de uma semana de atividades, a população freqüenta os *shows* musicais, rodeios em touros e vaquejadas, visita *stands,* conhece, enfim, a pujança da pecuária regional. O momento máximo dessa integração é, possivelmente, o dia 03 de julho, aniversário da elevação de Montes Claros à condição de cidade. Nesse dia, os portões do Parque João Alencar Athayde são abertos e um grande número de pessoas, especialmente as de baixa renda, tem a oportunidade de "participar da festa". Avaliando os significados do evento, a Sociedade Rural afirma que:

> Nossas exposições agropecuárias, que demonstram a integração do povo de Montes Claros com a festa máxima da região, não se resumem apenas ao caráter restrito e de essencial interesse dos ruralistas, mas já é o ponto alto das atividades de nossa associação, da conveniência da nossa indústria e de vantagens para o comércio local. A batalha para a realização de um certame dessa natureza, justifica-se pelo clima de entusiasmo e otimismo de todo o povo de Montes Claros, que o transforma também na sua grande festa.[460]

Georgino de Souza Júnior, que possivelmente também redigiu o livro comemorativo dos 56 anos da Sociedade Rural, interpreta as exposições também como importantes "marcos sócio-antropológicos":

> (...) por meio desses eventos, a comunidade, espontaneamente, revela certa familiaridade com o rural ou com o agrário, inerente da sua própria formação comunitária. Nesse aspecto, a super-estimação que, coletivamente, se faz do "rural", resulta da cristalização de valores culturais passados ao longo das gerações ou de laços sociais de convivência e trabalho. Tais observações são possíveis num município como o de Montes Claros, que teve sua origem histórica nos "currais de bois" e sua base econômica, até recentemente, assentada na pecuária extensiva de corte e na agricultura familiar de subsistência.[461]

Além das exposições, o Parque João Alencar Athayde é palco de outras festividades como *shows* musicais esporádicos, eventos religiosos e filantrópicos e a Festa Nacional do Pequi, promovida pela Prefeitura de Montes Claros a partir dos anos 1990.

---

[460] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit., p. 43.

[461] SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. **Sociedade Rural de Montes Claros**: conseqüências do processo de centralização administrativa nas estruturas do poder local. Op. cit., p. 49.

Se, na Ata de fundação da Sociedade Rural, a ênfase é na defesa dos interesses dos pecuaristas, em 2000, a preocupação é apresentar-se como uma entidade da "cidade" e da "região": "Os registros constantes deste livro (história da entidade) revelam o quanto fez esta brava gente brasileira: mais que uma cidade, essa gente, nas lidas diárias e nas exposições agropecuárias, construiu possibilidades, teceu sonhos, inventou realidades. A história dessa gente, é a história da própria Montes Claros." Os líderes da Sociedade Rural, continua o livro comemorativo, "ao longo de 56 anos propugnaram para que a região e Montes Claros passassem a ser respeitadas, no Brasil inteiro, como uma terra de gente que trabalha, que ama o seu trabalho e que acredita, ontem, hoje e sempre, no solo sagrado dos sertões das Minas Gerais." [462]

A ACI surgiu como uma organização voltada especifica e exclusivamente para os interesses dos comerciantes e industriais. Conforme seu estatuto, sua finalidade número um é "representar as classes que congrega reivindicando os direitos dos seus associados, sustentando e defendendo os seus legítimos interesses onde se fizer necessário, inclusive perante os poderes públicos"[463] .

Porém, de forma semelhante à Sociedade Rural, a entidade participou ativamente de projetos e movimentos diversos. Não repetiremos aqui os eventos promovidos pela entidade a que já fizemos referência, preferindo registrar situações em que, mais claramente, revela-se a ampliação do leque de atuação da ACI para além dos interesses imediatos dos seus representados.

As conquistas que a entidade dos ruralistas afirma ter ajudado a trazer para a região, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, como instalação de escolas, Corpo de Bombeiros e bancos, são também reclamadas como suas pela ACI, conforme notamos em seu livro de memórias.

Os problemas sociais pareciam se agravar na década de1980, especialmente em Montes Claros, para onde se dirigiu grande parte das famílias expulsas da zona rural e de outros municípios pelo processo de modernização do setor rural. Consciente disso, o presidente da ACI, Wellington Lima Pereira, orientava os empresários a fazerem doações a instituições de caridade e descontá-las no Imposto de Renda e cogitou mesmo

[462] SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. Op. cit. p. 19 e 55.
[463] DOS ESTATUTOS. In: DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Op. cit., p. 317–318, 317–344.

a possibilidade de a ACI criar um "Fundo Comunitário", com vistas a ajudar orfanatos, creches e instituições semelhantes.[464]

Nesse contexto, a participação nas questões "comunitárias" ampliou-se bastante. Em 1986, a ACI e o CDL (criado pela ACI na década de 1970) uniram-se à Prefeitura de Montes Claros e à Polícia Militar para a implantação do serviço de guarda-mirim na cidade, com vistas a "(...) eliminar a delinqüência juvenil e, mais do que isso, como assistência e amparo aos menores desassistidos." [465] Ainda sobre os menores, a ACI empenhou-se para a reativação do Comissariado em setembro do mesmo ano. "Com este gesto", explica o representante da Associação, "a classe empresarial dá mais uma demonstração de que continua preocupada com os problemas sociais que afligem a comunidade, entre eles o dos menores infratores." [466]

Em 1987, os funcionários da Santa Casa de Montes Claros, maior hospital da região, entraram em greve reivindicando aumento salarial e estabilidade no emprego. As negociações entre diretores e sindicato pareciam se arrastar lentamente. Preocupada com a "população local privada da assistência", a ACI interfere na questão, reúne-se com os sindicalistas e forma uma comissão para solicitar a participação do Bispo Diocesano nas negociações.[467]

Em 1989, a mobilização foi contra o lixo atômico. Discutia-se, em âmbito nacional, a definição de áreas nas quais seriam criados depósitos de rejeitos radioativos. O Norte de Minas era um das 14 áreas consideradas adequadas para a construção dos depósitos, segundo estudos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A proposta, não efetivada, foi duramente rechaçada na região, unindo prefeitos, ambientalistas e empresários contra "mais essa injustiça contra o norte de Minas". À ACI coube mobilizar deputados da região e entidades empresariais sediadas em Belo Horizonte.[468]

No início da década de 1990, a entidade envolveu-se em mais duas campanhas "sociais": o *S.O.S. norte de Minas*, que arrecadou 12 toneladas de alimentos e roupas para a população mais afetada pela seca, e passou a patrocinar o Hospital Aroldo

[464] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 129.
[465] Idem, p. 126.
[466] Idem, p. 128.
[467] Idem, p. 129. Não encontramos registros acerca do desfecho da greve.
[468] Idem, p. 295–296.

Tourinho, especialmente o Banco de Leite Humano, criado para atender as crianças vítimas de subnutrição.[469]

O livro de memórias da ACI registra, ainda, um grande número de eventos e situações em que a entidade se envolveu, como campanhas de prevenção de acidentes de trabalho, parceria com a Vara de Infância e do Adolescente e campanha de preservação do patrimônio histórico.[470]

Os exemplos relatados revelam que, além de seu protagonismo no processo de industrialização, na mobilização por obras de interesse mais amplo como asfaltamento de rodovias, instalação e ampliação de escolas, a entidade envolveu-se na vida cotidiana da população, especialmente no município de Montes Claros, interferiu em problemas a que, inicialmente, não se propunha, construiu laços efetivos com autoridades políticas, policiais, judiciárias e lideranças comunitárias.

Avaliando as suas ações dessa natureza, a entidade conclui: "O vigor da ACI se deve em parte à sua abertura, ao entrosar-se com os vários segmentos da comunidade, absorvendo seus problemas e contribuindo para soluções." [471] A aprovação da imprensa é evidente: "A comunidade montesclarense reconhece a importância da ACI, não como Entidade de defesa só de interesses do empresariado e sim como legítima defensora dos interesses de Montes Claros."[472]

O envolvimento simultâneo e constante da entidade nas questões econômicas, sociais e humanitárias talvez tenha sido a justificativa para que o seu livro de memórias a apresentasse como o cérebro e o coração da população de Montes Claros: "No centro nervoso desta cidade, à rua Carlos Gomes, nº 110 pulsam o coração e o cérebro do seu povo, num ritmo acelerado: **Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Montes Claros**, atestando evolução cultural e tecnológica." [473]

Priorizamos, desde o capítulo 1, o exame da história da ACI e da Sociedade Rural para a análise do processo de organização das elites, em virtude de sua maior representatividade, bem como em virtude da maior disponibilidade de fontes.

Todavia, nossas conclusões acerca do pensamento, projetos e demandas das elites levam também em consideração a organização dos prefeitos – Associação dos Municípios Mineiros do Polígono das Secas e depois AMAMS, a AVAMS –

[469] Idem, p. 157–158.
[470] Idem, p. 171–172.
[471] Idem, p. 171–172.
[472] **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 29 ago. 1991. In: DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 270.
[473] DAVID, Zoraide Guerra. Op. cit., p. 13.

Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE –, as mobilizações separatistas, e as diversas instituições que, especialmente a partir de 1980, aparecem nos eventos e mobilizações regionalistas diversos que identificamos ao longo deste trabalho.

Do conjunto analisado, parece-nos seguro afirmar que as "classes produtoras" "evoluíram" de uma simples organização corporativa para uma ação ampla, ocupando os espaços sociais, políticos e econômicos. Progressivamente, a elite regional percebeu que a realização de seus interesses específicos implicava questões mais amplas e, especialmente, implicava a necessidade de maior organização e articulação para fazer valer seus projetos. Para tanto, passou a incorporar demandas "comunitárias" em suas reivindicações, alargando o seu campo de atuação e, assim, conquistando maior grau de legitimidade.

Parece-nos que a explicação de Gramsci para as fases de organização dos grupos socais é válida para esse caso. Conforme explica o autor, o primeiro momento da tomada de consciência das classes é o econômico-corporativo, quando os segmentos se organizam de forma isolada. O segundo é quando os segmentos diversos adquirem consciência de seus interesses comuns (de proprietários, no caso) e começam a atuar junto ao Estado. O terceiro momento é quando se percebe que os seus interesses corporativos, "podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados." [474] É nessa fase que

> as ideologias germinadas anteriormente se transformam em "partido", entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se ascende a luta não num plano corporativo, mas num plano 'universal', criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apontados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais.[475]

[474] GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Op. cit., p. 50.

[475] Idem, ibidem. Evidentemente, Gramsci está raciocinando tendo em perspectiva a organização de grupos em âmbito nacional. Apesar disso, sua abordagem acerca da ideologia e hegemonia de grupos sociais parece-nos adequada para a análise de nosso objeto.

Postulamos que a organização das elites regionais atingiu um grau razoável de maturidade no período. No conjunto, suas diversas entidades revelam que o ponto de partida foi uma ação corporativa para a construção de uma hegemonia sobre o conjunto da sociedade norte-mineira. Gradativamente, a ACI e a Sociedade Rural, bem como outras entidades que surgiram nas décadas seguintes, igualmente representando os interesses hegemônicos, construíram uma ideologia regionalista, uma visão de mundo que passou a ser a matriz que orienta a compreensão da história regional, realiza o seu diagnóstico presente e aponta as diretrizes para o futuro, para o seu desenvolvimento.

Examinemos, nesse momento, as mais recentes manifestações da ideologia regionalista e como ela tem conseguido penetrar nos meios universitários regionais. Como registramos anteriormente, a afirmação do caráter nordestino para a região é um dos elementos constituintes da visão de mundo das elites. Vimos também que a narrativa histórica que sustenta tal caráter é compartilhada por um expressivo número de memorialistas, alunos e professores universitários. Acerca dos últimos, é importante notar que, para além da nordestinização, eles compartilham outros pontos fundamentais da ideologia das elites.

Possivelmente, a força do pensamento hegemônico manifesta-se na quase imposição, para o pesquisador regional, da idéia de que existe uma entidade chamada Norte de Minas que, partindo do período colonial até os dias atuais, luta pelos seus "interesses" e é vítima de algum tipo de ação *externa*. Assim, existiriam "interesses", "consciência", "projetos" *regionais* que, em algum momento da história, manifestaram-se. Saliente-se que mesmo trabalhos críticos do modelo de desenvolvimento da SUDENE adotam um raciocínio *regionalista*, chegando mesmo a idealizar a história da região pré-SUDENE. Ao adotar a abordagem de cunho regionalista, esses trabalhos não conseguem romper os parâmetros colocados pela ideologia hegemônica, porque reproduzem um dos seus mais importantes princípios, isto é, o encobrimento das clivagens sociais sob o manto das categorias generalizantes.[476] Exemplo disso é a obra **Formação Social e Econômica do Norte de Minas,** cujos capítulos, escritos por 4 dos mais prestigiados pesquisadores regionais, apontam, com riqueza de dados, o caráter

[476] MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**: 1690–1930. Op. cit.; CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. **Organização espacial de Montes Claros e a região norte de Minas**. Op. cit.; COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. Op. Cit ; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Op. Cit., p. 5-6, p. 6 e QUERINO, Augusto José. **Montes Claros e o norte de Minas na rede urbana do centro-sul**: fábulas e metáforas do desenvolvimento. Op. Cit.

conservador da modernização regional. Todavia, na sua apresentação, os organizadores dizem que "Ao trazer este trabalho a público pretendemos contribuir com a formação de uma consciência e identidade regional (...). Que na comemoração destes quinhentos anos do Brasil, a região saiba (re)descobrir sua história e sua identidade sociocultural."[477]

Parece haver, ainda, uma forma sofisticada de vitimização regional. O Norte de Minas seria vítima, também, de uma desconsideração por parte da historiografia. Sua história, especialmente a colonial, teria sido "escondida" porque se tratava de uma região não integrada ao comércio e culturas ocidentais.[478]

Uma das manifestações mais recentes do regionalismo norte-mineiro é o chamado Projeto Catrumano. No início de 2006, a Unimontes, a AMAMS – Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – e a Prefeitura Municipal de Montes Claros lançaram o Movimento Catrumano que, entre outros objetivos, visa promover a comemoração do "Dia de Minas", dia 16 de julho, na cidade de Matias Cardoso, sob o argumento que "o norte de Minas foi o berço de Minas Gerais", como diz o próprio subtítulo do movimento. Pelo projeto, haveria uma alternância da comemoração do 16 de julho, "entre Mariana, Berço da Cultura e Civilização das Minas, e Matias Cardoso, Berço da Cultura e da Civilização dos Gerais". [479]

O projeto não se apresenta como novo porque "certamente outros movimentos catrumanos surgiram. Outros Catrumanos dedicaram-se ao movimento de manter sempre elevada a auto-estima dos norte-mineiros e cada vez mais forte a identidade de nossa região." [480] Colocando-se como parte de um longo processo histórico, o movimento faz retroagir suas raízes ao século XVII e XVIII. Isso fica evidente na proposta de instituir três honrarias:

> Em reconhecimento àqueles que têm o norte de Minas tatuado, simbolicamente, no peito, o *Movimento Catrumano* institui uma honraria em reconhecimento às suas atuações, a **Medalha** *Mathias Cardoso de Almeida*, a **Medalha** *Maria da Cruz* e a **Comenda** *Civismo e Consciência dos Gerais*, medalha e comenda que pretendem eternizar, por intermédio de singela homenagem, todo o orgulho que o sertanejo tem pelo seu sertão.[481] (Grifos no original)

---

[477] OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Op. Cit.; p. 11.
[478] QUERINO, Augusto José. Os sentidos do sertão e o escondimento da história norte-mineira. **Caminhos da História**. Montes Claros, Unimontes, vol. 10, n.1, 2005, p.51–72.
[479] UNIMONTES. **Movimento Catrumano**. Montes Claros: Unimontes, janeiro de 2006, p. 9.
[480] Idem, p. 9.
[481] Idem, p.19.

Trata-se de um caso de evidente "manipulação da história"[482]. Os mesmos eventos e personagens do século XVIII, que antes eram apropriados como provas do caráter baiano/antimineiro da região, são agora reclamados como marcos originais da história de Minas.

Apesar da flagrante mudança na interpretação que se quer dar aos mesmos eventos históricos, o ponto comum entre as duas visões (a que sustenta o caráter nordestino e a do Projeto Catrumano) é a busca de uma raiz antiga para as demandas e projetos das elites atuais. Significativamente, os personagens que emprestariam seus nomes para as comendas – Matias Cardoso e Maria da Cruz – eram grande proprietários de terra, detinham considerável poder político e econômico na sociedade em que viveram. São, pois, adequados candidatos a heróis das elites norte-mineiras do século XXI que, além da terra e do poder político, exercem a hegemonia intelectual.

Dessa forma, vimos que um conjunto significativo de intelectuais orgânicos e não orgânicos – tecnólogos, burocratas, jornalistas, professores, memorialistas –, entidades de classe, instituições públicas e privadas foram sendo criadas a partir de 1960 e participaram da construção e difusão de uma ideologia regionalista, cujos maiores beneficiários são os grandes comerciantes, fazendeiros e industriais. Entre as entidades, destacaram-se, além da ACI e Sociedade Rural, principais *instituições privadas de hegemonia*[483], o Sindicato Rural de Montes Claros, CDL, AMAMS, FIEMG, CESENM e UDEIMB; patrocinaram e/ou divulgaram/apoiaram os eventos e mobilizações separatistas as empresas privadas Biobrás, Coteminas, Construtora Pavisan, Valleé e Lafarge Coopagro, Credinor e TV Grande Minas, as instituições de ensino superior Faculdades Pitágoras, FUNM/Unimontes e FUNORTE, os órgãos e empresas públicas Prefeitura Municipal de Montes Claros, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, SUDEMINAS/SUDENOR, CODEVASF, EMATER-MG e INDI e os órgãos de imprensa da região Revistas **Encontro** e **Montes Claros em Foco,** jornais **Diário de Montes Claros**, **Jornal do Norte**, **Jornal de Notícias**, **O Jornal de Montes Claros**, **Gazeta do Norte** e **Gazeta Norte-Mineira**.

---

[482] Cf. FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

[483] Trata-se de instituições que "aparentemente são privadas, mas na verdade cumprem o papel de difusão e reprodução da hegemonia das classes que dominam também o Estado em sentido estrito", a exemplo de escolas, igrejas, sindicatos, partidos e jornais. SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 199.

O vigor da ideologia burguesa regional fica evidente no fato de essa rede de instituições da sociedade civil (exceto alguns órgãos públicos[484]) compartilhar dessa visão de mundo. Parece-nos, pois, seguro afirmar que as elites norte-mineiras lograram conquistar a *direção intelectual e moral* da sociedade, exercendo, assim, não apenas o domínio, mas também a hegemonia, uma vez que estão à frente dos postos convencionais do Estado e dirigem a sociedade civil.[485]

Um aspecto interessante desse processo histórico de construção e *universalização (*ou *regionalização,* já que estamos falando de uma região) da ideologia burguesa é o seu caráter desorganizado[486]. Apesar dos fóruns, congressos e documentos diversos produzidos pelas entidades e lideranças, não há uma *cartilha* que reúna, sintetize e explique os valores, os elementos constituintes do pensamento e projetos das elites, diferentemente do regionalismo do Triângulo Mineiro que, em suas experiências separatistas, chegou a produzir duas cartilhas sobre a *triangulinidade*[487]. Assim, como não há uma instituição específica, apesar das iniciativas da UDEIMB, CESENM e mesmo dos documentos produzidos pela ACI no Fórum do Norte de Minas Integrado (2001) e no 2º Encontro das Estradas (2002), a compreensão da ideologia regionalista requer a leitura atenta de seus elementos que, apesar de fragmentados em textos, eventos e datas diversas, articulam-se razoavelmente. Acreditamos que essa *desorganização*, esse caráter fluido da ideologia, ao invés de ser uma indicação de fragilidade, pode contribuir para a sua universalização, exatamente porque parece ocultar o seu caráter classista, criando-se a imagem sólida de algo "regional", "norte-mineiro", sem vínculo com os grupos sociais e, portanto, *não ideológico.* A aparente inexistência da ideologia é justamente um dos elementos reveladores da sua eficácia, da sua difusão, da sua transformação em pensamento de todos.

---

[484] Na realidade, trata-se de órgãos de difícil classificação porque, embora pertençam ao Estado no seu sentido estrito, não têm uma função coercitiva. Como explica Hugues Portelli, a separação entre sociedade civil e política não é estanque. Há instituições como, por exemplo, Partidos Políticos e o Parlamento, cuja classificação é muito difícil, podendo pertencer tanto a sociedade civil quanto à política. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

[485] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 5. Op. cit., p. 62–63.

[486] Lucíola Paranhos identifica uma maior organização do empresariado regional nos anos mais recentes, tomando como ponto de partida o I Fórum Norte de Minas Integrado de 2001. Todavia, ela também informa que, a organização das elites locais-regionais que parecia sólida em 2001, já perdera parte do seu vigor quando da realização de sua pesquisa em 2005-2006. Cf. PARANHOS, Lucíola da Silva. **Tecendo a rede e pescando o peixe**: Desenvolvimento e redes sociais: a articulação local-global no Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

[487] LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. **Unidade e fragmentação**: o movimento separatista do Triângulo Mineiro. Op. cit.

É difícil medir o grau de assimilação da ideologia pelo conjunto da população. Todavia, a sua constante divulgação na imprensa, nos eventos públicos, nas campanhas separatistas e em textos que tratam da história regional podem ter produzido a sua difusão junto a um público mais amplo.

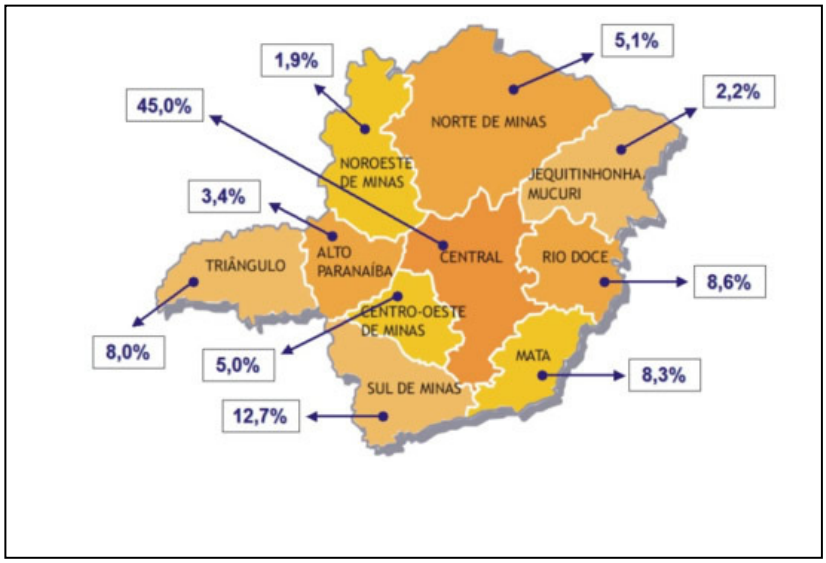
Com o intuito de averiguar tal possibilidade, realizamos uma pesquisa no arquivo de provas da Comissão Técnica de Concursos – COTEC – da Unimontes, examinando as respostas dadas pelos candidatos a uma questão da prova de Geografia do vestibular 1/2006.[488]

A questão era seguinte:

QUESTÃO 06

Observe o mapa.

PIB DE MINAS GERAIS SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO



Fonte: BDMG, 2004

JUSTIFIQUE a participação diferenciada da região Norte de Minas em relação à região Central, na composição do PIB estadual.[489]

---

[488] A sugestão para utilizar essa fonte foi da professora de Geografia e colega de pesquisas sobre o Norte de Minas, Anete Marília Pereira, a quem agradecemos pela inestimável ajuda.

[489] Conforme a equipe de Geografia da COTEC, a resposta adequada à questão proposta deveria considerar que: "A diferença no percentual de participação na composição do PIB de MG entre as regiões Norte de Minas e Central encontra justificativa em vários fatores, sendo os mais relevantes: O Norte de Minas é menos industrializado do que a região Central. A economia do Norte de Minas tem por base atividades agropecuárias mais tradicionais, enquanto a da região central tem por base a indústria e serviços mais especializados.O norte de Minas é menos desenvolvido, do ponto de vista econômico, do que a região Central, na qual se localiza a capital mineira."

Dos 2.313 inscritos, 2.100 compareceram e fizeram a prova. Lemos as provas de 1.861 candidatos.[490] O objetivo não foi avaliar se as respostas dadas estavam ou não corretas, mas sim verificar em que medida, ao tentarem construir a resposta, os candidatos apresentavam argumentos que integram, com clareza, a ideologia regionalista.

Em um primeiro exame das respostas, notamos a freqüência com que se repetiam alguns tipos de respostas e acabamos criando uma classificação em 8 categorias de respostas. Os principais argumentos apresentados como resposta estão no quadro 06.

Não há, evidentemente, respostas "puras". Para classificá-las, levamos em consideração, em várias oportunidades, o argumento mais enfatizado pelo candidato. Assim, as respostas enquadradas como do tipo "8", por exemplo, não apresentavam, necessariamente, todos os argumentos listados no quadro 06.

QUADRO 06

Respostas dos candidatos ao vestibular 1/2006 Unimontes à questão nº 6 de Geografia

Tipo	Argumentos dos candidatos	Qtd.
1	Provas em branco	126
2	Respostas sem sentido	393
3	Falta investimento[491]/falta infra-estrutura/falta planejamento no Norte de Minas	156
4	A região Central é mais bem localizada, é próxima de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, está no centro de Minas Gerais	53
5	Predomínio das atividades agropecuárias no Norte, predomínio das atividades industriais no Centro, presença do quadrilátero ferrífero no Centro, mais indústrias de exportação no Centro	400
6	Êxodo rural no Norte de Minas	02
7	A renda é mais concentrada no Norte de Minas	08
8	O problema é a seca, o clima, as semelhanças com o Nordeste, o abandono da região pelo poder público; a falta de mais incentivos fiscais/o Centro tem mais incentivos fiscais e atenção do governo; o Centro "suga" as riquezas de outras regiões, inclusive do Norte; a distância da capital do Estado[492]/a presença da capital do Estado no Centro	723
Total		1.861

Fonte: Unimontes/COTEC

Parece claro que os elementos constituintes da ideologia regionalista que examinamos anteriormente, especialmente no que concerne ao *diagnóstico*, são

[490] O objetivo era consultar todas as provas, mas, devido a dificuldades em localizá-las, não foi possível o exame da totalidade.

[491] Inclui as respostas em que o candidato escreve simplesmente a "falta de investimento", sem discriminar a sua natureza (público ou privado) e as respostas que indicam com clareza a falta de investimentos privados. A falta de investimentos públicos foi enquadrada no item "8".

[492] A presença da capital também aparecia em respostas de número "5". No item "8", só foram incluídas as respostas que, de alguma forma, afirmavam que estar próximo/ou distante de Belo Horizonte tinha efeitos políticos, significava receber maior ou menor atenção/investimento do Estado.

compartilhados pelos candidatos ao vestibular. Se descontarmos as provas em branco e as respostas sem sentido, veremos que o tipo "8", que revela mais claramente tais elementos, corresponde a mais de 50% das respostas dadas. Esse percentual sobe ainda mais, se considerarmos que o tipo "3" é muito semelhante e compatível com o tipo "8". Além disso, não se pode afirmar que os candidatos que entregaram a prova em branco, que escreveram coisas sem nexo ou deram as respostas dos tipos 4, 5, 6 e 7 não compartilhem daqueles argumentos.

Independentemente de pequenas variações percentuais, são perceptíveis os fortes indícios de difusão da ideologia das elites. Selecionamos algumas respostas dadas que nos permitem ver melhor a transformação da ideologia em "senso comum".[493]

- A região Norte de Minas como pode-se observar é uma continuidade do sertão nordestino, sendo assim uma região seca, de solo pouco fértil, mão-de-obra desqualificada, atraindo assim poucos investimentos para a região, com isso observa-se poucas indústrias, podendo ser comprovada na maior cidade da região, onde predomina o setor terciário.

- A seca, no Norte de Minas, castiga as plantações, a pluviosidade não ajuda, não há grandes investimentos agropecuários. É uma região segregada do estado, têm fome. Não tem um parque industrial evoluído, tampouco é centro de distribuições e informações como na região central que desempenha importante papel econômico a nível estatal e mundial, devido à presença da capital: Belo Horizonte.

- A região Norte de Minas é uma região, onde o número de incentivos fiscais é menor em relação a região central do Brasil, onde o crescimento industrial recebe apoio do estado e também a concentração política é maior.

- O norte de Minas além de sofrer problemas naturais sofre certa discriminação em relação à região central. O Centro recebe grandes investimentos em muitos setores como indústria, saúde e infra-estrutura comercial, ao contrário da região Norte que precisa "rebolar" para oferecer uma boa qualidade de vida a sua população.

- A região central detém um grande centro industrializado, um comércio ativo, que conta com investimentos governamentais. Enquanto que no Norte de Minas, localiza-se a parte pobre, com regiões secas, com poucos empregos, e sem melhorias a oferecer, pois é uma região, desprovida de ajuda, vítima do descaso governamental.

- No Norte de Minas as condições climáticas desfavorecem a consolidação de uma industrialização tão eficiente como no centro do país. A falta de chuvas regulares é um elemento repulsor de

[493] As respostas foram transcritas exatamente como foram escritas pelos candidatos nas provas.

investimentos. Na área central os incentivos fiscais também são maiores e melhores.

- A região do Norte de Minas, devido a sua localização está próximo, sofre influência da região Nordeste, onde seus fenômenos naturais interfere no seu desenvolvimento. Já a região central o seu PIB é maior, devido contar com a sua localização propícia ao desenvolvimento sem interferência do clima semi-árido do Nordeste.

- O PIB do Norte de Minas na composição do PIB estadual é bastante inferior ao da Região Central, pois é na Região Central que localiza-se as grandes indústrias e a maior parcela da população economicamente ativa, enquanto o Norte de Minas parece-se como sertão nordestino, não apresentando assim condições favoráveis para o desenvolvimento, digo desenvolvimento de grandes indústrias nem mesmo grandes plantações.

- A presença da capital – Belo Horizonte –, parque industrial mais desenvolvido do estado, instalação maior da agroindústria, características morfoclimáticas mais amenas, em contraste com o norte de clima quase semi-árido como visto no sertão nordestino, o fato da parte central ser mais próxima e mais interligada ao eixo Rio-São Paulo explicam o maior PIB na parte central.

Notamos que o discurso do abandono, das secas, da distância da Capital/do Governo, do caráter nordestino e da falta de incentivos fiscais (e, portanto, a visão desses fatores como instrumentos adequados de desenvolvimento) são recorrentes. Acima de tudo, percebemos que o raciocínio dos candidatos é construído tendo em perspectiva uma *unidade regional* que é vitima da natureza ou do governo, que é nordestina e pobre e que carece de mais incentivos e investimentos. É, em linhas gerais, o pensamento das elites e a consolidação de um de seus argumentos mais importantes: o encobrimento das classes sociais pela ênfase na região.

Salientamos que essas fontes – as provas dos vestibulandos – são representativas da população com acesso ao sistema escolar porque, a cada semestre, 8 a 10 mil alunos, oriundos de todo o Norte de Minas, do Noroeste e vales do Mucuri e Jequitinhonha, participam desse vestibular.

Parece-nos, pois, razoável afirmar que a ideologia, formulada pelos intelectuais, permeia o sistema educacional, espalha-se pela sociedade e termina apreendida pelos "simples", converte-se em "senso comum", ou na "filosofia dos não-filósofos"[494]. Todavia, essa apreensão popular do pensamento das elites não é completa ou pura, mas ocorre de forma seletiva, como explica Gramsci. Assim, as pessoas comuns, as

[494] GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1. Op. cit., p. 114.

"massas", na expressão do autor italiano, não são simples recipientes passivos do discurso elaborado pelas classes hegemônicas, mas conjugam com esses discursos os seus próprios valores, construindo uma concepção de mundo que não é, necessariamente, um conjunto de argumentos articulados de forma coerente e idêntico ao "original".[495]

A possível adesão popular à ideologia regionalista indica o caráter orgânico desta, revela que a mesma respondia a necessidades históricas dos grupos sociais e, portanto, funcionava como instrumento das elites para o exercício da hegemonia.

Acerca dessa hegemonia, construída ao longo do processo de modernização econômica da segunda metade do século XX, restam, ainda, duas observações importantes: a primeira é que, como explica Gramsci, a hegemonia pressupõe concessões por parte dos grupos hegemônicos às classes às quais dirigem[496]; a segunda é que hegemonia não corresponde à exclusividade, ausência completa de crítica e/ou resistência.

Quanto ao primeiro ponto, embora os grandes comerciantes, industriais e fazendeiros tenham sido os maiores beneficiários do modelo SUDENE–Governo estadual de desenvolvimento, em alguma medida os demais grupos sociais obtiveram benefícios. Empreendimentos como asfaltamento de rodovias, expansão da rede de energia, construção e expansão de escolas e hospitais, a geração de empregos no setor industrial e de serviços (apesar de muito aquém do que se previa) influem de forma positiva na vida dos trabalhadores. Esse aspecto é verificado, por exemplo, na evolução do IDH (índice baseado na renda, educação e longevidade) de Montes Claros, município que mais concentrou investimentos públicos e privados entre os anos 1960 e 2000. O IDH do município era de 0,472, em 1970; 0,720, em 1980; 0,721, em 1991, e 0,783, em 2000. Os dados para o conjunto da região são mais desfavoráveis, mas também indicam uma melhora no período: o IDH Norte de Minas era de 0,335, em 1970; 0,505, em 1980; 0,553, em 1991, e 0,648, em 2000.[497]

---

[495] Idem, p. 108. Sabemos que os vestibulandos não são o grupo que melhor representa as "massas" ou as pessoas comuns. Todavia, em virtude da dificuldade de se encontrar fontes produzidas pelas pessoas ditas "comuns", as provas do vestibular nos parecem ser uma fonte que permite uma aproximação ao seu pensamento.

[496] GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Op. cit., p.33.

[497] Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991**. Belo Horizonte, 1986 e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em www.fjp.gov.br. Os dados do IDH norte de Minas para as décadas de 1970 e 1980 foram tabulados por RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período

Por fim, registramos que o modelo hegemônico não foi implantado e desenvolvido sem resistência, nem sua ideologia recebeu a adesão de todos os grupos sociais. Foram as entidades atuantes junto aos trabalhadores rurais, CPT e Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, e a CUT que produziram as mais enérgicas críticas aos mecanismos e resultados do projeto de desenvolvimento levado a efeito na região, apontando o seu caráter classista e rejeitando formulações que o explicasse a partir de critérios e/ou categorias que obscurecessem a sua natureza.[498]

Entre os eventos promovidos pelas entidades dos trabalhadores, o mais significativo, a julgar pela presença de entidades[499] e pelo documento que produziu, foi o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional de 1993, realizado na sede da

---

Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; _____. (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Op. cit., p. 105–172, p. 137.

[498] MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Organizações não-governamentais e campesinato**: Novas alianças políticas no campo tecnológico – (O caso do CAA – Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança). Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB, 1993, AUGUSTO, Rosely Carlos. **A Intervenção do Estado na Região Norte de Minas**. Montes Claros: CPT, dezembro de 1988 e documentos avulsos da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas.

[499] O Fórum e o documento produzido foram, ao que parece, coordenados pela CPT e CUT porque, conforme pesquisamos no arquivo da CPT Montes Claros, as cartas de convite para participar do evento eram assinadas pelo então presidente da CUT regional, Alvimar Ribeiro dos Santos. Todavia, o número de entidades que compareceram ao evento e assinam o documento é expressivo (pela ordem em que assinam): CPT, CUT norte de Minas, Grupo de Estudos e Ações Ambientais (GEA), Sind-UTE subsede Montes Claros, CAA, Sindicato da Indústria da Construção Civil e Imobiliário do Norte de Minas, Associação prá Barca Andar, FETAEMG norte de Minas, União das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Montes Claros, Pastoral Operária, Pastoral da Moradia, Sind-UTE subsede Januária, Sind-UTE subsede Mato Verde, Sind UTE subsede Bocaiúva, Centro Comunitário Rural da Lagoa de Baixo (Rubelita), Oposição Bancária do Norte de Minas, Movimento de Defesa dos Favelados, Sindicato dos Servidores Públicos de Montes Claros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salinas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubelita, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coração de Jesus, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, Unimontes*, Sindicato dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade do Norte de Minas, Comissão do Núcleo de Saúde do Trabalhador, Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Mogol, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lassance, Sindicato dos Industriais e Extrativos do Norte de Minas, Movimentodo Graal, Adunimontes- Associação dos Docentes da Unimontes - e Associação dos Profissionais da Caixa Econômica Federal. *A Unimontes aparece na lista das entidades que assinam o documento. Na lista de presentes, consta o nome de Geraldo A. dos Reis como representante da Unimontes. Todavia, dificilmente, pode-se dizer que a direção da universidade estivesse representada no evento e comungassse das suas resoluções. A indicação mais clara disso é a crítica feita à universidade nas páginas 24–25, no documento do Fórum: "(...) a Universidade na região (...) não cumpre seu papel de formuladora e produtora de conhecimentos necessários a uma ação transformadora da realidade em que está inserida. O fracasso da universidade da região se deve a: escassez de quadros profissionais competentes; falta de incentivo e verbas (...), inexistência de biblioteca especializada (...), baixa remuneração dos professores (...). Assim, a universidade na região também vem cumprindo o papel de perpetuação do modelo descrito (...)". (Grifos nossos)

FETAEMG, em Montes Claros. O Fórum se autodefiniu como "(...) um movimento de caráter popular, plural e autônomo (...), composto por cidadãos comuns, profissionais de diversas áreas, dirigentes, representantes de movimentos populares e sindicais e entidades não governamentais"; seu objetivo era a "(...) construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, justo socialmente e viável economicamente (...)."[500] A síntese de sua análise acerca do modelo hegemônico é a seguinte:

> Apresentamos aqui um diagnóstico do atual Modelo de Desenvolvimento, com alguns dados estatísticos oficiais, ilustrando as suas implicações sociais. o Modelo de Desenvolvimento adotado na região, contribuiu para um quadro social caótico no norte de Minas, permitindo apenas o enriquecimento de uma minoria – que em alguns casos reside fora da região – e o agravamento do empobrecimento de uma grande parcela da população; contribuiu, também, para a concentração fundiária, concentração de renda, riqueza, poder, a expropriação e marginalização das camadas populares e, ainda, uma violenta e acelerada degradação dos recursos naturais.[501]

Após o diagnóstico bastante crítico, o documento propõe um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado no tripé: "cultural e ecologicamente sustentável; socialmente justo e economicamente viável". Para tanto, esse modelo deveria se basear "na pequena e média produção familiar, comunitária, cooperativa ou empresarial diversificada (produtora de alimentos, empregadora de mão-de-obra, ecologicamente sustentável)".[502]

A mais recente e também mais incisiva crítica ao modelo dominante é, possivelmente, a da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas. Sua análise da modernização do campo, embora em tom panfletário e em forma de denúncia, é bastante lúcida:

> Nas últimas décadas, principalmente no período do regime militar, onde a corrupção do dinheiro fácil para projetos agropecuários foi uma verdadeira farra, muitos empresários, políticos e fazendeiros grilaram terras, roubaram de todas as formas e para isto expulsaram milhares de posseiros. A dobradinha Sudene-Ruralminas, uma expulsando e documentando, e a outra com dinheiro, foram os principais instrumentos.[503]

---

[500] FÓRUM POPULAR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Fórum popular de desenvolvimento regional**. Op. cit., p. 4.
[501] Idem, p. 4.
[502] Idem, p. 33.
[503] LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS. **II Congresso: Conquistar a terra, destruir o latifúndio**. 06 e 07 de outubro. O documento, em forma de boletim, não tem data de publicação, mas trata-se de um texto escrito a partir de 2002, porque há referências a episódios datados de 1991–2001.

Outra manifestação da Liga, intitulada "O maior problema não é a seca, ruim é o estado da burguesia e do latifúndio", além de revelar a sua leitura da conjuntura social e econômica do Norte de Minas, serve-nos de síntese, ao final deste capítulo:

> "A seca que arrasou quase 100% da roça dos camponeses pobres do nordeste e do norte de Minas continua fazendo a riqueza da burguesia e do latifúndio, que amealham milhões e milhões em "programas" dedicados aos que eles hipocritamente chamam piedosamente "miseráveis", "flagelados", etc.[504] (Grifos nossos)

O manifesto não é datado. Possivelmente, foi escrito e distribuído recentemente, junto com outros textos da Liga. Mas a falta da especificação do tempo não chega a ser um problema porque ele seria adequado a qualquer ano da história do Norte de Minas nas últimas cinco décadas.

[504] LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS **O maior problema não é a seca, ruim é o estado da burguesia e do latifúndio**. Documento avulso, s./d.

Considerações Finais

As primeiras referências que tivemos acerca do *Norte de Minas* datam da infância. Segundo nos explicavam os familiares, os jovens da região eram dispensados de servir às forças armadas em virtude de sua saúde precária, e, a escassez de recursos financeiros era atribuída à falta de chuvas e à pobreza do solo. Posteriormente, lemos, ainda criança, adesivos plásticos da AMAMS que diziam mais ou menos assim: "Seca é a região onde faltam idéias".

Possivelmente, muitos outros jovens da "geração SUDENE" ouviram e leram coisas semelhantes. A imagem da seca, da subnutrição e da pobreza *regionais* pareciam bastante sólidas. Os dizeres da AMAMS, embora tentassem ir além do discurso da falta de chuvas, terminavam por lembrá-las ao leitor.

A insatisfação com tais explicações apareceu bem mais tarde e, em alguma medida, influenciou na escolha do tema desta tese. Esta pesquisa e este texto são, de certa forma, um acerto de contas com aquela memória.

De forma semelhante a muitas pessoas que migraram das cidades menores e da zona rural para Montes Claros nas décadas de 1970 e 1980, fizemos o mesmo percurso na década de 1990, motivados não pela expectativa de um emprego nas indústrias da cidade, mas pela necessidade de realizar um curso superior, serviço oferecido na região, àquela época, apenas em Montes Claros.

A graduação em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e a realização do Mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU – nos possibilitaram uma nova visão acerca da trajetória histórica da sociedade norte-mineira.

Dedicamos, na pesquisa de Mestrado, ao estudo das relações sociais e políticas prevalecentes em Montes Claros em meados do século XX, ocasião em que Minas Gerais e o Brasil viviam as esperanças ou as ilusões do desenvolvimentismo. Embora o recorte espacial se restringisse ao município citado, a pesquisa nos revelou as relações mais amplas que se estabeleciam entre as lideranças políticas locais e as instâncias superiores do Estado e da União. Além disso, pelo fato de Montes Claros ser o principal centro urbano, político e econômico da região, estudá-lo significou estudar também o Norte de Minas e compreender como se davam as relações intra e inter-regionais.

Concluímos o trabalho de Mestrado salientando que, a partir da década de 1960, um novo cenário se descortinava na história do Norte de Minas com a sua inclusão na área de atuação da SUDENE. Em certa medida, o objeto de estudo do Doutorado tem seu início no final do trabalho de Mestrado.

Estudar o Norte de Minas significa investigar uma realidade próxima, concreta, da qual fazemos parte. A eleição de um tema para reflexão e pesquisa histórica, assim como dos autores e categorias, implica assumir posições e opções políticas, especialmente quando o objeto é contemporâneo, quase história imediata, mas claramente integrado na história do tempo presente.

O exame do regionalismo norte-mineiro, incluindo a sua vertente separatista, foi uma tarefa difícil e ao mesmo tempo gratificante. Difícil porque se trata de um tema vivo, que envolve pessoas, instituições e interesses com as quais nos relacionamos no dia-a-dia; gratificante porque dá a agradável sensação de um trabalho "útil", primeiramente para o próprio autor e, quiçá, para outros interessados na mesma temática, seja como objeto de estudo, seja como subsídio para a ação enquanto cidadão na sociedade em que se insere.

Procuramos reconstituir, ao longo do texto, a formação e funcionamento da ideologia regionalista, atentando para suas características principais, suas manifestações concretas, e , o mais importante, o seu papel como instrumento de construção, conquista e exercício da hegemonia pelas elites regionais.

No capítulo 1, descrevemos a modernização econômica do Norte de Minas na Era SUDENE. Fundamentalmente, procuramos mostrar, sem ignorar os condicionantes de ordem "nacional", o papel ativo da fração regional da burguesia naquele processo, atentando para a sua progressiva organização, o seu engajamento em movimentos de cunho regionalista e o surgimento histórico de um conjunto de demandas que deram corpo à ideologia hegemônica.

No segundo capítulo, descrevemos a trajetória dos movimentos autonomistas na região. Partimos da identificação de seus antecedentes históricos que datam do século XIX e enfocamos, com mais detalhes, as três mobilizações da segunda metade do século XX: o projeto Cabrália, o projeto São Francisco e o projeto Minas do Norte. Percebemos, nessa parte, que, embora dividisse os principais nomes das elites regionais, o pensamento separatista era concorde com as linhas gerais do pensamento burguês

regional em construção, tendo desempenhado o importante papel de reforçar e difundir alguns de seus elementos principais como o caráter nordestino da região, o discurso do abandono e de vítima.

No terceiro e último capítulo, acrescentamos, às informações já apresentadas, a análise da constituição histórica da ideologia, identificando os elementos principais, mostrando o seu caráter *orgânico* e a sua difusão pelo conjunto da sociedade, servindo de mecanismo viabilizador da hegemonia das elites.

Consideramos comprovada a hipótese que apresentamos na Introdução. Com base nas fontes consultadas e nas leituras realizadas, postulamos que foi construída, pelas elites regionais, na segunda metade do século XX, uma ideologia de cunho regionalista que apresenta um *diagnóstico* e um conjunto de *diretrizes* para o desenvolvimento da região. O *diagnóstico* identifica o Norte de Minas como uma área subdesenvolvida, assolada pelos fatores climáticos, explorada por outras regiões e desassistida pelo poder público. Ao construir tais imagens, faz emergir o discurso de vítima e encobre as clivagens sociais. Assim, há uma *região* que padece conjuntamente, em virtude de agentes exógenos a ela: a Providência (natureza), o "sul" e o governo.

Quanto ao segundo, as *diretrizes,* coerentes com o diagnóstico, as elites reclamam do Estado um tratamento diferenciado para uma região diferenciada. Em termos concretos, reivindicam incentivos, créditos e financiamentos ao capital privado para que este, independentemente da sua origem, promova o desenvolvimento. Essa visão precede a SUDENE, por isso, quando esta surge, não há incompatibilidade alguma com o projeto das elites regionais que já estava em construção. A SUDENE e as possibilidades por ela apresentadas marcaram a história e a historiografia regional. Junto com a Superintendência e em virtude dela, foi construída uma tradição nordestina para o Norte de Minas.

Conjugadas, as ações da SUDENE e do governo de Minas Gerais produziram um certo "modelo de desenvolvimento regional" baseado na industrialização capital intensiva, concentrada em alguns municípios e pouco integrada às estruturas produtivas regionais, em grandes projetos de irrigação, reflorestamento e modernização das antigas fazendas.

Beneficiária desse modelo, embora o capital "externo" tenha concentrado a maior parte dos incentivos às indústrias, a burguesia regional apresenta uma avaliação

profundamente positiva da SUDENE, lamentando a sua extinção em 2001 e sonhando com a sua reimplantação efetiva em 2007.

A conduta das elites regionais na "conquista" da SUDENE e as suas estreitas relações com a fração nacional e estadual da burguesia, em todo o período, indicam o seu protagonismo no processo de modernização.

Sintonizadas com a transformação histórica em curso na região, as elites regionais ampliaram o leque das ações, passando de uma simples organização corporativa a integradora de demandas "comunitárias", interferindo concretamente no dia-a-dia da população.

Progressivamente, a visão de que existem problemas e interesses regionais comuns e que entidades como a ACI, a AMAMS e a Sociedade Rural e as lideranças políticas convencionais trabalham por eles foi se consolidando.

A adesão dos intelectuais e de amplos setores da sociedade civil, cujo desenvolvimento se deu também no período da modernização econômica, à ideologia regionalista conferiu-lhe ainda maior consistência. Nas décadas de 1980 e 1990, uma extensa rede de instituições da sociedade civil havia se formado na região. À direção da mesma, informando sua forma de diagnosticar e apresentar caminhos para o desenvolvimento regional, estava um conjunto de intelectuais que compartilha dos elementos principais da ideologia em construção desde 1950.

Divulgado pelas entidades diversas, possivelmente também pelos professores do ensino médio e universitário, pela imprensa, pelos movimentos separatistas, o pensamento elaborado das elites foi se traduzindo em "senso comum", sendo reproduzido por parcelas maiores da população, com exceção de alguns grupos sociais com manifestação recente e cujo alcance, a nosso ver, ainda é restrito.

A ideologia, produzida no bojo desse processo e expressa em mobilizações regionalistas diversas, entre elas os ensaios separatistas, conseguiu impor-se como a ideologia da região, como portadora dos interesses de todos os norte-mineiros. Em outros termos, a burguesia conseguiu universalizar os seus interesses de classe, construindo e *dirigindo* as principais instituições privadas de hegemonia. À propriedade do capital e ao domínio político, cujas raízes eram antigas, logrou acrescentar, na segunda metade do século XX, a hegemonia.

Fontes

a) Memorialistas, instituições públicas e entidades de classe

ACI. **2º Encontro das Estradas: a integração do Brasil**. Montes Claros, 2002.

ACI. **Fórum Norte de Minas Integrado**. Montes Claros, novembro de 2001.

AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993.

AMAMS. **Perfil Geo Sócio Econômico dos Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, 1987, 6 v.

AMAMS. **Relatório de Atividades 2003**. Montes Claros, 2004.

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979.

AUGUSTO, Rosely Carlos. **A Intervenção do Estado na Região Norte de Minas**. Montes Claros: CPT, dezembro de 1988.

BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Belo Horizonte, 1967, 4 tomos.

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Montes Claros, 1983.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emenda 2B0022-8**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, 2 vol. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Teófilo Pires. **Divisão Territorial do Brasil**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977.

CABRAL, Antonio Ferreira. **O sertão norte-mineiro**. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985.

CIESP/FIESP. **São Paulo e a economia nordestina**. São Paulo: CIESP-FIESP, 1957.

COTRIM, Dário Teixeira. **História primitiva de Montes Claros** e outros aspectos históricos do médio São Francisco. Montes Claros: Unimontes, 2003.

DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o Progresso**. Montes Claros: ACI, 2003.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial,1975.

FÓRUM POPULAR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Fórum popular de desenvolvimento regional**. Montes Claros, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Área Mineira da SUDENE**: 1º Encontro de Planejamento Regional – Pré-Diagnóstico. Belo Horizonte, SEPLAN, 1975.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991**. Belo Horizonte, 1986.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fórum da Região Norte de Minas – Agenda 2000**. Montes Claros, Dezembro de 2004.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Apud TAMER, Alberto. **O mesmo Nordeste**. São Paulo: Herder, 1968.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do Legislativo**. Montes Claros: Arapuim, 1997.

INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1970.

INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1977.

INDI. **A área da SUDENE em Minas Gerais**: Informações básicas para investidores. Belo Horizonte: INDI, 1987.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS. **II Congresso: Conquistar a terra, destruir o latifúndio**. Documento avulso, s.d.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS. **O maior problema não é a seca, ruim é o estado da burguesia e do latifúndio**. Documento avulso, s.d.

LIMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco**: 400 anos de colônia. s.n.t.

LÍVIO, Haroldo. **Nelson Vianna**: o personagem (Matéria de Jornal). Belo Horizonte: Cuatiara, 1995.

MENDONÇA, Expedicto. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco. Arquivo Particular de Alfredo Dolabela.

MENDONÇA, Expedicto Roberto de. **O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região**. Ribeirão Preto, 1970.

MENDONÇA, Expedicto. Movimento Pró-Estado de São Francisco em 1987.

MINAS GERAIS. **Divisões Territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

MINAS GERAIS. **VI Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 1983.

MIRANDA, Avay. **Desenvolvimento, política e folclore**. Montes Claros, 1986.

MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São** Francisco. Bahia: Imprensa Econômica, 1875.

OLIVEIRA, Anelito de. "Conversa pra boi dormir" – Prefácio. In: BRAUNA, Ildeu. **Catrumano**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Estado de Minas do Norte já na década de 30**. Montes Claros: Unimontes, 2006.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o o Estado de São Francisco II**: Fundamentos econômicos, políticos e geográficos que justificam a emancipação da região. Montes Claros, 2001.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**: Fundamentos econômicos, políticos e geográficos que justificam a emancipação da região. Montes Claros, 2001.

SEPLAN. **Área Mineira da SUDENE**: Resultados do I Encontro de Planejamento Regional. Belo Horizonte: SEPLAN, 1975.

SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros, 2000.

SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Belo Horizonte: SUDEMINAS, 1967.

SUDENE. **Atuação da Sudene no Norte de Minas**. Montes Claros: Escritório de Minas Gerais da SUDENE, 1994.

SUDENOR. **Área Mineira da SUDENE** – Conceituação de área. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Dezembro de 1976.

SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte: SUDENOR, 1990.

SUDENOR. **Informe SUDENOR**. Belo Horizonte, SUDENOR, 1993.

SUDENOR. **Plano de Diretrizes**. Belo Horizonte: SUDENOR, abril de 1978.

UNIMONTES. **Movimento Catrumano**. Montes Claros: Unimontes, janeiro de 2006.

VELOSO, Antonio Augusto. O município de Montes Claros. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano II, julho a setembro de 1897. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937.

VELOSO, Dirceu (Org.). **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001, p.3.

VIANNA, Urbino de Souza. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros**: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

b) Jornais e Revistas

- Correio do Norte: 24-02-1884 a 24-02-1885; 01-03-1889 a 01-03-1891
- Diário de Montes Claros: 1962–1963; 1968; 1986–1988
- Estado de Minas: 22 jul. 1987; 23 jul.1987; 26 jul. 1987; 30 jul. 1987, 29 maio 1988 e 05 jun. 1988
- Folha do Norte: 1930
- Gazeta Norte-Mineira: 17 jul. 2006
- Gazeta do Norte: 1940–1965
- ISTO-É Minas, Belo Horizonte, Junho de 1986
- Jornal de Divulgação do Projeto Florevale, agosto de 2002
- Jornal de Notícias. Montes Claros, 16/17 jul. 2006
- Jornal do Norte: 1987
- Montes Claros: 1916–1918
- O Jornal de Montes Claros: 1951; 1986–1988
- O Norte: 29 de janeiro de 2004
- Revista Circuito Minas. Montes Claros, outubro de 2003
- Revista Encontro: 1962
- Revista Montes Claros em Foco: 1956–1979
- Revista Tempo. Montes Claros, s/d

c) Sítios eletrônicos (consultados em datas diversas)

www.acimoc.com.br

www.amams.org.br
www.bnb.gov.br
www.camara.gov.br
www.fjp.gov.br
www.senado.gov.br

d) Outros

- Documentos diversos dos movimentos separatistas de 1967–1968; 1986–1988 e 2000–2002
- Documentos diversos da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes – DPDOR-Unimontes

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. [1ª ed. 1963]

ARAÚJO, Cristina Pereira de. **Turismo e desenvolvimento sustentável** Disponível em www.cefetsp.br/edu/sinergia.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BIEBER, Judy. O sertão mineiro como espaço político (1831–1850). **Revista Estudos** v. 29 (Especial), 2002, p. 373–394.

BOTELHO, Tarcísio. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE - um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. "De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado". 1693–1737. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CANDIDO, Antônio. Minas, não há mais? I Seminário Sobre Economia Mineira. In: CEDEPLAR. **20 anos Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002**: Coletânia de trabalhos, 1982–2000. Belo Horizonte:UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002.

CARDOSO, José Maria Alves. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. Dissertação (Mestrado em Economia)-PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de;

RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**.Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 173–346.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1993.

CARLI, Gileno. **Política de desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE, 1971.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. **Organização espacial de Montes Claros e a região norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. **Dados**. 32 (3): 369–404. Rio de Janeiro, 1989.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 155-169.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento** (o processo de criação da SUDENE). São Paulo: Perspectiva, 1976.

COLISTETE, Renato Perim. A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC/ABPHE/Imprensa Oficial, 2002, p. 121–145.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ JÚNIOR, Hélio Pinheiro. **O Estado de São Francisco, elevação de Montes Claros a Capital como fator de desenvolvimento do Norte de Minas**. Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1989.

DAYREL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. (Dissertação de Mestrado em Agroecologia) – Universidade Internacional de Andalúcia, 1998.

DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés**: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência & Trópicos.** Recife, 13 (1), jan/jun de 1985, p.73-89.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as questões governamentais no Brasil. Texto para discussão n. 159. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE//UFMG, 2001. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana Borges Texeira dos. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995, p. 195-223.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: estado e industrialização no Brasil, 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984.

DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, n.8/**Revista do Departamento de História**, n. 10. Belo Horizonte, 1990 (Número conjunto), p. 93-124.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERREIRA, Marcelo Valmor. **Cidades de Porte Médio e Populismo**: Montes Claros, um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FRANCO, Márcia Valadares de Melo. **Les migrations interieures au Bresil: Le cas de Montes Claros, nord du Minas Gerais**. These doctorat 3e cycle, L'Université Louis Pasteur – U.E. R. de Geographie, 1975.

FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: PEREIRA, Francelino. **Gilberto Freyre**: o reinventor da história. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 26-48.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000. [1ª ed. 1959]

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais)**. Belo Horizonte: UFMG, 1975.

GOMES, Gislaine Wanelle Batista Silva. **Coronelismo: mandonismo, paternalismo e violência no cenário político de Monte Azul/MG**. Monografia (Graduação em História) – CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.

GONÇALVES NETA, Anália. **Novos caminhos para o Estado de São Francisco**. Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere –** volume 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massagana, 1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JARDIM, Alex Fabiano Correia et al. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Orgs.). **Unimontes**: 40 anos de história. Montes Claros: Unimontes, 2002, p. 17–48.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **O sertão oitocentista**: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais – 1830–1888. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. [1ª ed. 1948]

LEITE, Rinaldo César. **A rainha destronada**: discurso das elites sobre as grandezas e infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LÊNIN, V.I. **O imperialismo**. Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.

LÊNIN, V.I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. **Obras escolhidas**. São Paulo: São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.507-556.

LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros: Unimontes, v. 4, n.4, 1999, p.83-110.

LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. **Unidade e fragmentação**: o movimento separatista do Triângulo Mineiro. Dissertação (Ciências Sociais)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1997.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional**: a nova indústria do nordeste. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983.

MARANHÃO, Silvio (org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61–99.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, 1984, 175-197.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**: a criação de novos estados no Brasil (1823–1988). Tese. Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Herbert Toledo; MARCANDIER, Andrea Passos L.; SOARES, Deidre de Cássia. A unidade na diversidade: a integridade do território de Minas Gerais. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Orgs.). **Iniciação Científica Newton Paiva**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2003, p. 70-98.

MARTINS, Paulo H. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 52-66.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**: 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 2, n.1, janeiro/abril de 1987.

MENDES, Ednalva Gonsalves. **"Entrando na ordem do dia"**: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.

MENDES, Leandro de Aquino. **O Partido dos Trabalhadores em Montes Claros**: fundação e consolidação na década de 1980. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais** – período republicano (1889–1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Organizações não-governamentais e campesinato**: Novas alianças políticas no campo tecnológico – (O caso do CAA – Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança). Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB, 1993.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política**: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lílian Salete da Mata. **"Norte de Minas"**: o ponto de encontro dos dois "Brasis". Monografia (Graduação em Economia) – FADEC, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 1996.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O nordeste começa aqui. **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte: ALMG, n. 28, abril–setembro de 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960–1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**.Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13–103.

OLIVEIRA; Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 5-6.

PARANHOS, Lucíola da Silva. **Tecendo a rede e pescando o peixe**: Desenvolvimento e redes sociais: a articulação local-global no Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete; PEREIRA, Anete Marília (Orgs). **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 11-32.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Renata Vandilene Gomes. **História da cotonicultura no Norte de Minas**. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, 2005.

PERRUCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). **A Questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11-30.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000. [1ª ed. 1942]

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

QUERINO, Augusto José. Os sentidos do sertão e o escondimento da história norte-mineira. **Caminhos da História**. Montes Claros, Unimontes, vol. 10, n.1, 2005, p.51-72.

QUERINO, Augusto José. **Montes Claros e o norte de Minas na rede urbana do centro-sul**: fábulas e metáforas do desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

REIS, Geraldo Antônio dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 37-76.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889–1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 39, 1974, p.129-161.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba – uma interpretação:** 1970–1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; _____ (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 105-172.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688–1732)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (Orgs.). **Era da esperança***:* teoria e política no pensamento de Celso Furtado. São Paul: Paz e Terra, 1995, p. 99-107.

SANTOS, Stela Daiane Ramires dos. **Desmistificação das causas do fechamento das indústrias incentivadas em Montes Claros**. Monografia (Graduação em História) - CCH, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, Gerlice Malveira da. **A experiência política dos operários de Montes Claros na década de 1980**. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2005.

SILVA, Marcus Danilo Ataíde. **O Estado de São Francisco no ranking dos demais estados brasileiros**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), FADEC, Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, Montes Claros, 1989

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. **Sociedade Rural de Montes Claros**: conseqüências do processo de centralização administrativa nas estruturas do poder local. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 1979.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

STRALEN, Cornelis Johannes van. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

VAINER, Carlos B. Regionalismos contemporâneos. In: _____ **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 449-471.

VELOSO, Cândida Maria Santos. **Outros modos de viver**: pobreza urbana em Montes Claros – 1960–1980. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.